

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA**

**A VOZ DA SITUAÇÃO DE RUA NA AGENDA DE MUDANÇA
SOCIAL NO BRASIL: UM ESTUDO DISCURSIVO CRÍTICO
SOBRE O MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO EM
SITUAÇÃO DE RUA (MNPR)**

Gersiney Pablo Santos

2017

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

Gersiney Pablo Santos

**A VOZ DA SITUAÇÃO DE RUA NA AGENDA DE MUDANÇA
SOCIAL NO BRASIL: UM ESTUDO DISCURSIVO CRÍTICO
SOBRE O MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO EM
SITUAÇÃO DE RUA (MNPR)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor em Linguística, área de concentração *Linguagem e Sociedade*.

Orientadora: Profa. Dra. Viviane de Melo Resende – Universidade de Brasília

Coorientadora: Profa. Dra. María Laura Pardo – Universidade de Buenos Aires

Brasília, junho de 2017

SSA237

v

Santos, Gersiney Pablo

A voz da situação de rua na agenda de mudança social no Brasil: um estudo discursivo crítico sobre o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) / Gersiney Pablo Santos; orientadora Viviane de Melo Resende; coorientadora Maria Laura Pardo. -- Brasília, 2017.

264 p.

Tese (Doutorado - Doutorado em Linguística) -- Universidade de Brasília, 2017.

1. Análise de Discurso Crítica. 2. Método Sincrônico-Diacrônico de Análise Linguística de Textos. 3. Linguagem e Sociedade. 4. Movimentos sociais. 5. Linguística. I. de Melo Resende, Viviane, orient. II. Pardo, Maria Laura, co-orient. III. Título.

A Luta continua.

AGRADECIMENTOS

Brasília... Colômbia... Buenos Aires... Aracaju... tantos lugares, tantos sentimentos... risos e lágrimas... e é em minha cidade, meu Quintal moderno, minha ‘AjuCity’, onde este trabalho é encerrado. Esses últimos momentos, aflitivos, mas também esperançosos, foram embalados, durante a noite, pela intensidade de Nina Simone e Benjamin Clementine, e, ao dia (tantos dias, por sinal), pela força deslumbrante de Moacir Santos. Ele e a participação do Quinteto Armorial inflaram meus pulmões para que fosse possível emergir, ir adiante. Porque sempre são as Coisas, sejam elas de número 4, número 5, número 8... quaisquer que sejam, há coisas que não podem ser deixadas – principalmente, eu, que, dado momento, vi-me tão atônito “entre marimbau e orquestra”, percebendo, agora, que o Tempo, dito por Mercedes Sosa, realmente passa... mas há Coisas e coisas que ficam.

Assim, tendo em vista as diferenças que me compuseram durante esses últimos quatro anos mais intensos de pesquisa, gostaria de iniciar expressando meu reconhecimento ao apoio financeiro disponibilizado pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, sem o qual, certamente, esta pesquisa não sairia do papel. Estendo o agradecimento ao **Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)**, que custeou as viagens para a realização das entrevistas da etapa de campo do trabalho.

Já adiantando as discussões a serem desenvolvidas neste trabalho sobre hierarquização da informação, segue, em posição focal, meu carinho pelas pessoas a seguir, por terem, de uma maneira ou de outra, salvado minha sanidade, contribuído para minha Vida.

Assim, começo dizendo de meu amor por você, a minha *nena* **Natália Cabanillas**, pela firmeza contra vento e maré, pela fortaleza que encontro sempre em você, e sempre mesmo, para sempre; **Daniela Carrilho**, pelas trocas em nossas dificuldades e descobertas; a **David Sepúlveda**, por ser tão parecido comigo e conseguir fazer com que nossas implicâncias acabassem entendidas como amor de irmãos que a Colômbia e o Brasil criaram; a **Carolina Alzate**, minha Caracolita, pela delicada coragem de querer saborear, pelo lado da Luz, a aventura da Vida, pelas bachatas e festas *escuchando las palabras de Romeo*; a **Rogério Almeida**, meu irmão Manguelito, meu exemplo de

honradez e gaiatice, que fez Brasília ser menos concreta para mim; a **Ana Cevalyn**, por esses anos de amizade, pela reconexão e pela relação madura que tenho com você; a **Glauco Feijó**, pelo apoio e modelo de seriedade no trato com as relações; a **Jacqueline Fiuza**, pelo exemplo constante sobre o que é ser uma mulher de seu tempo e, ao mesmo tempo, conseguir ser absolutamente única; a **Rose Barbosa**, pela companhia e atenção, por fazer de mim uma pessoa mais atenta e envolvida com meus irmãos e irmãs da situação de rua; a **Sinara Bertholdo**, minha eterna Sinarinha, por me mostrar o que sorrir com os olhos e perfumar a alma significam, pelo carinho e respeito com que sempre me tratou; a **Pilar Acosta**, por crescer tanto em tão pouco tempo e ser, para mim, personificação do projeto mais humano pensado para ser Brasília; a **João Quaresma**, por todas as vezes – em que não discutíamos – fazer-me sentir uma peça boa e destacada do jogo; a **Rafael Honhenfeld** por me abrir sua casa, sua confiança e por cantar como ninguém em karaokes; a **Felipe Souza**, por me permitir viver em sua casa, por me acompanhar (sem me acompanhar) em corridas de esteira, e em *shades*; a **Rosângela Marchesan** por me encontrar com tanto carinho e elegância, e, claro, por ser a diva-rainha do trio mais feliz que Águas Claras já viu; a **Risalva Bernardino**, por ser simples, responsável e tão suave, por nunca haver mudado isso; a **Fátima Carvalho**, por estar conectada comigo – mesmo que distante –, por compartilhar angústias suas e ouvir algumas minhas; a **Marjorie Chaves**, por ser radiante, mesmo quando as nuvens teimavam em se aproximar; a **Renata** (Renatinha) **Carvalho**, pela amizade que, como uma flor na pedra, simplesmente, aconteceu; a **Ângela Souza** por me ajudar tanto naquele burocrático PPGL – de maneira tão positiva e sorridente – e por, obviamente, (como Renatinha) estar comigo, desde o marco zero de minha aventura brasiliense.

À banca examinadora, composta pela **Dra. Francisca Cordelia Oliveira** (UnB), pela **Dra. Mariana Marchese** (UBA), pela **Dra. Maria Lucia Lopes** (UnB) e pela **Dra. Viviane Cristina Vieira** (UnB), por terem aceitado ler e tecer considerações sobre este trabalho (fundamentais para o texto definitivo). Destaco a apurada contribuição referente à revisão ortográfica para a versão final deste trabalho realizada pela Dra. Cordelia Oliveira.

Ao **MNPR**, minha gratidão e máximo respeito a **Lucia Santos** (MNPR-BA), a **Anderson Lopes** (MNPR-SP), a **Samuel Rodrigues** (MNPR-MG) e a **Rosângela Nascimento** (MNPR-ES) por terem aberto as portas de sua luta para mim; em especial,

a **Antonia Cardoso**, coordenadora do MNPR-DF na época da pesquisa: sem você, seria impossível começar e consolidar esta pesquisa, então, minha gratidão por, apesar de carregar um mundo nas costas, sempre ter tido um momento para me atender.

A **Laura Pardo**, por me confiar seu trabalho e esforço intelectual e por sempre se mostrar disponível para me ajudar, para me receber e trocar comigo, representando, com isso, um dos caminhos que desejo seguir como acadêmico.

À linda **Viviane Resende** por ser minha orientadora, navegar nessa aventura comigo e, mais do que isso, por ser uma entidade absolutamente impossível de definir em minha vida, por haver feito com que eu aprendesse tanto e por ter se deixado ficar mais um pouco a meu lado.

A **Gilza** e a **Adhani Marques** por serem os braços divisores de minha história como gente preta e orgulhoso de meu povo e de toda nossa luta, pelo Atlântico de conhecimentos que me inundaram. Sem vocês, sem o cisma que nosso contato causou, este trabalho seria por demais outro.

A **Guilherme Neves Pinto**, meu Pretim, por ter me dado o ano mais intenso de minha vida; pelas lágrimas, pelos abraços, pelas descobertas. Você segue comigo a cada nota e palavra de Djavan cantando “Meu”. Não acaba.

A minha queridíssima **Chislene Cardoso**, que salvou tantas vezes minha vida, que me faz encher os olhos de lágrimas ao lembrar da disponibilidade e do carinho. Você, com doses acertadas de força e palhaçada, foi um dos três maiores destaques dessa fase de minha vida. Chorei muito, mas ri demais: agora, Dona Chis, a senhora está eternizada não só em mim, mas neste trabalho também.

A meus pais, **Inês** e **Gerson**, por não poderem caber em linhas; por serem ilimitados dentro de mim no que sou, no que vejo e no que faço. Agradeço a vocês pelo homem que sou e me emociona completar mais uma etapa, registro do resultado da criação dada a mim e a minha irmã **Kelly**, a continuação de uma história de tanto amor e cuidado.

À **Luz**. Sempre.

RESUMO

A presente tese propõe uma reflexão crítica acerca de como se dão as representações discursivas do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) em textos construídos no âmbito da mobilização por inclusão social da população em situação de rua no Brasil. Para tanto, foram analisados textos concernentes à luta por inclusão social da população em situação de rua no Brasil, assim como a (auto)identificação de sua luta no contexto dos embates discursivos pela superação da situação de rua. Para promover a reflexão crítica e contribuir para uma intervenção concreta no mundo social, foram investigados, em dois momentos analíticos, textos do MNPR relacionados a sua mobilização política. Primeiro, a Carta de Princípios do movimento social e o Plano de Ação: realizações linguístico-discursivas fundamentais na proposta de organização política do Movimento, advindos das duas primeiras edições do Congresso Nacional do Movimento da População de Rua (ocorridos nos anos 2012 e 2014). Em um segundo momento, a análise discursiva crítica foi desenvolvida em textos gerados de entrevistas realizadas com cinco lideranças componentes da coordenação nacional do MNPR (São Paulo, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo e Distrito Federal). Especialmente para a segunda parte analítica, foi utilizado o Método Sincrônico-Diacrônico de Análise Linguística de Textos (MSDALT), como método basilar para nossas reflexões, em articulação com nossos objetivos de pesquisa. Por fim, discutindo os resultados dos capítulos analíticos, é apresentada uma crítica explanatória, a qual tentou articular as considerações desenvolvidas por toda a tese com uma proposta de intervenção prática. Como resultados principais do trabalho, foi possível observar que o MNPR possui uma postura discursiva diferente entre os/as coordenadores/as entrevistados/as, em construção, que oscilam entre um discurso de ruptura e uma busca por autonomia diante de relações complexas com Estado e parcerias. O nível discursivo da atuação social do MNPR, segundo as análises, mostrou que a natureza intrincada dessas relações impactam a mobilização social e o avanço nas conquistas para a população em situação de rua. As percepções críticas deste trabalho buscam, assim, unir os resultados alcançados com uma reflexão acerca das ações e possibilidades transformadoras do MNPR.

Palavras-chave: Análise de Discurso Crítica; Movimento Nacional da População de Rua; mobilização social; Método Sincrônico-Diacrônico de Análise Linguística de Textos; movimentos sociais.

ABSTRACT

This thesis aims to reflect on how the discursive representations of the Brazilian social movement Movimento Nacional da População de Rua (Homeless People of Brazil National Movement) (MNPR) in texts constructed in the ambit of the social inclusion and mobilization of the homeless population in Brazil. For that, we analyzed texts related to the struggle for social inclusion of those social actors, as well as the (self)identification of their struggle – over the context of debates about overcoming the situation. In order to promote a critical reflection and contribute to a concrete intervention in social world, texts of the MNPR related to its political mobilization were investigated at two analytical moments: the first one regards the “Carta de Princípios” (i.e., the Letter of Principles of the MNPR) and the “Plano de Ação” (i.e., the MNPR Policy): fundamental linguistic-discursive achievements referred to the proposal of the social movement political organization – made as a result of the two first editions of National Congress of MNPR discussions. In a second moment, a critical discursive analysis was developed in texts generated from interviews with five leaders of the MNPR (São Paulo, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo and Federal District). Especially for the second analytical part, the Synchronic-Diachronic Text Analysis was used, as a basilar method for the research reflections, in articulation with the research aims. Finally, discussing the results of the analytical chapters, an explanatory critique was presented, which was intended to articulate the considerations developed throughout the thesis with a proposal for practical intervention. As the main results of the study, it was possible to observe that the MNPR has different discursive attitudes among the interviewed coordinators, which oscillate between a discourse of rupture and a search for autonomy – in the face of complex relations shared with the State and partnerships. The discursive level of the social performance of the MNPR, according to the analysis, showed an intricate nature of those relations which impact the social mobilization and the actual advance in the achievements for the homeless population.

Keywords: Critical Discourse Analysis; Movimento Nacional da População de Rua; social mobilization; Synchronic-Diachronic Text Analysis; social movements.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1. (Auto)identificação do MNPR, segundo a Carta de Princípios	91
FIGURA 2. MNPR-MG e a definição de movimento social	133
FIGURA 3. Eixos Redes pragmáticas.....	207

LISTA DE QUADROS

Gerais

QUADRO 1. Questões de pesquisa	57
QUADRO 2. Desenho de pressuposições no Plano de Ação do MNPR	104
QUADRO 3. Identificações na Plano de Ação do MNPR	104
QUADRO 4. Identificações na Plano de Ação do MNPR	105
QUADRO 33. Quadro geral de focos MNPR-SP	159
QUADROS 40 E 41. Quadros gerais de focos MNPR-MG e MNPR-ES	166
QUADRO 47.1. Quadro de identificação MNPR-ES e ESTADO	172
QUADRO 49.1. Quadro MNPR-MG de identificação ESTADO	176
QUADROS 50 E 51. Quadros gerais de focos MNPR-BA e MNPR-DF.....	177
QUADRO 56.1. Quadro MNPR-DF Identificação de Parcerias	182

Designados aos quadros analíticos do MSDALT

QUADRO 1.1. Relação MNPR-SP com a situação de rua e o Estado	116
QUADRO 1.2. Relação MNPR-SP com a situação de rua e o Estado	116
QUADRO 9.1. Identificação do Estado pelo MNPR-BA	127
QUADRO 10.1. Recursos argumentativos do MNPR-BA ativados por operadores pragmáticos	129
QUADRO 12.1. Argumentação MNPR-DF sobre o tema da militância	130
QUADRO 14.1. Argumentação MNPR-MG sobre a natureza do MNPR	134
QUADRO 16.1. Relação de identificação MNPR-BA e ESTADO	136
QUADRO 26.1. Identificação MNPR-BA e Parcerias	148
QUADRO 31.1. Identificação MNPR-MG e Parcerias	152

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
1. A SITUAÇÃO DE RUA EM MOVIMENTO: LUTAS, AÇÕES E DISCURSOS PELA MUDANÇA SOCIAL	19
1.1. 'Quem quer ser um miserável?' – o discurso sobre a extrema pobreza e sua superação no Brasil	20
1.2. Mobilização social e a luta pela superação da situação de rua – início(s) de uma (possível) nova história brasileira	26
1.3. O Movimento Nacional da População de Rua (MNPR): um percurso discursivo particular(?)	30
2. MOVIMENTO TEÓRICO, VOZES SOCIAIS	39
2.1. A ADC na jornada da mudança discursiva: ação, representação e identificação social em textos	40
2.2. Representação de eventos e atores sociais: perspectivas teóricas	45
2.3. América Latina e as abordagens sobre discurso e pobreza em ADC: uma nova escola?	48
2.4. Apresentando o Método Sincrônico-Diacrônico de Análise Linguística de Textos	52
3. PESQUISA E MOVIMENTO: DECISÕES METODOLÓGICAS	55
3.1. Redes da pesquisa – componentes ontológicos e possibilidades epistemológicas	56
3.2. Caminhos cruzados – Métodos e fontes	61
3.3. Cruzando caminhos e estabelecendo redes: a experiência da pesquisa	67
3.3.1. A experiência com o MNPR-SP	69
3.3.2. A experiência com o MNPR-MG	70
3.3.3. A experiência com o MNPR-BA	72
3.3.4. A experiência com o MNPR-DF	73
3.3.5. A experiência com o MNPR-ES	74
3.3.6. Um pouco mais sobre as experiências	76
3.4. Ampliando linhas e redes: os caminhos do MSDALT	76
4. O MNPR NA AGENDA DA MUDANÇA SOCIAL: O MOVIMENTO EM DOCUMENTOS	83
4.1. O MNPR em movimento: representações e (auto)identificações	84
4.1.1. I CMNPR – Carta de Princípios	84
4.1.2. II CMNPR – Plano de Ação	96
4.2. Documentos e(m) Movimento: considerações parciais	108

5. O MNPR NA AGENDA DA MUDANÇA SOCIAL: INDO ATÉ A RUA	111
5.1. O MNPR e(m) seu mundo: (Auto)Identificações	112
5.1.1. MNPR: Ação e luta	112
5.1.1.1. MNPR e(m) ação	113
5.1.1.2. MNPR: Estado e(m) Movimento	132
5.1.1.3. MNPR: Parcerias e(m) Movimento	142
5.1.2. Algumas considerações	156
5.2. MNPR: coordenando ecos, vozes e movimentos.....	158
5.2.1. MNPR: ecos em Movimento	159
5.2.2. MNPR: reflexos e(m) Movimento.....	166
5.2.3. Algumas considerações	183
5.3. Aproximando movimentos: considerações parciais	188
CRÍTICA EXPLANATÓRIA.....	193
CONSIDERAÇÕES FINAIS	211
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	217
ANEXOS.....	231

APRESENTAÇÃO

*Hoje eu canto a balada do lado sem luz
A quem não foi permitido viver feliz e cantar
Como eu
Ouça aquele que vive do lado sem luz
O meu canto é a confirmação da promessa que diz
Que haverá esperança enquanto houver
Um canto mais feliz*

(“Balada do Lado sem Luz”, Gilberto Gil)

O presente trabalho intitulado “A voz da situação de rua na agenda de mudança social no Brasil: um estudo discursivo crítico sobre o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR)¹” reúne nossas reflexões críticas acerca dos movimentos discursivos realizados pelo Movimento Nacional da População de Rua no âmbito de sua atuação política pela superação da situação de rua. O MNPR nasceu com intuito de combater o cenário de forte desigualdade e exclusão, por meio da legitimação da voz da situação de rua nas demandas das políticas sociais brasileiras. O movimento social nacional pode ser, assim, entendido como representante de uma nova configuração de movimentos sociais – os quais lutam por questões de direitos no plano da superação de desigualdades históricas e negligenciadas –, tendo como uma das suas principais propostas a superação do problema, mas de forma protagonista.

Este é um trabalho concluído no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL) no Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas (LIP), do Instituto de Letras (IL) da Universidade de Brasília (UnB) e apoiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) do Brasil, fazendo parte do projeto integrado “Violação de direitos como violência e mobilização social como resistência: uma investigação discursiva”, coordenado pela Professora Doutora Viviane de Melo Resende.

Com esta pesquisa, objetivamos ter acesso às construções simbólicas de mudança social promovidas por atores sociais negligenciados socialmente e organizados em movimentos políticos – o caso do MNPR – em textos politicamente situados.

¹ O nome histórico do movimento social, de acordo com suas próprias lideranças e os diversos registros de luta, é “Movimento Nacional da População de Rua”; ainda assim (apesar de nosso profundo respeito à autodefinição do MNPR), alinhados com uma perspectiva discursiva crítica concernente às potencialidades transformacionais da linguagem, optamos por incluir o termo “em Situação” ao nome do Movimento no título de nosso trabalho – e, algumas vezes, utilizar tal versão (Movimento Nacional da População **em Situação** de Rua), de maneira flutuante, durante a tese. Sobre a importância de problematizar e romper com termos ideologicamente naturalizados, confrontar o Capítulo 2 de SANTOS, 2013.

Ademais, é de nosso interesse a análise das estratégias discursivas do movimento social que possibilitam tomadas de ação com vistas à superação de violações de direitos sociais relativos à situação de rua. Para tanto, desenvolvemos nesta investigação reflexões sobre a ação e análises discursivas críticas de textos de atores sociais que atuam na liderança do MNPR. Análise e explanação crítica acerca da potencialidade dos discursos realizados na luta social concernentes à superação da exclusão social e ao exercício da cidadania plena pela população em situação de rua completam nossa proposta de trabalho.

Para uma visão geral, oferecemos um breve resumo dos capítulos que compõem este material de pesquisa.

No Capítulo 1, apresentamos um panorama histórico de contextualização acerca da organização do MNPR como movimento social, estabelecendo relações com a conjuntura social que contribuiu para a consolidação do Movimento dentro do cenário de luta política. No Capítulo 2, discutimos os fundamentos teóricos que norteiam a pesquisa, focando nas concepções da Análise de Discurso Crítica (ADC) sobre linguagem e sociedade na relação com agendas de mudança social; além disso, fazemos referência aos principais nomes nos estudos discursivos críticos da América Latina e apresentamos brevemente o Método Sincrônico-Diacrônico de Análise de Textos (MSDALT), aprofundado em seu aparato metodológico no capítulo seguinte. No Capítulo 3, tratamos do nível metodológico da investigação, discorrendo sobre métodos e fontes; ampliamos as informações sobre o MNPR no tocante a sua configuração e a contribuição do MSDALT para o desenho desta pesquisa. No Capítulo 4, apresentamos a primeira análise discursiva crítica desta investigação referente à Carta de Princípios do MNPR e ao Plano de Ação, dois documentos fundamentais na organização política do movimento social. No Capítulo 5, trazemos a análise discursiva crítica referente às entrevistas geradas na etapa de campo desta pesquisa; para tanto, aplicamos o MSDALT como método basilar para nossas reflexões analíticas. Por fim, discutimos os resultados dos capítulos analíticos de maneira articulada com as considerações desenvolvidas por toda a tese em uma crítica explanatória, a fim de detectar as percepções relevantes e contribuir para a proposta política do MNPR.

Enfim, acreditamos que investigações, como a aqui proposta, acerca do recorte discursivo da mobilização social liderada pelo MNPR, são bastante profícuas para a observação do modo como grupos sociais historicamente alijados se organizam e projetam planos de superação de suas condições de vulnerabilidade. Além disso,

colocamo-nos como uma produção posicionada e alinhada com tais condutas de resistência, contribuindo com nosso conhecimento e reflexões para o conjunto de pesquisas críticas preocupadas com as disparidades entre seres humanos – e sua preocupante naturalização.

Gente é pra brilhar, não pra morrer de fome.

(“Gente”, Caetano Veloso)

CAPÍTULO 1

A SITUAÇÃO DE RUA EM MOVIMENTO: LUTAS, AÇÕES E DISCURSOS PELA MUDANÇA SOCIAL

*E quando ouvir o silêncio sorridente de São Paulo
Diante da chacina
111 presos indefesos, mas presos são quase todos
pretos
Ou quase pretos, ou quase brancos quase pretos
de tão pobres
E pobres são como podres e todos sabem como se
tratam os pretos*

(“Haiti”, de Caetano Veloso e Gilberto Gil)

Apesar de não estarmos na apresentação ou na introdução do trabalho, podemos, com este capítulo de número um, iniciar realmente imaginando as implicações que um trabalho como o nosso pode trazer, e traz. Assim sendo, neste primeiro capítulo, recorrendo a uma observação breve do movimento social que compõe a população em situação de rua, do percurso por ele traçado e da história que escreve à medida que avança em suas ações, propomos uma viagem por um Brasil em construção que gerou filhos e filhas que, como ele, não pararam. O título tem muito a ver com a compreensão do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) neste trabalho: uma construção jovem e jamais estática, que parece combater a apatia e o lado cruel de uma realidade que, ao puni-los, puniu-se (e pune-se a) si própria. Para tanto, na primeira seção (1.1), damos início com uma pergunta que serve como campo para refletirmos sobre a trajetória discursiva do País em relação a cidadãos/ãs expropriados do que o ideário capitalista apregoa como selo de reconhecimento e respeito social. Depois, em 1.2, avançamos discursivamente para observar como não foram caladas as vozes sociais dissonantes: como durante a história recente do Brasil pessoas se uniram com o intuito político de mudar a realidade de que tratamos há pouco. Em 1.3, entraremos na história do próprio MNPR e iremos seguindo a seu lado por seus anos de vida, em um movimento ascendente, a fim de podermos conhecer mais sobre cidadãos e cidadãs que seguem na tentativa de construção de um mundo possível e diferente.

1.1. 'Quem quer ser um miserável?' – o discurso sobre a extrema pobreza e sua superação no Brasil

Diferente de outras perguntas, digamos, existenciais, a questão que abre esta seção não carece de muitas horas de reflexão para ser respondida. O tema é uma indefinição há séculos. Ela é e pode ser entendida como uma pergunta retórica.

Em si, a questão da extrema pobreza se mostra como um tema claro: é a falta de tudo o que se entende por direitos sociais. De um ponto de vista científico, ela não tem em sua caracterização e compreensão respostas e soluções fáceis, e, apesar de tentador, tampouco pode ser baseada e encerrada em retórica. Sua manifestação mais visível está diariamente, semanalmente, mensalmente, historicamente nas cidades, em nosso cotidiano. Estamos fazendo referência à situação de rua.

A situação de rua é uma realidade que se inscreve no funcionamento do sistema econômico que vige na quase totalidade do globo, como nos explica Silva (2009, p. 25):

a história do fenômeno população em situação de rua remonta ao surgimento das sociedades pré-industriais da Europa, no contexto da chamada acumulação primitiva, em que os camponeses foram desapropriados e expulsos de suas terras, sem que a indústria nascente, nas cidades, os absorvesse com a mesma celeridade com que se tornaram disponíveis. Em face disso, muitos se transformaram em mendigos ou ladrões, principalmente por força das circunstâncias, fazendo aparecer o pauperismo (...).

A pobreza no Brasil correspondeu fortemente à lógica capitalista, alcançando seu ápice desumano com a escravidão, que durou quase três séculos. Como explica Santos (2013), o grupo humano formado por negros/as e mestiços/as alijados da inclusão social corresponde ao contingente mais pobre deste país:

foi no século XX que a industrialização brasileira começou a tomar contorno com o declínio do império cafeeiro – devido à crise de 1929 e à queda nas exportações do principal produto nacional. Com o avanço do *modus operandi* industrial, os grandes centros urbanos tiveram uma nova e crescente explosão demográfica, ocasionada, em boa parte, pelo fluxo de pessoas vindas do campo ou de zonas populacionais economicamente desgastadas em busca de emprego na cidade. A grande quantidade de mão de obra possibilitou o desenvolvimento dos centros, porém intensificou a exclusão social já nítida nos séculos anteriores. Desde o século XVI, o trabalho braçal se concentrava nas mãos de pessoas trazidas como escravas das colônias portuguesas na África para trabalhar na produção de açúcar, inicialmente. Foi desse modo que, por quatro séculos, uma verdadeira casta excluída ia sendo estabelecida: a dos/as escravos/as e seus/suas descendentes, e, em menor número, a dos chamados 'homens livres' (ex-escravos/as alforriados/as ou pessoas sem instrução) (SANTOS, 2013, p. 38).

O grupo social em situação de rua está constituído por tais atores sociais, que, há muito tempo, compõem um contingente invisibilizado (ou negativamente visibilizado) e tido como o ‘preço do desenvolvimento’ – pago por quem ‘não conseguiu se dar bem na vida’. Além da condição escravocrata que durante séculos caracterizou o País, sua consequente dependência econômica fez com que toda uma população fosse relegada a um padrão de vida de absoluta necessidade, uma população vinculada de forma mórbida “ao processo de acumulação do capital, no contexto da produção contínua de uma superpopulação relativa, excedente à capacidade de absorção pelo capitalismo” (SILVA, 2009, p. 97). Silva (2009a, p. 139), desde o recorte racial, elabora uma relação precisa entre exclusão por parte do Estado e a consequência de miséria material e discursiva:

Um dos fatores que chama a atenção para a construção da desigualdade no Brasil diz respeito ao lugar social do negro: margem, favela, pobreza, subemprego são algumas das heranças históricas. Tudo consequência de um longo período de escravidão seguido de uma libertação burocratizada que atendeu aos anseios da elite e apagou o grupo negro do processo. Pensando no aspecto legal do racismo e da discriminação, Santos (2005, p. 17) propõe que muito mais que regras punitivas de natureza penal, é preciso buscar compromissos do Governo e da sociedade que alimentem a consciência do racismo e as formas para combatê-lo com políticas que lhe dêem visibilidade. Santos (2005, p. 69) cita Martin Luther King que afirmou que “a lei não pode fazer com que a pessoa me ame, mas pode fazer com que não me elimine”

Já Ferro (2011, p. 62), fazendo uma crítica localizada na atualidade, destaca

a atuação estatal é marcada por uma “esquizofrenia institucional”, onde “(...) setores do Estado desenvolvem políticas de atenção e proteção das pessoas em situação de rua enquanto que, simultaneamente, outros setores põem em prática políticas de repressão, violência e expulsão dessas pessoas do espaço público” (Rosa e Ferro, 2011). Dessa forma, a “nova relação” do Estado com a problemática da população em situação de rua, marcada pelo reconhecimento estatal de suas obrigações diante dessa população e a elaboração de políticas públicas de caráter social, não superou a relação anterior de violência e expulsão, senão que ambas convivem simultaneamente.

Além da negligência do Estado e das privações econômicas, o estigma social segue sendo mais um dos obstáculos construídos para aqueles/as que experienciam a situação de pobreza extrema, uma vez que, socialmente, esses indivíduos seguem sendo posicionados em uma definição limitada que “contribui para colocar populações heterogêneas num mesmo conjunto e para ocultar a questão essencial do processo de acumulação progressiva das dificuldades (...), da sua origem aos seus efeitos, a curto ou

a longo prazo” (ROSA, 2005, p. 34). Com o apoio de setores hegemônicos da sociedade, o indivíduo que se encaixava na condição de ‘pobre’ sempre recebeu um tratamento próprio, o que certamente amalgamou uma imagem social exaustivamente relacionada à privação, à necessidade cristalizada, bem como – principalmente no caso da população em situação de rua – ao assistencialismo. Assim, a mídia hegemônica, por exemplo, segue realizando verdadeiros desserviços na representação da pobreza extrema ao vinculá-la sistematicamente a contextos de violência, passividade e, em vários casos, ao ridículo (como acontece em determinados programas de televisão da atualidade, por exemplo). Como denuncia Santos (2013):

Podemos perceber (...) que no que concerne à representação da extrema pobreza na mídia tradicional pouca coisa mudou desde os anos iniciais de consolidação da imprensa no Brasil até o nosso contexto social – a despeito do maior cuidado na ocultação dos preconceitos, caudatário do discurso dos Direitos Humanos –, pode-se dizer que os sentidos permanecem hostis. Atualmente, ainda é uma prática relacionar, em notícias e reportagens, o grupo classificado como ‘moradores de rua’ à violência ou ao ‘incômodo’ causado para classes incluídas no sistema produtivo formal (SANTOS, 2013, p. 41).

O assunto assume novos contornos quando nos detemos na questão das lutas sociais relativas à situação de rua. Hoje, a realidade cruel da situação de rua encontra espaço nos debates acadêmicos socialmente mais críticos, existindo, porém, em alguns, uma indefinição acerca do entendimento ligado à ideia da realidade na qual esse grupo social se encaixa, o da extrema pobreza. Segundo Crespo e Gurovitz (2002), na teoria econômica alguns conceitos foram utilizados na maioria das pesquisas específicas sobre o tema durante o século XX: o de sobrevivência, o de necessidades básicas e o de privação relativa. Em linhas gerais, a primeira (adotada até a metade do século XX, década de 1950) dizia respeito à manutenção dos mais pobres dentro de um limite estatístico de sobrevivência, baseado na integridade e no rendimento físico do indivíduo. Tendo em vista que sua eficácia correspondia à ordem ideológica liberal, percebeu-se que a assistência de fato tinha pouco alcance, pois apenas era necessária a satisfação do nível básico de ‘sobrevivência’, eximindo, com isso, o Estado de um comprometimento mais forte com o aspecto social – política liberal de redução máxima na intervenção estatal.

A segunda definição de pobreza, nos anos de 1970, a de necessidades básicas, voltou-se, então, para o atendimento baseado em necessidades tidas como fundamentais (água potável, saúde, saneamento básico), sendo adotada por países membros de

organismos globais como a Organização das Nações Unidas (ONU). Naquele momento, o entendimento de pobreza foi ampliado e não mais inscrito no atendimento à ‘sobrevivência’ humana, baseada em dados estatísticos.

Na década seguinte, 1980, o conceito de necessidades básicas foi ampliado para o de privação relativa, que focava as realidades sociais e recorria a estudos científicos e comparativos entre nações, sendo trabalhado mais profundamente o conceito de “linha de pobreza”. Segundo Crespo e Gurovitz (2002, p. 5), sair da linha de pobreza

significava obter: um regime alimentar adequado, um certo nível de conforto, o desenvolvimento de papéis e de comportamento socialmente adequados. Ao mesmo tempo, porém, contrapondo-se a este conceito, floresceu a tese, muito apreciada pelas instituições multilaterais de crédito sediadas na capital norte-americana, de que, com o bom funcionamento dos mercados, as economias se tornariam prósperas, e a riqueza gerada acabaria por beneficiar os pobres. Essa tese ficou conhecida como o “Consenso de Washington”.

A partir dele, atualmente, são traçados valores que indicam a situação econômica da sociedade. Assim, o Banco Mundial e a ONU entendem por extrema pobreza o conjunto de indivíduos que (sobre)vivem com menos de U\$ 1,25 por dia. Já no Brasil, o antigo² Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) (hoje, Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário), entende por extrema pobreza a condição social na qual a pessoa tenha renda familiar mensal inferior a R\$ 70,00, ao passo que, em diversos trabalhos e publicações, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) trabalha com a noção financeira de menos de R\$ 75,00 por pessoa para a caracterização da extrema pobreza.

Esse enquadre ainda estatístico tem sido debatido e ampliado dentro de contribuições mais humanistas (ainda que voltadas para o sistema capitalista), como as de Sen (2001), em discussões em painéis e fóruns internacionais, com o *World Without Poverty* (WWP), ocorrido em novembro de 2014, em Brasília – segundo o próprio sítio, uma iniciativa “criada para difundir experiências, boas práticas e inovações em termos de programas sociais e tecnologias de gestão associadas [à pobreza e à pobreza extrema]” –, nos quais qualificações econômicas são base para debate:

² Após a destituição da presidenta legitimamente eleita pelo povo brasileiro Dilma Rousseff, em 31 de agosto de 2016, o então presidente interino, Michel Temer, logrou a aprovação de uma medida provisória (a MP 726/16) – publicada no Diário Oficial da União em 12 de maio de 2016 – na qual estava expressa a redução de ministérios do Governo (de 32 para 23, extinguindo as Secretarias Especiais das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, bem como o Ministério da Cultura, por exemplo) e a fusão de pastas, com a alteração de atribuições; o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome foi, assim, transformado em Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. (fonte: Portal da Câmara dos Deputados)

O simples fato de ser um exercício basicamente descritivo não deve nos fazer cometer o erro de pensar que a análise necessita ser de modo *independente* da sociedade na qual a pobreza está sendo avaliada. Mesmo a exigência e "objetividade" na descrição de fato não requer *invariância social*, como é suposto algumas vezes (SEN, 2001, p. 171).

Podemos observar, ainda assim, que em qualquer um dos panoramas apresentados, o que se destaca como parâmetro para as ações diz respeito a montantes financeiros, à percepção econômica da problemática social cujos efeitos direcionam a visão do problema para questões lógicas e que, normalmente, convertem-se, apesar de algumas desconstruções, em índices estatísticos.

As representações sociais das pessoas que vivem em situação de rua também contribuem para seu alijamento social. Seja em programas televisivos jornalísticos (principalmente os de cunho sensacionalista), seja em telenovelas ou em programas humorísticos, os atores sociais em extrema pobreza são recorrentemente associados a contextos e situações negativas e estereotipadas. Santos (2013, p. 42) questiona essa relação discursiva da mídia hegemônica com a situação de rua:

A estratégia de tipificação é operada por meio de estereótipos, que ‘facilitam’ na construção de alteridades bem marcadas e no esvaziamento discursivo nos embates sociais pela tomada do poder. (...) Sendo assim, como homens e mulheres destituídos/as de ‘poder simbólico’ serão retratados/as de forma cuidadosa pela mídia que serve aos propósitos de um capitalismo desumano?

Trata-se de um aspecto relevante da questão, tendo em vista nossa sociedade ser ainda fortemente atingida pela comunicação de massa e suas representações operarem efeitos de sentido que não só desumanizam a situação de rua, como negam aos atores sociais que vivem nessa condição sua representação como atores sociais políticos. A partir desses dois vieses sociais, podemos ter uma noção de como econômica e culturalmente são observadas as pessoas que vivem em situação de rua.

Vale lembrar que o tema da pobreza, em si, só é entendido como de consideração social a partir de 1930, na Era Vargas (de 1930 a 1945), pois anteriormente era tratada como uma deformidade moral dos indivíduos que se encaixavam em tal situação (SPOSATI, 2007). É com a Constituição Federal de 1988 que a pobreza é centralizada como um assunto fundamental a ser abordado em nível político. Interpretada como agressão aos direitos cidadãos assegurados na Carta Magna, o combate à problemática da pobreza recebeu um capítulo exclusivo, relativo aos direitos sociais, que atribuiu destaque à assistência social, a qual deixaria de ser

entendida como benemerência para se tornar política de Estado (SPOSATI, 2007; COUTO, 2008).

A década de 1990 caracteriza-se como de destaque, tendo em vista a criação de uma lei específica para a assistência social – baseada nos artigos referentes localizados na Constituição, a Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) –, que considera “a assistência social como direito do cidadão e dever do Estado” (BRASIL, 1993). A extrema pobreza recebeu destaque específico no início dos anos 2000, no Governo Lula (do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de 2003 a 2011), com um tratamento diferente para a miséria no País por meio de programas sociais como o “Fome Zero”, carro-chefe das ações políticas voltadas para o combate à pobreza extrema no Brasil.

Apesar dos obstáculos mencionados nesta seção, o Brasil, durante o governo do ex-presidente Lula e da ex-presidenta Dilma, passou a ser mundialmente reconhecido por suas ações voltadas exclusivamente para a pobreza extrema, ou melhor, para sua erradicação. A chamada Era Lula voltou-se de maneira inédita para a questão social. Tal participação (do Estado) foi consolidada não de modo isolado: as pressões sociais conseguiram voz e força de representação para o enfrentamento da questão da pobreza extrema. Como nos explica Ferro (2011):

As conquistas no âmbito da política institucional no Brasil não aconteceram sem a organização reivindicativa da sociedade civil. Inicialmente foram as Organizações de Sociedade Civil que se articularam e reivindicaram o papel ativo do poder público, assim como seu papel preponderante na atenção da problemática das pessoas em situação de rua. Não obstante, progressivamente, a reivindicação se fortaleceu por meio do protagonismo e organização política da própria população em questão (FERRO, 2011, p. 69).

Assim, o aumento da intervenção social foi impulsionado pela sistemática violação de direitos contra grupos sociais inseridos na pobreza extrema, mais especificamente, o imenso contingente de cidadãos da população em situação de rua. Sobre o tema, trataremos na seção que segue.

1.2. Mobilização social e luta pela superação da situação de rua – início(s) de uma (possível) nova história brasileira

Se nos detivermos ao tema da mobilização social no Brasil, espectros temporais que correspondem a também diferentes alvos de reivindicação podem ser observados. O termo ‘mobilização social’ é bastante amplo, pois engloba qualquer manifestação na qual estejam envolvidos/as cidadãos/ãs lutando por alguma demanda. Podemos, então, reconhecer que, a característica colonial de nosso país contribuiu para o cenário de desigualdades vigente, uma vez que, como nos conta Santos (2013, p. 37),

Não experimentou o processo de industrialização na mesma época em que ele ocorria na Europa, pois no século XVIII era território pertencente à Coroa Portuguesa. No entanto, foi marcado o desenho das posições sociais nas relações humanas. Dada a particularidade de ser território-colônia de Portugal, o Brasil, a despeito das esporádicas tentativas de insurreição, reproduzia as ideias europeias, trazidas de e por Portugal, no que dizia respeito à pobreza.

Por isso,

a pobreza no Brasil seguiu a lógica desenvolvida no sistema capitalista de acumulação e lucro: a escravidão foi uma dessas estratégias, na medida em que o entendimento de trabalho no vetusto ideário colonizador – antes de consolidar o discurso de ojeriza ao pobre e outrificação do miserável – “criou duas categorias de pessoas: os cidadãos e os escravos” (JESUS, 2005, p. 7). A sua reorganização no que, para muitos/as, simbolizou um eventual desfecho, foi responsável por boa parte do cenário de pobreza e miséria do Brasil como o vemos atualmente (SANTOS, 2013, p. 39).

Historicamente, uma grande quantidade de ações de mobilização social teve espaço no território nacional, fazendo dela um processo orgânico à construção que se vê do Brasil atual.

Cabe, entretanto, salientar que a amplitude relativa ao entendimento de mobilização social, para fins deste trabalho, desde já, há que ser delimitada; tendo em conta os mais de quinhentos anos de história e de modos de insatisfação popular, teríamos de realizar outra espécie de trabalho, de caráter mais exaustivo – o que não corresponde a nosso intuito, neste momento.

Assim sendo, para a seção, intentaremos traçar um encontro entre a mobilização social urbana e sua relação com o discurso sobre a pobreza extrema. Inicialmente, a mobilização social relativa a questões de iniquidade social, mais especificamente, em relação à miséria, ganhou relativo destaque no período

desenvolvimentista dos anos 1960 (SILVA, 2006; HAMMOUD, 2008), na era da ditadura militar, no consagrado momento do “Milagre econômico”, iniciado com o golpe militar de 1964 – que “marca a virada do tipo de modelo de desenvolvimento brasileiro. A concentração de renda aumentou depois do golpe. A classe alta e a classe média alta foram muito beneficiadas nesse momento” (HAMMOUD, 2008, p. 5), tendo em vista que “no ‘Milagre’ (...) se aumentou a industrialização, mas a produção era predominantemente destinada à classe alta” (HAMMOUD, 2008, p. 7). Tal período histórico trouxe, portanto, uma nova roupagem para a estrutura social do Brasil – cujas consequências (como a concentração de renda e extremas disparidades sociais) podem ser sentidas ainda hoje.

Paralelamente, como destaca Gohn (1997), a pesquisa social sobre mobilização de grupos ganhou consistência nos anos 1980, o que pôde acompanhar e traçar um panorama do que acontecia no contexto social de então. Os trabalhos, ainda segundo a autora, traziam uma representação bem atenta das décadas de 1970 e de 1980. Naquele contexto, o país passava por uma forte demarcação entre classes sociais, sendo que nos anos de 1970 a classe média assumiu certo destaque com mobilizações voltadas a situações pontuais, ligadas a demandas comunitárias e circunscritas à resolução de problemas de comunidades de bairro ou de classe, como a estudantil, por exemplo. Conforme explica Gohn (2013, p. 11), “a sociedade civil organizada passou a orientar suas ações coletivas e associações por outros eixos – focada menos nos pressupostos ideológicos e políticos – predominantes nos movimentos sociais de 1970 e 1980 e mais nos vínculos comunitários”.

A questão da pobreza extrema vinha se definindo dentro de uma lógica de industrialização frenética que atraía um contingente grande de pessoas para as cidades em busca de uma situação de vida melhor:

Destaca-se que no período (...), no processo de destruição de um padrão de acumulação fundado em atividades econômicas de bases agroexportadoras para um padrão de acumulação sustentado em uma estrutura produtiva de base urbano-industrial, a área rural contribuiu com um grande contingente populacional na constituição de um exército industrial de reserva nas cidades brasileiras, especialmente naquelas localizadas no eixo sul-sudeste do País, nas quais o processo de industrialização foi mais acelerado (SILVA, 2006, p. 99).

Assim, na época, alargaram-se os bolsões de pobreza dos grandes centros, que refletiam a incapacidade de absorção urbana concernente ao número de pessoas que saíam de suas

localidades (do meio rural e de outras localidades ‘menos desenvolvidas’) para o trabalho nos grandes centros.

Foi em meados de 1980, contudo, que o tema da pobreza extrema conseguiu projeção com movimentos de mudança social, influenciados pelo desgaste do regime militar e pela pressão social por uma virada democrática na política. Na esteira dos movimentos sociais urbanos insurgentes, mas circunscritos a particularidades de associações (pouco, ou nada politizadas), o tema da disparidade entre ricos e pobres ganhou destaque com o envolvimento de um setor da Igreja Católica que se atinha a lançar luzes para a categoria dos “excluídos” da sociedade. É nessa década que a Teologia da Libertação (TL) conquistou um grande espaço de ação social, fundamental para as conquistas sociais ligadas a grupos oprimidos. Como explica o Professor Felipe Aquino, em seu blogue oficial,

a libertação, para a teologia da libertação, é conquistada pela via política, e não pela Redenção de Jesus, o “Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo” (Jo1,29). Jesus veio para “salvar o seu povo dos seus pecados” (Mt 1,21), e disse a Pilatos que “o seu Reino não é deste mundo”. O pecado, para a teologia da libertação, se resume quase que só no “pecado social”, mas este, não será “arrancado” com a conversão e com os Sacramentos da Igreja, mas com a “libertação” do povo, pela luta política. Daí o fato de haver um laxismo moral e espiritual em muitos adeptos dessa teologia. Muitos não valorizam a celebração da Missa, a não ser como uma “celebração de mobilização política” do povo oprimido. Não se valoriza suficientemente a oração, a Confissão, a Eucaristia, o santo Rosário, a adoração ao Santíssimo Sacramento, e a todas as práticas de espiritualidade tradicionais, que são, então, consideradas superadas e até alienantes.

A Igreja, a despeito das severas discordâncias internas, pôde, então, ser entendida como força motriz para a visibilidade da questão da pobreza extrema nesse contexto, inclusive dentro de uma percepção de mobilização, por ter assumido, de acordo a vertente da TL, um discurso de luta por mudança, operado por meio de união e apoio às classes mais negligenciadas de modo simbólico, político e material. A TL esteve, desde a década de 1960, envolvida nessas questões ao abertamente incentivar a mudança discursiva voltada à fé: o prestígio da instituição foi de grande valia para a eficácia das ações e de intervenções, mas sua atuação foi perdendo espaço devido a pressões internas, quase desaparecendo nos períodos seguintes.

A década de 1980 também ficou caracterizada pelo fim da ditadura militar e da construção e implementação da sétima Carta Magna do Brasil, em 1988. Conhecida por ‘Constituição Cidadã’, dada a notável preocupação com os temas voltados à dignidade e à cidadania da população – além de, obviamente, tratar da reorganização política do

País –, ela abriu novos horizontes de luta social para os grupos que, até aquele momento, não tinham visibilidade política e legal. O clima de mudança social pôde, então, ser sentido nas organizações, entre diversos grupos sociais, como dito, antes invisibilizados e/ou reprimidos pelo governo ditatorial.

No que toca à década de 1990, foi destaque o desmonte na área social promovido pela virada neoliberal das políticas socioeconômicas dos governos Collor e FHC (dos presidentes Fernando Collor de Melo (1990 a 1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2003), respectivamente), operado pela “flexibilização das relações de trabalho e uma redução do papel do Estado” (RESENDE, 2005, p. 55), que, na busca de manutenção da estabilidade econômica, retirou do campo das prioridades investimentos sociais. Como explica Romão (2003, p. 3),

o Estado brasileiro, a partir de 90, com o Plano Collor (...) abre sua economia comercial e financeiramente, provocando a desnacionalização e nos faz retornar economicamente aos anos 30. Passamos a exportar bens intensivos em mão de obra e recursos naturais e importar bens intensivos em tecnologia e capital. Esse modelo tem reflexos sobre as políticas sociais que ficam relegadas novamente ao segundo plano.

Como resultado da política de Estado característica dessa década, houve transferência das responsabilidades sociais para o terceiro setor, cuja presença tornou-se mais forte do que a mobilização coletiva observada nas décadas anteriores. No que tange à pobreza, destacou-se o recrudescimento da questão social, pois com o foco na manutenção econômica, o Estado posicionou-se de acordo com os ditames do mercado internacional, cujo interesse era, claramente, o lucro – este, alimentado por pacotes de investimentos pagos, eminentemente, por meio de privatizações e de superávits – e pela diminuição do poder estatal. Tal posicionamento gerou, entre outras coisas, aumento da inflação e do desemprego – dado o grande número de pessoas que foram deslocadas para o mercado informal (que, por sinal, não assegura os direitos sociais em caso de adversidades quaisquer) –, formatando um cenário no qual as pessoas tinham cada vez menos possibilidades, tempo e energia para se organizar em mobilização por mudanças. Ademais, o aumento da desigualdade e da violência promoveu diversos episódios de desrespeito social e que estiveram diretamente relacionados à situação de miséria: a década de 1990 ficou conhecida como um período no qual a violência social contra a pobreza extrema obteve grande repercussão, tendo sido inclusive operada por representantes do Estado – como os casos do massacre do Carandiru (em que mais de 100 detentos foram executados na Casa de Detenção de São Paulo), em 1992, e o da

chacina da Candelária (o assassinato de oito crianças e jovens em situação de rua na região da Igreja da Candelária), em 1993; ambos os crimes (ainda hoje não resolvidos) foram perpetrados por policiais militares de São Paulo e do Rio de Janeiro. Diante desse contexto turbulento, os movimentos sociais voltados para a questão da violência obtiveram destaque, por conseguirem apoio de setores da comunicação, que – em conjunto com ONGs – traçaram a ideia de mobilização social da década: contextos de luta localizados, mas que contribuíram para a formatação da década seguinte. Cabe mencionar ainda que, com a exceção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – organizado nos anos de 1980 –, poucos movimentos sociais tiveram visibilidade mais ampla. A questão dos anos de 1990, descrita anteriormente, reverberou e assumiu um contorno particular na década seguinte. Como nos explica Gohn (2013, p. 12):

A sociedade fragmentada e polimorfa que se configurou a partir dos anos de 1990, o modelo de associativismo que está se consolidando ao longo dos anos 2000, caracteriza-se pela tendência dos grupos e movimentos sociais organizados de se articularem em redes e criarem fóruns a partir dessas redes.

É, então, nesse contexto de convulsão política que, no início dos anos 2000, estabeleceu-se uma organização formada por trabalhadores/as de reciclagem e que conformará um movimento de gênese diferenciada. Sobre ele trataremos a seguir.

1.3. O Movimento Nacional da População de Rua (MNPR): um percurso discursivo particular(?)

No bojo dessas profundas questões sociais no Brasil, constituiu-se o hoje chamado Movimento Nacional da População em Situação de Rua, o MNPR. Sua história, na verdade, está imbricada com a tensa realidade social consolidada em décadas de desigualdade que a ordem socioeconômica produzira até então. Como explica sua Cartilha para formação política “Conhecer para Lutar”, o “MNPR surgiu para reivindicar políticas públicas que atendam às necessidades e à dignidade humana” (INSTITUTO PÓLIS, 2010, p. 28).

O MNPR é um movimento social decorrente da luta conjunta de alguns atores sociais e de outros movimentos catalisados pela Chacina da Praça da Sé, um episódio de violência praticado contra pessoas conhecidas como “moradores de rua da Sé”. O fato, repercutido nacional e internacionalmente (pelo teor de barbárie), ocorreu em 19 de

agosto de 2004, quando quinze pessoas que dormiam no local foram atacadas, sendo que sete delas foram brutalmente assassinadas. Os agressores não foram identificados, mas as vítimas sim: todas elas pessoas em situação de rua. Houve, na época, uma mobilização que agregou diversos setores sociais e que contou com o apoio ativo de setores da Igreja, principalmente a Pastoral do Povo de Rua (uma das pastorais historicamente ligadas à TL). Em sua pesquisa sobre características constitutivas da população em situação de rua, Costa (2007, p. 137) explica que

o MNPR, desde seu nascimento, esteve sempre próximo ao MNCR, e como este último, também se apresenta como um movimento de escala nacional. Contudo o MNPR possui articulações em poucas cidades brasileiras, sendo as principais São Paulo e Belo Horizonte. Cidades onde, justamente, a Pastoral do Povo da Rua é mais ativa.

Voltando à tragédia acontecida na capital paulista em 2004, ela foi o estopim para que pessoas em situação de rua se organizassem em mobilizações que demandavam uma posição oficial frente à ausência de políticas públicas de proteção e defesa dos direitos das pessoas em situação de rua, bem como o enfrentamento concreto da problemática no Brasil. Imbuídos do propósito de mudança social, lideranças da situação de rua de estados como São Paulo, Bahia e Minas Gerais se uniram ao já constituído Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (o MNCR, instituído desde 2001 e formado por cooperativas de catadores/as de materiais recicláveis, nacionalmente consolidadas desde os anos 1990) e, mobilizados em conjunto na “Marcha Nacional do MNCR em Brasília”, estabeleceram uma articulação política – que já vinha sendo realizada por meio de fóruns e plenárias, desde o massacre de 2004. Assim, em setembro de 2005, um grupo de pessoas em situação de rua vindas de Belo Horizonte, convidadas para participar do IV Festival Lixo e Cidadania do MNCR, conseguiram, de modo mais estruturado, articular com outras capitais a presença de pessoas em situação de rua no evento, fundando, então, o Movimento Nacional da População de Rua. Cabe acrescentar que o decreto de implantação da coleta seletiva na Esplanada dos Ministérios (assinado em 25 de outubro de 2006 pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva), apesar de direcionado a catadores/as de materiais recicláveis, foi de fundamental importância para a inserção oficial da pauta da situação de rua. Ainda sobre a criação do MNPR (no ano de 2005), explica-nos a pesquisadora Maria Lucia Lopes da Silva (2010, p. 22) que,

somente a partir de 2005, a população em situação de rua passou a ter participação mais efetiva no Festival Lixo e Cidadania (ANDRADE, H.S; FIGUEIREDO, G. e FARIA, C. A. P de, 2008, p. 61, nota 7), assim, dificilmente poderia ter lançado o MNPR anteriormente a esse ano. Todavia a mais veemente prova desta versão é a notícia veiculada pelo Jornal “O trecheiro” de setembro de 2005:

Lançamento do Movimento Nacional dos Moradores de Rua

No encerramento do 4 festival Lixo e Cidadania, no dia 9 de setembro, às 12:00, Sebastião Nicomedes, 37, Anderson Lopes, 29, e outras pessoas em situação de rua, lançaram o Movimento Nacional de luta e defesa dos direitos da população de rua. Nicomedes, vestido com a bandeira do Brasil, comandou a o lançamento do movimento e com voz potente arrancou os aplausos dos catadores ao anunciar. “Nós estamos nesse momento, saibam autoridades, saibam os governos, saibam moradores de rua que se encontram em baixo de viaduto, nos unindo aos catadores elançando o Movimento Nacional de luta e defesa dos direitos da população de rua”. **Trecheiro – Qual o objetivo do Movimento Nacional de luta e defesa dos direitos da população de rua?** Sebastião Nicomedes – Nós precisamos organizar a população de rua que está espalhada pelo Brasil inteiro, em todas as cidades, sem poder lutar pelos seus direitos, sem conseguir buscar ajuda para sair dessa situação, esse tipo de vida ruim, desse sofrimento todo. Não conseguimos ser atendidos em nada. O Movimento vai cuidar disso. Juntar essas pessoas e trazê-los para o movimento, e junto vamos somar forças para mudar essa situação. **T - Como será a mobilização?** SN- Essa carta de intenções saiu aqui o ano passado [no 3o Festival Lixo e Cidadania]. Semana passada, dia 1 e 2 de setembro, estivemos em Brasília, no Encontro Nacional de População de Rua, junto com o ministério [Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome], e lá propusemos a criação do Movimento [...]. **T- Quais são as principais dificuldades que vocês encontram na mobilização da população em situação de rua?** SN- Recursos. Nós não temos recursos. Vamos buscar parceiros. A igreja, as pastorais, as ONGs, e quem trabalha nessa área e entende a necessidade de realizar o Movimento. Nossa necessidade é total, mas nós não temos medo. Já vivemos sem dinheiro, caminhamos, passamos fome. Nós sabemos chegar. Vamos superar essa fase. O dinheiro é o nosso problema maior, mas nós não ligamos para isso. Nós vamos conseguir. Se precisar pegar o trecho, nós vamos pegar (REDE RUA DE COMUNICAÇÃO, 2005, jornal o trecheiro nº 135, p.3).

Reforçando que, politicamente mobilizados, alguns atores em situação de rua – previamente à efetivação da coordenação nacional do MNPR – conseguiram fazer-se presente de forma mais concreta em discussões sociais de Estado. Alguns dias antes da criação do Movimento, a situação de rua foi foco de uma ação oficial de caráter exclusivo: promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua contou com a participação de setores do governo e da sociedade civil – esta organizadas em fóruns de diversos estados brasileiros. O encontro foi formulado para discutir a realidade da situação de rua no País, com o fim de definir estratégias para o enfrentamento da questão social traduzido em políticas públicas de Estado, sendo uma das bases para a concretização do MNPR (como mencionado anteriormente, no IV Festival Lixo e Cidadania do MNCR). Por meio da participação no Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) – formado em 2006 –, o qual contava com a representação dos ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Saúde, da Educação, das Cidades, do

Trabalho e Emprego, da Cultura e da Secretaria Especial de Direitos Humanos, o MNPR lançou sua logomarca.

O ano de 2007 também é de forte relevância para a luta do MNPR: é nele que se inicia a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Financiada pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e executada pelo instituto de pesquisa Meta, o documento teve a proposta de mapear 71 municípios brasileiros com vistas a traçar um perfil da população em situação de rua, buscando atender,

por um lado, uma justa demanda da sociedade civil, em especial, dos movimentos sociais que representam a população em situação de rua, por visibilidade e uma maior atenção do poder público; e, de outro, a produção de informações para subsidiar a formulação de políticas públicas para o setor (BRASIL, 2009a, p.7).

Em 2008, enquanto se desenvolviam as discussões para a preparação do documento que oficializava as ações específicas a serem voltadas para a população em situação de rua, o MNPR conseguiu eleger um representante dentro do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). No mesmo ano, foram divulgados os resultados da Pesquisa Nacional, que, em seu resumo identificou um contingente de mais de 50.000 pessoas adultas em situação de rua no recorte analisado; entretanto, como explica Ferro (2011, p. 54),

ainda que nos resultados da *Pesquisa Nacional* os autores sugeriram um “novo perfil da população em situação de rua”, diferente do perfil tradicionalmente indicado pela literatura especializada (Brasil, 2008), na realidade o estudo não trouxe novidades significativas referentes ao perfil dessa população. O “novo perfil” ao qual se referem seria do “trabalhador pobre sem moradia convencional”, perfil que já havia sido apresentado por levantamentos anteriores (VIEIRA et al., 2004; Belo Horizonte, 2006; Porto Alegre, 2008; São Paulo, 2009).

No ano seguinte, após discussões relativas às políticas públicas referentes à situação de rua foi realizado, ainda em âmbito oficial, o II Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, no qual as propostas e demandas organizadas foram submetidas para a construção definitiva da “Política Nacional para a População em Situação de Rua”. O momento, entretanto, consolidou-se como um episódio bastante tenso do qual foi originado o documento reivindicatório “Carta de Brasília Aberta ao Presidente da República Federativa do Brasil”. A Carta ao Presidente, centrada em treze proposições voltadas à implementação de políticas públicas específicas, possuía o objetivo de

“assegurar a universalização do acesso da população em situação de rua a esses direitos” (MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA et al., 2009, p. 22).

Ainda que composto por desencontros, o ano de 2009 tornou-se histórico para o MNPR, dada a promulgação do decreto 7.053 de 23 de dezembro de 2009 – que “institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento” (BRASIL, 2009). Foi, portanto, estabelecido um texto legal voltado especificamente para a população em situação de rua e um mecanismo de implementação e controle, o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política criada, o CIAMP-Rua; como explicam Resende e Silva (2014):

No caso específico do CIAMP RUA/DF, o comitê intersetorial constitui, em princípio, um fórum de cooperação, criado, como vimos, sob influência do decreto que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua. Esse decreto afirma que a implantação da Política Nacional deve dar-se de forma descentralizada, articulando os entes federativos que desejarem a ela aderir (Art. 2º). A adesão implica compromisso de instituir “comitês gestores intersetoriais, integrados por representantes das áreas relacionadas ao atendimento da população em situação de rua, com a participação de fóruns, movimentos e entidades representativas desse segmento da população” (Art. 3º). A política ainda prevê que esses comitês, além de intersetoriais no que diz respeito à participação de secretarias de governo de diversas áreas, devem ser paritários no que diz respeito à participação de representantes do governo e da sociedade civil.

Após mais essa realização, o MNPR passou os dois anos seguintes promovendo ações de fortalecimento de sua luta, tendo em 2010 construído – com o apoio do Instituto Pólis e o patrocínio do MDS – um projeto de capacitação de lideranças, seminários e espaços de fórum que percorreram diversos pontos do território nacional.

O ano de 2012 também foi um ano de avanço político para o Movimento. Além de ocupar cadeira no Conselho Nacional de Saúde (CNS), em março do referido ano, as coordenações da Bahia, de Minas Gerais e de São Paulo lideraram a construção do “1º Congresso Nacional do Movimento da População de Rua”, em Salvador. Com o tema “Protagonizado Histórias e Garantindo Direitos”, evento foi um encontro de representantes do Movimento (de estados como o Espírito Santo, Paraná, Rio de Janeiro, Ceará e do Distrito Federal, entre outros) com representantes do Estado (como secretários/as e outras autoridades de Estado) e da sociedade civil (como ONGs e voluntários/as voltados/as à temática da situação de rua). Em um momento de intensa discussão e construção política, certamente, o grande destaque se deu pela criação dos

primeiros documentos norteadores do MNPR. Contando com a participação dos/as presentes, tais textos constituíram o eixo organizacional do Movimento – a saber, sua carta de princípios e o regimento interno (ambos objetos de análise deste trabalho), que foram produzidos durante o congresso com a participação ativa de todos/as os envolvidos/as.

O evento também serviu para concretizar oficialmente um projeto encabeçado pelo MNPR e desenvolvido pela coordenação da Bahia: o “Bahia Acolhe” (política pública voltada para o atendimento à população em situação de rua com o objetivo de oferecer um conjunto de ações de assistência social, de acordo com a página da Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza do Governo da Bahia). Ademais, ficou acordado que os congressos se dariam em biênios. Conforme planejado, em maio de 2014, o MNPR realizou a segunda edição de seu congresso nacional, em Curitiba, cujo título foi “O Direito a ter Direitos”. O evento, que contou com a presença de aproximadamente 300 pessoas, focou na discussão dos avanços do MNPR e teve como principal produto um plano de ação (também analisado neste trabalho) que descreve as principais demandas a serem focalizadas nos dois anos seguintes. A coordenação do MNPR responsável pelo evento (a do Paraná) conseguiu reunir um número expressivo de representantes e ampliou o quadro de coordenadores nacionais. No ano de 2016, foi realizada, entre 16 e 19 de agosto, a terceira edição do Congresso. Ocorrida em Belo Horizonte, entre os temas que transitavam desde o direito à moradia e a mais serviços essenciais, o momento fez referência às comemorações dos dez anos de criação do MNPR.

Como é possível observar, a construção do discurso político do MNPR sempre esteve bastante atrelado a outros contextos de mobilização. É perceptível a natureza diretamente imbricada com discursos consagrados ligados à pobreza e a instituições que sempre se relacionaram com o público ‘mais necessitado’ (como suas relações diretas com o assistencialismo). Desse modo, a participação de grupos da Igreja, do Estado e do terceiro setor serviu de plano para que o MNPR pudesse estabelecer-se como um movimento social em busca de projeção nos embates sociais e também obter um corpo político mais sólido para demandar a mudança de realidade imaginada para essa população. Ainda assim, esses vínculos contribuem, simultaneamente, para ambivalências discursivas.

Como participante direto das mudanças sociopolíticas no Brasil, o MNPR desenvolveu um *modus operandi* peculiar quando pensamos em mobilização social sob

uma perspectiva oitentista (GOHN, 1997; 2013): o Movimento nasceu e se consolidou sob a égide de um governo de aberto discurso social, e suas coordenações mostraram-se atentas ao posicionar-se nesse discurso, aliando-se acertadamente a lutas historicamente estabelecidas – como a dos/as catadores/as de materiais recicláveis – e ao governo ‘mais à esquerda’ do Partido dos Trabalhadores (PT). Provavelmente, isso tenha acontecido e se dê devido, entre outras coisas, à própria heterogeneidade daqueles/as que compõem o MNPR, mas não podemos deixar de atentar para os ‘bons contatos’ que o movimento social conseguiu ao estabelecer uma ligação tão íntima com o Estado e com a Igreja. Sobre o que resulta da relação do Movimento com tais setores sociais, Silva (2008, p. 95) argumenta que

não nos surpreende o fato de que no decorrer dos anos a iniciativa de organização de atos públicos e mobilização da população tenha passado pela organização não só da Igreja (que ainda hoje reivindica o direito por essa organização) como também das entidades que trabalham com essa população e inclusive pelo poder público.

Por todo o aqui exposto, pensamos que o MNPR seja um movimento social que, também, talvez por sua juventude, esteja bem localizado numa ideia de interação prática, em que os contatos estabelecidos fundam-se e mantêm-se nos resultados que essas ligações podem trazer para propósitos definidos, muitas vezes, de maneira pontual no que tange a necessidades do grupo – sem necessariamente estarem os/as demandantes arraigados a uma agenda política estruturada. Exemplo: em alguns momentos, a agenda de habitação para a situação de rua – que, aliás, existe – acaba sendo demandada pelo Movimento e executada pelo Estado em casos (urgentes, obviamente, mas) pontuais. Isso acaba fazendo com que o MNPR, para garantir que o grupo focalizado receba a atenção do governo, consuma uma imensa energia política ao invés de pressionar por um projeto maior e estratégico no qual a população em situação de rua, como um todo, receba atenção mais geral. Em outras palavras, recompensas e perdas acompanham as escolhas feitas, sendo que o primeiro resultado (as recompensas) acaba tornando-se o foco central da relação estabelecida (ou seja, sem considerar reflexiva e criticamente determinadas posições sociais); tais ganhos, assim como suas perdas, repercutem direta e indiretamente nos contornos e prognósticos do grupo social demandante e na formação política a ser aplicada em seu(s) núcleo(s), tendo em vista constituição discursiva inscrita em tais relações.

A proposta alternativa a essa prática poderia se dar pelo que chamamos de ‘redes pragmáticas’. Em resumo, o conceito de redes pragmáticas pode ser entendido por estratégias e recursos utilizados de maneira coordenada (em diferentes perspectivas) para atingir fins práticos e criticamente transformadores para todo o grupo social oprimido. Assim, a ideia corresponderia a um posicionamento coletivo reflexivamente contrário à ordem embotadora, naturalizada (e naturalizante) diluída no discurso da pós-modernidade (GILROY, 2001; HALL, 2005). Entendemos, portanto, as redes pragmáticas como ação social incentivadora da minimização/ausência de um posicionamento mais social rumo a um holisticamente politizado. O conceito proposto de redes pragmáticas, para a compreensão do *modus operandi* do MNPR, será retomado, de maneira mais detida, nas Considerações Finais.

Ademais, podemos já refletir sobre como as ligações sociais desempenhadas pelo Movimento impactam diretamente no discurso assumido e, principalmente, no discurso pressuposto. Vimos nesta seção que a configuração do MNPR se deu em contextos de relação com forças díspares, desde seu começo. Assim sendo, como será que são colocados os aspectos discursivos em um posicionamento aparentemente ambivalente? No que impactam os interdiscursos em relação à agenda de mudança social efetiva que o MNPR, como movimento social, defende? E, tendo em vista que “a identidade (...) é uma questão discursiva. (...), não é algo dado” (SILVA, 2009c, p. 182) como se estabelece sua identificação acerca de si e de seu redor político (a saber, Estado e demais parceiros)? Essas são algumas questões que procuraremos desenvolver ao longo dos próximos capítulos deste trabalho, mas cabe refletir sobre. Pretendemos resgatá-las durante as análises e no momento da crítica explanatória.

¡Oh pobre patria! ¡Oh pobres patrias!
(“Pobre Patria”, por Mercedes Sosa)

CAPÍTULO 2

MOVIMENTO TEÓRICO, VOZES SOCIAIS

*Pedagoginga na troca de informação
 Papo de visão, nossa construção
 Passa por saber quem somos e também quem
 eles são
 Não entrar em conflitos que não tragam solução
 Evitar a fadiga, não dar um passo em vão
 Quando todo campo de conhecimento é válido
 Só tem o que o homem pálido
 Nos vende, e que somente o seu que serve
 Levanta-se a voz daquele que se atreve
 A expor seu desconforto mesmo que o sistema
 não releve*

(“Pedagoginga”, de Thiago Elniño)

Neste capítulo, trataremos dos aspectos teóricos que norteiam a pesquisa. Para tanto, iniciaremos tratando alguns conceitos caros à investigação, seguidos de suas referências de teoria. Adiantamos que os nomes aqui arrolados são referentes a um processo de busca que nos mostrasse uma articulação possível entre teoria e prática; em outras palavras, aqui estão as referências que, em nossa percepção, podem sair das páginas deste trabalho para uma intervenção concreta no mundo. É um esforço para evitar afogamentos no mar abstrato dos conceitos, pressupostos e produções não tangíveis.

O capítulo está seccionado em quatro partes. Na primeira, 2.1., fazemos uma discussão entre as relações que a Análise de Discurso Crítica estabelece para a pesquisa com textos, mencionando as características que contribuem para entendermos a necessidade de realizarmos o trabalho analítico aqui defendido; na seção seguinte, 2.2., restringimos o campo de discussão para localizar os/as autores/as centrais para a discussão final do trabalho, aqueles/as que servirão de parâmetro no apoio à interpretação dos dados, apresentada nos capítulos quarto e quinto; na terceira seção, fazemos uma reflexão acerca do trabalho de pesquisadores/as latino-americanos/as: 2.3 se mostra como um intento de manter a coerência referente a nossas escolhas epistemológicas; por fim, em 2.4, destacamos o método que será aplicado de maneira principal no Capítulo 5, segundo momento analítico deste trabalho.

2.1. A ADC na jornada da mudança discursiva: ação, representação e identificação social em textos

Agir, representar e identificar. Três ações fundamentalmente humanas, vitais para o funcionamento da vida social como a conhecemos e de inescapável dependência do uso da linguagem. Assim sendo, parece-nos ser ponto pacífico o entendimento de que aquilo que dizemos fala muito sobre quem somos. Afinal,

o sentido daquilo que somos ou, melhor ainda, de quem somos, depende em boa parte das histórias que contamos e que nos contamos, histórias que podem ser *lidas* a partir de três ângulos: o primeiro, hermenêutico, já que o ser é impensável fora da interpretação; o segundo, semiológico, dado que o significado de um *texto* é impensável fora de suas relações com outros *textos*; e o terceiro, pragmático-político, já que o ser humano está em um mundo no qual o discurso funciona socialmente, em um conjunto de práticas discursivas que implicam jogos de poder (LÓPEZ, 2001, p. 188, grifos no original).

Por isso, não atrai nenhuma polêmica a afirmação de que falar sobre si (ou sobre algo/ alguém) é trazer o momento rememorado à realidade localizada na qual se desenvolvem quaisquer trocas comunicativas entre pessoas. Sim, como nos é inescapável a noção e a presença do contexto, de contextos. Avançando, urge refletir e compreender a natureza discursiva da linguagem, observando-a como base que assegura nossa existência, vivências e sobrevivências sociais, em sentido amplo e restrito: “não há como pensar a linguagem fora da sociedade ou como se o contexto sociocultural fosse um adendo, um penduricalho” (MUNIZ, 2009, p. 3). Discurso, linguagem e sociedade: perspectivas que compõem o ser social inclusive como ser político.

Este trabalho trata especificamente de seres políticos. Ele é fiel à gênese que defendemos de uma percepção discursiva crítica acerca do uso da linguagem. Para tanto, alinhamo-nos à proposta da Análise de Discurso Crítica, caracterizada por tratar-se de um conjunto heterogêneo

de abordagens críticas para o estudo linguístico-discursivo de textos no sentido de que as pesquisas vinculadas (...) assumem uma posição explícita em face de problemas sociais parcialmente discursivos, isto é, não simulam ‘imparcialidade científica’. Partindo da identificação de problemas sociais com facetas discursivas, o objetivo é desvelar discursos que servem de suporte a estruturas de dominação ou que limitam a capacidade de transformação dessas estruturas (RESENDE, 2008, p. 40).

Assim sendo, a ADC se apresenta como excelente meio para que não escolhamos a infértil teimosia de separar linguagem de sociedade, uma vez que a natureza daquela mostra-se mais complexa do que faria crer uma percepção descritiva ou puramente abstrata de estudos linguísticos. Dentro dessa perspectiva, a dos estudos linguístico-discursivos, a ADC defende uma proposta intimamente alinhada às necessidades de grupos que buscam entender e intervir no funcionamento do mundo social. Assim, ao tornar inalienável o aspecto discursivo do social, a ADC maneja dois conceitos de discurso, que, como retoma Santos (2013, p. 20), assume dois âmbitos inter-relacionados: “um mais amplo (ou mais abstrato), que se refere ao momento discursivo ou semiótico da prática social; e um mais restrito (ou menos abstrato), que diz respeito aos modos particulares de representação do mundo social”.

Assim, estar ciente de que nossas ações no mundo social são mediadas pelo discurso e por discursos nos auxilia a refletir sobre possíveis maneiras alternativas para enfrentar situações de opressão (COX, 1959; FANON, 1968; 2008), que entendemos como hegemônicas (no sentido gramsciano do termo) no que trata, principalmente, da instabilidade, mas também pelo consentimento pelo qual grupos sociais oprimidos demonstram pouca ação diante de seus opressores – que desenvolvem e aplicam estratégias operadas por realizações discursivas ideológicas (THOMPSON, 2011; PARDO ABRIL, 2012). Sutilmente ou não, tais realizações ocorrem diuturnamente nas mais variadas situações de nossas vidas.

Passaremos agora a nos referir a conceitos caros à ADC, a saber, práticas e eventos sociais. Não devemos negligenciar a necessidade de – além do entendimento da regulação social promovida pelo discurso – atentar para como os conceitos de prática(s) e de evento(s) são fundamentais para localizarmos a luta social. Como explica Santos (2013, p. 21), “o conceito de práticas sociais está diretamente relacionado à conexão entre quatro elementos da vida social: fenômeno mental (desejos, crenças e valores), atividade material, relações sociais e discurso”; já os eventos podem ser entendidos como realizações situacionais mais mutáveis – se comparadas às práticas (algo mais virtuais a mudanças) e às estruturas sociais (mais fixas em relação a mudanças). Os eventos funcionam como aspecto social mais (perceptivelmente) concreto e particular, devido a sua característica cultural e sócio-historicamente localizada. Como mencionado, tais entendimentos estão interligados ao de estrutura. Fazendo uma brevíssima apropriação de alguns conceitos do Realismo Crítico (RESENDE, 2009; BARROS; VIEIRA; RESENDE, 2016), podemos entender ontologicamente o mundo,

dentro de nossa realidade social, como constituído por três estratos: o potencial, o realizado e o empírico:

O domínio do potencial refere-se ao que quer que exista (...). O potencial refere-se também às estruturas internas e poderes causais dos elementos sociais, isto é, sua capacidade de se comportarem de maneiras particulares, suas tendências e suscetibilidades a certas mudanças. (...). Se o potencial refere-se às estruturas e poderes dos elementos sociais, o realizado refere-se “ao que acontece quando esses poderes são ativados” (Sayer, 2000b: 10). O empírico, por fim, é definido como o domínio da experiência, da observação – é aquilo que nós efetivamente observamos dos efeitos das estruturas, das potencialidades e das realizações (RESENDE, 2009, pp. 20-21).

Observamos, então, como se integram o entendimento de discurso e o de mundo social, no que diz respeito à interpretação social em níveis que se unem e se retroalimentam a partir de situações localizadas, mas simultaneamente conectadas umas às outras: um dos elos centrais para que determinados discursos e ações perdurem no tempo pode ser entendido na prática social; já os episódios que realizam o potencial das práticas sociais podem ser entendidos como eventos.

A concretização desses níveis também se dá mediante a presença de textos. É também nos textos que o mundo social se concretiza. De acordo com a ADC, “os textos são vistos como a parte discursiva de eventos sociais” (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 177) e “um recurso de que pessoas lançam mão em sua vida diária para interagir e se relacionar, para representar aspectos do mundo, assim como para ‘ser’, para identificar a si e aos outros” (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 178). A concepção de texto não se restringe a suas manifestações verbais. Com base nisso, o entendimento desenvolvido nos aponta uma possibilidade de reflexão sobre a agência política por meio do discurso, pois, assim como os textos podem plasmar estruturas e consolidá-las no mundo social, eles também podem ser capazes de repensar as práticas que compõem e mantêm tais estruturas. Tendo em vista o discurso mediar a prática social e a produção dos textos (FAIRCLOUGH, 2010), estes portam uma capacidade fundamental dentro das estruturas de poder. Ainda de acordo com a ADC, por constituírem-se como realizações centrais nas (e para as) práticas sociais – e, por esse ponto, terem uma relação intrínseca com as estruturas nas quais são produzidos –, os textos conseguem desenvolver ligações entre si, em termos de categorias: são exemplos disso a intertextualidade (BAKHTIN, 2011) (ou seja, articulações variáveis e dialógicas socialmente assumidas por diferentes textos em diferentes contextos históricos e socioculturais do mundo social) e a interdiscursividade (isto é, a gama social de construções simbólicas (discursos) operadas

e articuladas também por textos (em questões de gênero, discursos e estilos³) em práticas sociais, as quais ativam, reproduzem e/ou contestam variados discursos). Assim, é destacada a importância da reflexão acerca das estruturas sociais nas quais estamos, por meio de textos, todos/as inscritos/as e representados/as. Destarte, como assumem investigações calcadas na ADC, é essencial compreender que, por meio dos textos, representamos, identificamos e agimos no mundo social.

Todo texto é um modo semiótico-discursivo representativo, ao articular discursos que operam traços que, por sua vez, dizem bastante acerca de quem o produziu; assim sendo, quando um texto é construído, seu/sua produtor/a sempre age socialmente no mundo, pondo em suas representações (desse mundo em que vive ou que imagina) elementos que conformam o texto como particular em sua tessitura: todo o processo é permeado por visões particulares do mundo (ou seja, discursos) que influem diretamente nas escolhas a serem feitas nas representações realizadas. Assim, podemos afirmar que todo texto se alinha a um (ou mais) discurso(s), que corresponde(m) a entendimentos particulares acerca de algum aspecto do mundo social, uma vez que seu/sua produtor/a encontra-se inserido/a nos constantes embates da sociedade: entre pobres e ricos, mulheres e homens, negros e brancos, esquerda e direita, e assim por diante. Nenhum texto é neutro, pois sempre somos impelidos/as a assumir posturas diante dos temas da sociedade.

É nesse sentido que os conceitos da ADC nos apontam a uma possibilidade para pensarmos eventuais mudanças discursivas, uma vez que as questões de opressão social também são resultado de embates por poder, em que discursos sistematicamente sobrepõem discursos. Nessas disputas, é necessário desvelar as manifestações discursivas hegemônicas – como a tradição dos trabalhos em ADC vem fazendo em seus anos de atuação –, mas também apoiar as expressões discursivas de resistência, para compreender e fomentar ações de redefinição sociais.

É pelo exposto anteriormente que, também, para este trabalho, interessa-nos observar atentamente como a argumentatividade se desenvolve em termos discursivos e como, em específico, o MNPR no processo de produção discursiva desenvolve suas representações e identificações. O foco na argumentatividade possibilita ampliar nossa percepção no que diz respeito a visões ideológicas que se desenvolvem por meio da construção de argumentos, em “estratégias argumentativas por meio das quais o texto

³ Para maior aprofundamento sobre esse tema, confrontar Fairclough (2003) e Ramalho e Resende (2011).

avança, por meio de recursos como o uso de termos lexicais, conectores, oposições sintagmáticas entre pronomes pessoais, entre modos e tempos verbais, entre vozes, elementos recorrentes ao longo do texto” (MOLINA, 2012, p. 41). Segundo Pardo (2011, p. 55),⁴

é importante distinguir (...) argumentatividade (Lavandera, 1992) e argumentação, entendendo por argumentatividade o traço argumentacional mínimo que todo texto exige para avançar ou dar continuidade a seu dinamismo comunicativo (o que faz da argumentatividade uma característica essencial da linguagem) e, por argumentação, um grau de argumentatividade de alta recorrência que permite reconhecer uma série de práticas discursivas particulares.

Assim sendo, entendemos que os argumentos podem ser tomados inclusive como portadores efetivos de discursos, uma vez que o esforço retórico – característico à natureza da argumentatividade – exige uma série de estratégias as quais podem expor ou mascarar visões de mundo particulares (ou seja, discursos), que podem auxiliar ou interpor projetos de mudança social. Ainda que nos detenhamos em abordar criticamente a questão argumentativa, é necessário localizá-la em perspectiva discursiva, o foco deste trabalho, que observa na gênese argumentativa uma possibilidade de intervenção. A tomada discursiva inscrita neste trabalho pretende propor, então, um salto que consiga atingir orientações voltadas para um produto coletivo, com vistas a articular relações defendidas, na teoria da argumentação, como lógicas a construções discursivas.

Assim, unindo os pontos aqui apresentados, percebemos a necessidade de atentar para o quão fundamental é o escrutínio dos textos desde uma perspectiva discursiva, posto serem eles vetores discursivos que nos orientam quanto aos modos como se conformam questões da sociedade. Indo além, aliada à valorização dos textos nos projetos de protagonismo social, mostra-se necessária (e urgente) a reflexão crítica acerca de como identidades são construídas, bem como as representações que os textos abarcam, tendo em vista sua pluralidade de manifestações e seu alcance social.

⁴ Todas as citações de língua estrangeira foram traduzidas pelo autor.

2.2. Representação de eventos e atores sociais: perspectivas teóricas

Seguindo com a percepção acerca das representações, trataremos, nesta parte da pesquisa, especificamente, da ligação entre textos e posições discursivas. Intentaremos, para tanto, fazer uma relação de nosso estudo com teorias que nos ajudem a compreender como discursos de resistência podem reconfigurar realidades sociais. Este trabalho discute o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) em sua construção política objetivando mudança social no que tange à situação de rua, bem como a seu protagonismo: o aspecto linguístico-discursivo contempla um dos momentos mais relevantes de investigação acerca do movimento social para entendermos os contornos discursivos de sua identidade e projeto de luta. Ademais, como discutido, o trabalho com raízes fincadas na ADC nos permite assumir relações com diferentes áreas do conhecimento, tendo em vista estarmos tratando de um fenômeno que baseia toda e qualquer relação social: a linguagem.

Ainda que tenhamos uma gama interessante de abordagens possíveis, optamos por eleger dois pontos de conexão teórica principais, a fim de apresentar um trabalho mais condensado e mais direto em seus objetivos. Assim sendo, trabalharemos com perspectivas discursivas e perspectivas sociológicas.

No que concerne ao trabalho discursivo, nosso norte, como já anteriormente abordado, será a ADC; circunscrita a ela, durante o todo o percurso do trabalho, além da base da abordagem teórico-metodológica advinda dos trabalhos de Fairclough (2003; 2010), recorreremos a autores/as que concentram suas investigações nas relações sociais e no aspecto potencialmente transformacional assumido no discurso por atores e grupos sociais envolvidos em questões específicas da esfera social. Dessa maneira, trabalhamos norteados por trabalhos de Resende (2008; 2009), Ramalho e Resende (2011), Pardo (2011) e Marchese (2011; 2012), que desenvolvem pesquisas consolidadas em ADC aliadas à problemática da pobreza extrema. Ademais, a escolha por tais autoras justifica-se por sua produção intelectual robusta, que atrela os estudos críticos voltados ao discurso a um recorte posicionado e orientado para a intervenção concreta das questões investigadas. Essa tomada discursiva também está articulada a conceitos básicos da teoria funcionalista da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF); assim sendo, os aspectos de interação e uso da estrutura da língua serão analisados segundo a gramática da experiência (SILVA, 2009b) oferecida pela teoria. A LSF, desse modo, será mais um apoio para descrevermos como aspectos linguísticos operam de maneira reveladora na

superfície textual, pois, como destacado, recorreremos ao Método Sincrônico-Diacrônico de Análise Linguística de Textos (MSDALT) para rematar o aspecto analítico (descritivo inclusive) do trabalho. A união dos métodos (LSF e MSDALT) permitirá apresentar de forma pertinente a análise linguística no escrutínio dos *corpora* (apresentados no Capítulo 3, referente à metodologia da pesquisa) quando da interpretação discursiva com base nas questões e propostas de pesquisa.

No que diz respeito à reflexão sociológica, recorreremos a autores/as que tratam dos temas de identidade, opressão e luta social. Dado nosso trabalho voltar-se para a mobilização organizada da população em situação de rua (sua luta como entidade de projeto com proposta de protagonismo político), nossos esforços analíticos estarão detidos nas relações que o MNPR deslinda nos textos analisados nos Capítulos 4 e 5. Para tanto, as linhas de trabalho de autores/as como Gohn (2008; 2013), Alonso (2009) e Oliver (2009), que discorrem sobre a mobilização social a partir das novas configurações assumidas por movimentos sociais na atual fase da modernidade; assim como Cox (1959), Ramos (1960), Fanon (1968; 2008), Hall (2005), Souza (2009), Collins (2013), Silva (2009a) e Adichie (2009), que apresentam produções consolidadas referentes à conexão entre o estar no mundo associado a questões de exclusão operadas pela hegemonia e a como a estrutura social age ideologicamente na manutenção de determinadas identidades sociais. Desse modo, interessa-nos localizar e apresentar neste trabalho um estudo analítico que discuta, entre outras coisas, como pessoas com um histórico de sistemáticas violações – em que a recorrência de abusos termina por constituí-las como contingente de população – alcançam construir um movimento social, e as implicações identitárias advindas do projeto de resistência. Ademais, intentamos reforçar a relação possível e produtiva da Linguística com as Ciências Sociais, a fim de que as áreas se articulem cada vez mais contribuindo para projetos de mudança social.

Aqui, cabe-nos assumir uma postura epistemológica simpática ao projeto político-acadêmico da Decolonialidade (BERNARDINO-COSTA, 2007; MALDONADO-TORRES, 2007; NASCIMENTO, 2010). Ao alinharmos-nos ao projeto decolonial, posicionamos este trabalho em uma perspectiva na qual ele possa oferecer não apenas possibilidades de reflexão entre linguagem e sociedade, mas também uma investida dialética nas dimensões acadêmicas e (principalmente) sociais rumo a uma transdisciplinaridade que repercuta na ação política das pessoas envolvidas nesta

investigação. Trata-se trazer as luzes para outro cenário, como defendem Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016, p. 19), assumir novo *locus* de enunciação:

Afirmar o *locus* de enunciação significa ir na contramão dos paradigmas eurocêntricos hegemônicos que, mesmo falando de uma localização particular, assumiram-se como universais, desinteressado e não situados. O *locus* de enunciação não é marcado unicamente por nossa localização geopolítica dentro do sistema mundial moderno/colonial, mas é também marcado pelas hierarquias raciais, de classe, gênero, sexuais etc. que incidem sobre o corpo.

A relação aqui apresentada tem como um de seus principais focos também aproximar áreas do conhecimento, envolvendo questões centrais de representação e identidade discursivas, tendo em vista a constante necessidade de revisarmos as barreiras entre Academia e Sociedade: a primeira, apesar de colocar-se mais aberta a temas da segunda, ainda demonstra certa timidez em assumir uma postura mais enfática e democrática, acreditando-se, muitas vezes, como espaço privilegiado, um classicismo residual frente ao entendimento do social como ‘senso comum’. Para a quebra da perspectiva histórica diferenciadora, que, mesmo séculos depois, ainda remete a um ar despótico-esclarecido, é mandatório pensarmos estratégias que surtam efeito no mundo fora dos textos e das bibliotecas – o conceito de mudança pela prática social que discutimos na seção anterior – e investirmos no trabalho social conjunto, no qual cada elemento se perceba como elemento fundamental na construção de uma realidade outra. Isso parte inclusive dos modos como, nós pesquisadores/as, desenvolvemos nossas pesquisas e as teorias que usamos: elas, necessariamente, têm de estar alinhadas à infusão social aqui proposta. Compreender as realidades como também particulares – conforme sustenta o projeto decolonial – pode ser entendido como um movimento direcionado para trabalhos epistemológicos mais coletivos.

Assim sendo, retomando as bases defendidas pela ADC, o trabalho com proposta de desconstrução das opressões operadas pelo discurso por sua análise crítica, unido ao projeto decolonial, incentiva-nos a juntar forças com pesquisadores e pesquisadoras dedicados/as a refletir como se constroem as relações de poder por meio do discurso, porém com um recorte mais familiar a nossa realidade, ou seja, desde a perspectiva latino-americana. Como menciona Santos (2013, p. 25),

a América Latina vem se posicionando como espaço organizado e atento para discussões que se referem a contextos de discursos ideológicos, nos quais questões como a anulação de direitos sociais e a problemática da pobreza se inserem como agendas de luta. (...) O tema, um problema estrutural

extremamente urgente, tem orientado pesquisas e publicações que se alinham à proposta da ADC.

A característica do território e da história dos países da América Latina conecta os/as pesquisadores/as em torno da questão da pobreza na comunidade; o foco é ampliado inclusive para a questão da pobreza extrema – o que se harmoniza com esta investigação. Sobre o tema da produção da comunidade de analistas de discurso críticos/as, trataremos mais detidamente na seção que segue.

2.3. América Latina e as abordagens sobre discurso e pobreza em ADC: uma nova escola?

Os estudos discursivos em ADC na América Latina seguem uma trajetória que acompanha a própria história evolutiva dessa abordagem no mundo. A proposta teórico-metodológica da ADC remonta aos anos 1980 (RESENDE; RAMALHO, 2009; SANTOS, 2013), consolidando-se nos anos 1990 como área de estudos desenvolvida por pesquisadores/as advindos/as principalmente de instituições europeias, notórios por propor a visão crítica acerca dos estudos dos textos. Quando tratamos das fundações da ADC, não podemos deixar de fazer referência a intelectuais como, por exemplo, Norman Fairclough, Gunther Kress, Theo van Leeuwen e Siegfried Jäger, cujo esforço para refletir acerca das facetas que a linguagem assume como discurso na sociedade abriu as portas do que hoje entendemos e estudamos como ADC. A história que começou – e segue – há quase trinta anos, aos poucos foi se ampliando para outras partes do mundo, passando, então, a assumir fôlego para investigar e lidar com as características próprias de cada território.

Nesse contexto de evolução, as diversas e intensas mudanças político-econômicas pelas quais passaram vários países da América Latina nos últimos vinte anos – com o aparente declínio do pensamento neoliberal e a ascensão de políticas mais progressistas, que agora se puseram em risco em parte do continente, incluindo o Brasil – posicionaram as nações latino-americanas em

uma história de luta pela real independência dos Estados, de amadurecimento político democrático das suas massas populares e de capitalismo dependente baseado na inserção subordinada aos centros (capitalismo fundamentado na indústria extensiva com superexploração da força de trabalho, com permissibilidade perante o despojo de recursos naturais, atrelada a

permanente produção de matérias primas e de transferência de valor para os centros do capitalismo global) (COSTILLA, 2014, pp. 83-84).

Assim, foram exigidas novas miradas para questões nevrálgicas de nossa região; linguistas latino-americanos/as, diante do horizonte de aparentes modificações estruturais, não puderam se furtar a realizar um trabalho no qual o discurso pudesse ser observado como estratégia de mudança. Assim, analistas de discurso críticos/as voltaram seus olhos (e mentes) para questões de exclusão e de pobreza extrema em seus países. Esse movimento se consolidou nos anos 2000, quando pesquisadores/as de países como Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Venezuela somaram forças, advindas de seus próprios trabalhos institucionais, para investigar como a questão da pobreza extrema é perpassada por questões discursivas em suas regiões. Assim nasceu a Rede Latino-Americana de Análise de Discurso Crítica sobre a Pobreza (REDLAD), que já conta mais de dez edições de seus colóquios internacionais anuais, realizadas por meio do revezamento de sedes entre universidades latino-americanas.

Em trabalho anterior (SANTOS, 2013), apresentamos a REDLAD como uma conjunção bem-sucedida de pesquisa voltada ao trabalho com a problemática da pobreza extrema. De acordo com Pardo (2010, p. 186),

a aplicação de teorias e modelos europeus ou norte-americanos em casos demonstra um sério problema. (...) Os mais pobres são estudados do ponto de vista de sistemas de crenças da classe média, ou até mesmo vistos como uma 'cultura diferente', como se não fossem seres humanos.

Assim sendo, o trabalho em rede logra oferecer a possibilidade de refletirmos mais detidamente sobre o peso da existência de uma escola, pensamento crítico de natureza latino-americana. Nesse sentido, nossa região política vem se posicionando como espaço organizado e atento para discussões que se referem a contextos de discursos ideológicos, nos quais questões como a anulação de direitos sociais e a problemática da pobreza se inserem como agendas de luta. Assim, por exemplo, trabalhos de repercussão concernentes à extrema pobreza têm sido produzidos e discutidos conjuntamente. O tema tem orientado pesquisas e publicações que se alinham à proposta da ADC.

De acordo com os preceitos dos estudos decoloniais ligados à estruturação de redes epistemológicas e metodológicas latino-americanas, podemos perceber que

no interior destes espaços político-culturais tem-se tanto um movimento de resistência como um movimento de recriação de valores (...). Estes

movimentos são efetivamente movimentos decoloniais, pois objetivam superar o padrão de poder constitutivo da modernidade/colonialidade (BERNARDINO-COSTA, 2015, p. 154).

O trabalho de pesquisadores/as de nossa região tem grande fôlego para semear ações renovadoras. Cabe dedicar um espaço desta seção para alguns nomes que são verdadeiras referências de comprometimento com o desenvolvimento dessa rede, na qual podemos perceber um interesse comum relacionado às diversas facetas das opressões voltadas para a manutenção de desigualdades profundas.

Temos como exemplo os estudos de mídia e exclusão no contexto da Colômbia desenvolvidos por Neyla Pardo Abril (2008; 2012); (Universidad Nacional de Colombia), tendo em vista a presença massiva de setores midiáticos com propósitos hegemônicos, que se espraiam socialmente inclusive para a (e pela) Internet; as relações de identidade e identificação também encontram amparo no trabalho da pesquisadora colombiana, que discorre sobre o uso de recursos com fins de reproduções ideológicas por muitos desses setores de grande envergadura entre nós.

Suas considerações estão em consonância também com trabalhos de referência em território chileno, como os de Lésmer Montecino, Leda Berardi e Tereza Oteíza; estas últimas tratam de representações discursivas acerca da violação de direitos humanos no tocante à memória de desaparecidos políticos da ditadura chilena, e Montecino (2010) se articula com os estudos sobre narrativas e representações acerca da pobreza e o papel das mídias sociais no processo de construção discursiva. As pesquisadoras se destacam pela exposição de seus trabalhos, como “Derechos humanos, ética, pobreza y justicia” (Leda Berardi) e “Educación pública en Chile y prácticas de la memoria: análisis social y crítico del discurso de interacción en clases de historia” (Tereza Oteíza), apresentados em eventos internacionais como o XI REDLAD.

Outras nações latino-americanas também desenvolvem importantes trabalhos em ADC, e, na perspectiva da reflexão sobre a pobreza extrema, juntamente com a Colômbia e o Chile, mais duas nações têm apresentado contribuições de grande vulto: Brasil e Argentina. Em nosso país, ressalte-se o trabalho primordial de Denize Elena Garcia da Silva – que dedica bastante de seu trabalho a refletir sobre pobreza e suas implicações nas relações entre atores sociais em ambientes particulares (como, principalmente, na educação), estabelecendo articulação com a Linguística Sistêmico-Funcional (SILVA, 2012). Suas contribuições acadêmicas abriram campo para bem-sucedidos projetos que ultrapassam barreiras epistemológicas e intervêm diretamente

em caso de abusos direcionados a pessoas em situação de pobreza extrema e de vulnerabilidade social. Assim, pesquisas como as de Viviane de Melo Resende (Universidade de Brasília) têm sido tomadas como referência para reflexões que articulam epistemologia e metodologia à intervenção prática.

A Argentina está consolidada nas pesquisas discursivas referentes à situação de extrema pobreza por meio do trabalho de uma equipe que se destaca pela profícua produção intelectual, investigando as variadas nuances assumidas pela representação e identificação da pobreza argentina. O nome basilar do grupo, com mais de vinte anos dedicados ao desenvolvimento de pesquisas, é o de Laura Pardo (Universidade de Buenos Aires), que, junto com analistas como Mariana Marchese e Lucía Molina (também da Universidade de Buenos Aires), traz avanços marcantes para os estudos críticos do discurso focados em nossa realidade. Os trabalhos das intelectuais argentinas alcançam uma variação temática voltada a representações discursivas sobre a pobreza extrema com foco na análise argumentativa gerada a partir da adaptação dos estudos sobre argumentação de Stephen Toulmin. Pardo acrescenta ainda mais aos estudos da ADC por meio de sua proposta relativa a uma teoria-método de análise de textos por ela desenvolvida: o Método Sincrônico Diacrônico de Análise Linguística de Textos (como convencionamos, o MSDALT), o qual auxilia pesquisas com viés discursivo, na medida em que oferece uma ponte para enxergarmos como, material e simbolicamente, discursos transitam em textos narrativizados de atores sociais. Sobre o MSDALT, voltaremos a mencioná-lo de forma mais apropriada na próxima seção.

Esta seção traz em seu título o questionamento acerca da caracterização do trabalho dos/as analistas de discurso latino-americanos/as – que trabalham com a questão da pobreza extrema pela perspectiva crítica – como efetivamente uma escola. Primeiro, estamos, aqui, entendendo ‘escola’ como um ponto temático central sobre o qual se produzem construtos do conhecimento – epistemológicos e metodológicos. A pobreza extrema pode ser entendida como esse eixo comum às pesquisas anteriormente destacadas e os nomes apresentados; a lista de investigadores/as arrolada, obviamente, não encerra todo o grupo a realizar pesquisas em torno da temática, mas, a título de ilustração, consideramos ser importante situá-los/as. No trabalho dessa rede de investigação, podemos contar com a segurança acadêmica de um grupo consolidado de investigadores/as reunidos/as para refletir acerca da pobreza extrema, dadas as diversas e brilhantes publicações que traçam um desenho do que se pode utilizar como aparato teórico-metodológico. Como mais um exemplo de campo referencial em franca

expansão, os pesquisadores e as pesquisadoras reunidos/as em torno do trabalho discursivo crítico relativo à situação de pobreza extrema encontram um espaço de troca efetiva nas ocasiões de realização dos eventos intitulados Colóquios Internacionais da REDLAD – que conseguem congregiar as investigações, fortalecer e ampliar redes, além de promover o fluxo de conhecimento acerca das realidades tão plurais de nosso lado da América. Ainda sobre o Colóquio, que já conta mais de dez bem-sucedidas edições, acrescenta-se que a cada evento mais países e novos/as pesquisadores/as se alinham à proposta de pesquisa. Ademais, o desenvolvimento de uma teoria-método como o argentino MSDALT aponta para uma base sólida no que tange à construção de reflexões calcadas em um modelo epistemológico que oferece uma metodologia perfeitamente aplicável a análises estruturadas e coerentes com as necessidades analíticas de nossa realidade.

O MSDALT, assim, é um exemplo de que, sim, na América Latina temos uma escola que, para mais além de respeitada, expande suas possibilidades no incentivar das interações acadêmicas. O método, portanto, demonstra ser uma alternativa de relevo para trabalhos como este, que se baseiem no escrutínio rigoroso da materialidade do texto, sem negligenciar os aspectos semânticos, simbólicos, acima de tudo, discursivos das representações de atores sociais em situações extremas de desigualdade e exclusão.

2.4. Apresentando o Método Sincrônico-Diacrônico de Análise Linguística de Textos

A ADC, como abordagem, é entendida e definida por compreender em seu escopo de trabalho uma dialética entre linguagem e sociedade na complexidade de suas manifestações no mundo social. Como mencionamos, seguindo a tradição de Fairclough (2003; 2010), entendemos como fundamental a análise da prática social como espaço de ação, representação e identificação no próprio discurso, como explica Santos (2013, p. 21),

diretamente relacionado à conexão entre quatro elementos da vida social: fenômeno mental (desejos, crenças, valores), atividade material, relações sociais e discurso. Entendendo a atividade discursiva como constituída de modos de ação, representação e identificação humanas no mundo, podemos interpretá-la como possível meio de mudança nas relações entre atores sociais.

Assim sendo, cabe pensar estratégias políticas que se harmonizem com nossas investigações calcadas nos preceitos teórico-metodológicos da ADC. Em outras palavras, as possibilidades teórico-metodológicas que achem uma possibilidade de mudança prática precisam estar unidas, bem como alinhadas a outros projetos de intervenção social.

Foi em uma proposta de trabalho conjunto entre Brasil e Argentina que nos inteiramos do Método Sincrônico-Diacrônico de Análise Linguística de Textos e o utilizamos para observar analiticamente como se dão os movimentos argumentativos e discursivos das representações e identificações do MNPR. O método nos é interessante por permitir, na sincronia e na diacronia das emissões dos textos, “reconstruir as representações das categorias sociais” (PARDO, 2011, p. 17) escolhidas pelos atores sociais. O MSDALT mostra-se bastante profícuo e original, baseado em uma teoria pensada para acessarmos, não só linguística como discursivamente, as representações sociais – em nosso caso, as do MNPR em textos ligados a sua luta. O MSDALT pode ser entendido um método e uma teoria básica (PARDO, 2011; 2014) construída a partir de uma perspectiva ontológica e epistemológica da América Latina; como explicam Resende e Marchese (2011, p. 158),

a natureza do *Método sincrônico-diacrônico para análise linguística de textos* não é sintático-gramatical, mas predominantemente semântico-discursiva, já que a perspectiva de análise que se propõe é “funcional ao significado e, portanto, é funcional a relações vinculadas aos argumentos” (Pardo, 2011: 69). Isso significa que, na análise dos textos, é mais importante identificar propósitos comunicativos que estudar a estrutura da língua. Assim, o método permite identificar as categorias gramaticalizadas e as categorias semântico-discursivas presentes em textos.

Esta seção dá início à discussão do método a ser aplicado no Capítulo 5, no qual procederemos à análise das cinco entrevistas realizadas com as coordenações mais representativas do MNPR (como explicaremos mais detalhadamente a seguir). No próximo capítulo – em que tratamos da metodologia da pesquisa –, aprofundaremos as questões mais características do MSDALT; desse modo, teremos a oportunidade de aplicar todas as explicações desenvolvidas nesta seção, a fim de visualizarmos como o movimento sincrônico-diacrônico ocorre nas narrativas geradas no trabalho de campo.

This is a cold war, you better know what you're fighting for...

(“Cold War”, Janelle Monáe)

CAPÍTULO 3

PESQUISA E MOVIMENTO: DECISÕES METODOLÓGICAS

*Nadie se mira, nadie se pesca, que triste tu vida
moderna,
donde los pobres se expulsan porque dan
vergüenza,
haciéndolos vivir en cajitas que llaman vivienda
Suben el suelo, suben el precio, se especula y se
infla todo el modelo
Que bello sería ver aquellos dueños vivir en
casitas de 35 metros*

(“No Más”, de Ana Tijoux)

Entender como se configura a luta social envolve uma série de aspectos relevantes que não devem escapar à percepção do/a pesquisador/a com proposta crítica. Neste capítulo, propomos uma reflexão acerca desses vieses entendidos como essenciais e da necessidade de sua delimitação, desde o desenho inicial da pesquisa até seu desenvolvimento. Em outras palavras, tratamos de perceber o trabalho desenvolvido na pesquisa circunscrito em uma espécie de movimento, ou melhor, de movimentos que se concentram no que buscamos como facetas da realidade, em nosso caso, a faceta de ação, representação e identificação discursivas (FAIRCLOUGH, 2003, 2010).

Neste terceiro momento da tese, seguiremos tratando dos aspectos observados como estratégicos para uma construção fiel à proposta inicial da investigação. Voltaremos o foco, portanto, para o ferramental metodológico que nos permitiu acessar tais níveis da realidade social do MNPR. Destarte, na primeira seção, 3.1, apresentamos e discutimos os elementos basilares que amparam a pesquisa, terreno no qual tudo se desenvolve: tratamos de como o movimento social se constitui no mundo, e refletimos sobre como um tipo de conhecimento compartilhável poderia ser gerado a partir do entendimento dessa organização; ainda na seção inicial, problematizamos também alguns pontos fundamentais para a realização da pesquisa. Em 3.2, discutimos como a percepção ontológica e seu consequente desenvolvimento epistemológico demandam métodos e fontes que permitam o acesso aos níveis da estrutura social; ademais, apontamos como estão localizados em nosso trabalho tais instrumentos e sua aplicação, alinhando o discutido à compreensão que reside na investigação crítica. Na terceira e última seção, 3.3, compartilhamos as experiências da pesquisa a fim de desenvolver

uma revisão das ações e dos processos que contribuíram para a feitura e a realização de todo o percurso investigativo – abrangendo os sucessos e os obstáculos encontrados e enfrentados, intentando, por meio disso, configurar uma contextualização dos momentos que contribuíram para a consecução do trabalho de pesquisa.

3.1. Redes da pesquisa – componentes ontológicos e possibilidades epistemológicas

Uma pesquisa social engajada necessita envolver, forçosamente, um conjunto de ações que estruturam a visão do/a pesquisador/a quando este/a, depois de momentos específicos de cada etapa, vê-se inserido/a no contexto concreto do trabalho investigativo pretendido. Desse modo, os instrumentos selecionados mostram-se decisivos para que determinadas escolhas funcionem de maneira coerente com a busca crítica à qual se propõe uma investigação social holística. A percepção ontológica é fundamental para a tomada de decisões organizadas no desenho de pesquisa (RESENDE, 2008; 2009). Se entendermos a sociedade como instável e imprevisível, certamente observaremos a necessidade de analisar substancialmente o funcionamento do meio no qual se desenvolvem os processos sociais, sem deixar de destacar nosso posicionamento como seres constituintes desse mesmo meio.

Tal reflexão, todavia, ainda se mostra pouco recorrente, tendo em vista a percepção cada vez menos humana e mais técnica das questões sociais no País – embalada por um discurso produtivista, legitimado por relatórios econômicos internacionais que apregoam como obrigação fatal do Estado e de seus setores o aumento da eficiência para o mercado. A questão da situação de vulnerabilidade por que passam milhares de seres humanos aparentemente não encontra, ainda, uma resistência extramuros na ação acadêmica brasileira, pois ainda é, mesmo que bastante mencionada, pouco aplicada a consciência de que a pesquisa social necessita passar pela percepção ética, envolver-se com o (re)conhecimento social para produzir ação transformadora. Ao relacionar a necessidade da ética e da filosofia na formação do/a pesquisador/a que trabalha com o mundo social, Dalbério (2008, p. 64) defende que

a formação ética e filosófica do pesquisador (...) são dois pontos a serem destacados. Visto que vão trabalhar tanto na pesquisa quanto na ação interventiva, em alguns casos, é necessário, segundo o nosso juízo, que estes embasamentos possam ser sustentáculos de suas leituras de mundo e de realidade. Desta maneira é imprescindível que a academia possa proporcionar tais conhecimentos na formação do pesquisador. E que o pesquisador possa,

ao organizar suas pesquisas, realçar os aspectos do humano em detrimento do econômico ou do ideológico.

Para esta pesquisa, pensamos nesses pontos aliados a um trabalho metodológico que pudesse dar conta dos níveis ontológicos constituintes da ação social presente no MNPR. Nosso foco concentrou-se nos significados discursivos ligados à representação, bem como à ação social realizada em atividades materiais e relações sociais. Inicialmente, havíamos projetado um trabalho a ser realizado apenas com uma das coordenações, a do Distrito Federal; contudo, nossa trajetória de trabalho com o MNPR-DF (em espaços de discussão e negociação política aos quais éramos convidados, bem como no apoio a construções políticas) nos chamou a atenção para como as relações estabelecidas entre o Movimento com sede em Brasília e as demais coordenações mereciam maior destaque. Desse modo, decidimos não só estudar o MNPR-DF, mas ampliar nosso foco para intentar dar conta de outras coordenações as quais correspondiam a nossos objetivos investigativos. Assim, houve a necessidade de um novo ajuste referente às questões de pesquisa, que foram utilizadas para aliar as duas etapas da pesquisa (documental e trabalho de campo), além de organizar e averiguar sua coerência relacional.

As discussões relativas às necessárias relações entre questões de pesquisa, ontologia, epistemologia e metodologia, propostas por Mason (2006) para a pesquisa qualitativa de modo geral e retomadas por Resende (2008) em reflexão específica para a ADC, serviram para esse fim. Foi, então, organizado o planejamento da pesquisa com as questões que a fundamentariam, bem como os critérios para a pesquisa de campo, emergidos, aliás, por meio da sistematização das perspectivas ontológica, epistemológica e metodológica que orientaram a investigação. Com a nova configuração, chegamos a um desenho de pesquisa orientado pelas seguintes questões:

QUESTÕES DE PESQUISA		
ETAPA	DOCUMENTAL	Como em textos voltados à busca pela cidadania da população em situação de rua o MNPR representa sua luta?
	CAMPO	Como o MNPR atua e representa sua ação de luta contra a situação de rua?
		Como se (auto)identificam as lideranças do MNPR – bem como sua relação com o Estado e com parceiros /as – na luta contra a situação de rua?

Quadro 1. Questões de pesquisa

Para nortear pesquisas qualitativas, Flick (2009) sugere o desenvolvimento de recursos que reforcem o aspecto dialógico característico da pesquisa qualitativa; segundo ele, é decisivo para o sucesso de um projeto ter perguntas de pesquisa claras e formuladas explicitamente, capazes de nortear a coleta/ geração de dados, sua análise e, ainda mais, a decisão do que é menos importante e deve ser deixado de fora do escopo do projeto, garantindo seu foco.

A abertura para outros núcleos políticos do MNPR mostrou-se, então, coerente para acessar o nível ontológico do veículo de mobilização política concretizado numa visão mais heterogênea do movimento social da população em situação de rua. Para tanto, em um primeiro momento, entendemos que o estudo das representações discursivas das relações sociais, assim como o das identificações dos atores sociais que as realizam, corresponderia à etapa documental desta pesquisa.

A etapa inicial, de natureza documental, do novo desenho da pesquisa – aqui apresentada – consistiu em analisar como a essência política do MNPR era definida nos textos que concretizam seu discurso de luta, entendendo, com Bakhtin (2011, p. 320), que “a visão de mundo, a tendência, o ponto de vista, a opinião tem sempre sua expressão verbal” e, desse modo, apontam para o modo como parte de sua ação se dá. Cabe explicitar que essa escolha foi tomada por entendermos que a construção dos textos revela uma própria construção do ser social, pois, nos textos,

os processos de produção e interpretação são socialmente restringidos num sentido duplo. Primeiro, pelos recursos disponíveis dos membros, que são estruturas sociais efetivamente interiorizadas, normas e convenções, como também ordens de discurso e convenções para a produção, distribuição e o consumo de textos do tipo já referido e que foram constituídos mediante a prática e a luta social passada. Segundo, pela natureza específica da prática social da qual fazem parte, que determina os elementos dos recursos dos membros a que se recorre e como (de maneira normativa, criativa, aquiescente ou opositiva) a eles se recorre (FAIRCLOUGH, 2001, p.109).

Uma segunda preocupação situada no trabalho de pesquisa diz respeito ao modo como, também pelos textos, o MNPR é representado e, além disso, identificado por outros atores sociais envolvidos com o discurso de superação da pobreza extrema, e por ele próprio, com foco na situação de rua.

Em outras palavras, os dois momentos da etapa documental do trabalho equivalem a uma tentativa de compreensão da gênese que orienta o movimento social nos âmbitos interno e externo com vistas a identificar os discursos que lhe atribuem a natureza de luta. Obviamente, as representações, desde o primeiro momento

mencionado, têm que ver com o modo como o MNPR foi pensado e estruturado *per se*; por conseguinte, é fundamental reconhecer as ligações históricas que contribuíram para a eleição por determinados discursos. Já o segundo momento recorre a uma visão mais, digamos, *a posteriori* dessa gênese, uma vez que a proposta é também observar a repercussão dessas estratégias na medida em que elas são ou não efetivadas: um salto rumo a outra esfera das muitas que compõem os embates sociais. A etapa documental, enfim, presta-se a, se vista de uma perspectiva ontológica, intentar perceber de maneira particular características que compõem a natureza factual do MNPR em seu ambiente de mobilização.

Os dois momentos seguintes equivalem ao desenho de natureza etnográfica da pesquisa e tentam dar conta de perceber como, para além dos textos, é possível entender o MNPR. Em maiores detalhes, por meio de interação (a ser explicada, de forma mais pormenorizada, na seção seguinte), a proposta é acompanhar o discurso em ação, tendo em vista que – com base na ideia de pesquisa de campo –, a condução é baseada “no local onde as pessoas vivem e não em laboratórios onde o pesquisador controla os elementos do comportamento a ser medido ou observado” (ANGROSINO, 2009, p. 31). O foco se volta, então, para como o movimento se sustenta e, ainda, se ele ultrapassa o que é discursivamente exposto nos textos que o constituem no mundo social. Dessa maneira, analisamos, mais uma vez, representações, no entanto buscamos a resposta proveniente dos atores sociais que, em tese, concretizam os discursos construídos e veiculados nos textos (a saber, as coordenações que viabilizam o trabalho social de enfrentamento à situação de rua, por meio da identificação de si mesmas e da recontextualização discursiva de relações e eventos sociais que conformam suas ações).

Ao realizar o percurso descrito, uma das coisas que nos interessam é entender como está inserida a voz da situação de rua nas estratégias de superação da extrema pobreza no Brasil, mas, além disso, detectar como se configura sua inserção política e de mobilização social nesse processo inédito. Também decorre disso o questionamento acerca dessas implicações que, na prática, podem contribuir para um movimento de (re)conhecimento a ser utilizado por todos/as os/as engajados na mudança social.

Assim sendo, as possibilidades que remetam a uma epistemologia eficaz são consideradas, pelo entendimento de que a perspectiva a ser adotada siga refletindo as estruturas sociais em um “enquadre realista, mas crítico, pois é por meio dos eventos sociais (...) que a estrutura pode ser acessada e investigada” (SANTOS, 2013, p. 58). Especificamente, na pesquisa, desde uma perspectiva epistemológica, o que nos oferece

as etapas documental e de campo é o esforço crítico de estar em contato com os elementos que simbolicamente podem tecer um discurso com características potencialmente novas e emancipatórias. Uma das questões norteadoras, então, reside na ideia de uma possível correspondência entre uma lógica reconhecidamente como de resistência (CASTELLS, 2008) – ao se caracterizar por ações de um grupo socialmente negligenciado, mas organizado – e uma ação produzida e promovida essencialmente por atores sociais historicamente invisibilizados e tão heterogêneos quanto os que recebem o rótulo ‘população de rua’.

A reflexão se justifica tendo em vista o que passa a ser tomado como via para as ações, ou seja, os textos e seu alcance ao manifestar o pensamento, a emoção, o sentido, o significado frente ao mundo social (BAKHTIN, 1981). De acordo com nossa observação, percebemos que o MNPR, por meio de seus textos, registra o que deverá, por via de regra, ser tomado como estratégico e central no embate por mudança social. Assim sendo, no que tange ao espaço que privilegia a própria voz do Movimento, no aspecto extralinguístico podemos identificar as estratégias mais utilizadas para a superação das violações históricas operadas pela camada hegemônica do mundo social. Complementarmente, voltar a atenção para o modo como tais estratégias repercutem fora do espaço de mobilização específico viabiliza uma reflexão acerca do alcance e da efetividade de tais práticas, em contextos distintos, porém co-realizadores de construções discursivas.

Queremos propor, assim, que os textos gerados e utilizados no contexto da agenda da mudança social referente à superação da extrema pobreza encontram nesta pesquisa um ambiente de especial atenção (tendo em vista seu potencial de consolidação discursiva). Mapear modos de representação e de identificação realizados que contribuem para uma ação de mudança social efetiva torna-se, com isso, um ponto de especial interesse e contribuição para a compreensão de efetivas identidades de resistência.

Uma vez observada, destacada e discutida a presença do componente discursivo, a lacuna que separa a representação da ação concreta parece ser ponto recorrente de discussão em trabalhos de proposta social e etnográfica; desse modo, pensamos como mais uma inquietação e potencial resultado um conjunto de contribuições existente a partir do estreitamento dos laços entre os/as envolvidos/as em uma pesquisa deste tipo. Para além desse intento, uma exposição crítica e fundamentada nas experiências vividas no encontro mais direto com o tema certamente oferecerá possibilidades de acesso

embasado (na experiência da pesquisa) com o objetivo buscado – em nosso caso, do estudo de determinados discursos, postos em funcionamento para a luta social de enfrentamento à problemática específica da situação de rua. De nosso ponto de vista, avançamos, então, na proposta de compartilhamento do saber advindo do trabalho de pesquisa ao nos concentrarmos em uma experiência aparentemente sólida de embate, no caso, das coordenações do MNPR em uma observação crítica e na participação, ambas condizentes com o que se entende por investigação de proposta etnográfica.

3.2. Caminhos cruzados – Métodos e fontes

Conforme mencionado na seção anterior, um dos focos de nosso trabalho reside na representação por atores sociais ligados ao MNPR: os eventos nos quais esses momentos discursivos acontecem, ou seja, os textos que são produzidos no contexto da discussão sobre a situação de rua, são peças-chave para nosso propósito com esta pesquisa. Nesta seção, refletiremos acerca de duas questões basilares para a consecução do acesso aos níveis discursivos pretendidos.

A questão inicial que se traça, quando pensamos na busca crítica de representações sociais, diz respeito às possibilidades de alcance do nível discursivo da representação – esclarecendo que se inclui aqui a percepção identificacional. A tomada dos textos, como vimos discutindo, mostra-se eficaz para o propósito, contudo, como se daria isso quando direcionado à busca de uma produção epistemológica coerente? Em outras palavras, quais materiais e ferramentas nos possibilitariam tal contato, propriamente? Um segundo ponto também passa a ser delimitado: se, como argumentamos, o nível da representação nos fornece parte do que se desenvolve no aspecto factual de qualquer grupo social (pois, como explicam Fairclough (2003) e Resende (2008), representa aspectos do mundo, sendo esses selecionados pelo ator social responsável pela recontextualização (SANTOS, 2013)), como o argumento etnográfico poderia contribuir para resultados, digamos, mais avançados dentro desse estudo?

Seguindo para ajustar definições provocadas no parágrafo anterior, no que concerne à primeira reflexão, já poderíamos pensar em uma ‘resposta’ mais tranquila, tendo em vista a natureza linguística desta investigação; assim sendo, reconhecemos na linguagem e, mais especificamente, como já argumentado, no texto, um modo fértil para ‘entender o mundo’. Partindo, então, desse ponto ‘pacífico’, poderíamos avançar

recorrendo ao que sustenta a ADC em sua interpretação discursiva do mundo social – outro ponto de certa obviedade, tendo em vista a natureza também discursiva desta pesquisa. Passaríamos, portanto, a uma eleição de quais elementos concretos poderiam ser utilizados para nos dar o acesso aos modos pelos quais o Movimento Nacional da População em Situação de Rua posiciona-se frente à mudança social da condição de extrema vulnerabilidade social por que passa.

Entendendo os textos como eventos discursivos disseminados na sociedade (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999; RAMALHO & RESENDE, 2011), os quais concretizam os discursos e, destarte, são passíveis de projetar ações no mundo social – mantendo ou transformando práticas –, a importância de aliar a pesquisa social à consideração desses variados construtos linguísticos é patente. A produção de material escrito como registro de (e aparato para a) ação social encontra espaço nas estratégias de luta do MNPR.

Cabe mencionar que, para nosso trabalho, fomos nos envolvendo no percurso de luta de pessoas que se localizavam de modo direto na luta promovida pelo Movimento. Durante o processo de contato e interação, foram vários os espaços nos quais textos desempenharam um papel importante no sentido de registro e de delineamento da organicidade de determinadas ações daqueles atores sociais. Observada a importância dos textos nessas condicionantes, propomo-nos a levantar quais gêneros discursivos eram os mais recorrentes para tais estratégias – entendendo os gêneros como diretamente ligados às relações sociais, constituindo-se como um dos mecanismos pelos quais os atores sociais organizam seus discursos em contextos particulares (RAMALHO; RESENDE, 2011; SANTOS, 2013).

Após discussões e pesquisa dirigida, pensamos em lançar mão de textos que divulgavam as atividades e os resultados das ações políticas que envolviam o Movimento e seu enfrentamento à situação de rua. A esse respeito, dois momentos históricos foram extremamente produtivos para encontrarmos os insumos textuais mais adequados a nossa busca: os dois congressos nacionais realizados pelo MNPR em 2012 e 2014 (comentados no Capítulo 1 e cujos documentos são analisados no Capítulo 4). Nos textos obtidos a partir das ações do MNPR nesses espaços, de início, procedemos à análise discursiva crítica com base em Fairclough (2001; 2003; 2010). Para a análise inicial, utilizamos o documento mais importante de cada edição do congresso: a Carta de Princípios do MNPR – produzida em 2012 – e o plano de ação – feito em 2014. Os documentos foram resultado dos dias de discussão dos atores sociais em situação de rua

filiados ao MNPR e foram selecionados como ponto de partida da primeira etapa de pesquisa por sua natureza (isto é, por serem advindos de um espaço político legitimado por coletividade, representativo de mobilização social) e por sua importância no contexto de luta do Movimento (ou seja, por serem síntese das discussões que representaram as prioridades na agenda do MNPR em cada ocasião) dentro da luta discursiva do Movimento. Observamos que os dois textos dos congressos trazem orientações discursivas para a identificação do MNPR frente aos embates discursivos, por exemplo.

Ainda tratando do aspecto documental, inicialmente, havíamos pensado nas manifestações do MNPR na Internet; para tanto, buscamos sítios ou espaços virtuais oficiais que compartilhassem as ações de mobilização. Constatamos, após mais uma pesquisa direcionada, que o MNPR já não possuía uma página oficial comum, apenas algumas coordenações – como a da Bahia, por exemplo – contavam com veículos de divulgação, de natureza simplificada (blogue), porém desatualizadas.⁵ Chegamos, assim, a algumas páginas da rede social Facebook, as quais se dividiam entre perfis pessoais de membros da coordenação nacional e veículos de divulgação – mormente visual – de algumas ações com parcerias. Após realizarmos algumas considerações, chegamos à percepção de que o material observado na esfera digital estava por demais pulverizado para compor um *corpus* consistente para a aplicação de nossa proposta analítica. Optamos, então, por abortar o uso das manifestações de Internet e concentrarmos em uma abordagem que orientasse o trabalho para um segundo momento produtivo.

A Carta e o Plano foram submetidos à aplicação sistemática de categorias da ADC em um estudo acompanhado de discussão em uma disciplina de laboratório de análise de textos, na Universidade de Brasília. Na época, reservamos, para a tarefa, seis meses de leitura, utilização de elementos da abordagem crítica e de reflexão coletivas (mediante a participação de colegas analistas) adicionando mais seis meses nos quais pudemos revisar e organizar o material apresentado no Capítulo 4. Por fim, cabe destacar que a análise teve uma versão prévia aprovada pela banca de qualificação deste trabalho, ocorrida em janeiro de 2015.

Assim sendo, para completar a busca pelos significados discursivos pretendidos recorreremos à continuidade da pesquisa de campo, já iniciada na participação nos congressos nacionais do movimento, mas desta vez procedendo à realização de

⁵ O MNPR possuía em 2010, uma página que se conectava com as coordenações espalhadas pelo Brasil; mantida pelo representante do MNPR-SP, Anderson Lopes, o portal FalaRua funcionou por cerca de três anos, mas, desde de 2014, não está mais disponível.

entrevistas com representantes das coordenações nacionais mais atuantes no País:⁶ isso nos permitiu acesso às identificações realizadas pelos próprios atores sociais diretamente envolvidos no enfrentamento relacionado à situação de rua. As coordenações selecionadas foram, inicialmente, as da Bahia, do Distrito Federal, de Minas Gerais e de São Paulo, para as quais foi elaborado um tópico-guia para a realização das entrevistas.

Como apresentamos, no Capítulo 2, este trabalho apoia-se também no Método Sincrônico-Diacrônico de Análise Linguística de Textos (MSDALT), especificamente na análise dos textos resultantes das transcrições das entrevistas. A abordagem proposta no MSDALT pautou pontos fulcrais do trabalho, como a inclusão de mais uma entrevista para que as análises consequentes atingissem um produto mais significativo dentro da proposta epistemológica do MSDALT. Assim, a coordenação do MNPR do Espírito Santo passou a integrar o conjunto de coordenações a serem acessadas por meio de entrevistas. Por meio da questão “Como você observa o MNPR na agenda de luta contra a situação de rua no Brasil?”, solicitamos aos/às participantes que nos oferecessem um panorama da trajetória de luta de sua coordenação. Filiados às perspectivas da pesquisa qualitativa, seguimos uma estrutura de entrevista aberta, concordando com Rapley (2004, pp. 25 e 26, *apud* SILVERMAN, 2009, p. 109) em “inicialmente introduzir um tópico para discussão (...); ouvir a resposta e depois produzir perguntas de acompanhamento (...); perguntá-las para recuperar alguns termos fundamentais”. Assim sendo, lançamos a pergunta, deixando livre a expressão dos/as coordenadores/as no que tangia à caracterização da trajetória de atuação de seu núcleo. A questão apresentada serviu, então, como verdadeiro pontapé discursivo para que pudéssemos interagir com os/as participantes a fim de obter, durante a exposição, elementos que nos ajudassem a responder às questões de pesquisa da investigação. Especificamente sobre a experiência da etapa de trabalho de campo, recuperamos o tema na seção seguinte, a 3.3.

Em nosso trabalho anterior, intitulado “O jornal *Aurora da Rua* e o protagonismo na situação de rua: um estudo discursivo crítico”, focamos na investigação de um *street paper* como estratégia política para a superação da situação de rua. Ali, argumentamos sobre as possibilidades da etnografia – ainda que não houvéssimos realizado uma pesquisa etnográfica propriamente dita. No trabalho sobre o

⁶ Por “mais atuantes” leia-se a percepção obtida pela observação quando da participação dos congressos nacionais e da participação em espaços de debate por políticas públicas voltadas à situação de rua.

jornal *Aurora da Rua*, discutimos a contribuição que uma pesquisa de contato efetivo (isto é, no campo) traz para o entendimento mais amplo de como estão constituídos ontologicamente os objetos de uma pesquisa. Destarte, interagir etnograficamente (ainda que sem passar longas temporadas no campo) nos permite acessar o que limita a natureza finita do texto. A discussão e a utilização da proposta de trabalho etnográfico adotadas nesta investigação (ANGROSINO, 2009; RESENDE, 2008) não abandonam a relação com o trabalho discursivo, ao relacionarmos as histórias do movimento social advindas de seus membros com propriedade para realizar as representações que interessam a nosso trabalho.

Como aponta Resende (2008), que também trabalhou com um movimento social relacionado à situação de rua (o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua do Distrito Federal, o MNMMR-DF), a utilização do recurso da gravação mostrou-lhes ser uma estratégia interessante para a posterior utilização de dados gerados na interação. Vejamos uma das percepções da autora:

a utilização da gravação de cada uma das reuniões teve seu mérito na pesquisa. A reunião 1 me permitiu conhecer a negociação de significados em conflito no interior do Movimento e alguns pontos de instabilidade em termos de seus focos de atuação. (RESENDE, 2008, p. 135)

Os textos gerados/ coletados a partir dessas interações e que compõem a segunda etapa analítica desta pesquisa, retomam, portanto, o segundo ponto de reflexão com que abrimos a seção (ou seja, como o argumento etnográfico contribuiria para resultados não apenas teóricos, de retorno para os/as envolvidos/as com esta pesquisa?).

Conforme o exposto acima, o conjunto de escolhas aqui definidas parece-nos coerente com a busca que norteia este trabalho – na medida em que intenta, utilizando-se da reflexão etnográfica crítica, ir além das possibilidades linguisticamente construídas que apontam as escolhas discursivas do MNPR. Por fim, ainda no que se refere à questão linguístico-discursiva, optamos pela aplicação do MSDALT (PARDO, 2011; 2015; MARCHESE, 2011; 2012) – explicitado na seção 3.4 – por ver que seu uso poderia aproximar os traços linguísticos e características sociais interessantes à busca norteadora do trabalho, por se tratar de um método que, como explica Marchese (2014, p. 121), utiliza “categorias gramaticalizadas e semântico-discursivas, de acordo com o modo como os sujeitos sociais categorizam o mundo”.

O processo de utilização do método, então, deu-se, após transcrição e sistematização, por meio de sua aplicação exclusivamente nas entrevistas geradas a partir do encontro com as coordenações nacionais dos estados da Bahia, de São Paulo, de Minas Gerais e do Espírito Santo, além do Distrito Federal. Quando mencionamos ‘sistematização’, referimo-nos às etapas de aplicação do MSDALT, que, no *corpus* etnográfico, aconteceu por meio dos seguintes procedimentos: a) criação de diretórios em disco virtual – Neste primeiro momento, separamos e salvamos em serviço de nuvem as cinco entrevistas de acordo com a coordenação, nomeando por núcleo do MNPR as pastas criadas para receber os registros. Nos diretórios, posteriormente, foram colocados os arquivos de áudio – gerados a partir da gravação das entrevistas – mais arquivos de texto (referentes à transcrição e às emissões), em formato de arquivo de texto; Transcrição do material gerado nas entrevistas – As entrevistas variaram temporalmente de 46 a 59 minutos (a menos e a mais extensa, respectivamente), resultando em um total de quase cinco horas de gravação.⁷ As transcrições foram feitas com média de conclusão de um mês e meio por entrevista, sendo, depois de finalizadas, salvas nas pastas do disco virtual respeitando o critério do passo anterior; b) Identificação e divisão das emissões – Após criados os arquivos de texto com as transcrições integrais, procedemos à leitura e à análise das falas dos/as coordenadores/as, destacando apenas os temas relacionados às questões norteadoras de nossa pesquisa, a fim de delimitar as emissões para a análise de acordo com o MSDALT. Nesta etapa, de relação entre a narrativa dos/as coordenadores/as e as questões de pesquisa, três eixos guarda-chuva foram gerados (a saber, “ATUAÇÃO”, “RELAÇÃO COM O ESTADO” e “RELAÇÃO COM (OUTRAS) PARCERIAS”); assim, foram construídos novos documentos de texto no quais constavam apenas as emissões a serem efetivamente analisadas – ou seja, os textos a que seria aplicado o MSDALT. Armazenamos, enfim, o arquivo com as emissões em nova pasta exclusiva, identificada como ‘emissões’ (com os cinco arquivos-fonte dos futuros quadros analíticos do MSDALT); c) Construção dos quadros analíticos (aplicação do MSDALT) – Utilizando um editor de planilhas, construímos, por coordenação do MNPR, quadros analíticos baseados no MSDALT. Criamos nova pasta intitulada ‘quadros analíticos’, que recebeu cinco arquivos (como mencionado, referentes a cada coordenação do

⁷ A duração das entrevistas foram as seguintes: MNPR-SP: 00:56:06; MNPR-MG: 00:46:02; MNPR-BA: 00:52:24; MNPR-DF: 00:59:20; MNPR-ES: 00:50:55. Foram 264 minutos, totalizando cerca de 4 horas e 40 minutos de gravação.

movimento social), sendo que, em cada um deles, havia três quadros analíticos com as emissões agrupadas segundo os três eixos guarda-chuvas, sendo os quadros identificados como “1A” (para “ATUAÇÃO”), “2E” (para “RELAÇÃO COM O ESTADO”) e “3P” (para “RELAÇÃO COM (OUTRAS) PARCERIAS”). A partir do primeiro movimento de análise, foram gerados quadros que, inicialmente, continham, em geral, mais de dez categorias analíticas; a partir de uma segunda leitura, foram observadas as regularidades que justificavam a fusão de categorias, a fim de apresentar uma análise enxuta e não circular. Em uma terceira (e final) vista, revisamos a coerência entre os quadros gerados, os eixos guarda-chuva e as categorias analíticas, a fim de procedermos apropriadamente ao comentário analítico sincrônico-diacrônico. Para este procedimento, a utilização de distintas cores aplicadas nos quadros (para auxiliar na identificação das categorias gramaticais e semântico-discursivas) foi de extrema utilidade, dada a facilitação no visualizar das emissões categorizadas nas planilhas. No que diz respeito especificamente às emissões situadas nos quadros analíticos, elas foram categorizadas como o explicado anteriormente, e, à medida que eram destrinchadas e colocadas nas categorias emergentes, passaram por uma organização específica. Para entendermos como se deu a distribuição a ser apresentada, é preciso atentar para a lógica da análise de acordo com o MSDALT. Na seção 3.4, portanto, trataremos propriamente do Método e, após esta última etapa, realizaremos o segundo momento de aplicação e reflexão, a análise sincrônico-diacrônica, apresentada no Capítulo 5.

3.3. Cruzando caminhos e estabelecendo redes: a experiência da pesquisa

Pesquisas de cunho social, há muito, vêm despertando o interesse para uma efetiva compreensão acerca de diversas problemáticas sociais, sendo a participação de órgãos públicos que investem na consecução desses projetos uma ferramenta ímpar para o alcance da inovação e do desenvolvimento brasileiros. Por essa razão, gostaríamos de iniciar esta seção agradecendo o apoio disponibilizado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), cujo investimento foi de fundamental importância para concretização da segunda etapa de nosso trabalho.

Após decidirmos as escolhas metodológicas realizadas e aqui apresentadas, procedemos à esquematização de como se dariam as visitas a campo, as quais possibilitaram a geração de outros dados etnográficos (as entrevistas). Nesta seção, compartilharemos, sinteticamente, como se deram as visitas e interações com as/os

representantes do MNPR em cinco estados do Brasil. Relembramos que as coordenações foram selecionadas devido à atuação diante das lutas pela superação da situação de rua e aos resultados políticos conquistados por meio de intervenção social direcionada a esse objetivo. As circunstâncias de abordagem e negociação para a realização das entrevistas aconteceram de modos distintos com as representações do Movimento, pois, em ocasiões específicas, estabelecemos contato para o esclarecimento de pontos cruciais do momento da investigação a ser construído.

Nosso contato com as coordenações do MNPR vinha realizando-se desde a participação nos dois principais eventos de mobilização política do movimento social (o I e o II Congresso Nacional do MNPR, ocorridos, respectivamente, em 2012 e 2014), assim como com a relação mais próxima com o MNPR-DF⁸. Na época, nós conseguimos articular com as coordenadoras e os coordenadores como realizaríamos a etapa de entrevistas da pesquisa. Como mencionado, participando dos congressos, conseguimos dialogar mais perto com os/as representantes do MNPR, logrando, assim, aproximar-nos das pessoas que podiam reunir e compartilhar as informações necessárias para a percepção representacional – complementar à acional (quando de nossa participação nos congressos) – do movimento organizado de luta.

Após o primeiro contato com a coordenação nacional – à época, composta por Anderson Lopes (coordenador do MNPR de São Paulo), Samuel Rodrigues (MNPR de Minas Gerais), Maria Lucia Santos (coordenadora do MNPR da Bahia) e Antonia Cardoso (MNPR-DF) (todos/as com trajetória na situação de rua e centrais no então desenho político do Movimento) –, alcançamos balizar de fato como se daria a etapa de campo. Assim, trabalhando em conjunto, participando de discussões do Movimento com o Estado (ocasiões como representantes da sociedade civil em reuniões intersetoriais do CIAMP-Rua e nas discussões sobre o fortalecimento do Fórum da População em Situação de Rua do Distrito Federal), durante esse tempo, conseguimos a organização de um calendário de interações com cada representante. Nosso desenho cronológico, ficou estabelecido da seguinte forma:

1. 15 de junho de 2015 – MNPR-SP (entrevistado: Anderson Lopes);
2. 17 de junho de 2015 – MNPR-MG (entrevistado: Samuel Rodrigues);

⁸ Como mencionamos na seção 3.1, no início da pesquisa – mais precisamente, entre 2012 e 2014 –, estivemos bastante envolvidos na participação de ações do MNPR-DF, chegando a atuar como representantes (da universidade) juntamente com o Movimento em espaços de negociação – como o Comitê Intersetorial de Atendimento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua – e de formação política – como as discussões sobre a construção de fóruns e atividades voltadas para a formação política da pessoa em situação de rua.

3. 19 de junho de 2015 – MNPR-BA (entrevistada: Lucia Santos);
4. 04 de julho de 2015 – MNPR-DF (entrevistada: Antonia Cardoso);
5. 06 de julho de 2016 – MNPR-ES (entrevistada: Rosângela Nascimento).

Com exceção de Minas Gerais – porque o coordenador esteve em visita a Brasília e pudemos conversar com ele nesta cidade –, todas/os as/os coordenadoras/es receberam-nos em seus estados, onde pudemos, durante quase uma hora, tratar sobre o trabalho desenvolvido pelo movimento social, discorrer sobre as realidades particulares de suas coordenações e trocar experiências acerca de nossos trabalhos nas perspectivas da luta por direitos e do trabalho político-acadêmico.

A seguir, apresentamos uma breve exposição sobre cada um desses momentos.

3.3.1. A experiência com o MNPR-SP

O contato com o coordenador do MNPR-SP, Anderson Lopes Miranda, deu-se ainda no I Congresso Nacional do Movimento Nacional da População de Rua, ocorrido nos dias 19, 20 e 21 de março de 2012. Fazendo parte do evento, atentamos para a participação atuante do movimento de São Paulo e explicamos nosso trabalho referente à pesquisa. Anderson, na ocasião, por conta do intenso trabalho no Congresso, apresentou-nos sucintamente um panorama das ações da coordenação paulista do MNPR, e acertamos uma retomada posterior do diálogo ali iniciado. Voltamos a nos encontrar em 2014, quando houve o II Congresso Nacional do MNPR (nos dias 28 a 31 de maio de 2014), e fechamos aquilo que havia sido mencionado dois anos antes.

De início, o contato foi ocorrendo virtualmente. Durante os meses de março e abril, trocamos mensagens via rede social (Facebook) a fim de organizarmos a melhor época de visita a São Paulo. Desde nossas primeiras conversas, Anderson mostrou-se solícito à visita de campo, informando-nos da disponibilidade para uma experiência tranquila, pois o ano de 2015 mostrava-se de grande agitação devido aos diálogos estabelecidos entre a coordenação de São Paulo do MNPR e a gestão do município, assim como com a do governo de estado. Após algum tempo, já em meados de abril, conseguimos encontrar uma data satisfatória para que o coordenador nos recebesse.

Após a liberação do financiamento por parte do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq –, conseguimos planejar a ida à cidade de São Paulo para encontrar Anderson. A chegada foi no dia anterior ao

combinado para o encontro com a coordenação do MNPR-SP. Na manhã da data marcada para a entrevista, o dia 15 de junho, Anderson nos recebeu no Sindicato dos Comerciários de São Paulo, local de seu trabalho. Em uma sala – a qual nos foi, durante a interação, definida como um espaço cedido pelo sindicato ao MNPR – fomos recebidos pelo coordenador mais parte de sua equipe de trabalho. Após agradecer a oportunidade e a disponibilidade – dele e de sua equipe – em receber nossa pesquisa, foram-lhe explicados os procedimentos de nosso encontro. Em quase uma hora, foram discutidos temas referentes à atuação da coordenação do MNPR-SP em relação à problemática da situação de rua no estado de São Paulo. Embora o foco dado por Anderson tenha sido para as ações voltadas para a capital, ficou bastante nítida a atenção dispensada aos acontecimentos que se estendiam a todo o estado.

No dia seguinte à entrevista, regressamos a Brasília. Foram três dias – um de chegada e de instalação na cidade, o do encontro para a entrevista e o dia posterior, o de regresso a Brasília – nos quais houve a possibilidade de confrontarmos as observações realizadas previamente às visitas de campo. São Paulo foi nossa primeira inserção de pesquisa relativa à ida a campo do MNPR, fora do Distrito Federal. As contribuições de Anderson, juntamente com o auxílio de sua equipe, demonstraram o comprometimento da coordenação com a causa da situação de rua. Além disso, a oportunidade de tratar com o representante do movimento social da situação de rua envolvido com negociações por mudança social contribuiu fortemente para a riqueza da análise a ser apresentada no fim de nossa investigação.

3.3.2. A experiência com o MNPR-MG

Samuel Rodrigues, coordenador do Movimento Nacional da População de Rua, desde 2007. Sua atuação foi de grande destaque nos dois congressos nacionais nos quais estivemos presentes. Assim sendo, apesar de haver sido o segundo entrevistado, com ele o contato anterior à interação foi menos efetivo, pois durante os eventos não tivemos tempo para estruturar uma visita presencial. O diálogo prévio à entrevista aconteceu de forma virtual: por meio de mensagens por rede social (Facebook) conversamos sobre a pesquisa e ele recordou de nosso envolvimento em algumas atividades ligadas ao Movimento.

Quando conseguimos estabelecer uma relação de confiança, defrontamo-nos com outra questão: Samuel estava com a agenda lotada e ficaria pouco na sede do

Movimento em Belo Horizonte; desse modo, não conseguimos uma data viável. Os diálogos com Samuel deram-se basicamente nos meses de abril e maio. Alguns momentos, falar com o coordenador do MNPR-MG mostrou-se algo um tanto quanto difícil, pois – provavelmente pela quantidade de atribuições – não era sempre que ele estava disponível *online*. Em junho ainda não tínhamos nada consolidado, a despeito da confirmação das coordenações da Bahia e do Distrito Federal (que já estavam com as datas fechadas para a interação). Tendo em vista isso, aproveitamos a notícia dada por Samuel de que ele estaria na Capital Federal para atuar como representante em uma reunião do Ministério da Saúde sobre assistência social. Conseguimos, assim, marcar a data, aproveitando um intervalo entre as reuniões dele com o governo.

Nossa entrevista aconteceu no dia 17 de junho, à tarde, no prédio de natureza anexa vinculado ao Ministério da Saúde, em Brasília. Cheguei um pouco antes do combinado, pensando em buscar um espaço para conversar tranquilamente com Samuel, no entanto ele já havia organizado um espaço para que ocorresse a entrevista, em uma sala na qual foi possível explicar com mais tranquilidade a proposta da pesquisa, ler com ele, assim como já havia sido feito com Anderson, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)⁹. Assim sendo, passamos cerca de meia hora conversando sobre a investigação. Dando continuidade ao procedimento estruturado, foram-lhe explicados alguns pontos fundamentais do momento da interação. A entrevista, assim, transcorreu fluidamente; por se tratar de uma sala do Ministério, em determinados momentos foi necessário pausar a gravação, tendo em vista o constante entra e sai de funcionários. Assim, a entrevista durou cerca de quarenta e cinco minutos nos quais pudemos receber informações sobre as ações atuais da coordenação de Minas Gerais. Como destaque, foi perceptível o caráter articulador de Samuel, que, por seu relato, demonstrou ter uma equipe sólida para o trabalho em sua região.

Cabe inclusive destacar que a oportunidade de entrevistar o coordenador de Minas Gerais em Brasília – ou seja, sem a necessidade de viajar, e, conseqüentemente, de lançar mão de apoio financeiro – foi essencial para a realização da última entrevista, com a coordenadora do MNPR-ES, já que esta entrevista não estava prevista no desenho inicial da pesquisa, mas sua consecução foi aprovada pelo CNPq.

⁹ O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido desta pesquisa foi submetido em 20 de dezembro de 2014 e aprovado em 28 de janeiro de 2015 pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Brasília.

3.3.3. A experiência com o MNPR-BA

A relação de Maria Lucia Santos com nossa pesquisa é fruto de um trabalho anterior, quando realizamos pesquisa sobre uma publicação ligada à situação de rua e, já naquele momento, havíamos ouvido seu relato de experiência. Uma das mais destacadas presenças do I e do II Congresso Nacional do MNPR, Lucia encabeçou a organização do primeiro evento político da população em situação de rua, o qual aconteceu em Salvador.

Sua postura de liderança e exigência de atenção a cada detalhe dos dois momentos de 2012 e 2014 não impediram nosso contato relacionado à realização da entrevista para nossa pesquisa. Nós já havíamos adiantado a necessidade de conversar especificamente sobre sua experiência de coordenadora na Bahia. Aliás, a coordenação baiana é conhecida como uma das mais bem-sucedidas em termos de resultados e em comunicação com as autoridades para a atenção direcionada à situação de rua.

A entrevista com Lucia aconteceu nos mesmos moldes da interação com o coordenador do MNPR-SP: foi planejado nosso encontro para o dia 19 de junho, e a chegada à Bahia aconteceu um dia antes da data. Como mencionado, o contato com Lucia já havia se dado anteriormente, desse modo os ajustes para o encontro presencial foram realizados via aplicativo de celular (WhatsApp). No dia da entrevista, foi necessário ir à sede do MNPR-BA para encontrar a coordenadora. O local não foi de fácil acesso, por se encontrar um pouco afastado do centro de Salvador, por isso foi a primeira experiência – comparada com as anteriores – em que houve um receio da não ocorrência da entrevista. As coordenadas foram todas dadas por mensagens, ferramenta que já havia funcionado na primeira contribuição do MNPR com a pesquisa (em São Paulo).

Depois da etapa do percurso, a sede foi localizada e, diferentemente das situações anteriores, o espaço era direcionado especificamente para o trabalho com a situação de rua. Além de um espaço para receber pessoas de fora, o local contava com um prédio com salas de aula, refeitório e espaço de lazer. Quando questionada sobre a sede do MNPR-BA – antes de iniciarmos a gravação –, a coordenadora nos informou que aquele prédio havia sido uma das conquistas da luta do Movimento. O espaço, por meio de parcerias com o Estado e com a universidade, possibilitava a acolhida e o treinamento com auxílio profissional de pessoas em situação de rua. Nossa entrevista durou cerca de uma hora. Lucia situou sua ação dentro do território baiano e o alcance

nacional propiciado por sua capacidade de unir força com parceiros-chave para direcionar políticas mais afetivas para a população em situação de rua.

A entrevista realizada na coordenação baiana do MNPR foi uma das mais ricas da etapa de campo da pesquisa. A facilidade de já conhecer Lucia acabou sendo um detalhe dentro das descobertas que foram feitas com a visita. Assim sendo, o apoio financeiro para a hospedagem e o deslocamento foi fundamental para acessar uma realidade que, apesar de se manifestar em eventos nos quais a população em situação de rua assume protagonismo (como nos congressos nos quais estivemos presentes, por exemplo), ainda está em desenvolvimento. Estar pessoalmente na sede do MNPR-BA nos apontou um caminho que apenas pelos diálogos promovidos oficialmente não seria tão esclarecedor.

3.3.4. A experiência com o MNPR-DF

A coordenação do MNPR baseada no Distrito Federal estava prevista para ser a última do conjunto das entrevistas. Essa decisão havia sido tomada devido à proximidade e à disponibilidade da coordenadora, Antonia Cardoso. Nossa trajetória de trabalho foi iniciada com o contato anterior em reuniões locais do Fórum da População em Situação de Rua do Distrito Federal e em espaços intersetoriais relacionados a políticas públicas do Governo do Distrito Federal no ano de 2014 – também compostos por representantes da sociedade civil. Antonia fazia parte da representação de uma cooperativa de materiais reciclados – a Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis do Distrito Federal (CATAMARE) – e era a coordenadora no Distrito Federal do MNPR: desse modo, ao participar das reuniões como representação da universidade, iniciamos nosso contato com ela. Um fator que nos auxiliou bastante para a realização da entrevista, como adiantado, foi a facilidade geográfica de estar com Antonia; embora tendo uma agenda concorrida de atividades ligadas a seu trabalho na CATAMARE e no MNPR, a coordenadora nunca se furtou a colaborar com nossa investigação. Para o momento específico da interação, sentamos mais uma vez com Antonia a fim de lhe explicar as especificidades do trabalho e sanar as dúvidas que houvesse antes de iniciarmos a gravação.

A entrevista ocorreu no dia 4 de julho. Antonia nos recebeu em sua casa – o que foi um diferencial e uma demonstração de sua abertura para conosco. Trabalhamos juntos em frente a sua casa, sentados na varanda, onde pude relembrar das

responsabilidades da pesquisa, assim como combinar com ela como trabalhar o retorno de sua colaboração com o término da investigação. A atmosfera de intimidade nos foi, ao mesmo tempo, positiva e negativamente surpreendente, pois a coordenadora mostrou-se confortável no decorrer da interação, mas as interrupções de membros de sua família acabaram por algumas vezes também atrapalhando a fluência de algumas respostas. Assim, a colaboração da coordenadora do MNPR-DF foi uma das mais longas da sequência de entrevistas realizadas. Antonia nos localizou acerca da história do Movimento no Distrito Federal, sua chegada à coordenação e a relação que a cooperativa mantinha com o MNPR, assim como sua influência para as realizações em nível local.

Como o acontecido na entrevista do coordenador do MNPR-MG, não foi necessário o apoio financeiro para a realização da entrevista com a representante do MNPR-DF. O local da interação, apesar de fora do esperado, pareceu conferir um caráter mais tranquilo para que Antonia estivesse à vontade diante de alguns pontos que ajudariam a esclarecer dúvidas sobre o MNPR-DF.

3.3.5. A experiência com o MNPR-ES

A (antes não planejada) entrevista com a coordenadora do MNPR-ES, Rosângela Nascimento, foi a última realizada. Ocorrida quase um ano depois da primeira (MNPR-SP), o contato inicial com Rosângela aconteceu no segundo congresso do Movimento. Ali, sua coordenação foi promovida como parte da coordenação nacional. Na ocasião, foram trocadas algumas impressões sobre os trabalhos realizados tanto na coordenação do Espírito Santo quanto às questões que orientavam nosso trabalho. A percepção da necessidade de incluir o MNPR-ES como parte do grupo de entrevistas decorreu de uma decisão mais metodológica, após reflexões relacionadas ao Método Sincrônico-Diacrônico de Análise Linguística de Textos. De acordo com o MSDALT, para alcançar um ponto de saturação dos elementos analíticos aplicados, seria necessário ampliar um pouco mais a investigação sobre a realidade do movimento social. Com base nisso, recorreremos à colaboração da coordenadora do MNPR-ES para nos ajudar com esse alcance mais abrangente.

O contato com Rosângela se deu por intermediação de alguns dos participantes da etapa de campo da pesquisa: Lucia e Samuel foram bastante generosos ao ajudar na questão da comunicação com a coordenadora capixaba. Assim sendo, após estabelecer

diálogo com Lucia e Samuel, consegui falar diretamente com Rosângela. Nosso contato inicial aconteceu em meados de março, quando solicitamos sua consideração acerca da participação em nossa pesquisa. A coordenadora prontamente assentiu e ficamos de agendar uma data razoável para as duas partes; no entanto, até junho de 2016 – quando nos encontramos efetivamente para a colaboração – nosso contato foi bem fragmentado, pois Rosângela não estava virtualmente disponível para conversarmos em diversos momentos – uma vez que nosso veículo principal de comunicação era um aplicativo de mensagens (WhatsApp). Ainda assim, conseguimos fechar uma data na qual eu me deslocaria para a cidade de Vitória no intuito de realizarmos a entrevista.

Com auxílio financeiro, chegamos, então, à capital do Espírito Santo. Nosso encontro estava marcado para o dia 6 de junho. Dois dias antes, havíamos nos falado por telefone: foi quando houve a possibilidade de conversar com a coordenadora e entender que as questões relacionadas à comunicação tinham que ver com problemas pessoais de Rosângela – foi nessa ligação que acordamos o dia da entrevista.

Rosângela foi receptiva, oferecendo-se inclusive para ir ao aeroporto para trazer-nos. O encontro aconteceu na Assembleia Legislativa do Espírito Santo (ALES), onde Rosângela desempenhava funções de representação do MNPR. No dia, seguindo sua sugestão, fomos a um shopping próximo da ALES e, na praça de alimentação, demos início à entrevista. A coordenadora fez um relato sobre sua trajetória até a coordenação do MNPR, pontuou os problemas enfrentados e como a coordenação de seu estado encarava as diversas situações de privação de direitos que perpassavam desde a insuficiente presença (ou até mesmo ausência) do Estado até a flutuação de envolvimento de parceiros e da própria população em situação de rua. Nossa interação durou cerca de uma hora e foi possível abordar a dinâmica de luta do MNPR-ES – ainda entendido como uma coordenação recente e necessária para o espaço político.

Essa última viagem só foi possível porque não havíamos utilizado uma vez o recurso financeiro destinado a nossa pesquisa (no caso da entrevista feita com MNPR-MG); assim sendo, o apoio foi fundamental para o deslocamento entre os espaços e para a hospedagem em uma cidade nova. Pudemos, desse modo, ainda que extrapolando um pouco nosso planejamento, encerrar a etapa de trabalho de campo da investigação.

3.3.6. Um pouco mais sobre as experiências

A etapa de geração de dados etnográficos de entrevistas conseguiu completar uma parte essencial para a construção das reflexões acerca da análise da ação social operada pelo MNPR em suas coordenações de maior representatividade. O passo seguinte a todo o mencionado nesta seção foi a sistematização dos dados gerados nas entrevistas – do que, aliás, tratamos na seção anterior. As análises desses textos, concentradas na aplicação do MSDALT, constituíram o momento que conclui a observação crítica desenvolvida nesta investigação. Mais além das particularidades aqui explicitadas, cabe orientar que este capítulo encontra eco na conclusão deste trabalho, em que desenvolvemos a crítica explanatória da investigação – que tentará apresentar as reflexões sobre todo o trajeto da pesquisa, bem como apontar falhas e possíveis alternativas a fim de buscar transformações férteis. Finalizando o capítulo, então, marcamos, uma vez mais, a importância de articular coerentemente as teorias e – como se ocupou o Capítulo 3 – caracterizar a maneira como a ação prática se comporta em todo o percurso de pesquisa. Como os métodos são necessários para alcance do nível de produção e reflexão do conhecimento, sua posição no desenho da pesquisa carece de cuidado e permanente articulação com a(s) realidade(s) que assomam durante o movimento de construção do caminho do/a pesquisador/a.

3.4. Ampliando linhas e redes: os caminhos do MSDALT

Tendo em vista que o MSDALT possibilita, indutivamente, reconstruir as representações das categorias sociais que os atores sociais configuram em seu discurso (PARDO GIL, 2014), continuemos, nesta seção, percorrendo sobre suas especificidades metodológicas. Tratemos, então, das categorias gramaticalizadas e semântico-discursivas, mais detidamente.

Na composição linguística das representações desenvolvidas no mundo social, as categorias gramaticalizadas, em geral, são observadas como de caráter obrigatório em textos orais e escritos – aliadas a outras categorias, apreendidas pelo sentido, em emissões (PARDO, 2011; 2015). Para a autora, as categorias gramaticalizadas são: Falante-Protagonista, nexos de valor 1 (ou verbo 1), Ator/Atores, nexos de valor 2 (ou verbo 2), Tempo, Lugar, Operador Pragmático, Negação. Segundo Pardo (2011, p. 68), **Falante-Protagonista (F-P)** – “corresponde a qualquer pessoa pronominal ou qualquer

referente nominal que tome o *argumento* do falante”, ou seja, que no momento da representação acabe por desempenhar o papel central do qual as emissões do falante passarão a tratar. A categoria “não necessariamente aparece na posição de sujeito gramatical ou lógico da emissão”; o **nexo de valor 1 (NxV1)** é a categoria com a qual o/a falante age de alguma maneira; o verbo, que indica “apenas as ações do sujeito¹⁰ e não a de outros atores no texto”; a categoria **Ator/Atores** diz respeito a “qualquer pessoa pronominal ou referente nominal que toma os argumentos opostos ao que defende o falante”, ou seja, que, de algum modo, coloque/m-se como paralelo/s ao Falante-Protagonista; o **nexo de valor 2 (NxV2)** é a categoria com a qual o(s) Ator/Atores agem; ademais, temos as categorias possíveis **Tempo** e **Lugar**, as quais “correspondem à orientação espaço-temporal necessária e obrigatória de qualquer texto”; há a categoria **Operador Pragmático (OP)**, que “costuma aparecer em todos os textos e têm diferentes funções, desde indicar como deve ser interpretada uma parte da emissão, conectar distintas emissões ou setores na emissão ou como recurso para interpelar ou conseguir a anuência do ouvinte ou leitor”; por fim, como outra categoria possível, temos a **Negação**, considerada pela autora como uma “categoria flutuante, uma vez que pode aparecer negando o verbo, outras palavras ou setores de uma emissão”. Não carrega o mesmo nível de obrigatoriedade que as demais.

No que toca às categorias semântico-discursivas, são entendidas como referentes à potencialidade de sentidos que cada registro textual porta – variando conforme o texto, bem como em suas funções (discursivamente ativadas), sem a fixidez característica das categorias gramaticalizadas. Para a análise segundo o método, o/a pesquisador/a necessita proceder ao escrutínio do texto dividindo-o em emissões – das quais indutivamente emergem as categorias abordadas. No MSDALT é fundamental o trabalho com emissões, pois, segmentando o texto, torna-se possível a observação mais acurada de seu propósito comunicacional, o qual consiste em “apresentar um fenômeno particular. (...) Mais além dos limites da oração, no plano textual (...), desde uma perspectiva funcional do texto” (PARDO, 2011, p. 32). Cada emissão se baseia em um ponto de partida que se desenvolve a fim de realizar um objetivo discursivo (entendido como posição final).

Ademais, é preciso entender como central na teoria o conceito de “tema” e de “rema” – essenciais para a aplicação e interpretação crítica do MSDALT. Em síntese, no método, o tema é o ponto de partida da comunicação, da informação – quando em

¹⁰ No caso, o Falante-Protagonista.

posição não marcada¹¹ –, enquanto o rema é caminho pelo qual a argumentatividade percorre até alcançar o objetivo comunicativo. Estamos, assim, tratando da noção apresentada pelo Círculo de Praga referente à hierarquização da informação, conceito basilar para o método que defende que na interação comunicativa “a informação produzida (...) está hierarquizada, ou seja, há parte da informação que o falante, de modo consciente ou não, quer destacar” (PARDO, 2011, p. 33). Entender como se distribuem os elementos argumentativos no plano da emissão é essencial para que tratemos de outra importante definição: a noção de foco.

Localizado no desenvolvimento da informação, ou seja, no rema, o foco pode ser entendido como ‘um remate’ do processo de argumentação. Pardo (2011) explica que o foco atua como um setor do argumento que contém as informações cognitivamente escolhidas como mais importantes. Assim sendo, como explica a pesquisadora, ele também teria que ver com “questões cognitivas relacionadas com a capacidade de retenção da informação apresentada na emissão” (PARDO, 2011, p. 35): o que apontaria para seu objetivo comunicacional.

O conceito de foco é necessário para observamos com mais atenção como se estabelecem as posições argumentativas e sua localização na construção da realidade social por meio das emissões discursivamente formadas. Sua importância reside inclusive na percepção das funcionalidades argumentativas do tema e do rema nas emissões: o primeiro, por sua localização inicial (quando, em uma situação esperada, ou seja, não marcada), traz, em geral, a informação já conhecida, e, desse modo, em teoria, a que menos traz elementos inéditos; por sua vez, o rema desempenha o papel de desenvolvimento do argumento – em outras palavras, em um fluxo argumentativo, o que é trazido de novo acaba por criar um espaço de atualização comunicativa. Levando em conta sua posição (no caso, em situação não marcada, i.e., ao final), no rema há uma forte tendência de que o posicionamento dos elementos linguísticos esteja ligado a uma tentativa estratégica para retenção da informação a ser trocada. Por fim, na zona focal (PARDO, 2011), ou seja, na posição final do rema, em que está o foco, a conclusão do argumento.

Sobre a zona de foco, a análise puramente linguística (neste caso, de tema e rema) não aponta exatamente qual informação é a mais importante ou relevante da

¹¹ De acordo com Pardo (2011), tem a ver com a noção linguística de tema e de rema – relativa à hierarquização da informação, de posicionamento dos argumentos em emissões –, em que na posição não marcada, ou seja, esperada, “o tema aparece em primeiro lugar” (PARDO, 2011, p. 38); na posição marcada, ocorre o inverso, “o rema o lugar do tema e o tema o [lugar] do rema” (*idem, ibidem*).

emissão; ou seja, “o fato de que determinada informação apareça em foco ou em uma suposta posição não marcada de rema não garante que a informação seja a mais importante (...), daí a importância de uma análise que supere a estrutura sintática” (PARDO, 2011, p. 36). Destarte, muitas vezes, o argumento mais importante pode vir tematizado, dependendo absolutamente da intenção comunicativa do/a falante em sua intenção discursiva.

Além dos conhecimentos acima, para entendermos os caminhos analíticos a serem apresentados no Capítulo 5, necessitamos atentar para como o escrutínio das emissões é realizado. Antes de qualquer coisa, a leitura deve ser feita de modo sincrônico, ou seja, na horizontal, da esquerda para a direita – além da identificação da emissão e do uso de elementos como o colchete para delimitar o início e o fim dela. O desenho do quadro também se forma de modo sincrônico, em que os próprios elementos linguísticos da emissão ‘informam’ quais serão as categorias sincrônicas. Utilizemos como exemplo a seguinte emissão, gerada a partir da entrevista com a coordenadora do MNPR-BA:

Be29 [nós temos com o governo federal muitas brigas, muitas brigas, né, porque a gente sabe o que... nós desejamos...]

Para começarmos a explicar a sistemática sincrônico-diacrônica da análise, é preciso situar os elementos que compõem a informação em categorias, como vimos, gramaticais e semântico-discursivas. Desde o início, é necessária a detecção do Falante-Protagonista, pois, geralmente, a partir dele é que se desenvolverá todo o quadro analítico – o qual se constitui pela progressão linear do texto (vide, nos exemplos, as indicações com as setas explicativas da sincronia). Em nossa ilustração, o argumento principal (a relação de dificuldade com o Estado) é tomado pelo próprio Movimento, por meio do elemento lexical ‘nós’; o lexema, então, designa os demais elementos que compõem o quadro analítico, como, por exemplo, o nexos de valor que lhe é correspondente (ou seja, o “temos”), passando este a constar (ou seja, estar diacronicamente situado no quadro) na categoria emergente “NxV1” – lembremos, referente ao nexos de valor:

Be29 [~~nós temos~~ com o governo federal muitas brigas, muitas brigas, né, porque a gente sabe o que... nós desejamos...]

F-P						
Be29 [nós						

Be29 [~~nós temos~~ com o governo federal muitas brigas, muitas brigas, né, porque a gente sabe o que... nós desejamos...]

F-P	NxV1				
Be29 [nós	temos				

Se for perceptível a relevância discursiva dos demais elementos, eles deverão ser encaixados em categorias semântico-discursivas, que surgem diacronicamente, i.e., dentro de cada contexto de sentido: assim, retomando Be29, inicialmente, o elemento “governo” não estaria, à primeira vista, apropriado nem para compor a categoria de Falante-protagonista nem a de nexos de valor; assim sendo, uma nova categoria deverá ser ‘aberta’ (surgir na diacronia) para contemplar essa parte da argumentação. Atentemos:

Be29 [~~nós temos com o governo federal~~ muitas brigas, muitas brigas, né, porque a gente sabe o que... nós desejamos...]

F-P	NxV1	ESTADO			
Be29 [nós	temos	com o governo federal			

Observemos que na categoria ESTADO não está apenas o elemento de natureza nominal ‘governo’: a categoria emergente (ESTADO) pode receber não apenas o núcleo nominal, mas sua periferia linguística (ou seja, os elementos ‘com’ e ‘o’). Isso é bastante importante, pois não estamos falando de uma análise puramente estruturalista ou morfológica; estamos sim trabalhando com o sentido e com o discurso que fazem desses elementos um bloco temático (argumentativo-discursivo) só. Seguindo na sincronia, notamos a presença dos termos “muitas brigas, muitas brigas”:

Be29 [~~nós temos com o governo federal~~ muitas brigas, muitas brigas, né, porque a gente sabe o que... nós desejamos...]

F-P	NxV1	ESTADO				
Be29 [nós	temos	com o governo federal	→			
→		muitas brigas, muitas brigas	→			

Eis um exemplo no qual o título ‘semântico-discursiva’ se justifica. Entre o MNPR e o Estado, a estrutura ‘muitas brigas’ tem semântica e discursivamente mais a ver com o Estado (do que com o Falante-Protagonista), portanto, ela deve ser localizada na categoria mais específica; percebamos, no entanto que, na leitura sincrônica, tais elementos não têm espaço disponível – pois “com o governo federal” já está ocupando a área; procedemos, então, a distribuição por sincronia: nova linha será aberta para que haja o espaço necessário para o grupo lexical “muitas brigas, muitas brigas”.

Nova questão parece se apresentar com o ‘né’. Seguindo raciocínio, é possível alocar o elemento no quadro, entretanto, devemos sempre proceder de acordo com o movimento sincrônico, que, no caso, corresponderá a uma linha conseqüente. O “né” pode ser entendido, de acordo com o que discutimos no início da seção, como um operador pragmático; portanto pode ter um espaço na nova linha para ele (assim como os demais elementos de mesma natureza que surjam durante a emissão). Vejamos:

Be29 [~~nós temos com o governo federal~~ muitas brigas, muitas brigas, né, porque a gente sabe o que... nós desejamos...]

F-P	NxV1	ESTADO	OP			
Be29 [nós	temos	com o governo federal		→		
→	→	muitas brigas, muitas brigas	né	→		
	→		porque			

A leitura sincrônica faz com que esse elemento conectivo abra nova linha. Assim o desenho do quadro vai se realizando:

Be29 [~~nós temos com o governo federal muitas brigas, muitas brigas, né, porque a gente sabe o que... nós desejamos...~~]

F-P	NxV1	ESTADO	OP			
Be29 [nós	temos	com o governo federal				
		muitas brigas, muitas brigas	né			
			porque			
a gente						
	sabe					
o que nós	desejamos]					

Observemos que o sentido e a posição no representar discursivo é que delimitam quais espaços os elementos ocuparão; a diacronia, ou seja, a perspectiva vertical, já pode nos ajudar a perceber como estão identificados os atores sociais envolvidos nas diversas práticas relacionais – vejamos, por exemplo, como, diacronicamente, a categoria semântico-discursiva ESTADO nos apresenta uma identificação negativa da esfera de governo. Assim vão construindo-se cenários em que a linguagem pode ser dividida, mas não gratuitamente: há que considerar tais partições dentro de uma perspectiva de uso e de discurso. Obviamente, o preenchimento vai ficando mais complexo à medida que diversos elementos vão compondo suas categorias no desenvolver da representação; no entanto a noção de movimento sincrônico e a apreciação diacrônica conformam um panorama amplo no qual a reflexão crítica pode ser feita com atenção a minúcias discursivas e relevantes para o entendimento crítico.

Desse modo, tais concepções conformadoras do MSDALT ofereceram a nossa pesquisa um método fundamental para, quando da aplicação nas entrevistas realizadas, analisar os caminhos discursivos do MNPR em suas representações. O momento reservado ao que tratamos nesta seção, assim como nas anteriores, segue nos próximos capítulos.

CAPÍTULO 4

O MNPR NA AGENDA DA MUDANÇA SOCIAL: O MOVIMENTO EM DOCUMENTOS

*Eu não quero essa vida assim não, Zambi!
Ninguém quer essa vida assim não, Zambi!*

(“Assim Não, Zambi”, por Clementina de Jesus e
Martinho da Vila)

Neste capítulo, iniciamos as análises discursivas críticas dos textos relacionados à luta social do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) em seu contexto próprio. Aqui, trataremos, portanto, de dois documentos construídos em dois momentos históricos do movimento social: o I e o II Congressos do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (CMNPR), ocorridos em 2012 e 2014, respectivamente, e nos quais estivemos presentes.¹² Do I CMNPR,¹³ elegemos a Carta de Princípios, a qual rege as ações dos membros do MNPR; já do II CMNPR, recorreremos ao Plano de Ação, que norteia as ações a serem realizadas pelo Movimento durante os dois anos seguintes à realização do último encontro nacional (em 2014). Como já explicado, ambos os textos foram resultado de debate majoritário da população em situação de rua presente nos eventos. Feitas essas considerações, partiremos para a análise fundamentada na Análise de Discurso Crítica aliada a fundamentos da Linguística Sistêmico-Funcional.

Esquemáticamente, este capítulo está dividido em duas seções principais: uma analítica (4.1) e outra centrada no comentário crítico das percepções analíticas realizadas (4.2). Assim sendo, a primeira seção trata da análise discursiva crítica dos dois documentos principais gerados nos Congressos do MNPR: primeiramente, procedemos à análise da Carta de Princípios, para, em seguida, apresentarmos as considerações críticas do Plano de Ação. Encerrando o capítulo, desenvolvemos uma

¹²As escolhas se justificam pelo fato de os documentos terem sido as construções discursivas principais e sintetizadores das discussões de cada momento. As viagens aos dois Congressos foram possibilitadas graças ao apoio do CNPq na compra das passagens. Além disso, a agência de fomento apoiou as entrevistas realizadas com as coordenações do MNPR.

¹³ Na apresentação e divulgação oficiais da primeira ocorrência do Congresso (em 2012), seu título está também registrado como “1º Congresso Nacional do Movimento da População de Rua” (juntamente com “Congresso Movimento Nacional da População de Rua”); a fim de padronizar o capítulo analítico, elegeremos o mesmo título para os dois eventos, diferindo apenas da numeração em algarismo romano.

breve reflexão acerca das análises realizadas a partir dos dois documentos, além da percepção discursiva crítica referente ao MNPR em seus textos formais.

4.1. O MNPR em movimento: representações e (auto)identificações

O Capítulo 4 apresenta a primeira parte de análises de nossa investigação referente à etapa documental. Nesta parte do trabalho, focaremos na aplicação de categorias próprias da Análise de Discurso Crítica (FAIRCLOUGH, 2003; 2010 e RESENDE 2008; RAMALHO) emergentes dos dados documentais da investigação, recorrendo a algumas contribuições da Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY, 2014) para a descrição linguístico-gramatical. Distribuídas em duas subseções (a 4.1.1 e a 4.1.2), constam no capítulo o estudo discursivo crítico referente à Carta de Princípios e ao Plano de Ação do MNPR – ambos, documentos gerados em âmbito de enfrentamento social concretizado em seus dois primeiros (e bem-sucedidos) eventos de formação e construção política, o Congresso do Movimento Nacional da População de Rua. Assim, em 4.1.1, detemo-nos a analisar a “Carta de Princípios do MNPR”, documento central da primeira edição do Congresso, criado para estabelecer uma conduta padrão no envolvimento com o movimento social; em 4.1.2, voltamo-nos, baseados na ADC, ao escrutínio do primeiro documento norteador de intervenções políticas do movimento social (então já legitimado e constituído) desenvolvido na segunda realização do evento, o “Plano de Ação”. Por meio das análises, intentaremos apresentar uma interpretação discursiva crítica desses dois textos históricos construídos pelo próprio MNPR. Tomamo-los, portanto, relacionados a atividades e ações do próprio movimento social como instrumento de mobilização, atentando para o modo como são tecidas as representações discursivas de relações sociais, bem como as identificações dos atores sociais componentes do Movimento.

4.1.1. I CMNPR – Carta de Princípios

Construída no último dia do I Congresso do Movimento Nacional da População de Rua – realizado entre os dias 19, 20 e 21 de março de 2012 –, aproximando-se de gênero jurídico, o documento intitulado “Carta de Princípios do MNPR” elenca uma série de doze premissas organizacionais para a participação dos/as integrantes do Movimento. Segundo o texto, os pontos nortearão “o movimento e (...) deverão ser lembrados e

respeitados em todos os momentos e lugares em que se fizer presente”. Dando início à análise pormenorizada do documento, tomemos o excerto que abre a Carta de Princípios:

- (1) O Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) após viver algumas experiências desde a sua formação até o presente momento, faz uma análise de suas ações e codifica, aqui, Princípios que passam a nortear o movimento e que deverão ser lembrados e respeitados em todos os momentos e lugares em que se fizer presente, quer seja sua base, comissão articuladora ou companheiro(a) desde que esteja atuando na luta encampada pelo movimento.

A introdução do documento traz uma espécie de *caput* que revela um desejo de revisão relativa a ações do passado, a serem aparentemente explicados nos princípios que a seguem. Já de início, temos uma oração apositiva (“após viver algumas experiências”) que dá um tom indefinido, mas que aponta para algo que será discutido ao longo do documento. Assim, tais “experiências” não são explicitadas, mas já chamam a atenção para um discurso de maturidade relacionado ao MNPR (e concretizado em “desde a sua formação até o presente momento”). Podemos notar também que a “análise” proposta no excerto está baseada na experiência de atuação como movimento social constituído e, sendo assim, que suas consequências, os princípios a serem descritos são de alta importância. A observação se justifica pela oração com forte modalização e pelo elemento reforçador “todos” em “deverão ser lembrados e respeitados em todos os momentos e lugares”. O modal ‘dever’ é um marcador explícito que confere um forte grau de envolvimento à declaração feita; ele abre um pressuposto relevante: que toda ação defendida dará início a uma realidade definidora do que constituirá a identidade do Movimento, a qual ‘deverá ser lembrada e respeitada’. Assim sendo, o documento viria a se consolidar como um ponto de concordância entre os/as que conformam o MNPR. A seguir, os princípios propriamente ditos seguem elencados; daremos início à análise, a fim de observarmos como são construídas as representações e identificações do movimento social – tentando, inclusive, encontrar as respostas para os não-ditos localizados na introdução:¹⁴

- (2) ***ESCUTA ÀS BASES***: Todas as decisões importantes precisarão ter sido conversadas nas bases o que assegura uma ação voltada a todos e não decisão somente da coordenação.

¹⁴ Nos excertos analisados, os negritos e os itálicos são mantidos do original.

Por meio do primeiro princípio, podemos ver a forte presença do discurso da coletividade, concretizado pelo uso dos grupos adjetival e pronominal condensadas nas ocorrências de “todo” (em “**todas** as decisões...” e em “(...) voltada a **todos**...”). Há itens lexicais que o definem: o grupo pronominal “todos” e o grupo adjetival “importantes” estabelecem a dimensão compartilhada do princípio. Ao iniciar a Carta focando na atenção às bases, o documento do MNPR sugere preocupação do movimento social em construir uma identidade de projeto (CASTELLS, 2008) ao expressar que a construção da luta é feita por meio dos eventos que conformam a realidade social dos estados integrantes do movimento social. Além disso, podemos sustentar que, pelo excerto (2), a construção de uma lógica identitária de resistência se baseia no entendimento de todo o coletivo (coordenação e demais integrantes) como formado “por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas (...)” (CASTELLS, 2008, p. 24) e, que, assim, em posição de igualdade em um projeto único. Assim, semanticamente, a coordenação nacional do MNPR realiza, por meio de colocação lexical (em “todas as decisões importantes”), uma avaliação e uma identificação positivas ligadas às bases de luta. Tal defesa da atuação das bases nas decisões ativa um pressuposto de que as “experiências” mencionadas no caput levaram a uma reflexão propositiva mais democrática e que, de alguma forma, isso não vinha acontecendo. De qualquer modo, o documento não nos permite imergir nas questões problemáticas referenciadas, mas sim notar que a questão, ao ser linguisticamente colocada, assegura um norte para o equilíbrio de poder no movimento social.

Atentemos também para “o modo como as pessoas se comprometem quando fazem declarações, perguntas, demandas ou ofertas” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 165), ou seja, a modalização. No excerto, os processos escolhidos demarcam um esforço modalizador expresso por meio da escolha do processo de característica mais suave ‘precisar’ na contraposição com ‘dever’ (cuja carga de envolvimento é bem mais forte). Santos (2013, p. 33) explica que

a modalidade (...) é uma categoria complexa e extremamente importante na texturização de identidades sociais e pessoais, uma vez que o grau de comprometimento com alguma proposição ou representação é um sinalizador bastante preciso do que se toma como verdade.

Ao modalizar, aparentemente, a coordenação nacional assume uma voz mais democrática e menos impositiva. Podemos observar o mencionado por meio do restante da oração (em “o *que* assegura uma ação voltada a todos e não *uma* decisão somente da coordenação). Podemos inclusive observar que a ativação do pressuposto de que há ‘tipos’ de decisão, os quais podem ser mais/menos importantes – ou até mesmo desimportantes – e que, até então, as decisões não vinham sendo democráticas. Tal ponto promove a reflexão sobre a real relação simbólica ativada pelo documento – ou seja, há a presença de verticalidade, tendo em vista que o caráter da decisão será avaliado pela coordenação, como corpo avaliativo, isto é, detentor de poder (simbólico) para realizar tais juízos.

- (3) **DEMOCRACIA DIRETA**: Princípio adotado para garantir que todas as decisões sejam tomadas após discussão, votação e sempre que necessária ouvida a voz da minoria.

No princípio de número dois, no excerto (3), vemos expresso linguisticamente o discurso da coletividade desde seu título “democracia direta”. No trecho em análise, podemos observar que o processo “garantir” assume uma carga semântica mais forte (se contraposto ao “precisar”, do trecho anterior). Linguisticamente, trata-se de um processo que transita entre o material transformativo e o comportamental – estando este semanticamente localizado na fronteira entre os processos material e mental (HALLIDAY, 2014). Os processos materiais transformativos, de acordo com a Linguística Sistêmico-Funcional, denotam a continuação de alguma ação já ativa no mundo; ademais, Halliday (2014, p. 215) explica que uma característica dos processos comportamentais é representarem “manifestações externas de realizações internas, é a ação de processos da consciência (...) e de estados fisiológicos”. No caso, há uma interseção com o primeiro princípio (o de participação ativa das coordenações regionais nas decisões para a luta social da população em situação de rua). O processo tem uma natureza catafórica por projetar a ‘garantia’, a qual, por sua vez, segue materializada pela frase de natureza condicional: “após discussão”, em que a presença do grupo adverbial ‘após’ promove uma hipotese oracional, ou seja, subordina toda a oração anterior (“princípio adotado para...”) aos itens lexicais ‘discussão’ e ‘votação’. A construção “sempre que necessária” opera mais uma modalização, que, ressaltando uma condição peculiar, tendo em vista que em eventos democráticos as decisões são estabelecidas pelo consenso ou pela maioria de participantes. Trata-se de um princípio

que se detém no nível de intervenção da coordenação junto às decisões que serão julgadas como necessárias. A coordenação, então, assume, com mencionado, uma estratégia de inclusão e exclusão simultânea. Em outras palavras, ao incluir a “minoría”, o MNPR demonstra discursivamente que a abertura (ainda que modalizada, como já mencionado) é dirigida também aos/às que, porventura, não estejam inseridos na legitimada ‘maioría democrática’. O processo e “garantir” implica uma atribuição de veto ou/e de liberação no qual o poder será relativizado, revelando alguma abertura para a voz dos/as que participam da mobilização, mas não de qualquer ponto trazido pela minoría (vide a expressão condicional “sempre que necessário”).

- (4) **ACÃO DIRETA**: Que as ações do movimento sejam de sua autoria e responsabilidade, respeitando as decisões coletivas, salvo quando necessário ouvir parceiros e colaboradores.

No princípio acima, o MNPR direciona a oração para explicar a que se aplica o conceito de ação direta, a que tal princípio se destina; é um exemplo de oração servindo ao propósito de interagir com o outro, de estabelecer e preservar laços sociais (THOMPSON, 2011). Pelo excerto, voltamos a perceber a referência ao discurso democrático do respeito à maioria (quando mencionado o respeito às decisões coletivas), entretanto, está linguisticamente expressa a autonomia das ações referentes ao MNPR, concretizando a polarização discursiva referente a ações do MNPR, de um lado, e as opiniões dos parceiros e colaboradores, de outro. Os atores sociais “parceiros” e “colaboradores” estão linguisticamente precedidos em (4) pelo grupo preposicional “salvo quando”, que opera uma inclusão, mas não confere a tais atores sociais uma força acional equivalente à do MNPR. Podemos, por meio disso, observar a realização da busca por um discurso protagonista relativo ao movimento social, que, por pressuposição (ativada pelo modo verbal subjuntivo “que sejam”), denota a atenção referente à autonomia do MNPR em suas próprias ações.

É também relevante mencionar que, em termos semânticos, há representações discursivas que reforçam o mencionado anteriormente: o movimento está identificado como ligado à ideia de ação, de atividade material no mundo, ao passo que os parceiros e os colaboradores são representados pelo sentido de opinião, ou seja, de atividade mental, passível de ser concretizada ou não. Ademais, podemos observar que a última oração (em “salvo quando necessário ouvir parceiros e colaboradores”) se consolida discursivamente no excerto como mais um grupo oracional de natureza concessiva, o

que pode nos indicar que ‘ouvir os parcerias e colaboradores’ – ou seja, um grupo externo, não pertencente ao Movimento – é algo relevante para a luta, a despeito de não ser algo central e do ‘salvo quando’ operar uma modalidade de envolvimento baixa.

- (5) **SER APARTIDÁRIO**: Princípio indispensável à unidade do movimento: garante autonomia e liberdade de expressão. O apartidarismo é relacionado, também, a outros grupos: como igrejas, fundações e outros. Podemos estabelecer parcerias, mas nunca filiação.

No excerto (5), podemos observar um texto de caráter mais didático. A premissa é iniciada pelo processo relacional atributivo intensivo ‘ser’ (em “ser apartidário”), por meio do qual o portador, por elipse, está relacionado ao MNPR, e seu atributo (o apartidarismo) é expressamente recuperado pela qualificação “princípio indispensável à unidade do movimento” e discursivamente realizado pela oração projetada que segue (“garante autonomia e liberdade de expressão”). Cabe ressaltar que, desde uma visão sistêmico-funcional, os processos relacionais de característica intensiva configuram uma entidade (FUZER & CABRAL, 2010). Em uma espécie de legitimação – que, como esclarece Pardo Abril (2013, p. 109), é uma estratégia efetiva de “construir retoricamente a realidade” –, o documento traz exemplos de instituições às quais, segundo o texto, não se deve filiar. Por fim, o caráter da parceria é trazido de volta, em analogia indireta com o princípio anterior (“ação direta”) – ou seja, o de participação opinativa – em detrimento da “filiação”, reforçando a garantia de autonomia (já defendida em excertos anteriores) na relação com atores sociais que não estão compreendidos como pertencentes à população em situação de rua.

- (6) **APOIO MÚTUO INTERNO**: Por se tratar de pessoas com inúmeros problemas esse princípio une os companheiros em uma solidariedade onde um se preocupa com o outro e todos se preocupam com o grupo.

No quinto princípio, em (6), podemos observar o discurso da coletividade. Iniciando com uma oração encaixada explicativa (“por se tratar de pessoas com inúmeros problemas”), o excerto (6) realiza o discurso da coletividade lançando mão de itens lexicais avaliativamente desejáveis (FAIRCLOUGH, 2003; RESENDE, 2008), como, por exemplo, “solidariedade” e o processo mental emotivo ‘preocupar(-se)’. Tais ocorrências linguísticas operam um movimento semântico no qual a ação desejável perpassa uma cadeia de atores sociais caracterizada e concretizada pelo indivíduo (em “*um* se preocupa com *o outro*”) e pelo grupo social (“*todos* se preocupam com *o*

grupo”). Por meio desse jogo semântico, o texto do MNPR desenha discursivamente uma atividade de integração e engajamento com os atores sociais em situação de rua, tornando, no discurso, uma construção concreta de movimento social reflexivo e coeso. Ao mesmo tempo, o princípio de número cinco parece responder a um discurso hegemônico ao registrar a asserção categórica (FAIRCLOUGH, 2003) “por se tratar de pessoas com inúmeros problemas”, cuja afirmação reforça o ideário de pessoa em situação de rua como problemática. É uma avaliação negativa promovida por autoidentificação que encerra possibilidades de se problematizar a situação dos “inúmeros problemas”, suas eventuais causas e possíveis soluções.

- (7) **SOLIDARIEDADE COM AS CAUSAS SOCIAIS**: O velho ditado “**unidos venceremos**” para nós significa não realizar a luta sozinho. Assim como buscamos a saída para os problemas por nós vividos outros grupos sociais encampam lutas em defesa de suas causas, acreditamos na união desses grupos para se conseguir a vitória diante do sistema opressor que opera em nosso país, por isso temos a “**solidariedade com as causas sociais**”, como princípio.

Em (7), após mencionar a atenção a aspectos internos do Movimento, o documento aponta, então, para o exterior, mencionando outros movimentos sociais. Como suporte, podemos observar que o princípio (em destaque) é reforçado por meio de uma oração generalista (“unidos venceremos”), direcionada a exortar o outro a agregar-se diante de algum desafio, combatendo a luta isolada. Podemos ver pelo dito popular, uma metaforização da luta social, pois – tendo em vista que sendo ‘vencer’, na maioria de suas ocorrências, um processo material que necessita de um complemento que lhe amplie o sentido – há a construção simbólica e não expressa de um inimigo em comum na oração; vale lembrar que “a atenção relativa ao uso das metáforas permite que observemos processos que contribuem para a representação de atores e eventos sociais” (SANTOS, 2013, p. 88). A metáfora aparece no excerto encapsulando realidades: não percebemos uma problematização que, por exemplo, poderia dar-se pela responsabilização de determinados setores sociais, como a mídia hegemônica (SANTOS, 2013) e o próprio Estado, causador de diversas opressões e pouco efetivo em superá-las.

Ademais, não há o desenvolvimento discursivo de como ‘a união’ com outros grupos sociais se daria, tampouco a frase socialmente banalizada aponta para um envolvimento mais forte. Assim, apesar de tratar-se de um documento de princípios, uma carta que rege a conduta política do MNPR, a possibilidade de concretização de

redes pragmáticas – isto é, relações político-reflexivas que foquem em planos articulados, estruturados e realizados (entre movimentos sociais) no intuito de obter um real retorno para populações oprimidas – não é colocada de forma consistente. A despeito de não haver a menção explícita no dito popular, o objeto sobre o qual ‘vencerão’, se unidos, é recuperado por meio da lexia “sistema opressor” – que, por conseguinte, reúne, por metáfora e por metonimização, o ator social que impõe ‘uma vida problemática’ à população em situação de rua. A oração polifônica “unidos venceremos” remete a uma metáfora bélica, recuperada linguisticamente pelos termos já mencionados na análise.

- (8) **NÃO VIOLÊNCIA**: O movimento se coloca como movimento de luta de forma pacífica e democrática. Em suas ações preservará sempre o patrimônio público e jamais encampará ações que incitem a violência física ou verbal.

No princípio reproduzido em (8), o documento realiza uma autoidentificação, que “contribui para a formação de identidades sociais ou pessoais particulares e para a identificação de outras pessoas e grupos sociais em textos” (RAMALHO & RESENDE, 2011, p.68), e é expressa pelo processo verbal ‘colocar(-se)’. Na referida autoidentificação, o documento recorre aos elementos lexicais de natureza avaliativa ‘pacífico’ e ‘democrático’ para defender uma caracterização desejável realizada por meio de termos que denotam uma ação teoricamente cuidadosa e atenta. Outras escolhas lexicais colaboram para a construção simbólica positiva por meio da asserção “preservará sempre o patrimônio e jamais encampará ações (...) violência física ou verbal”. Mais uma vez (como ocorreu no primeiro princípio), podemos observar a coocorrência de termos que conduzem a uma percepção semântica positiva:



Figura 1. (Auto)identificação do MNPR, segundo a Carta de Princípios

Assim, os modalizadores ‘sempre’ e ‘jamais’, antagônicos em sua semântica, são utilizados de maneira assertiva para construir uma identidade socialmente digna de aprovação, ou seja, não relacionada a um discurso criminalizador, geralmente, ideologicamente atrelado a movimentos sociais. Nesse princípio, podemos observar,

novamente, como a pressuposição – categoria analítica que trata de informações tomadas nos textos como já estabelecidas, caracterizadas e ativadas por marcadores linguísticos explícitos – acontece ao linguisticamente expressar que são pacíficos e democráticos os atores sociais componentes do MNPR: é colocada a ideia de não concordância com a ‘falta de civilidade’, trazendo o debate acerca de um comportamento irracional em contraposição ao discurso do MNPR. O excerto, então, concretiza, discursivamente, a ruptura com o ideário hegemônico relacionado a movimentos ou intervenções sociais, identificados como “baderneiros, radicais e intransigentes (...), como um inimigo em potencial” (NEVES, 2013, p. 112) da ‘sociedade de bem’. Assim sendo, o princípio em (8) parece orientar as ações de seus/suas componentes no que tange à ação que evite embates mais veementes que possam ligá-los/as à ideia de criminalidade – pensamento este ideológico e operado por um “sistema opressor” (*vide* (7)). Podemos observar ainda a construção de identidades nos excertos reproduzidos em (9) e em (10):

(9) **HONESTIDADE E TRANSPARÊNCIA**: Entre as lideranças e no repasse das informações públicas aos demais membros do movimento.

(10) **COMPROMISSO PESSOAL**: O movimento acontece na medida em que cada membro se esforça e se empenha na sua realização e se compromete com a causa dele.

Em (9) e (10), observamos a mesma questão relacionada à construção de identidades em que ambos os princípios são titulados como substantivos e relacionados aos membros do MNPR. Em (9), observamos que o princípio marca uma hierarquização latente nos anteriores: ‘as lideranças’ repassam informações públicas aos “membros do movimento”. O processo ‘repassar’ – no texto, nominalizado – denota um poder que nem todos/as possuem no MNPR – além de uma responsabilidade; desse modo, o documento destaca como um dos princípios norteadores a “honestidade” e a “transparência”. O princípio em (9) traz à tona o ponto da representação discursiva no tocante aos embates sociais por cidadania, ou seja, quando o MNPR aborda a questão parece intentar conscientizar àqueles/as que estão em posição de poder em relação aos/às demais quanto à importância da articulação de suas condutas na efetivação da luta contra a problemática da situação de rua: vemos, na seção, a atenção ao chamado ‘trabalho de base’.

É ainda nesse sentido que (10) traz o princípio do ‘comprometimento pessoal’, no qual desloca a atenção das lideranças relativa à participação individual no sentido do esforço coletivo. A seleção lexical do processo material ‘acontecer’ (em “o movimento acontece na medida em que”) entra em harmonia com o processo comportamental ‘empenhar’, estabelecendo uma relação causal: dado ‘acontecer’ ser um processo material criativo – isto é, dependente de intervenção humana (social) para existir no mundo –, a ação de empenhar-se assume uma carga semântico-discursiva de alto grau, pois o empenho virá ‘do esforço de cada membro comprometido’.

(11) **IGUALDADE**: O movimento reconhece os direitos de cidadania de todas as pessoas, respeitando a diversidade religiosa, orientação sexual, gênero e etnia.

(12) **JUSTIÇA**: Lutar contra o preconceito e toda forma de discriminação social, restaurar os direitos violados, preservando a dignidade de cada morador de rua e combater toda forma de desigualdade.

No princípio em (11), o documento evoca uma ação que atribui uma identidade cidadã e democrática ao Movimento por meio do processo comportamental ‘reconhecer’. É relevante mencionar como os fenômenos semânticos de metáfora e de metonimização atuam de maneira conjunta para a constituição simbólica do Movimento como uma possibilidade discursiva de ação social. Os processos comportamentais são tipicamente relacionados a manifestações humanas: assim, os membros do MNPR são reunidos em sentido dentro do movimento social, que é configurado como entidade que possibilitaria a mudança. Desse modo, podemos perceber um discurso atento à perspectiva da pluralidade social afeta à heterogeneidade constitutiva da população em situação de rua (BRASIL, 2008), linguisticamente realizado pelo movimento com processos como ‘reconhecer’ e ‘respeitar’.

Em (12), o Movimento se posiciona de maneira explícita em relação a manifestações de desigualdade. Ao selecionar os processos (de natureza mais) comportamentais ‘lutar’, ‘restaurar’, ‘preservar’ e ‘combater’, o MNPR assume a estratégia da personificação, na qual se autoidentifica com o defendido em (11). No trecho, pela primeira vez, há a referência explícita à pessoa em situação de rua: a seleção, no entanto, foi para a lexia socialmente cristalizada ‘morador de rua’. Podemos refletir acerca da escolha – no mínimo, controvertida – do termo, tendo em vista tratar-se de um documento formal, que aparenta querer plasmar textualmente a luta discursiva

empreendida cotidianamente. Sobre o uso do termo ‘morador de rua’, trataremos mais detidamente nas considerações finais – as quais reúnem as reflexões sobre as análises realizadas neste e no próximo capítulo. Ainda no excerto em foco, o ator social ‘morador de rua’ é representado como quem receberá atenção das ações elencadas no décimo primeiro princípio; a essência discursiva passa, portanto, a focar na pessoa em situação de rua, terminando por particularizar tal população no rol de desigualdades sociais elencado em (11).

- (13) **CONTROLE SOCIAL**: Monitoramento de todas as políticas públicas do Estado visando o controle das ações governamentais para que não aconteçam políticas excludentes e higienizadoras.

Por fim, em (13), o MNPR introduz, por meio do documento, mais um elemento fundamental para a luta contra a situação de rua: o Estado. No décimo terceiro princípio, ele é representado de maneira particular: como alvo das ações do movimento social, o qual ‘visa controlar’ suas tomadas de decisões com o intuito de fiscalizá-lo, consoante com sua proposta de postura prática. Textualmente, é construída uma relação de consequência, na qual a intervenção materializada linguisticamente pelo processo comportamental nominalizado de “monitorar” (em “monitoramento”) buscará, semanticamente, evitar que “aconteçam políticas excludentes e higienizadoras”. Vale atentar para o fato de que há uma impersonalização da consequência, ou seja, apesar de indiretamente as ações estarem representadas como capitaneadas pelo Movimento em direção ao Estado – a despeito de sabermos que é o Governo quem implementa as políticas públicas –, não está explícito quem promoveria tais políticas indesejáveis e avaliativamente negativas, pois a representação se dá por naturalização, como mencionado, por impersonalização (isto é, ‘políticas excludentes e higienizadoras acontecem’). Ainda assim, ao contrário dos demais, o excerto (13) traz para o MNPR um papel mais consolidado, ao apresentar um princípio que se mescla com a ideia de projeto de intervenção direta, menos misturada com abstrações – como vimos comentando até então.

De acordo com a análise deste primeiro documento, pudemos observar que existem alguns episódios que apresentam lacuna de sentido, que não são trazidos à superfície do texto. As categorias analíticas mais salientes e significativas, além da transitividade, foram a pressuposição, a modalização e o uso de metáforas, o que denota algumas considerações importantes para a reflexão. Desde seu início, na introdução, o

texto já engatilha o pressuposto de que os dozes princípios não vinham sendo realidade no movimento social, o que provavelmente tem a ver com a constituição desse coletivo como um movimento jovem e inexperiente no embate político, mas que, mediante a interação com variadas forças de intervenção social, passa a buscar, coletivamente, uma maneira de reinventar-se; para tanto, a Carta de Princípios demonstra ser criada para concretizar as práticas que farão dele um meio de mobilização contra a situação de rua autônomo. O que ficou bastante visível, entretanto, foi o grande número de pontos abstratos que oscilam entre ações de abertura e fechamento no que diz respeito à participação da base frente às ações da coordenação constituída por voto. Assim sendo, o texto baseou-se excessivamente em promover estratégias de decisões (termo inclusive hiperlexicalizado em todo o documento) em vez de ações de mobilização. Foi o que pudemos observar em princípios presentes nos excertos analisados, como os (3), (7) e (11), por exemplo (democracia direta, solidariedade com as causas sociais e igualdade, respectivamente), nos quais o MNPR nos mostra um texto no qual o discurso disciplinador emerge. Ainda que levemos em conta o gênero, muito também se dá por conta de uma aparente tentativa de promover uma identificação voltada à reflexão – uma que insiste no discurso de coletivo, mas que ressalta a disciplina como necessária para a luta social. Isso foi bastante perceptível no que diz respeito ao uso dos tempos e modos verbais; estes, aliás, foram bastante representativos, uma vez que as ações projetivas tomaram boa parte das resoluções quando não envolviam a ação da coordenação – esta, geralmente, representada linguisticamente no campo do concreto, ou seja, do modo indicativo. Falando em ações, elas estavam presentes, porém pressupostas: como ilustração, podemos voltar ao princípio de número quatro (“ação direta”); o título (“Ação direta”) já ativa o pressuposto de que não está ocorrendo tal comportamento, isto é, que as decisões do movimento, até então, vinham sendo tomadas por outros grupos que não eram da coordenação nacional (provavelmente por parceiros e/ou apoiadores), promovendo, portanto, uma participação indireta do MNPR, o que rompia com a autonomia do Movimento. Isso é representado no texto por meio de um discurso de busca por protagonismo, tendo em vista que, retomando a introdução, suas experiências talvez tenham mostrado que parceiros e colaboradores estivessem assumindo posições não interessantes para o fortalecimento da coordenação nacional.

Na busca por tal protagonismo, pudemos observar vários elementos modais de forte envolvimento e as várias ocorrências do verbo modalizador ‘dever’, por exemplo. A metáfora bélica também foi utilizada em (7) como elemento aglutinador e de luta

social, o que demonstra a percepção do MNPR diante do mundo onde desempenha suas ações. O Movimento recorreu no texto a vozes relacionadas à luta de classe e, por meio delas, pareceu querer localizar-se no enfrentamento à realidade de vulnerabilidade da população em situação de rua. No que tange a sua (auto)identificação, observamos que o texto trouxe uma tentativa de construção que demonstrou mormente a vontade de assumir a posse de sua própria luta.

Vamos, agora, investigar o que nos apresenta o Plano de Ação, construído no II Congresso, dois anos depois.

4.1.2. II CMNPR – Plano de Ação

O documento analisado nesta seção foi gerado por membros e parceiros do movimento em uma atividade planejada na programação do II Congresso do Movimento Nacional da População de Rua, em 2014. A proposta de trabalho propôs a reunião de pessoas em situação de rua vinculadas ao MNPR e colaboradores/as ligados a organizações não governamentais e ao Estado, participantes do evento. Intitulados ‘Grupos de Trabalho’ (GT), cada grupo de pessoas deveria pensar sobre a luta durante os anos subsequentes ao do II CMNPR. Para tanto, ocupou uma sala do espaço que sediou o Congresso, onde debateram temas específicos ligados a saúde, educação, habitação etc. No último dia, os pontos foram exibidos e debatidos em assembleia a fim de serem postos em prática nos dois anos até a realização do III CMNPR (então previsto para 2016).

Tratando da análise do documento, a seguir, buscaremos responder a algumas questões que tratam do processo de identificação do movimento social. Em sua estrutura, o “Plano de Ação” (originalmente intitulado “Síntese das propostas dos grupos para o Plano de Ação”) pode ser descrito como uma espécie de estatuto do MNPR que, em tese, regeria a atuação do MNPR durante os dois anos precedentes à terceira edição do CMNPR.

O Plano de Ação, que, como explicado, foi gerado a partir de discussões realizadas em grupos de trabalho, dentro do Congresso, está dividido em seis pontos norteadores (a saber, “Habitação”, “Trabalho”, “Meio-ambiente”, “Segurança pública/ Direitos humanos/ Educação”, “Saúde” e “Assistência social”), os quais versam sobre os problemas relativos à situação de rua apontados pela coordenação nacional do MNPR como mais urgentes.

Textualmente, o documento é repleto de orientações frasais de aparente contestação e cobrança de ações voltadas à situação de rua; no entanto, discursivamente, podemos observar alguns pontos que nos permitem refletir sobre como o MNPR representa tal demanda por cidadania por meio de seus textos. Daremos início à análise discursiva crítica com o primeiro ponto de orientação:

(14) *HABITAÇÃO*

- *Efetivação de locação social em âmbito nacional (com recurso do FNHIS);*
- *Criação de processo facilitado e menos burocrático nos programas habitacionais (por exemplo: A exigência de comprovante de residência e documentação);*
- *Produzir políticas/convênios para construção de habitação de interesse social com acompanhamento da política da assistência social no processo para se “erguer”;*
- *Ampliar o aluguel social, auxílio moradia ou bolsa moradia; consolidação em forma de lei;*
- *Políticas de acolhimento flexível para que a PSR possa trabalhar chegando mais tarde ou saindo mais cedo com a garantia de ter a refeição ou café da manhã, que respeitem as especificidades da PSR;*
- *Aproximação com o Movimento Nacional de Luta pela Moradia ou o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto.*

Diferentemente da carta de princípios analisada anteriormente, o Plano de Ação não conta com um texto introdutório. No entanto, desde seu início, recorre a uma série de pressuposições relativas às políticas de habitação voltadas à população em situação de rua. Cabe mencionar que, não por acaso, o documento é iniciado deste modo: o tema da habitação é representado como de alta relevância para a causa do MNPR. No excerto (14), há uma sucessão de exemplos de pressuposição que destacam o caráter de fiscalização e reforma por parte do MNPR. A opção por nomes como “efetivação” (em “Efetivação de locação social...”) e “criação” (em “Criação de processo facilitado e menos burocrático nos programas habitacionais ...”) denotam a existência de algo que precisa ser levado a cabo, que tem de ser transformado/criado.

Essa representação dialoga com a ampliação dos programas sociais encabeçados pelo governo federal durante os Governos Lula (2003 – 2011) e Dilma (2011 – 2016) e oficializados pelo programa de governo “Brasil sem miséria” (registrado decreto nº 7.492 de 2 de junho de 2011), cuja finalidade é descrita como a de “superar a situação de extrema pobreza da população em todo o território nacional, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações” (BRASIL, 2011). Uma dessas políticas está relacionada à habitação diretamente. O programa “Minha casa, Minha vida” (anunciado no dia 25 de março de 2009 e instituído pelo pela Lei nº 11.977, de 7 de Julho de 2009) (BRASIL, 2009b) tem como ação fundamental tratar da questão habitacional do país nos âmbitos urbano e rural. Por meio do texto, podemos perceber

que determinados itens lexicais nominais ativam a pressuposição de uma realidade problemática em relação ao tema da habitação. Trata-se de, nos termos de Fairclough (2003), uma pressuposição existencial (dos fatos existentes no mundo) e avaliativa, que linguisticamente oferece a noção no texto de que programas de habitação existem, mas que, ao mesmo tempo, ainda não são satisfatórios, ou seja, eles não estão funcionando e, por conseguinte, necessitam de efetivação. Podemos observar isso em “processo facilitado e menos burocrático” (em “Criação de processo facilitado e menos burocrático nos programas habitacionais”). Toda a oração está regida por uma nominalização (“criação”), a qual não identifica o ator relacionado ao processo material ‘criar’. Apesar da censura ativada pelos grupos nominais mencionados, podemos observar que as ações de intervenção materializadas no texto pelos processos indicam aspectos relevantes. Os únicos processos de efetivação (a saber, “produzir” e “ampliar”) estão, por sentido, atribuídos ao Estado. Vejamos:

(a) Produzir políticas/convênios para construção de habitação de interesse social com acompanhamento da política da assistência social no processo para se

(b) ampliar o aluguel social, auxílio moradia ou bolsa moradia; consolidação em forma de lei;

Em (b), podemos perceber que a ação ultrapassa o poder do movimento social – tendo em vista que as modificações em programas sociais têm respaldo de reconhecimento apenas se executadas pelo governo –, e em (a) não está definido linguisticamente se tais políticas serão “produzidas” pelo MNPR, pelo governo, ou ainda, se por ambos em conjunto, ou ainda de que forma. A pouca clareza também se consolida no segmento circunstancial “no processo para se ‘erguer’”. Notemos o uso das aspas, que denotam um afastamento de voz. Tal trecho ilustra, assim, a abstração descrita na ação do MNPR voltada à habitação, pois, em termos de metáfora, no caso, uma metáfora direcional (LAKOFF & JOHNSON, 2003), a ação de levantar-se implica algo que estava caído: daí, a importância de definir quais atores realizarão quais ações.

O documento prossegue:

(15) *TRABALHO*

- *Criar uma frente de trabalho operacional considerando uma parcela de horas de trabalho e outra de horas de formação;*
- *Cursos mais qualificados que considerem a realidade da própria rua e inserção no mercado de trabalho;*
- *Cotas em empresas para PSR;*
- *Fazer parceria com o SIMM e SINE de forma a vincular durante o curso do PRONATEC;*
- *Propor “Selo Amigo da PSR” para empresas e gestores;*
- *Seminário Nacional sobre Trabalho e Emprego, envolvendo Ministério de Trabalho e Emprego, secretarias estaduais e municipais, MNPR, empresas e sindicatos; convidar política de assistência social;*
- *Incentivar cooperativismo, apoio para organização de cooperativas.*

As escolhas das definições de propostas refletem o que consideramos anteriormente. O que se expressa é (em “cursos mais qualificados que considerem a realidade da própria...”) uma crítica acerca da realidade vivida pela população em situação de rua, ligada aos cursos provavelmente já oferecidos. São, assim, reativadas pressuposições de sentido qualificador (no trecho “mais qualificados”) que realiza, por modalização (pelo intensificador “mais”), o que Fairclough (2003) chama de pressuposição valorativa. Em outras palavras, a oração encaixada explicativa “que considerem a realidade da própria rua” aponta a crítica à realidade social relacionada ao tema – apesar de não situar a quem se direciona exatamente tal demanda – e denuncia a falta de proximidade com a população a quem, em teoria, o serviço é direcionado.

Observemos que nenhum dos quatro processos principais escolhidos para definir o plano de ação voltado ao trabalho para a população em situação de rua (a saber, “criar”, “fazer”, “propor” e “incentivar”) tem sua agência definida – o que pode ser atribuído à natureza injuntiva do gênero. No entanto, eles também obedecem a uma gradação, se confrontados com os mais fracos de sentido quando pensamos em ação de fato: “propor” e “incentivar” podem ser relacionados ao MNPR se confrontados com a oração “fazer parceria com o SIMM e SINE de forma a vincular...”, em sua gênese semântica. Na oração mencionada, o documento representa o Sistema Municipal de Intermediação de Mão-de-obra (SIMM), o Sistema Nacional de Emprego (SINE) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), instituições ligadas ao Estado (sendo o primeiro um órgão público do estado de Salvador, na Bahia). A ação referenciada projeta o Estado e coloca o MNPR – apesar do destaque da coordenação da Bahia no tópico quinze do documento – em situação coadjuvante, visto que o grupo verbal “fazer parceria” representa uma ação do movimento social que destaca a comunhão com o que já é oferecido oficialmente.

Tal percepção pode ser notada na terceira estratégia de ação por meio de “cotas em empresas para PSR”, a qual, sem presença de processo, remete todo o tópico a uma percepção abstrata, na qual a ação, por pressuposição proposicional, é atribuída ao Estado. Assim sendo, o processo “criar” (em “Criar uma frente de trabalho operacional”) não realiza seu sentido de forma clara, tendo em vista sua redação abrangente – assim como na quinta e na sétima estratégias em (15), trechos em que tanto o Movimento quanto o Estado podem realizar a ação principal descrita (cuja força semântica é reduzida, se contraposta aos processos anteriores). O documento dá prosseguimento às estratégias de ação com ênfase no meio ambiente:

(16) *MEIO-AMBIENTE*

- *Urbanismo com área de lazer para crianças, adolescentes e adultos, creche próxima da residência.*
- *Capacitação para uso de equipamento de proteção individual, não catar lixo hospitalar, cuidados em saúde; através do Centro de Referência de Saúde do Trabalhador (CEREST) em parceria com o MNPR*
- *Saneamento básico é preservação ambiental e é saúde; mais investimento em obras nesse sentido;*
- *Legalização dos Ferros-velhos, sucatas, depósito como forma de coibir valores de comércio abusivo, com balanças sem calibramento e troca de alumínio por pedra de crack;*
- *Banheiros públicos para a PSR com acessibilidade.*

No que diz respeito ao ambiente social em que vive a pessoa em situação de rua e os planos estratégicos para uma mudança de práticas, o documento do MNPR traz mais pontos passíveis de reflexão. Inicialmente, podemos observar a relação das ‘ações’ das duas primeiras estratégias de ação como algo estranho às demais no que diz respeito à ideia central do Plano. Na primeira ação (“Urbanismo com área de lazer para crianças, adolescentes”), temos mais uma estrutura oracional que remete a novo espaço de sentido – na relação com a luta contra a situação de rua –, o que suscita questionamentos sobre sua presença no documento. Mencionamos isso pelo fato de a noção de urbanismo estar relacionada à de estudo da cidade e de soluções para seu bom funcionamento, mas também por se aplicar, em uma visão mais detalhada, a uma preparação do espaço urbano para o uso por parte de residentes de uma localidade. Apesar de – com a proposta de intervenção do ponto – ir de encontro à identificação passiva e ideológica que relaciona a rua como “local físico e afetivo para pessoas em situação de rua” (SANTOS, 2013, p. 89), o tópico parece deslocado do contexto do qual o texto se origina ao sugerir uma intervenção que, na maioria dos casos, está ligada à

realidade de cidadãos/ãs que possuem residência fixa – e para os/as quais o urbanismo deve funcionar para tornar-lhes a vida (mais) agradável. O estranhamento, assim, permanece patente quando retomamos o registro “creche próxima da residência”.

Em discussões posteriores, fomos informados de que o tópico em questão respondia diretamente à conquista advinda das discussões do CIAMP-Rua. A Dra. Lucia Lopes elucidou que o Comitê conseguiu incluir como prioritário o acesso da população em situação de rua ao programa “Minha Casa, Minha Vida”; com isso, alguns beneficiados defendiam a atenção para o tema. Com base na aclaração da pesquisadora, é possível perceber, no terceiro ponto de intervenção, que um complemento discursivo passa a ser ativado: por meio de uma frase de efeito (“Saneamento básico é preservação ambiental e é saúde”), o Movimento assume uma voz discursiva que parece contribuir de maneira auxiliar a sua luta mais ampla. Em outras palavras, o MNPR acaba se agregando a um tópico geralmente ligado a reivindicações de pessoas que vivem em imóveis (na demanda por políticas públicas para seus espaços de moradia), ou seja, com seu direito obtido – tendo em vista que a noção de saneamento básico refere-se ao conjunto de ações voltado a uma região a fim de proporcionar-lhe uma situação satisfatoriamente habitável e higiênica. Podemos, desse modo, depreender que, na seção, há uma demanda clara pela manutenção da qualidade da política pública agregada a sua implementação.

É possível observar um exemplo de intertextualidade, na qual uma voz não atribuída se entrelaça à dos/as produtores/as do plano de ação do MNPR, trazendo outros discursos que não necessariamente dizem respeito especificamente à situação de rua. Vejamos:

Capacitação para uso de equipamento de proteção individual, não catar lixo hospitalar, cuidados em saúde; através do Centro de Referência de Saúde do Trabalhador (CEREST) em parceria com o MNPR;

Legalização dos Ferros-velhos, sucatas, depósito como forma de coibir valores de comércio abusivo, com balanças sem calibramento e troca de alumínio por pedra de crack;

Nas ações destacadas, temos um novo direcionamento discursivo. Os tópicos estratégicos ativam o discurso da catação de materiais recicláveis, atividade desempenhada por muitas pessoas em situação de rua e que garante a alguns/mas uma

possibilidade de geração de renda. Apesar de retratar uma realidade social ligada a uma grande parcela da população em situação de rua, o texto não menciona diretamente o alvo de sua declaração: é por meio de alguns itens lexicais (como o processo material “catar”, em “capacitação para uso de equipamento de proteção individual...”, e os itens lexicais “ferros-velhos” e “comércio”, na proposta “legalização dos Ferros-velhos, sucatas, depósito como forma”) que pressupomos tratar-se de catadores/as de material reciclável. O trabalho com a catação de materiais recicláveis é trazido a título de reforço discursivo, tendo sua presença mesclada à do MNPR. Essa atitude imersa na identificação do Movimento, entretanto, parece não ser aproveitada de modo a explicitar algum peso em ações específicas do Movimento, contrariamente ao papel desempenhado na identificação do Estado, como vimos. O documento prossegue dando destaque a ações estratégicas voltadas para áreas sociais dos direitos humanos, segurança pública e educação:

(17) *SEGURANÇA PÚBLICA / DIREITOS HUMANOS / EDUCAÇÃO*

- *Capacitação continuada para policiais e guarda municipal, realizada pelo MNPR;*
- *Aprimorar mecanismos de defesa e proteção dos direitos da PSR que sofre violência dos agentes do Estado (guarda municipal e polícias estaduais);*
- *Sensibilizar e alertar os agentes de segurança privada sobre as diversas práticas de violência contra as pessoas em situação de rua;*
- *Programa de proteção que contemple as especificidades da PSR;*
- *Adoção do termo de cooperação técnica entre Ministério Público, Defensoria Pública com a participação do MNPR;*
- *O fortalecimento do CNDDH e ampliação dos CDDH (Núcleos e Centros Estaduais) para todos os estados, além do estreitamento do vínculo entre estes centros e núcleos com o Ministério Público e Defensoria.*
- *Promover o acesso à educação formal com adaptações pertinentes no atendimento à PSR, para quem desejar inserir-se em instituição educacional formal, e educação nas ruas, para quem preferir tal modalidade.*
- *Garantir e incluir atendimento na educação formal em todas as modalidades de ensino à PSR – jovem, adulta e idosa – com adaptações pertinentes a sua especificidade, possibilitando acesso à cultura e à arte por meio de parceria com as secretarias/ Ministério da Cultura – que as ações mencionadas sejam acrescidas no Plano Nacional de Educação (e nos âmbitos estadual, municipal e distrital de educação).*

Inicialmente, cabe observar que três importantes temas foram agrupados em (17) e que nele há envolvimento maiores no que diz respeito ao MNPR. É o que podemos ver em “Capacitação continuada para policiais e guarda municipal...”. Diferentemente das ações estratégicas anteriores (principalmente em (15) e (16)), existe a ação e o ator identificados linguisticamente (em “realizada pelo MNPR”), mesmo que ainda de maneira abrangente. Todo o tópico (17) é calcado em generalizações, que, por sua vez, ativam pressuposições: um exemplo no tópico pode ser observado na terceira proposta

de ação, no qual a representação da relação do outro com a pessoa em situação de rua acontece como a realidade da agressão.

Tal realização de pressuposições mostra-se atrelada à voz do Estado. É o que podemos ver em “que sofre violência dos agentes do Estado (guarda municipal e polícias estaduais)” – na segunda proposta de (17), em “adoção do termo de cooperação técnica entre Ministério Público, Defensoria Pública com a participação do MNPR” e em “cooperação técnica entre Ministério Público, Defensoria Pública...”. Como podemos observar no sexto ponto de (17), a sociedade civil, por meio da Comissão Nacional de Defesa dos Direitos Humanos (CNDDH), é trazida para o texto aliada ao Ministério Público e à Defensoria Pública como figuras sociais de avaliação positiva em contraposição à “guarda municipal e polícias estaduais” (na segunda proposta de ação). De qualquer modo, ambos permanecem relacionados à esfera oficial.

O texto passa a voltar-se à saúde e enumera as seguintes propostas:

(18) *SAÚDE*

- *Assegurar acesso ao tratamento nos equipamentos da saúde com medicação e acompanhamento;*
- *Garantir acesso qualificado no SAMU para atendimento a População de Rua;*
- *Garantir atendimento em acolhimento transitório proposto pela RAPS (Rede de Atenção Psicossocial) Decreto 3088 de 23/12/2011 e Portaria 121 de 25/01/2012 em contraposição ao investimento em casas/comunidades terapêuticas.*
- *Que os direitos garantidos assegurados pelo SUS e SUAS sejam efetivados para a população em situação de rua.*
- *Implementação/implantação em nível nacional dos Consultórios na Rua e composição da equipe de maneira democrática e participativa (inserção da pessoa em situação de rua com agente social).*
- *Demora em marcar consultas, dificuldades de acessar medicamentos;*
- *Local para continuidade do tratamento: A PSR, mesmo quando tem acesso ao SUS, tem dificuldade de dar continuidade ao tratamento por causa da situação de rua;*
- *Necessidade de capacitação para profissionais sobre PSR e humanização do atendimento;*
- *Dificuldade de acessar determinados serviços, como albergues e casas de abrigo, devido ao estado momentâneo como alcoolizado ou em estado de drogadição;*
- *Necessidade de ampliar o tratamento para outras áreas, para que saia do “básico”, como odontologia, oftalmologia, entre outras.*

No tópico relacionado à saúde, podemos mapear novas manifestações de pressuposição representativas do *status quo*. Com a seleção lexical “qualificado”, na segunda proposta de ação de (18), é expresso e recuperado um problema na quarta estratégia; explicando, de maneira indireta, o texto denuncia que os parâmetros estabelecidos oficialmente pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) não estão sendo executados da maneira que deveriam. Podemos notar a recorrência na

presença do Estado, por meio do Serviço de Atendimento Móvel Emergencial (SAMU), no segundo ponto, assim como do SUS e do SUAS, no quarto.

Todo o tópico (18) exprime, então, uma série de denúncias por meio de escolhas lexicais que variam do processo “garantir” em união com outros processos (como, por exemplo, “assegurar” e “ampliar”), os quais reforçam uma representação negativa em relação a instituições vinculadas ao Estado, como o SAMU, o SUS, além de albergues e casas de abrigo.

PRESSUPOSIÇÕES
Garantir <u>acesso qualificado</u> no SAMU para atendimento a População de Rua;
Garantir atendimento em acolhimento transitório proposto pela RAPS (Rede de Atenção Psicossocial) Decreto 3088 de 23/12/2011 e Portaria 121 de 25/01/2012 (...)
<u>Que os direitos garantidos assegurados pelo SUS e SUAS sejam efetivados para a população em situação de rua.</u>
Implementação/implantação em nível nacional dos Consultórios na Rua e <u>composição da equipe de maneira democrática e participativa</u> (inserção da pessoa em situação de rua com agente social).

Quadro 2. Desenho de pressuposições no Plano de Ação do MNPR

Uma vez mais, percebemos uma diluição de agência, pois os itens regidos por formas verbais infinitivas (ou seja, “assegurar”, “garantir” e “ampliar”, na primeira, na segunda, na terceira e na décima estratégia de ação, respectivamente) não relacionam o ator que realizaria tais demandas, tampouco menciona a maneira pela qual a ação se desenvolveria. Temos uma atribuição de responsabilidade ao Estado que é discursivamente identificado como negligente. A exceção à descrição abstrata de ação estratégica pode ser vista na quinta proposta de ação (“Implementação/ implantação em nível nacional dos Consultórios na Rua e composição da equipe de maneira democrática...”), que, mesmo sustentando o tom de denúncia, aponta para uma intervenção factível e relacionada diretamente ao MNPR.

Outro ponto de reflexão pode ser observado no Quadro 3 a seguir:

APASSIVAÇÃO E INDETERMINAÇÃO DO AGENTE
<u>Que os direitos garantidos assegurados pelo SUS e SUAS sejam efetivados para a população em situação de rua.</u>
Demora em marcar consultas, <u>dificuldades de acessar medicamentos;</u>

Quadro 3. Identificações na Plano de Ação do MNPR

Notemos que, nos itens acima relacionados, existem indefinições de agência que contribuem para diversas identificações. Em “que os direitos garantidos assegurados....”, por meio de mais uma declaração generalizante, o texto, ainda que

denunciando, suaviza a responsabilização pelo problema: é por meio do uso de apassivação (em “sejam efetivados”) que o caráter pouco objetivo lança o item inteiro a uma projeção. Se destacarmos a estrutura apositiva “assegurados pelo SUS e SUAS” e tomarmos a oração principal “Que os direitos [garantidos] sejam efetivados para a população em situação de rua”, poderemos observar que o item se encaixa no que Fairclough (2003) chama de lógica de aparências, ou seja, “lista determinadas ‘aparências’ relacionadas a eventos sem referência às práticas e as estruturas que conformam esses eventos” (RAMALHO & RESENDE, 2011). Em outras palavras, não se explicita o modo pelo qual tais direitos continuarão e funcionarão para a pessoa em situação de rua. O mesmo pode ser aplicado à outra oração, que resume uma situação de conflito em duas frases sem agente, sem problematização.

Observemos ainda o Quadro 4:

IDENTIFICAÇÃO
Local para continuidade do tratamento: A PSR, mesmo quando tem acesso ao SUS, <u>tem dificuldade de dar continuidade ao tratamento por causa da situação de rua;</u>
Dificuldade de acessar determinados serviços, como albergues e casas de abrigo, <u>devido ao estado momentâneo como alcoolizado ou em estado de drogadição;</u>

Quadro 4. Identificações na Plano de Ação do MNPR

Os itens acima agem no sentido de desenvolver uma lógica explanatória referente a processos de identificação. Em uma relação semântica de causa e efeito, as orações expõem o problema do acesso a serviços do Estado, porém atribuem à pessoa em situação de rua questões de responsabilização que, como vemos nos destaques, acarretam os problemas apontados. Vejamos: em “local para continuidade do tratamento: A PSR, mesmo quando...”, a dificuldade de permanecer no tratamento do SUS, conforme mencionado, serviço oferecido e mantido pelo Estado, é de responsabilidade da pessoa em situação de rua por causa de sua situação, ou seja, por ele/a estar na rua; já na oração seguinte (“Dificuldade de acessar determinados...”), a dependência química assume o papel central de causadora da “dificuldade de acesso a albergues e casas de abrigo”. Os conectores “por causa” (na primeira oração do par) e “devido” (na segunda) operam a relação de sentido entre as orações. Há, assim, uma identificação ideológica que no texto – caracterizado por denúncias sobre o Estado – preserva o papel ‘fornecedor’ (do Estado) e redireciona as impossibilidades a condições criadas por esse mesmo Estado.

Terminando as propostas do plano de ação, o documento traz estratégias relacionadas à assistência social:

(19) ASSISTÊNCIA SOCIAL

- *Assegurar a reinserção da população em situação de rua através das políticas públicas promovendo a intersetorialidade;*
- *Que os equipamentos de acolhimento institucionais garantidos pelos SUAS sejam de qualidade com equipes especializadas e que sejam ampliadas;*
- *Implantação dos serviços com qualidade no SUS e SUAS (valorização dos profissionais e construção junto com os assistidos) e de capacitação permanente dos profissionais da área de assistência social e saúde com referência à pessoa em situação de rua;*
- *Ter local para tomar banho;*
- *A PSR envelhece rápido. Deveria ter redução de idade do BPC (Benefício de Prestação Continuada) para a PSR;*
- *SUS e SUAS integrados com capacitação e humanização;*
- *O movimento monitorar a execução das políticas públicas;*
- *PSR participar da construção dos manuais regulamentos dos serviços da AS e ser contratada, com capacitação, para trabalhar neles;*
- *Respeito por parte das instituições referente às políticas LGBT (em especial, ao uso do nome social);*
- *Divulgação das políticas existentes de mobilização social para o público em situação de rua;*
- *Fluxo efetivo entre SUS (Sistema Único de Saúde) e SUAS (Sistema Único de Assistência Social);*
- *Garantia da implantação do serviço de redução de danos.*

O tópico da assistência social é o que contempla o maior número de itens estratégicos – doze no total. Assim, em (19), o primeiro item apresenta um exemplo do que foi mencionado anteriormente: no primeiro ponto estratégico (“assegurar a reinserção da população em situação de rua através das políticas públicas promovendo a intersetorialidade”), há uma proposição, mas implícita em relação ao ator que desempenhará a ação de “assegurar a reinserção da população em situação de rua”.

Prosseguindo, podemos observar, na quarta estratégia (em “Ter local para tomar banho”), mais uma oração generalizante, que não desenvolve uma base discursiva voltada à ação concreta ao não problematizar os modos pelos quais a solicitação poderia ser levada a cabo ou, no caso, a quem recorrer para demandar. Se compararmos o terceiro e o quarto pontos, observaremos como se desenvolvem os discursos, ou melhor, como eles conseguem transitar de aspectos mais gerais (ligados ao tratamento dispensado pelo Estado) para necessidades extremamente básicas, como é o caso de ter um lugar para se higienizar. Isso parece bastante significativo, pois denuncia – e ativa pressupostos – que a intervenção pela agenda de mudança é urgente por não assumir contornos monotemáticos.

Na quinta proposta de ação (“A PSR envelhece rápido. Deveria ter redução...”), estão registradas duas orações, que, em sentido, conformam uma só; esta, por sua vez – por expressar duas asserções que se comunicam, mas que não promovem a reflexão da ‘característica’ diferenciada da pessoa em situação de rua (ou seja, a de ‘envelhecer rápido’) –, estabelece nova lógica de aparências. Trata-se de uma construção de destaque, pois semanticamente a oração principal, ainda que paratática, não é topicalizada e aparentemente realizada como rema. A primeira oração (“a PSR envelhece rápido”) é construída como categórica, não modalizada, enquanto a segunda (“deveria ter redução de idade...”) é iniciado pelo verbo modalizador “deveria”, uma proposta estruturada de maneira suavizada, mais a título de conselho, recomendação. Retomando o tópico referente à saúde, em (18), há ativação de pressuposição – já mencionada nas análises anteriores – nas ações seis, dez e onze de (19), que registra linguisticamente a presença do Estado e sua identificação relacional (FAIRCLOUGH, 2003). No que tange aos itens sete e oito de (19), podemos observar uma retomada do foco pelo MNPR. Tal mudança discursiva ocorre principalmente em “PSR participar da construção dos manuais regulamentos dos serviços da AS e ser...”, em que há a presença de uma lógica explanatória ao propor a ação e o modo pelo qual ela se daria, tendo em vista o discurso reivindicatório promovido pelas denúncias e demanda por maior envolvimento da pessoa em situação de rua nos processos de políticas públicas.

Fica mais proporcional a relação a ser estabelecida pelos/as produtores/as do texto com o Estado e, por meio do elemento apositivo de circunstância “com capacitação”, a consequente retomada da voz do MNPR nas demandas registradas no documento. Outro discurso é trazido ao texto: o da causa LGBT. Na nona estratégia referente à assistência social, podemos observar nova proposta de diálogo com outros movimentos sociais: apesar de algo abrangente – salvo pela particularização da proposta expressa em “em especial, ao uso do nome social” –, na medida em que não especifica quais “instituições” (posto que estão linguisticamente definidas pelo artigo definido “as” (em “das instituições”), o MNPR se alinha à luta social pela liberdade quanto à identidade de gênero e, ao mesmo tempo, reconhece a diversidade sexual dentro da população em situação de rua. Aqui, podemos retomar as considerações do excerto (7) – da seção anterior –, que tratava da ‘solidariedade com as causas sociais’.

Sendo um dos movimentos mais politicamente contundentes dos últimos tempos, o movimento LGBTTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) acaba sendo discursivamente trazido para compor a luta do MNPR

devido à diversidade sexual que também constitui a população em situação de rua. Vemos, portanto, que a pluralidade característica da população em situação de rua encontra associação com a luta desenvolvida pelo grupo social LGBTTTT. Além disso, os movimentos sociais, ao unir-se, como vemos no excerto, podem compartilhar força de intervenção em suas lutas – o que reforça a reflexão sobre a construção de redes pragmáticas.

De acordo com o explicitado, no que diz respeito à análise do Plano de Ação que realizamos, observamos que a presença de diversas características discursivas escrutinadas sugere que a proposta de ação do MNPR se sustenta em movimentos interdiscursivos e de pressuposição, por exemplo. Podemos pensar sobre a questão se analisado o potencial do gênero aqui trabalhado. O Plano de Ação mostrou-se estruturado dentro de propósitos que remetem a um discurso de cobrança do Estado, mas que, por vezes, realizou tropeços discursivos, pois, como analisado, determinadas ações não promovem um enfrentamento efetivo da situação de vulnerabilidade por que passa a população em situação de rua. Em várias passagens, pudemos notar que ora o MNPR evoca para si algumas ações, ora atribui um forte poder ao Estado, o que consolida o documento como uma verdadeira carta de demandas, mas que não alcança expor uma postura incisiva diante das realidades implícita e explicitamente apresentadas.

Nesse sentido, as ações do MNPR acabam sendo diluídas e sua força protagonista torna-se opaca, tendo em vista que as ações no campo do realizável estão atribuídas fortemente ao que já existe, e ainda dentro das políticas do Estado. Cabe dizer que, mesmo assim, tais demandas estão localizadas em um esforço de luta no qual o MNPR se posiciona como voz essencial para a concretização, posto que assume para si a demanda de um grande contingente populacional a quem, apesar de paliativos, segue sendo negado o acesso à cidadania.

4.2. Documentos e(m) Movimento: considerações parciais

Os documentos analisados apresentaram configurações díspares, mas que indicam pontos centrais para a compreensão do posicionamento do MNPR dentro dos embates pela cidadania da população em situação de rua. No que diz respeito à Carta de Princípios, observamos que, embora recorrendo a uma estrutura padronizadora de condutas em um documento com forte grau de abstração e reduzida criticidade (questão

também relacionada ao gênero no qual o texto é desenvolvido), o Movimento mostra que as ‘experiências’ mencionadas e expressas (regularmente por pressuposição) no texto conduziram-no à atenção para uma retomada de seu protagonismo. Assim, calcado em projeções, o Movimento apresenta um esforço em construir discursivamente o militante que atua, de acordo com o discurso de grupo unido e consciente da coletividade. A interdiscursividade permeia praticamente todo o documento, o qual se centra em discursos relativos à hierarquia, ao respeito e à moral. Já na segunda análise, referente ao Plano de Ação (produzido dois anos depois), o texto aponta para um perceptível envolvimento com o Estado (*cf.* Capítulo 1 e nas considerações finais na discussão sobre as redes pragmáticas), que acaba sendo identificado como interlocutor privilegiado de uma rede de demandas expressas por ditas estratégias de ação.

Criticamente, isso nos leva a questionar algumas posições que foram descritas ao longo da análise aqui proposta, tendo em vista a aparente preocupação do Movimento em estruturar-se correspondendo a uma lógica de autoidentificar-se como unido, pacificamente consciente de seu papel político (inclusive com a união, por menção, a outras vozes de resistência) e confiável para os diversos setores sociais (ou seja, Estado, parcerias e sociedade civil). Trata-se de uma identificação positiva, apoiada por pressuposições e discursos esperados. Por outro lado, como vimos, em momento posterior, a identificação é discursivamente localizada na eleição do Estado como centro da maioria das ações de intervenção – já como movimento social legitimado. Tal fato denota, assim, a relação peculiar existente entre o Movimento e o Estado, por apresentar pontos problemáticos de sua experiência como programa de ação os quais orbitam na interação existente e mantida entre movimento social e o principal responsável histórico pela condição de rua. Desse modo, a presença (e reprodução) de discursos ideológicos parece ser pouco refletida e a problematização de algumas questões hegemônicas acaba sendo obliterada por uma rede na qual o MNPR pouco propõe, mas demonstra lutar para assegurar o que já está posto.

Assim, vemos que relações desempenhadas e cristalizadas pelos documentos servem como um parâmetro razoável para medir um primeiro entendimento sobre os níveis de envolvimento e intervenção entre atores sociais envolvidos na questão social da situação de rua. A Carta de Princípios do MNPR, portanto, pode ser entendida como um documento voltado para si, para o próprio movimento social, em uma espécie de configuração de uma ética do/a militante-coordenador/a, sendo justamente essa construção o que apresenta altos e baixos. Ela marca, por exemplo, o discurso da

coletividade e da atenção ao resultado positivo advindo do discurso da coletividade, do respeito ao grupo (incluídos outros movimentos sociais); entretanto, é no quesito mobilização que parece mais falhar: com construções discursivas que não despertam estratégias de embate contundentes. O MNPR acaba se mostrando dependente de decisões de outrem. É nesse sentido inclusive que podemos comentar o Plano de Ação: provavelmente pela construção efetivamente coletiva (isto é, MNPR mais apoiadores nos GT do II Congresso), a voz do Movimento ficou bastante diluída; quando projetada, imbricou-se demasiado com colaboradores/as e outras forças não intimamente conhecedoras da situação de rua. Aparentemente, a fim de mudar a realidade, o Movimento concretiza no texto uma gangorra discursiva de cobrança e pedido de colaboração com o Estado. Assim sendo, o documento propositivo – que pode ser discursivamente interpretado como voltado para ‘fora’ do MNPR, diferente do que vimos com a Carta – ficou próximo de uma carta endereçada ao Estado, infelizmente, apenas para ele.

No próximo capítulo, trataremos de um segundo momento analítico; após ele, nas Considerações Finais, teceremos a crítica baseada nas reflexões despertadas com os dois momentos de análise. Por aqui, encerramos lembrando a importância de textos como os aqui discutidos conseguirem ser elaborados, uma vez que cristalizam e provocam posicionamentos frente à difícil realidade da população em situação de rua.

CAPÍTULO 5

O MNPR NA AGENDA DA MUDANÇA SOCIAL: INDO ATÉ A RUA

*Hay hombres que luchan un día
Y son buenos
Hay otros que luchan un año
Y son mejores
Hay quienes luchan muchos años
Y son muy buenos.
Pero hay los que luchan toda la vida:
Esos son los imprescindibles*

Bertolt Brecht

In: Sueño con Serpientes
(letra de Luis Eduardo Aute e Silvio Rodríguez; texto-introdução de Bertolt Brecht), por Mercedes Sosa e Milton Nascimento

Este capítulo tem como objetivo analisar a (auto)identificação e representação do MNPR em relação a sua proposta política de enfrentamento da situação de rua, aplicando partes do método sincrônico-diacrônico que servem a nossos propósitos investigativos, em aliança com as decisões metodológicas previamente estabelecidas. As análises são baseadas no Método Sincrônico-Diacrônico para Análise Linguística de Textos (MSDALT), já introduzido no Capítulo 3 (relativo ao percurso metodológico de nossa investigação). Desse modo, o MSDALT não será utilizado de maneira exaustiva, dada sua robustez e complexidade – que, devido a limites epistemológicos e de espaço, não teriam como ser alcançadas em totalidade neste trabalho. Ao longo das próximas páginas, serão apresentadas três seções maiores (5.1; 5.2 e 5.3), sendo as duas primeiras constituídas por uma análise com os quadros característicos do MSDALT¹⁵, gerados a partir de entrevistas realizadas com as coordenações do MNPR (de São Paulo, Bahia, Minas Gerais, Distrito Federal e Espírito Santo); já na terceira e última seção, estão localizadas as considerações gerais sobre o capítulo, baseadas na discussão dos resultados de cada coordenação a partir das categorias advindas do MSDALT e na aplicação do estudo da focalização (PARDO, 2011; MARCHESE, 2011) no *corpus*: o encerramento intenta, desse modo, apresentar uma visão sintética das análises, combinando o resultado da ocorrências de focos com a crítica desenvolvida em todo o capítulo.

¹⁵ Das entrevistas, foram feitos três recortes temáticos emergentes das questões de pesquisa e recorrentes nas interações com os/as coordenadores/as.

5.1. O MNPR e(m) seu mundo: (Auto)Identificações

Na seção, faremos as análises das cinco entrevistas realizadas entre os anos de 2015 e 2016 com as cinco coordenações mais representativas do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR), segundo observação participante em duas edições do Congresso Nacional do Movimento da População de Rua. Neste momento do trabalho, a análise está apresentada em dois momentos (as subseções 5.1.1 e 5.1.2) referentes à aplicação do MSDALT e às considerações relativas à subseção anterior. A subseção 5.1.1. está, assim, dividida em três partes que dizem respeito aos eixos recorrentes nas entrevistas e que se conectavam com as duas questões de pesquisa da etapa de campo: “Como o MNPR atua e representa sua ação de luta contra a situação de rua?” e “Como se (auto)identificam as lideranças do MNPR – bem como sua relação com o Estado e com parceiros /as – na luta contra a situação de rua?”. Assim sendo, os eixos representacionais foram “Ação” (do MNPR), (relação com o) “Estado” e (relação com outras) “Parcerias”. Na continuidade, estão, portanto, dispostas e analisadas as emissões que se respondiam a nossa busca investigativa. Em 5.1.2 – dada a extensão da análise – apresentamos um comentário crítico sobre os pontos de maior destaque observados durante a análise da seção 5.1.1. Desse modo, pontuamos o que nos será interessante para a crítica explanatória apresentada nas partes finais do trabalho.

5.1.1. MNPR: Ação e luta

No trabalho de campo, para darmos início às interações com os/as coordenadores/as convidados/as a participar de nossa investigação, questionamos a cada um/a das entrevistados/as: “Como o MNPR atua e como ele representa sua ação de luta contra a situação de rua?”. O tópico-guia (“O MNPR e a luta contra a situação de rua”) então formulado para as entrevistas apontou determinadas questões, as quais nos sinalizaram, entre outras coisas, para como discursivamente se definia cada coordenação.

Durante a análise, foram focalizados os significados representacional e identificacional (FAIRCLOUGH, 2003; FAIRCLOUGH, 2011) na falas transcritas das coordenações em relação à trajetória de formação e mobilização sociais contribuintes para a consolidação do Movimento em sua área de atuação.

No tocante à emergência das categorias, como esperado. As mais destacadas foram “MNPR” e “SITUAÇÃO DE RUA”; sendo elas, segundo o MSDALT, categorias

semântico-discursivas, elas se distribuíram de modo distinto entre as narrativas dos/as coordenadores/as. Como veremos, as coordenações de São Paulo, da Bahia e do Distrito Federal destacaram o papel do MNPR, ao passo que as lideranças de Minas Gerais e do Espírito Santo enfatizaram a população em situação de rua como centro de suas representações discursivas. Tendo em vista o anteriormente abordado, partiremos para as análises discursivas críticas, ilustradas com as emissões correspondentes (as partes destacadas com chaves ({ })) são as zonas de foco, sinalizadas para a análise posterior). Cabe, por fim, destacar como estão identificadas as emissões analisadas: escritas com a letra ‘e’ (seguida de número cardinal correspondente), elas são precedidas da primeira letra, em maiúscula, do estado ao qual corresponde a coordenação discutida na análise¹⁶.

5.1.1.1. MNPR e(m) ação

De acordo com Fairclough (2010), a análise de discurso implica a relação com a construção social das identidades; assim sendo, caracterizar como são realizados os processos e escolhidas as estratégias de luta é fundamental para a compreensão de como se inserem (e atuam) politicamente os atores sociais organizados. A partir da percepção apresentada, podemos refletir sobre a efetividade ou o não desenvolvimento de mobilização social, estendendo o conceito de ‘mobilização’ ao ato de indivíduos que vivenciam dados tipos de opressão e que se organizam socialmente – como é o caso dos movimentos sociais, os quais se caracterizam por ter identidade, articular-se e fundamentar-se em um projeto de vida e de sociedade (GOHN, 2008).

Dessa maneira, mais do que a defesa de projetos urgentes, há que cotidiana e sistematicamente refletir acerca de estratégias de luta para alcançar satisfatoriamente os objetivos pretendidos: sobre isso, trataremos mais detidamente no desenrolar de nosso trabalho. Quando nos reportamos às lideranças de cinco coordenações do MNPR, a liberdade discursiva ativada pela questão que serviu de tópico para interagirmos nos apontou algumas inquietações iniciais, as quais puderam ser examinadas mais detidamente mediante a análise sincrônico-diacrônica, de fundamental importância para investigarmos como se manifestavam as seleções lexicais das lideranças, aliando tais escolhas ao movimento semântico-discursivo operado na representação discursiva.

¹⁶ Assim sendo, para São Paulo, as emissões estão identificadas como “Se1”, “Se2”, “Se3” etc.; para Bahia, “Be1”, “Be2”, “Be3” etc; para o Espírito Santo, “Ee1”, “Ee2”, “Ee3” etc. e assim por diante para os demais estados.

Após a estruturação dos quadros analíticos relativos às entrevistas, baseados no MSDALT, observamos que, mais além da categoria gramatical de Falante-Protagonista (ou seja, o próprio MNPR), as categorias semântico-discursivas sempre estavam mormente ligadas à representação de pontos articulados à situação de rua, ao Estado – como parceiro – e a outras parcerias (que não governamentais). Assim sendo, cruzando as categorias emergidas com as questões de pesquisa, detivemo-nos em observar que, nos recortes em que as lideranças tratavam da ação do MNPR em relação à superação da situação de rua, as cinco coordenações situaram em posição de foco as categorias de Falante-Protagonista e de Ator de forma recorrente; três delas (São Paulo, Bahia e Distrito Federal) colocaram em posição focal, respectivamente, o MNPR e a SITUAÇÃO DE RUA¹⁷, enquanto as demais (Minas Gerais e Espírito Santo) inverteram a ordem, colocando a população politicamente representada em posição remática. Tendo em vista a explicação acima, procederemos à análise discursiva crítica, recorrendo aos quadros analíticos baseados no MSDALT, os quais ilustrarão as interpretações analíticas realizadas.

No que diz respeito especificamente à representação da ação do MNPR, as coordenações de São Paulo, da Bahia e do Distrito Federal posicionaram de forma principal o próprio movimento social, mas assumindo contornos distintos em suas representações. Um dos temas que ligaram esses três estados foi a questão da visibilidade e da autonomia, como podemos ver nos quadros a seguir:

¹⁷ Optamos por escrever em caixa alta para identificarmos no texto que se trata de uma categoria semântico-discursiva; procederemos desse modo ao longo de toda a análise quando se tratar de nomeação de termos como categorias semântico-discursivas.

Quadro analítico 1 – MNPR-SP – emissão 1 (Se1)

Falante-Protagonista (F-P) MNPR	Operador pragmático (OP)	Nexo de Valor 1 (NxV1)	SITUAÇÃO DE RUA Ator	Nexo de Valor 2 (NxV2)
Se1 [A proposta do Movimento	né			
coordenação São Paulo		é dar		
protagonismo			à população em situação de rua	
		é criar...		
Nós		temos		
uma plenária – FalaRua –				
na cidade de São Paulo, onde				
a gente		conversa, escuta, fala, ouve		
	e			
		(não) quer falar		
	mas			
a demanda do Movimento		(não) é fazer		
política pública				
	né	é cobrar		
política pública				
	e			
nós, da coordenação São Paulo		(não) temos		
parceria		(não) temos		
{convênio com o município, com o governo, com ninguém}}				

Para tentar dar conta de como são construídas a representação e a identificação do MNPR, podemos nos concentrar no modo como suas lideranças tecem discursos no mundo social. Assim sendo, podemos atentar para as escolhas ligadas à seleção de elementos linguísticos, como, por exemplo, os nexos de valor. Em Se1, na diacronia, é possível ver as categorias mais produtivas. Elas dizem respeito às de Falante-Protagonista e de Nexo de Valor 1, ou seja, relativas ao MNPR e a seu modo de agir no mundo. De acordo com o Quadro Analítico 1, podemos observar que a categoria SITUAÇÃO DE RUA tem apenas uma ocorrência, no caso, “à população em situação de rua”, sem posição ativa na representação do coordenador. Observemos que o MNPR, na emissão do coordenador de São Paulo, está descrito acionalmente de dois modos: na relação com a) as pessoas em situação de rua e b) o Estado. Atentemos para o posicionamento do MNPR-SP em relação a esses dois setores da sociedade:

MNPR(SP)	
Pessoas em situação de rua	ESTADO
Dar, Criar, Ter, Conversar, Escutar, Falar, Ouvir, [Não] quer falar, [Não] é fazer, [Não] ter	(pressuposto) Faz política pública e deve ser cobrado

Quadro 1.1. Relação MNPR-SP com a situação de rua e o Estado

Percebamos que os nexos de valor são bem mais abundantes quando relacionados à população em situação de rua, e todos sugerem poder de ação (o Movimento dá; tem o poder de construir (“criar”) e tem (“temos”) uma realização concreta de mobilização (na emissão, a plenária, um espaço de diálogo e troca de experiências sobre a situação de rua), ao mesmo tempo, indicando uma postura de abertura na relação com o público que representa, uma vez que, nessa representação, a coordenação MNPR-SP “conversa, escuta, fala, ouve”: todos verbos que semanticamente ativam o sentido de construção dialógica. O que aparentemente não se dá com relação ao Estado; atentemos que na relação com ‘políticas públicas’ – ações da alçada essencialmente governamental – há um número reduzido de nexos de valor, os quais são compartimentados pelo operador pragmático “mas”, que indica a introdução de períodos argumentativos de natureza adversativa, que irão de encontro ao anteriormente defendido. Assim sendo, a negação que encerra o argumento inicial (o de não querer tomar a voz da população em situação de rua) se consolida com os argumentos seguintes diretamente ligados ao Estado:

MOVIMENTO ARGUMENTATIVO MNPR	
Argumento 1	O Movimento não assume o lugar do Estado
Argumento 2	O Movimento vai para o embate com o Estado
Argumento 3	O Movimento não trabalha/ não colabora com o Estado

Quadro 1.2. Relação MNPR-SP com a situação de rua e o Estado

Assim, vejamos como, na primeira emissão, o MNPR-SP já constrói a identidade de protagonismo e autonomia do movimento social, sendo inclusive o terceiro argumento o demarcado em zona de foco (“convênio com o município, com o governo, com ninguém”): é em tal zona que o MNPR-SP é identificado como independente, pois a categoria focal (PARDO, 2011) – “com ninguém” – é indicativa de qual parte da emissão carrega o grau de dinamismo informacional que se pretende assegurar na interação argumentativa.

Seguindo a questão do protagonismo do Movimento, observemos como se colocam as emissões que marcaram o Movimento como central nas entrevistas com as lideranças das demais coordenações:

Quadro analítico 2 – MNPR-BA – emissões 1 e 2 (Be1 e Be2)

F-P MNPR	NxV1	SITUAÇÃO DE RUA Ator	NxV2	OP
Be1 [Eu que fundamental o Movimento a visibilidade à nós { bastante portas }	acredito trouxe consequimos abrir	 população em situação de rua 	 	 porque
		Be2 [Hoje muitas pessoas que a população em em situação de rua { de uma outra forma }]	tem veem	 justamente

Aqui, também temos a população em situação de rua mencionada e a resposta da coordenadora tem nexos de valor que dão poder ao MNPR em relação à situação de rua: é o que Resende (2009) discute como causação, ao explicar (baseando-se na teoria realista crítica) que, essa conduta representacional, desconsidera “uma lógica de regularidades entre causas e efeitos” (RESENDE, 2009, p. 87), reduzindo a complexidade social à intervenção de determinado ente – que inclusive pode ser um elemento do processo social, não seu todo. Movimento é discursivamente representado como bem-sucedido em abrir “portas”; um argumento que se relaciona com a questão da visibilidade relacionada à pessoa em situação de rua e se completa com a Be3 (a seguir), a qual revela que as mencionadas portas têm uma relação com o Estado. A partir das informações localizadas nos focos das emissões Be1, Be2 e Be3, podemos observar que a representação inicial do MNPR-BA sobre sua luta relaciona-se às questões de avanços na mudança na perspectiva ideológica de identificação da população em situação de rua com o trabalho do Movimento: no entanto, o primeiro argumento defendido realiza-se de maneira mais completa na terceira emissão:

Quadro analítico 3 – MNPR-BA – emissão 3 (Be3)

F-P/ MNPR	NxV1	SITUAÇÃO DE RUA Ator	NxV2	OP
Be3 [Hoje				
nós	temos			eh
abertura em diversas secretarias, tanto a nível municipal, {como estadual e como federal}]				

Com ela, passamos a entender que essas oportunidades (e, por extensão, os avanços possibilitados pela ação do MNPR local) estão atreladas à relação (definida como) bem-sucedida com o Estado. Podemos observar isso no fluxo sincrônico que nos aponta uma avaliação positiva (o papel do Movimento é “fundamental”, em Be1) no que toca ao nexo de valor ‘trazer’, da emissão Be1, (em “(...) o Movimento trouxe a visibilidade à população em situação de rua, nós conseguimos abrir bastante portas”). Seguindo na análise, é ativado o pressuposto de que antes o fato não acontecia, no caso, não antes do Movimento chegar, uma vez que ele abriu caminhos, gerou oportunidades, estando, entre elas, o fato de “muitas pessoas” não mais avaliarem negativamente a população em situação de rua – trata-se da causação, anteriormente mencionada. A tríade argumentativa se conclui com a presença do Estado, que também pode ser entendido como uma oportunidade, um acesso distinto à percepção social: atentemos que as informações em Be2 e Be3 são iniciadas pelo marcador temporal ‘hoje’, o qual, por sua natureza dêitica, orienta a referência à atuação do MNPR.

Quadro analítico 4 – MNPR-DF – emissão 1 (De1)

OP	F-P MNPR-DF	NxV1
De1 [Eh...	como eu	estou
	nessa coordenação, deste movimento, nesta localidade, Brasília	
né, assim	a gente	observa
	bastante mesmo	é
	a posição do Movimento....	
	se	relacionar
mas		tentar dialogar
	com a localidade com o Estado com o governo, com	
	os ministros, que	estamos
	aqui	
né, e, assim...		
eh		(pra) olhar
	mesmo	
eh	de fato, este movimento como	
	ele	atua
né	com essas pessoas	
eh		digamos
assim		
	{ com os parceiros, com o governo }	

Podemos observar alguns pontos de relevância para nossa análise com base no quadro acima. Em uma primeira vista, é possível observar que a categoria mais produtiva é a de Falante-Protagonista; ainda assim, é preciso salientar, não é apenas o MNPR que ocupa posição de destaque discursivo na emissão: nela, estão imiscuídos o Movimento e suas relações de parceria com o Estado. Diferentemente das atitudes discursivas anteriores, o MNPR-DF acaba tendo uma ligação suavizada com o Governo: atentemos para os nexos de valor, que caracterizam o MNPR como um agente social, no que diz respeito ao Estado, que ‘observa’, ‘se relaciona’ e ‘tenta dialogar’. Assim sendo, temos ‘tentar’ operando como modalizador do nexos de valor principal ‘dialogar’: tal construção sugere um caráter bastante diferente tanto da defesa mais voltada ao enfrentamento representada pelo MNPR-SP, quanto da proposta de trabalho de agência conjunta defendido pelo MNPR-BA, pois, com a suavização ativada pelo auxiliar ‘tentar’ na junção com ‘dialogar’, a coordenadora constrói uma ação que pende mais para a diluição do que para um trabalho paritário, de embate mais veemente ou de contestação ou de parceria junto ao Estado. Tal relação é perceptível em diversos momentos do exposto pelas lideranças, o que nos orienta a ver que as emissões selecionadas para esta seção de análise apontam o Estado assumindo junto às lideranças uma posição de

destaque. Ainda sobre a ação do MNPR, as demais coordenações apresentam uma introdução à identificação do Movimento que assume percepções que também realizam essa conexão com o Estado, mas que o fazem de modos diferentes das emissões anteriores:

Quadro analítico 5 – MNPR-ES – emissão 2 (Ee2)

OP	F-P / MNPR	NxV1	SITUAÇÃO DE RUA / Ator
	Ee2 [e essa assistente social		
eh		começou	
	pra esses eventos de fora do estado		
né, e	ela	ir	
assim	se	começou	
então	ela	interessar	
	essa bagagem a nível nacional	veio, trouxe	
né	do Movimento		
e		começou	no espaço de abrigo, no albergue noturno
eh		chamar	os assistidos
né		prum diálogo	
né		falar	
	a questão		
eh	de como o Movimento	tava	
	se	organizando	
	toda essa questão de	buscar	
	o protagonismo, a autonomia		
e até mesmo			a questão dos direitos
né, e	de	a inclusão	
	de políticas públicas através de uma organização		
né	isso em 2010}}		

Antes de darmos continuidade à análise, cabe mencionar que, na primeira emissão, a coordenadora do MNPR-ES explica que o movimento social deu início a suas atividades no estado por meio de uma assistente social; a liderança explica que as discussões já estavam ativas em várias outras coordenações. Em Ee2, vemos como uma representante do Estado é identificada como ponto inicial da atuação do MNPR no Espírito Santo e que, segundo a coordenadora, o interesse por “protagonismo” e “autonomia” do Movimento partiu de outrem, ou seja, da servidora pública, deixando como posição de

foco tratar-se de uma época inicial, da qual ela não fazia parte¹⁸. A categoria de Falante-Protagonista concentra o centro da narrativa, que nos mostra como a gênese da coordenação tem a ver com o trabalho de uma assistente social engajada, mas que representou então uma oportunidade para dar início à mobilização social; essa pessoa não é nomeada, mas caracterizada por funcionalização (VAN LEEUWEN, 2008), ou seja, quando a identificação é feita a partir de dada atividade social, o que nos aponta, por meio do discurso, tratar-se de uma força com a qual a luta do Movimento pode contar. Analisando os nexos de valor referentes, é possível notar a narrativização construída, na qual nos são oferecidos quadros temporais em que a assistente social acaba por assumir todo o protagonismo da formação da coordenação, com base em sua ‘busca’ (em “começou a ir”) e em seu interesse (“começou a se interessar”). Não nos é oferecida a oportunidade de saber como se deu a recepção e quem da situação de rua se destacou no período em que a assistente social ‘construiu’ o Movimento do Espírito Santo – pois essa é a percepção que podemos depreender após observar como as ações relativas ao MNPR, em sua origem, não se deram por meio do próprio grupo (ou de representantes) em situação de rua, mas sim de uma pessoa (a assistente social) engajada na causa do enfrentamento da situação de rua. No Brasil, a heterogeneidade que caracteriza a situação de rua – um “espaço social ocupado por aqueles que, em virtude de constrangimentos diversos, foram perdendo as condições de obter acesso a bens e referenciais sociais” (MELO, 2016, p 12) – oferece-nos uma pista para compreendermos as razões pelas quais, muitas vezes, a dianteira de algumas ações são tomadas por colaboradores (como no caso de Ee2). Como o discutido em trabalhos como Santos (2013) e Moraes (2016), a população em situação de rua está, em geral, cercada de pessoas alienígenas à condição de rua e que se envolvem com o discurso da mudança de realidade – seja por assistencialismo, seja por razões cidadãs – atuando diretamente na vida desse contingente populacional; ao mesmo tempo, como nos aponta Melo (2011), os trabalhos em parceria acabam, recorrentemente, não chegando a um nível satisfatório, uma vez que – como no caso com a relação com o Estado – da “mesma maneira que reconhecem determinadas necessidades, outras delas não são consideradas. (...) Características [que] criam uma ambiguidade.” (MELO, 2011, p. 168). Então, a participação de setores, como a universidade, na luta contra a progressão da situação de rua estabelece uma força complementar para essa intervenção junto à luta

¹⁸ De acordo com a coordenadora Rosângela, sua entrada no MNPR veio em uma terceira formação de integrantes do movimento social, assim sua representação da ação é expressa como tendo sido iniciada em 2012.

por efetiva mudança. Um exemplo pode ser mencionado: a construção conjunta do Fórum da População em Situação de Rua do Distrito Federal entre o MNPR a Universidade de Brasília, quando da consolidação do movimento social no Distrito Federal, em 2010. A construção do Fórum foi essencial para a participação política nos espaços de negociação com o Estado. É, no entanto, na emissão a seguir que a coordenadora se concentra nas ações do Movimento com ela como liderança:

Quadro analítico 6 – MNPR-ES – emissão 5 (Ee5)

OP	F-P / MNPR	NxV1
Ee5 [mas, aí	eu	venho
	em 2012	
né, eh		assumir
	essa coordenação estadual	
né, eh, mas		
ainda assim	muito timidamente	
né, porque	a gente	
ainda assim		
eh		discutia
	coisas bem básicas mesmo como a questão alimentação de abrigo a gente	
ainda		era
	muito	
assim	tutelado pela própria assistência social	
eh	toda a organização	
	a gente	fazia
mas, eh		
	{sempre com assistente social com assistente social, com psicólogo}}	

Em Ee5, podemos observar uma reflexão sobre a condição do MNPR-ES em uma atuação pouco experiente, na qual a categoria de Falante-Protagonista acaba por ser uma das mais produtiva (do mesmo modo que os operadores pragmáticos, os quais atuam, em sua maioria, como ativando a ideia de contraposição entre os argumentos expostos) e os nexos de valor em seguida: estes são empregados, em sua maioria, no tempo passado e a identificação do Movimento com termos que remetem à falta de conhecimento de luta política e ao envolvimento (avaliado negativamente; vide as ocorrências dos operadores pragmáticos) com o Estado. Também nos parece mais clara a referência feita na emissão anterior à assistência social, pois, focalizada, a natureza problemática da relação com a representação do Estado é revelada.

Assim, ao marcar temporalmente (com “em 2010” na emissão Ee2) o começo do MNPR-ES – e arrolando nexos de valor equivalentes a um tempo já encerrado –, a coordenadora se afasta da conduta descrita e, ao mesmo tempo, critica veladamente o

envolvimento tão próximo da coordenação representada com o Estado. Vemos, então, que emerge do texto um incômodo com o discurso de ‘tutela do Estado’. Notemos, ainda, como a categoria de operadores pragmáticos assume alta recorrência: os operadores pragmáticos apresentam “diferentes funções, como sinalizar ao/à ouvinte-leitor/leitora como se deve interpretar parte da emissão a que se relaciona” (RESENDE & MARCHESI, 2011, p. 160); desse modo, percebemos que há um esforço por parte da coordenadora em atrair nossa compreensão, provavelmente para sugerir que o tema não é pacífico, em uma oposição de informações marcadas pelos usos de expressivo de elementos conectores de natureza contrastiva (como “mas” e “ainda assim”). A atuação assume novo contorno na emissão que segue:

Quadro analítico 7 – MNPR-ES – emissão 6 (Ee6)

OP	F-P / MNPR	NxV1
Ee6 [assim,	a gente	
		(não) tinha
	aquela autonomia	
né, e	durante esse tempo	
assim		participando
áí	a gente	começa (a) participar
né	eu e uns companheiros	começa (a) participar
	desses encontros nacionais	
né, e		ver
	de como os outros estados se	organiza
né, e	como	
assim	eles	buscam
	autonomia	
	eles...	
eh	cada Movimento mesmo as coordenações mesmo que	dita
	a questão da formalidade de, como,	
eh	se	{organizar}}

Em Ee6, vemos a predominância do MNPR-ES em um novo momento narrativizado de atuação, no qual as ações são de protagonismo: ainda que modalizado (por ‘começar’), o MNPR-ES ‘começa a participa’, ‘vê’ e se inspira em outras coordenações do MNPR, as quais ‘organizam’ e ‘buscam’ autonomia. Vemos, portanto, uma identificação positiva da ação do Movimento, que não se restringe à coordenação à qual a entrevistada representa, mas ao Movimento Nacional da População de Rua como um todo. O tom mais elogioso dessa emissão ocorre quando a coordenadora representa um meio em que ela aparenta se entender como parte, sem paternalismos ou oportunismos (relacionados ao Estado), mas a uma oportunidade na qual o conhecimento político

acontece entre pessoas que passam pelas mesmas situações e que conseguem – como ela mesma evidencia no foco – se “organizar”. Assim, na emissão, podemos observar o esforço por uma voz que aparenta se distanciar da ‘tutela’ do Estado, buscando no próprio exercício de luta dos/as companheiros/as do Movimento uma alternativa para sua própria luta.

Quadro analítico 8 – MNPR-MG – emissão 4 (Me4)

OP	F-P / MNPR	NxV1	SITUAÇÃO DE RUA / Ator	NxV2
	Me4 [O Movimento de Minas	tem		
	um papel			
eh				
e		(não) é		
	por vaidade	dizer		
	isso			
mas	ele	tem		
	um papel de relevância desse processo na	construção		
	da Política			
né, eh	as conquistas nacionais			
se		posso		
assim		dizer		
	elas	começaram		
pelo menos		passaram		
	por uma discussão	feita		
	em MG, em BH			
enfim		feita		
	num contexto geral com os demais coordenadores			
mas		feita		
	em BH			
né, eh				
		tem		
	um fórum de população de rua já há muitos anos	tem		
	um comitê consolidado hoje			
né		tem		(uma) participação
			massiva dos companheiros	
	{ nesse processo de Conferência de saúde, de conferência de assistência, de conferência, de simpósio direitos humanos }			
né, enfim]				

O MNPR-MG é, diacronicamente falando, a categoria mais recorrente e, por meio dela, podemos observar como o movimento social é identificado de maneira protagonista e relacionado a diversas conquistas para a população em situação de rua: vide os nexos de valor, que garantem ao Movimento características de construção, de realização e de possibilidades (“*ele tem um papel de relevância desse processo na construção da Política*” e “*as conquistas nacionais (...) elas começaram, pelo menos, passaram por uma discussão feita em Minas Gerais, em Belo Horizonte*”). Observemos que o coordenador traça uma identificação que atribui ao MNPR-MG um papel fundamental para a consolidação do MNPR em si, ressaltando também a característica coletiva (em “[um] contexto geral com os demais coordenadores”), ainda que reforçando o destaque para o estado mineiro. No que diz respeito às ações concretas, há a menção à construção do Fórum da População em Situação de Rua (uma instância de debate com a presença de representantes de Estado para a discussão de pautas relativas às demandas da situação de rua), trazendo para sua representação a pessoa em situação de rua um papel de componente – realizado por meio do nexo de valor “participação” (representado com um reforçador, o lexema ‘massiva’). Ainda assim, a despeito dessa identificação harmonizada com a ideia de protagonismo e autonomia, podemos perceber que toda a ação de mobilização segue no sentido de estar presente, atuante nas esferas do Estado (conferências e simpósios). O Estado encerra a emissão em zona de foco indicando que a população em situação de rua se faz presente, junto com o Movimento, nas discussões nas quais a condição de vulnerabilidade das pessoas em situação de rua é o centro. Ainda sobre a ação e a luta do MNPR, voltemos ao que compartilhou conosco a coordenadora da Bahia:

Quadro analítico 9 – MNPR-BA – emissão 9 (Be9)

F-P / MNPR	NxV1	SITUAÇÃO DE RUA / Ator	NxV2	OP
Be9 [antes de				
o Movimento aqui na Bahia	nascer			
a gente		(a gente)d	pode dizer que	
a gente		(a gente)d		
	não tinha	absolutamente nada em relação a políticas públicas		
				mas quando
eu	digo	nada		
(a gente)d		a gente		
	(não tinha)d		não tinha	
		nada		
(a gente)d	(só tinha)d	a gente	só tinha	
		simplesmente um albergue da prefeitura		
				eh
		de uma forma muito		eh
		incipiente uma forma bastante		eh
		opressora		né
		{manipuladora}}		

Na emissão, aparece como categoria de destaque a SITUAÇÃO DE RUA. Nela, está sendo discutido o trabalho anterior à consolidação do MNPR-BA. Podemos perceber alguns pontos de interesse: a questão da temporalidade marcada, o reforço da diferença na condição da pessoa em situação de rua e a crítica ao Estado. Na representação discursiva da coordenadora do MNPR, o que mais se destaca é a identificação do governo e de suas ações políticas; inicialmente, partindo de uma observação diacrônica da categoria Ator, é possível observar o grau mais elevado de ocorrências lexicais, caracterizando o Ator como a categoria mais produtiva; no entanto, com uma olhada mais detida, podemos perceber que a discussão se centra mais na questão do que recebe a população em situação de rua concernente a políticas públicas: assim sendo, o Estado é que está discursivamente centralizado, – e mais – o serviço prestado a atores sociais em situação de rua. Nas categorias, o tema da duplicação (MARCHESE, 2011) se revela aqui. Desse modo, podemos retomar a análise da identificação voltando-nos para o modo como as políticas públicas são percebidas pelo MNPR-BA. Detendo-nos nas categorias de Ator e de NxV2, observemos que a coordenadora recorre ao uso da expressão ‘a gente’, por duplicação – ou seja, quando um elemento linguístico se estende a mais de uma categoria (gramatical ou semântico-discursiva), dado seu propósito comunicativo (MARCHESE, 2011). Esse recurso já reforça discursivamente o papel do Movimento como voz da situação de rua e o integra à categoria, que parece

desempenhar a crítica, sendo ela posicionada no entendimento semântico-discursivo da situação de rua; ainda assim, a população em situação de rua é absorvida pelo Falante-Protagonista – por isso a duplicação –, que fica discursivamente livre para estruturar a crítica ativada por elementos lexicais de forte impacto na construção da identificação. Com essa amplitude intertextual (com as vozes do Movimento e do Estado para falar da população em situação de rua), percebemos que a identificação do governo é linguística e semanticamente realizada de maneira negativa, pois a categoria concentra escolhas lexicais de avaliação não desejável. Vejamos:

MNPR-BA
ESTADO - IDENTIFICAÇÃO
Absolutamente nada em relação a políticas públicas
Nada
Simplesmente um albergue da prefeitura
Forma muito insipiente
Forma bastante opressora
Manipuladora

Quadro 9.1. Identificação do Estado pelo MNPR-BA

O Estado é definido como uma realidade problemática para a população em situação de rua; no entanto, atentemos para o fato de que estamos discutindo a representação da ação desenvolvida pelo governo, o que contribui fortemente para projetar as ações do MNPR, tendo em vista que, em posição temática, está marcada a questão temporal, que situa o argumento que o ponto a ser desenvolvido estará relacionado a um momento anterior à existência do Movimento – como já havíamos observado na emissão Ee2, no Quadro 9.1. A estratégia discursiva se amplia quando nos damos conta que o foco é a carregada palavra ‘manipuladora’, que identifica um caráter a ser combatido; por extensão, somos conduzidos pela argumentação a valorizar a crítica do MNPR-BA que, agindo, ainda que por representação, aponta para uma mudança, na atualidade, do fato condenado. Vale ratificar a abundante presença de modificadores (“absolutamente”, “simplesmente”, “muito” e “bastante”), que reforçam os detalhes criticados pela liderança, apontando para algo que, por mais que soe como realizado, não é considerado como de fato funcionando, e que precisa de alteração.

Quadro analítico 10 – MNPR-BA – emissão 7 (Be7)

F-P / MNPR	NxV1	SITUAÇÃO DE RUA / Ator	Nxv2	OP
Be7 [Antes do Movimento... o Movimento aqui na Bahia				digamos que
ele	foi			
divisor de águas				
do mesmo jeito como o Movimento Nacional da População de Rua				porque
antigamente		(antigamente)d		
		as pessoas		
			(não) tinham conhecimento	
		da população em situação de rua como um ser humano		
				né
		um sujeito com direitos e com deveres	só via	
		ou como "o coitadinho"		
				então
		{ou como aquela parte "a escória da sociedade}}		

Nas emissões Be7 e Be8 (esta, a seguir) há exemplos do que se viu de maneira recorrente em todas as entrevistas. Observemos que as categorias Falante-Protagonista e SITUAÇÃO DE RUA se distribuem de maneira algo equilibrada, contudo observemos que não interpretamos apenas a referência à pessoas em situação de rua, mas também a determinada parcela da sociedade que tem – no caso da emissão, tinha – uma visão deturpada em relação à situação de rua: é nesse local que está o fechamento do argumento, com a percepção ideológica da situação de rua. Isso aponta que, para o MNPR, o entendimento das pessoas em situação de rua como algo tão negativo (notemos a escolha lexical por “escória da sociedade”) é uma questão que merece a atenção do MNPR, o qual, em contraponto inicial, é identificado positivamente pela metáfora do ‘divisor de águas’, que tem o sentido de separar uma situação de outra, de modo definitivo. Cabe também aqui destacar a recorrência à pressuposição de que o período anterior à separação temporal e contextual metafórica está solucionado, fato que é ativado pelo marcador temporal ‘antigamente’, o qual sofre um processo de duplicação, posto que o texto da coordenadora une, em sentido ativado metaforicamente, dois momentos, que acabam sendo entendidos como resultantes também da ação do MNPR. Prestemos atenção também para a indefinição ativada pelo lexema ‘pessoas’, que são relacionadas a uma visão preconceituosa, contraposta ao “conhecimento”, ou seja, à constatação de que a pessoa em situação de rua é “um ser humano, um sujeito com direitos e deveres”. Os operadores pragmáticos desempenham também um papel importante para a argumentação da coordenadora:

MNPR-BA	
Operador pragmático	Efeito argumentativo
digamos que	Suaviza o argumento
porque	Conexão lógica
né	Chamada de atenção
então	Fechamento da argumentação

Quadro 10.1. Recursos argumentativos do MNPR-BA ativados por operadores pragmáticos

A liderança consegue entrelaçar linguisticamente sua argumentação, sem se comprometer completamente com sua defesa, mas conseguindo orientar o entendimento para uma questão bastante discutida, mas pouco difusa: a identificação preconceituosa do grupo social em situação de rua.

Quadro analítico 11 – MNPR-BA – emissão 8 (Be8)

F-P / MNPR	NxV1	SITUAÇÃO DE RUA / Ator	NxV2	OP
				Be8 [Então
o Movimento da Bahia				
	vem fazer			
um divisor de águas			começam a	
(nos)		nos	ver	
{de uma outra forma, de um outro jeito}				

Com Be8, o efeito ‘divisor de águas’ também adquire um poder de intervenção/ação simbólica quanto à identificação passar a não ser a característica negativa marcada no foco de Be7 (“escória da sociedade”), passando a assumir um novo entendimento, registrado na zona focal (ou seja, “um outro jeito”). Seria essa uma das conquistas advindas da existência e da ação do MNPR-BA para a situação de rua. As dificuldades passam, então, a, para além do questionamento das ações do governo, serem caracterizadas como parte da relação com as pessoas em situação de rua. Ainda no eixo referente à ação do Movimento, no tocante ao envolvimento da situação de rua, a coordenação do Distrito Federal nos apresenta uma explicação voltada à formação de quadros políticos em seu contexto:

Quadro analítico 12 – MNPR-DF – emissão 3 (De3)

OP	F-P / MNPR-DF	NxV1	SITUAÇÃO DE RUA / Ator	NxV2
	De3 [Hoje no DF			
eh		fiquei		
	numa batalha enorme, num bom período			
áí porque		é		
	difícil a gente	encontrar	pessoas que	queiram militar
			por uma causa dessas, que, às vezes, todo mundo	tem
			as suas funções, as suas obrigações	
			todo mundo	tem
			os seus deveres	(a) cumprir
então				fica
			{muito complicado}]	

As emissões De3 e De4 (esta, a seguir) nos oferecem episódios referentes à ação de mobilização de pessoas em situação de rua para compor o MNPR-DF. A categoria SITUAÇÃO DE RUA, em De3, é a mais produtiva e nos mostra que a Falante-Protagonista (discursivamente identificada como atuante na busca por compor quadros de luta no Movimento) encontra dificuldades no envolvimento da população em situação de rua com a luta política; a população – de forma ampla definida como ‘pessoas’ – é identificada como não interessada em fazer parte da mobilização (com suas palavras, “não querem”). A coordenadora acaba por justificar tal atitude e, por meio de um operador com sentido conclusivo (“então), localiza em posição de foco o entendimento de que para as pessoas é “muito complicado”. O quadro a seguir organiza esquematicamente o paradoxo:

MNPR-DF – ARGUMENTO MOBILIZAÇÃO		
MNPR-DF		PESSOAS
Quer encontrar	X	Não quer(em) militar

Quadro 12.1. Argumentação MNPR-DF sobre o tema da militância

Observemos que um dos NxV1 ligam duas informações discursivamente localizadas em polos: no primeiro, temos o Movimento se esforçando para encontrar quadros que componham a coordenação e, do outro lado, pessoas que não querem se juntar à luta social por terem ‘suas funções, obrigações e deveres’. Observemos que o MNPR define o esforço da busca envolvendo seu argumento por meio do uso de metáfora (“numa batalha”), sendo esta amplificada pelo modificador ‘enorme’: não só uma luta, mas uma

que não é simples. Temos a presença de um discurso bélico que não se trata, no caso, de relação com o Estado: lembremos que os polos argumentativos construídos são compostos pelo MNPR e pelas pessoas – indefinidas – convidadas a participar da luta contra a situação de rua. O quadro analítico (12) nos aponta, assim, o posicionamento discursivo mencionado, mas também nos mostra como se ativa no tecido argumentativo um discurso por pressuposição: envolver-se em um movimento social não é considerado importante, ainda que essas pessoas estejam em situação de extrema desigualdade social.

Quadro analítico 13 – MNPR-DF – emissão 4 (De4)

OP	F-P / MNPR	NxV1	SITUAÇÃO DE RUA / Ator	NxV2
De4 [Às vezes]				
quando		vai conversar	"ah, eu sempre ocupado"	tou
mas	hoje			
graças a Deus	aqui no DF			
		tamos conseguindo desenvolver		
	uma coordenação	tamos		
	na quantidade de			
	oito... sete pessoas			
		tá chegando		
	mais duas pessoas			
	novas			
áí		(pra) vim somar		
	{junto conosco}			

Seguindo para a emissão De4, já observamos uma mudança no desenvolvimento das categorias: a de Falante-Protagonista toma o argumento principal ao identificar como indisponíveis as pessoas convocadas para serem parte do movimento social. Percebamos que a única ocorrência da pessoa convidada se dá com a tomada de sua voz em uma ação de afastamento. Voltando à Falante-Protagonista, ela concentra seus nexos de valor em ações que não foram iniciadas, tampouco se concluem – que é o caso de “gente **vai conversar...**”, assim como “**tamos conseguindo desenvolver...**” e “**tá chegando...**”, respectivamente. O foco segue na ideia de trabalho conjunto.

5.1.1.2. MNPR: Estado e(m) Movimento

Pensar o entendimento de movimento social e de sua ação é, certamente, localizá-lo em uma luta social constante. Esses embates dão-se de variadas maneiras, as quais perpassam questões que vão desde a percepção identitária dos atores sociais representados até a atuação mais contundente com vistas à conquista e/ou manutenção de direitos fundamentais. Como vimos, o MNPR, por meio de suas coordenações, enfatizou que sua ação, que o modo pelo qual o Movimento desempenha sua luta, assume contornos bastante particulares – devido às especificidades concernentes às já esperadas variáveis de cada coordenação/unidade federativa. Ao responder à questão “Como você observa o MNPR-SP na agenda de luta contra a situação de rua no Brasil?” e, após análises iniciais, detectar recorrentes interseções com o Estado, pareceu-nos útil dedicar atenção especial à presença governamental na representação discursiva da luta política do movimento social. Antes disso, no entanto, conforme é possível conferir nas questões de pesquisa, já havia um espaço previsto para investigar a presença do governo no trabalho do MNPR: nossas questões contemplam tal recorte, mais especificamente a terceira, que busca também observar criticamente a identificação do Estado por parte do Movimento. Assim sendo, tomemos o que nos diz a liderança do MNPR-MG:

Quadro analítico 14 – MNPR-MG – Emissão 34 (Me34)

ESTADO / Ator 2	OP	NxVI	F-P / MNPR
Me34 [(Não) é ruim			
	assim, eh	na criação	do Movimento a gente
		tinha	o dilema de
	"olha		esse Movimento
		vai ser	um movimento de resistência ou
		vai ser	um movimento de diálogo?"
	(não) é	"vai ser	um movimento que
		vai pleitear	espaço em conselho
		vai	pra dentro das conferências
	e		a gente
		optou	por ser um movimento de diálogo
	eh, porque	percebia	a incapacidade nossa, que ainda
		existe	
	eh	(de) fazer	{o enfrentamento}}

Partindo de uma vista mais geral, podemos observar que a categoria de Falante-Protagonista é a mais produtiva; por conseguinte, o movimento social promove a característica de recorrência aos nexos de valor a ele ligados. Atentemos para o fluxo entre os tempos relacionados a perspectivas diferentes na caracterização das ações do MNPR no tempo: estamos nos referindo a como a liderança se descola da representação por meio do afastamento discursivo. Na emissão, está sendo desenvolvido o argumento sobre a relação do MNPR com o Estado – sendo a relação avaliada de maneira ambígua (“não é ruim”), pois não se pode dizer que é má, entretanto não é aparente o comprometimento total com a ideia de que de fato funciona. De qualquer modo, após a avaliação do papel do Estado no Movimento, o coordenador concentra-se na separação temporal, optando por dar início a uma narrativa de início, em uma nominalização (“na criação”) que demarca tratar-se de um momento outro; a estratégia argumentativa assume, assim, um contorno mais sofisticado com a tomada da voz de outrem – alguém não identificado –, que passa a definir a gênese do Movimento, mas que demarca se tratar de algo fora de um contexto corrente – algo do passado. Nesse momento, o nexo de valor ‘ser’ passa a ser utilizado de forma recorrente:

1. “olha, esse Movimento **vai ser** um movimento de resistência ou **vai ser** um movimento de diálogo?”
2. “**vai ser** um movimento que vai pleitear espaço em conselho, vai pra dentro das conferências”,
3. a gente optou por **ser** um movimento de diálogo, eh, porque percebia a incapacidade nossa, que ainda existe, eh, de fazer o enfrentamento

Figura 2. MNPR-MG e a definição de movimento social

Aparentemente, trata-se de um compartilhamento de uma reflexão acerca das possibilidades do que identifica um movimento social: um que resiste, um que dialoga ou um que disputa espaço na esfera pública; notemos que, ainda na emissão, os períodos linguísticos do leque de opções de mobilização não são ligados por conector, mas linguisticamente estruturados como se fossem opções em estrutura de tópicos (como ilustrado da Figura 2). Todo esse processo – caracterizado como “dilema” – é concluído com o nexo de valor ‘optar’ – localizando em tempo anterior ao da interação da entrevista – e que aponta para a conclusão do argumento: a de que, para o coordenador, o MNPR caracteriza-se como um movimento social de diálogo.

PASSADO				PRESENTE			
<u>Criação</u>	Indecisão (tinha o dilema)	Escolher (vai ser)	Resistência?	<u>Ação</u>	Decisão (existe)	Diálogo	Não enfrentamento
			Diálogo?				
			Disputa por poder de voz (pleiteador)?				
<u>Consolidação</u>		Escolheu (optou)	Diálogo				

Quadro 14.1. Argumentação MNPR-MG sobre a natureza do MNPR

A decisão, por fim, é desenvolvida em uma lógica explanatória, unida pelo conector ‘porque’, e que define discursivamente o Movimento, localizando-o no presente (pelo nexó de valor ‘existir’) como incapaz de enfrentamento.

Quadro analítico 15 – MNPR-SP – Emissão 10 (Se10)

OP	ESTADO / Ator 2	NxV3	F-P / MNPR	NxV1
Se10 [então			a importância do diálogo com	
	o governo			é
			fundamental	deu
			uma visibilidade ao Movimento	
			hoje princi...	
			eu	vou dizer
			uma coisa para você	
	o governo de São Paulo, da Prefeitura de São Paulo	não dialoga	se o Movimento	não tiver
	na reunião	não dialoga	se	(não) tiver
			a presença do Movimento	
			nós	já tivemos
	três reuniões com o prefeito aqui de SP			
e				tamos tendo
	várias reuniões com secretários			
			se alguém	marcar
			reunião em nome do Movimento	
e				não tiver
			a coordenação ou alguém do Movimento	
				(não) tem
				é
			isso que	é
			importante para o Movimento	
			"o Anderson	tá viajando"
			a equipe	tá
			{lá, a equipe do Movimento}}	

A coordenação MNPR-SP avalia como “importante” e “fundamental” – recorrendo a estratégias similares, como, por exemplo, a demarcação de tempo (no caso, concretizada pelo recurso dêitico “hoje”) –, para representar a relação com o Estado. Ela se conecta

com a emissão do MNPR-MG ao ressaltar o papel positivo do trabalho em conjunto, mas avança ao priorizar mais do que a valorização da natureza planejada de diálogo do Movimento. Na emissão atual, temos uma construção discursiva relacionada à ação do MNPR (em “o governo de São Paulo, da Prefeitura de São Paulo não dialoga se o Movimento não tiver na reunião, não dialoga se não tiver a presença do Movimento”), na qual há o reforço do discurso de autonomia do MNPR. A esta altura da análise, percebemos que o Estado tem uma importância relevante para o coordenador: em outras palavras, podemos interpretar que o Movimento tem sua autonomia e, para comprovar isso, o Estado vem como parâmetro para a compreensão da relevância do próprio movimento. Vemos, assim, na diacronia, que o Estado com o que se relaciona o MNPR refere-se ao poder executivo, ou seja, o governo estadual e a prefeitura, mais próximos das políticas públicas. Ainda na diacronia da categoria ESTADO, podemos ver que o diálogo se passa em âmbito institucional, porém a ação fica ‘filtrada’ pela condição da participação do MNPR nesses espaços (em “o governo de São Paulo, da Prefeitura de São Paulo não dialoga se o Movimento não tiver na reunião, não dialoga se não tiver a presença do Movimento”). Aqui, portanto, observamos a construção identitária do Movimento como baseado em um diálogo no qual sua voz é decisiva para a concretização de qualquer ação estatal dirigida à situação de rua. Outra característica diz respeito à defesa de um discurso descentralizado, no qual o coordenador não ocupa a figura central, mas a noção de um trabalho coletivo (em “o Anderson tá viajando...”, a equipe tá lá, a equipe do Movimento”).

Quadro analítico 16 – MNPR-BA – Emissões 30 e 31 (Be30 e Be31)

OP	F-P / MNPR	NxV1	ESTADO / Ator 2	NxV3
Be30 [então		(não) posso dizer	que	é
			tudo bonitinho	é
			tudo flores	(não) é
				(não) é
mais, pelo menos				tem
	a gente	tem	uma cadeira cativa lá lá dentro	
	nós	conseguimos ser		
	respeitados		lá dentro	
né				
eh	nós	temos	um comitê interministerial	
			que	
mesmo			com suas dificuldades	procura
justamente	nos			{escutar]}

A coordenadora do MNPR-BA nos traz um trecho de percepção crítica acerca da relação de diálogo com o Estado. Observando a sincronia, a liderança modaliza (em “não posso dizer que é tudo bonitinho, é tudo flores”) – assim como o fez o coordenador do MNPR-MG – para definir como se dá a relação entre o Movimento e a esfera governamental, apesar de, em seguida, envolver-se com uma avaliação negativa (com a declaração repetida de “não é”). Observando o emprego do “pelo menos” – localizada na categoria de operador pragmático –, temos ativada uma pressuposição que indica não ser essa realidade a mais satisfatória, pelo contrário, depreendemos que ‘minimamente’ existe uma possibilidade de estar “dentro”. Observemos, diacronicamente, os nexos de valor escolhidos: à exceção do nexo inicial de sentido impeditivo (“não posso dizer”), os demais têm a ver com ações semanticamente positivas (ou seja, ‘ter’, ‘conseguir’ e ‘ser’), o que confere força discursiva ao Movimento. Paralelamente, temos as categorias de Ator 2 e de NxV3, referentes ao Estado: o governo é avaliado (“tudo é bonitinho, tudo é flores, não é”), metonimizado (“a gente tem uma **cadeira cativa**”), metaforizado (“uma cadeira cativa **lá dentro**”) e concretamente referido (“nós temos um comitê interministerial”):

MNPR-BA		
RELAÇÃO COM O ESTADO - IDENTIFICAÇÕES		
MNPR/ESTADO	=	[não é] bonitinho
MNPR		[não é] flores
ESTADO		Uma cadeira
ESTADO + MNPR		Lá dentro
		Comitê Interministerial

Quadro 16.1. Relação de identificação MNPR-BA e ESTADO

Quando recorre à avaliação, se analisarmos de acordo com a hierarquização da informação, a liderança linguisticamente marca que a relação com o Estado não é de todo positiva, sendo o “não é” o recurso linguístico que vai em posição marcada: é o reforço da carga negativa atribuída ao Estado (com sua repetição dentro do argumento). A questão da referência à cadeira é uma metonímia que ativa um sentido de algo concreto resultado de uma intervenção, ainda que, se tomarmos o operador pragmático ‘pelo menos’, observaremos um sentido de insuficiência; assim, com a referida metonimização podemos depreender que se trata de uma aparente conquista, mas que parece semanticamente enrijecido quanto à intervenções mais concretas. A metaforização ‘lá dentro’ fecha a tríade de abstração pela qual o Estado alcança identificação no relato da coordenadora. Quando está expressa uma referência concreta ao Estado, percebemos que o nexos de valor a ele atribuído (“procura escutar”) indica uma situação lógica: a distância entre ‘procurar’ fazer algo e efetivamente fazer algo.

Quadro analítico 17 – MNPR-BA – emissão 31 (Be31)

OP	F-P / MNPR	NxV1	ESTADO / Ator 2	NxV3
	Be31 [eu	acho	que a escuta é mais significativa	
e			que isso	
	a gente	termina trazendo		
	pros nossos estados			
porque quando			uma coisa	trava
infelizmente				
eh, até				é
			a questão da hierarquia	
então,			se alguma coisa	trava
			lá no RN	
	se a gente	consegue elaborar		
	uma carta		dentro do comitê interministerial	
		repercuta		
	lá no RN			
	eles não se	sentem		
	tão sozinhos no RN hoje			
quando		existe		
	alguma dificuldade no RN como em outros estados	acontece		
	imediatamente a gente	consegue		
	já			
eh		enviar		
	alguém pra	poder ir		
	lá			
então			o Ministério da Saúde	vai
ái,	até lá			começa a fazer
			uma discussão	
eh			a SDH	vem
	aqui na BA			vai
			no RJ, o MDS	escuta
	as nossas demandas			
então	às vezes, as nossas vozes	(não) são		
	vazias			
né				
então			isso	
	pra gente	é		
			{ muito importante }	

Na emissão que segue (Be31), a coordenadora continua com uma representação positiva do movimento social, mas vai além desenvolvendo a explicação de como se configura o trabalho com o Estado e como isso contribui para as ações do Movimento. A categoria Falante-Protagonista abarca tanto o MNPR-BA quanto outras coordenações e, nessa representação, atribui acionalmente características positivas e de intervenção dentro de um contexto hipotético, orquestrado pelo operador condicional ‘se’; assim, dentro do exemplo criado, a coordenadora sugere que a relação com o governo constitui diálogo efetivo. Já no que diz respeito ao Estado e suas categorias específicas de Ator 2 e NxV3, suas ações se estabelecem entre ações negativas (‘travar’) e positivas (‘escutar’, por exemplo): observemos que, enquanto na emissão anterior (e na de outras coordenações) a relação se dava em nível municipal e estadual, a coordenadora nos descreve uma

interação em nível federal, no qual sua articulação passa pelas esferas mais locais, perpassando ministérios e secretarias relacionadas ao mais alto poder estatal; essas representações do governo são também representadas com ações de intervenção (em, por exemplo, “começa a fazer uma discussão”), mas ligadas a uma prática de ações de governo: a realização de momentos de diálogo – consonante com a prática adotada pelo movimento social. Ambas as emissões põem em posição de foco termos da categoria ESTADO. Apesar do envolvimento com esferas do Estado apresentar um ponto de reconhecimento para as lideranças do MNPR, algumas percepções nos mostram que determinadas questões precisam de atenção. Vejamos esses pontos:

Quadro analítico 18 – MNPR-ES – Emissão 64 (Ee64)

F-P / MNPR	NxV1	OP	ESTADO / Ator 2
		Ee64 [então	a questão com Estado
do diálogo não	há		
um diálogo, sempre	houve		
muitas das vezes, um diálogo meio difícil		né	
{meio que espírito de guerra mesmo}]			

Percebemos em Ee64 que o tema diálogo é recorrente, no entanto, para a coordenação do Espírito Santo, a qualidade da interação é declaradamente negativa: as ocorrências de NxV1 – relacionadas à categoria de Falante-Protagonista – normatizam uma realidade, que assume contornos semânticos de desgaste. Observemos que, na emissão, é declarado metaforicamente que tal relação possui um caráter negativo, sendo definida como “espírito de guerra”. Ambas as representações referentes à qualidade do diálogo aparecem mitigadas pelo modificador ‘meio’ (em “um diálogo **meio** difícil” e “**meio que** de guerra mesmo”); no entanto, é na emissão seguinte que esse argumento recebe um desenho mais complexo.

Quadro analítico 19 – MNPR-ES – Emissão 65 (Ee65)

F-P / MNPR	NxV1	OP	ESTADO / Ator 2	NxV3
Ee65 [Hoje	há		um diálogo mais harmonioso	
um diálogo mais harmonioso		mas		
só diálogo			[só diálogo]d	
não	adianta			tem (que) ter
[o diálogo]d			o diálogo	
		e		tem (que) ter
[a ação]d			a ação	
		e		
a gente	tá			
		aí pra		
	pontuar		pro governo	
que nós	queremos	e		
	(pra) dizer		pro governo que	
				(não) é
				(não) vai ser
			imposto o que eles	querem
		né	que se	
			não	for construído
			junto com a gente	
a gente não				
	{ aceita }			

Diacronicamente, o MNPR e o Estado – e suas ações (nexos de valor) – têm o mesmo número de ocorrências: o centro do argumento é o entendimento de ‘diálogo’, daí vemos a duplicação expressada no quadro. Como já vimos em análises anteriores, a emissão é temporalmente marcada e iniciada por uma concordância, a de que o diálogo ocorre, ele é uma realidade (em “hoje, há um diálogo mais harmonioso”), entretanto – além dos pressupostos ativados e já mencionados aqui –, a coordenadora por meio de um operador ‘mas’ passa a problematizar questões referentes à prática do diálogo, o que a nós pareceu estar mais relacionado ao Estado – por isso a mudança de categoria (de Falante-Protagonista) para ESTADO –, que assume o papel de Ator, mas circunscrito ao argumento de que o diálogo separado de ações concretas não é o suficiente. Em um movimento de estratégia discursiva, a coordenadora estabelece demandas da atuação de resistência social, ativadas pela expressão de obrigação, o nexos de valor “tem que ter”. Assim, ela representa em seu discurso que o Estado não executa e, ao mesmo tempo, na leitura sincrônica, recupera o argumento para o Falante-Protagonista, veicula discursivamente o papel protagonista por meio dos nexos de valor ‘estar’, ‘pontuar’, ‘querer’ e ‘dizer’ em relação à falta de expressividade do gestor público. É um exemplo da percepção crítica de um diálogo. Interessante observar que a emissão é finalizada

com um nexos de valor que confere ao MNPR o papel de consentir ou não com as decisões eventualmente geradas a partir do diálogo. É válido observar a reflexão desenvolvida pelo MNPR-ES, tendo em vista o fato de que as lideranças não se mostraram completamente satisfeitas com a atuação do Estado, mais especificamente com as atuações do Poder Executivo diante das demandas urgentes da situação de rua. A participação em espaços de decisão que envolvem setores públicos, responsáveis pela população e pela garantia de direitos, pode apresentar situações que aparentem uma abertura, mas que precisam de constante atenção. Sobre isso, vejamos a próxima emissão:

Quadro analítico 20 – MNPR-DF – Emissões 21 (De21)

OP	F-P / MNPR-DF	NxV1	ESTADO / Ator 2	NxV3
De21 [mas, eh	a gente sempre	olha		
e	sempre	pensa		
e	sempre	acha		
e	sempre	tem certeza		
	que		se	quiser
				dá
			pra	desenvolver
			{um pouco mais]}	
então...				

A liderança do MNPR-DF dá continuidade a um argumento que reconhecia a importância da relação de diálogo estabelecida e já analisada; a coordenadora inicia a emissão com o operador ‘mas’, o que ativa o sentido de refutação. Na sincronia, observamos o emprego de nexos de valor em gradação que reforçam a crítica direcionada à conduta dos setores do Estado os quais dialogam com o Movimento; diacronicamente, vemos que repetidas vezes o emprego do modificador ‘sempre’, o qual ativa um peso argumentativo para o movimento gradual desempenhado no texto da Falante-Protagonista (‘olhar’, ‘pensar’, ‘achar’ e, por fim, ‘ter certeza’). Ela não se detém, em sua representação, a expressar como insuficiente o trabalho apresentado pelo Estado e de, ao mesmo tempo, responsabilizá-lo por meio do nexos de valor de natureza desiderativa ‘querer’ (discursivamente carregado pela partícula condicional ‘se’). Em

outras palavras, há mais uma avaliação negativa referente ao Estado, na medida que a coordenadora atribui à gestão pública um caráter subjetivo.

Quadro analítico 21 – MNPR-DF – Emissão 22 (De22)

OP	F-P / MNPR-DF	NxV1	ESTADO / Ator 2	NxV3
De22 [Desse tempo pra cá				
	a gente	tem conquistado		
	algumas coisas			
como tipo assim			o Comitê, que	
apesar de			tar parado aí sem	funcionar
			por um bom período já	
			já	tem
			uns oito meses a nove meses que ele	
				{{(não) funciona}}

É na De22 que o Estado e a liderança recebem novos traços que identificam a relação. A liderança tem como nexos de valor a locução “tem conquistado”, que indica um processo não encerrado, corrente, mas que se situa entre passado e presente; no entanto, quando avançamos para a análise das ocorrências da categoria de Ator 2, quando serão mencionadas características que identificam o lugar do (e o próprio) Estado, temos um operador pragmático que ‘quebra’ a linha de argumentação da coordenadora: o emprego de ‘apesar’ ativa o sentido de ressalva. O que temos, então, exposto é que a conquista concreta, ou seja, o Comitê – no qual a situação de rua tem a possibilidade de realizar o diálogo e a pressão no Estado – não só é colocado como inoperante, como também negligenciado. A emissão é encerrada pelo foco ‘funcionar’, mas negativamente modificado pelo operador ‘não’. A relação defendida por todas as lideranças do MNPR relativas à escolha pelo diálogo resguarda pontos positivos, porém os negativos se revelam como fundamentais para o que as coordenações chamam de conquistas. É sobre esse conceito de conquistas que trabalharemos a seguir.

5.1.1.3. MNPR: Parcerias e(m) Movimento

As entrevistas geradas em campo ofereceram uma oportunidade única de acessar aspectos relevantes para a luta do MNPR em relação à questão da situação de rua. Como vimos, as lideranças sugerem harmonia em diversos aspectos primordiais para alcançar realizações concretas para o grupo social que representam. Na busca por transformar em

realidade projetos de mudança social, o Movimento conta com a participação de outras forças que apoiam a busca por realizações, relativa a políticas de superação da miséria. Aqui, referimo-nos às parcerias, objeto de uma das questões de pesquisa de nosso trabalho. Vejamos como se comportam discursivamente as lideranças do MNPR, começando pelo MNPR-DF:

Quadro analítico 22 – MNPR-DF – Emissão 35 (De35)

PARCERIAS / Ator 3	Nxv4	F-P / MNPR-DF	NxV1	OP
De35 [Sim		a gente	acredita	
que todo parceiro que	venha			
para	somar			
junto		com o Movimento		
	é			
{ muito importante sim }				

Com a organização dos relatos dentro dos interesses de nossas perguntas, a categoria PARCERIAS emergiu, caracterizando-se como Ator 3; os nexos de valor referentes ao grupo de apoiadores – na emissão, hipotéticos – sugerem uma avaliação positiva por meio de ações de sentido desejável, como ‘somar’. Observemos que a categoria de Falante-Protagonista, relativa ao MNPR, tem comonexo de valor uma AÇÃO abstrata: ao ‘acreditar’ a coordenadora sinaliza que há questões que persistem, ainda que o elogio exista. Vários pontos, assim, parecem circundar a presença de parcerias na atuação do MNPR; a questão da inconstância parece ser uma delas:

Quadro analítico 23 – MNPR-DF – Emissão 31 (De31)

PARCERIAS / Ator 3	NxV4	F-P / MNPR-DF	NxV1	OP
De31 [Em questão de apoiador				
uns	vêm			
outros	vai			
	vêm			
uns		quando a gente	pensa	
		que		
	estão	conosco		
	(não) estão			
mais		ai, a gente	batalha	
		novamente, ai		
	termina vindo			
outros apoiador				e
assim	{vai}			

A emissão retrata – assim como ocorreu com as análises referentes ao Estado – um sentido de insegurança que o tema parcerias parece despertar no MNPR. Recorrendo a uma descrição linguística, mas algo visual, a liderança utiliza a nexos de valor que ativam sentidos de movimento (realizados pelas flexões de ‘ir’), de inconstância; tal descrição líquida contrasta com os nexos de valor referentes à Falante-Protagonista: na representação, ela ‘pensa’, não acontece, então, ela ‘batalha’; enquanto o Ator 3 (PARCERIAS) se desloca linguisticamente durante a argumentação, ‘termina por vir/voltar’, mas não oferece um ponto seguro: o foco nos mostra isso (‘vai’), pois se refere a algo que ‘segue’. Percebemos, assim, que, na emissão, a parceria não é caracterizada como algo estável: é uma avaliação pessimista da relação de parceria, a qual lhe confere essa identificação discursivamente retratada como inconstante – vide a escolha de ‘quando’ em “quando a gente pensa que estão conosco, não estão”. Seguindo com as identificações do tema, durante a análise das entrevistas, foi notável a presença do Estado – também entendido como apoiador, parceria para a realização de ações no campo das políticas públicas –, em uma relação paradoxal de crítica e reconhecimento. Ainda assim, percebemos que, em comparação ao Estado – discutido na seção anterior –, as demais parcerias recebem um tratamento mais crítico.

Quadro analítico 24 – MNPR-SP – Emissão 20 (Se20)

OP	PARCERIAS/ Ator 3	NxV4	F-P / MNPR	NxV1
Se20 [Primeiro	que	é		
	relação complicada			
	muito complicada			
porque		é		
assim	os apoiadores a partir do momento que	começam a apoiar	o Movimento	
		acha		
	que	é		
	dona do		Movimento	
		quer mandar	no Movimento	
e		(não) é		
	isso			
		apoiar é fortalecer		
e			pra mim, que	venho
			do protagonismo de rua	
	o apoiador	(não) pode ser		
	{dono}}			

A emissão da coordenação paulista nos apresenta um exemplo de questão que atravessa o aspecto elogioso do trabalho em cooperação com parceiros. Temos em Se20 um exemplo de embate discursivo entre duas categorias basilares para refletirmos sobre como discursivamente se dá esse relacionamento de colaboração. A diacronia nos apresenta os parceiros (o ‘Ator 3’) e o MNPR (o Falante-Protagonista) como categorias mais recorrentes, contudo existe uma disparidade se avançamos a analisar como ocorre a identificação de cada um desses grupos representados. A categoria semântico-discursiva PARCERIAS é a mais produtiva; assim sendo, é possível observar que a identificação recai majoritariamente sobre os apoiadores, cuja interação é definida como ‘muito complicada’, ou seja, uma identificação negativa – sendo definidos, se tomada toda a emissão, como ‘complicados’ e ‘apropriadores’. Avançando ainda na categoria, podemos perceber como os nexos de valor referidos (‘ser’, ‘começar a apoiar’, ‘achar’, ‘querer mandar’, ‘apoiar’, ‘fortalecer’ e ‘poder’) atribuem um elevado grau de atuação aos apoiadores na narrativa desenvolvida. O NxV4 abarca níveis do concreto ao abstrato (‘achar’ em “acha que é dona do Movimento” e ‘mandar’ em “quer mandar no Movimento”). O coordenador parece nos mostrar que, segundo sua experiência, há algo mais: o pressuposto de que a situação é enfrentada porque os apoiadores minimizam o caráter protagonista que o Movimento possui. É, então, que as realizações localizadas na categoria de Falante-Protagonista promovem a autonomia – segundo a emissão – ‘desdenhada’ pelos apoiadores. Podemos perceber isso, linguisticamente, pelos

conectores ‘e’, que unem os argumentos, mas que, ao mesmo tempo, desenvolvem duas perspectivas em contraposição. A denúncia (de que não se trata de uma questão fácil a dos apoiadores), pois, une-se ao argumento – com o atestado de legitimação do Falante-Protagonista (em “que venho do protagonismo de rua”) – de que a postura apresentada antes do segundo operador pragmático ‘e’ não é a acatada (ou seja, não existe apoio nem fortalecimento por parte das parcerias envolvidas com a coordenação).

Quadro analítico 25 – MNPR-BA – Emissão 53 (Be53)

OP	F-P / MNPR	NxV1	PARCERIAS / Ator 3	NxV4
Be53 [eh, mas	a gente	tem (que) ficar		
	atento			
porque infelizmente	a gente	sabe (que)		
	nesse caminho que a gente	anda		
apesar	do Movimento	ser		
	um movimento político			
porém	completamente apartidário			
	por eu	ser		
	uma pessoa que	sou		
	uma pessoa pública			
mas	eu	sou		
	uma pessoa que			
		(não) tenho		
	partido			
mas que			as pessoas	sabem
	pelo poder que o Movimento			
		está conquistando		
	no seu dia a dia			terminam
			se	{ aproximando }

Em Be53, temos uma emissão que trata especificamente da relação do MNPR-BA e seus parceiros. Ao contrário do MNPR-SP, que assume uma postura bastante incisiva em relação ao envolvimento com a parceria, o MNPR-BA, em seu relato apresenta uma postura aparentemente mais ponderada – contudo sem deixar de levar em consideração ‘os perigos’ que uma relação de parceria pode suscitar. Desde uma perspectiva diacrônica, observamos que o MNPR assume a liderança de ocorrências, referindo uma necessidade de atenção; a obrigação é ativada pelo nexos de valor ‘ter que ficar’, o qual concretiza a definição de ‘relação complicada’ (anteriormente afirmada pelo MNPR-SP)

ao se conectar com (o início de) argumento seguinte (“a gente sabe que nesse caminho...”); é a presença, na categoria de operador pragmático, do modificador ‘infelizmente’ que faz com que a coordenadora se envolva fortemente com sua declaração, fazendo um julgamento negativo acerca de toda a situação. O que também nos chama a atenção é o encadeamento argumentativo desenvolvido pela liderança baiana. Ela não conclui o argumento que, ativado pelo operador explicativo ‘porque’, justificaria o motivo de o ‘caminho percorrido’ obrigar o MNPR a ser ‘atento’; em vez disso, vemos a inclusão de um argumento que tem que ver com a ligação partidária, que trata do Movimento, mas que, na sequência, individualiza-a por mais uma legitimação: a de que ela é uma pessoa pública. O percurso argumentativo alcança seu auge na emissão quando a coordenadora define um caminho ascendente no que toca à visibilidade do MNPR-BA, mas que parece já concretizado, para ela. Sincronicamente, as pessoas – não incluídas na categoria de Falante-Protagonista – são mencionadas como atraídas pelo “poder” em ascensão e, por conseguinte, tentam estar relacionadas a isso. Prestemos atenção às escolhas do NV 4: “as pessoas **sabem**” e “se **aproximam**”. Ao identificar-se positivamente em contraposição a uma atitude que ‘desperta cuidado’ em relação aos parceiros, a liderança do MNPR-BA acaba por elencar características e passa a ressignificar o entendimento de não ser vinculado a partidos políticos, ou seja, podemos relacionar sua conduta discursiva com a crise de confiabilidade enfrentada nos últimos tempos pelos partidos políticos; em outras palavras, aos oportunistas os movimentos sociais podem ser um bom espaço para projeção. Temos, então, a pressuposição de que os movimentos sociais podem servir de plataforma política, o que caracterizaria a anulação política (e não político-partidária) do MNPR – tendo em vista um uso como degrau para atingir outros fins que em nada se interessam pela situação de rua.

Quadro analítico 26 – MNPR-BA – Emissão 54 (Be54)

OP	F-P / MNPR	NxV1	PARCERIAS / Ator 3	NxV4
Be54 [então,		separar	o joio do trigo	
		é	complicado	
então			isso	termina minando
	um pouco			
	as forças			
	a gente	vai ficando		
		digamos		
assim	{incrédulos em alguns momentos}}			
né				

Em Be54, a coordenadora, utilizando-se de um operador de caráter conclusivo (“então”) direciona a argumentação para mais identificações díspares no que diz respeito ao Falante-Protagonista e ao Ator 3.

MNPR-BA		
MNPR	X	PARCERIAS
Forças		Complicado
Incrédulos (vai ficando)		Prejudicador (um pouco)

Quadro 26.1. Identificação MNPR-BA e Parcerias

Observemos que a identificação do Movimento permanece, em termos de avaliação, superior, pois, mais além do uso de nomes fortes (apesar de ‘incrédulo’ ter uma acepção, muitas vezes, negativa), que indicam poder e julgamento, as ocorrências lexicais da categoria de Ator 3 semantizam algo não confiável: a coordenadora lança mão do discurso religioso baseado na parábola do joio e do trigo – a qual relata que, no Fim dos Tempos, haverá a separação dos maus e dos bons, simbolizados pela erva daninha, joio, e pela semente promissora, o trigo, respectivamente. Ainda assim, a coordenadora não mostra um envolvimento categórico, optando por modalizar as características que semanticamente se alimentam (o contínuo: ação de prejudicar implicando a incredulidade de quem é prejudicado). O texto parece ser resultado da experiência compartilhada com os apoiadores; é possível também associar a desconfiança em relação a parcerias ao fato da instabilidade que alguns tipos de parceiros oferecem.

Quadro analítico 27 – MNPR-ES – Emissão 74 (Ee74)

OP	NxV4	PARCERIAS / Ator 3	F-P / MNPR	Nxv1
Ee74 [então,			a gente	perdeu
		um número significativo de apoiadores		
né, mas		alguns ainda		
	permaneceram			
né				

Em Ee74, a coordenação seleciona como ação no mundo o nexos de valor ‘perder’, que se refere a parcerias. Para a identificação das parcerias, no entanto, vemos o nexos de valor (‘permanecer’) tendo um grau semântico positivo, que ativa o sentido de resiliência (pois, na representação da liderança capixaba, houve referência a

perseguições sofridas por apoiadores dentro do estado. A coordenação, então, passa a arrolar, na emissão seguinte, uma série de parceiros ‘remanescentes’.

Quadro analítico 28 – MNPR-ES – Emissão 75 (Ee75)

OP	NxV4	PARCERIAS / Ator 3	F-P / MNPR	NxV1
		Ee75 [igual	a gente	tem
		um CDDH, que		
	é	o Centro de Defesa de		
		Direitos Humanos que	nos	
né		que	nos	
	apoiar	com a questão de assessoria		
		a questão da capacitação,	a gente	necessita
		formação sempre que	se	locomover
			pra algum outro	
			município ou estado	
			a gente	
eh			com recurso também	
			pra passagem	
			a gente	tem
		o coletivo “Fazendo Direito”		
		que		
	é	um grupo de		
		quinze advogados		
né... eh		que		
	criou	essa instituição		
né	são	advogados da OAB		
mas		eles		
	fizeram	esse coletivo		
	(pra) dar	assessoria aos movimentos		
		sociais		
e	dão	assessoria também, muitas		
		das vezes		
	foram	intencionados mesmo pra		
		questão da população de		
		rua que		
	foi	preso pela questão de... pelo		
		simples fato de		
	estar	na rua mesmo		
né, então, eh	ajudaram	muito		
né, então	foi	muito interessante		
			acho	
eh		que até a própria Igreja		
		Católica		
eh, né		que		
	é	com a Pastoral do Povo de		
		rua também		
eh	tem	essa... parceria muitas das		
		vezes também	nos	
	auxilia	com a questão de recurso		
			pra gente	estar viajando
			{ pra outros Estados }	

A recursividade do NxV1 com ‘ter’ (‘a gente tem’) é significativa por imprimir um sentido forte ligação, assim, podemos observar que a categoria PARCERIAS ganha a primazia nas ocorrências, que servem de caráter ilustrativo positivo, tendo em vista que seus nexos de valor contribuírem para a identificação do Movimento – cujos nexos de valor estabelecem relação de contiguidade com os nexos de valor do Ator 3 – como, de fato ‘apoiado’. O MNPR, assim, ‘necessita se locomover’ e ‘viaja’ contando com a parceria. Os apoiadores vão desde um coletivo de advogados vinculados à Ordem dos Advogados do Brasil até a Igreja. O Estado é mencionado novamente, e incluído como parceiro, pela presença de representantes hibridizados (Centro de Defesa) que desempenham atividades para o auxílio a casos relacionados a pessoas afetadas por problemas sociais. Quanto à presença da Igreja, observamos uma identificação mais ligada ao aspecto material: atentemos para o fato de o foco estar no Movimento – que, para agir no mundo e desenvolver ações concretas, mostra-se, em seu discurso, como dependente da ação de outrem, no caso, de um parceiro financiador.

Quadro analítico 29 – MNPR-ES – Emissão 76 (Ee76)

OP	NxV4	PARCERIAS / Ator 3	F-P / MNPR	NxV1
		Ee76 [tem as outras igrejas		
né		que		
	são	mais as igrejas evangélicas		
mas		que		
	fazem	aquele papel		
eh		de assistencialismo		
né	não tem	uma parceria com	o Movimento em si	
mas			a gente	iniciou
eh			muito, assim, debate, palestra nas igrejas	
então			pra gente também	
	foi	muito importante		
porque, eh			de	
				(não) ter
		a igreja só pelo papel da		
	evangelização			
mas		{ pelo papel político também }		

É possível observar em Ee76 como o papel material da Igreja assume um aspecto relevante, pois, uma vez mais, as realizações diacrônicas da Falante-Protagonista são resultado da participação do apoiador – o qual, ainda que definido como ‘assistencialista’ e ‘não parceira’, permite que o diálogo seja realizado, ou seja, a mobilização social parece ser permitida em seu espaço. A categoria referente ao MNPR apresenta realizações concretas e de importância para a divulgação do Movimento, no entanto não vemos uma quantidade significativa de ações desempenhadas totalmente

pelo movimento social, mas sim que a conquista apresentada está atrelada à Igreja. Notemos, ainda, que o Ator 3 tem sua identificação alterada (de “assistencialista” para um lugar de ‘papel político’). O MNPR, então, termina sua argumentação desenvolvendo uma identificação positiva para o apoiador destacado na emissão, posicionando-o em zona focal. Temos, com isso, uma ressignificação do envolvimento da Igreja com o movimento social, visto que ela oferece oportunidades palpáveis de exercício de ação política ao MNPR; a ação é, então, interpretada como política, sendo relacionada com a cessão do espaço físico permitida por uma instituição que concentra um forte contingente de atores sociais em situação de vulnerabilidades várias, mas que não é identificada como parceira política – como podemos ver na lista de nexos de valor 4 – e tampouco conhecida por seu papel reflexivo.

Quadro analítico 30 – MNPR-MG – Emissão 65 (Me65)

OP	F-P / MNPR	NxV1	PARCERIAS / Ator 3	NxV4
Me65 [mas				tem
			uma rede de parceiros que	trabalha
	com o Movimento, que			
eh			às vezes	(não) são
			parceiros financeiros	
mas				são
			parceiros estratégicos e políticos	
	{do Movimento}			
né]				

Com a emissão Me65, talvez possamos refletir mais sobre a questão trazida pelo MNPR-ES. Nas partes prévias a Me65, o coordenador vinha desenvolvendo uma reflexão sobre as parcerias que foram importantes para a história do MNPR-MG e chegou ao tema da construção do II Congresso Nacional do MNPR (cujo documento final foi analisado no Capítulo 4) e do apoio material para sua realização. Por essa razão, a emissão é iniciada com um conector de sentido adversativo (“mas”). Nessa emissão, o Movimento não está relacionado com ação alguma no mundo, não há ocorrências de NxV1; por outro lado as ocorrências da parceria constituem sentidos de força, como existir, modificar o mundo (respectivamente, destacados, em “**tem** uma rede de parceiros, que **trabalha...**”) e ser no mundo... (as ocorrências do nexos de valor ‘ser’) – estando o último NxV3 responsável por identificar positivamente o apoiador. Cabe perceber a sutileza argumentativa do coordenador, o qual une a característica

atribuída à parceria com uma percepção de ela ser estratégica e política, mas para os fins do Movimento: vemos, assim, que, discursivamente, o coordenador identifica positivamente o Movimento como estrategista em questões políticas. A definição de trabalho desenvolvido pelas parcerias recebe uma diferenciação que considera o apoio que responda a fins interessantes ao MNPR.

Quadro analítico 31 – MNPR-MG – Emissão 66 (Me66)

OP	F-P / MNPR	NxV1	PARCERIAS / Ator 3	NxV4
Me66 [eh...			essa relação	
porque você				vai...
até porque				discutir
			parceria	é
			complicado	
né	você	vai tratar		
	de movimento social			
então	você	tem		
eh			parceiro	
eh	você	tem	aquele parceiro do momento que	vai
	te			ajudar (a) fazer
			um evento na praça	
mas	você	tem	um cara que	
	você	chama	de "aliado" que	é
			aquele cara que	tá
			do seu lado o tempo todo	
né, eh			que	é
			esse cara que...	é
			essa entidade, esse organismo	
			que	vai
	te			ajudar (a) discutir
	{politicamente}			

Em Me66, o foco é na categoria do Falante-Protagonista, apesar de as ocorrências serem mais produtivas na categoria de Ator 3 (PARCERIAS). Mais uma vez, diacronicamente observando, temos a caracterização do Ator 3 como “complicado” – apesar de, na emissão, a qualidade ser atribuída à reflexão e não explicitamente ao apoiador.

MNPR-MG	
IDENTIFICAÇÕES	
PARCEIRO	ALIADO
Ajudar a fazer um evento na praça	Ajudar a discutir politicamente
Aquele parceiro do momento/ Cara	Entidade / Organismo

Quadro 31.1. Identificação MNPR-MG e Parcerias

O coordenador ainda introduz um novo conceito de parceria: o ‘aliado’. Simbolicamente, os dois lexemas apresentam diferenças significativas, especialmente se levarmos em conta que o segundo termo se apoia em um sentido metafórico, que ativa o discurso bélico; as emissões passam então a se conectar, pois a liderança já mencionara a característica de ‘estrategista’ quando descreveu a questão da amplitude da parceria. Podemos, então, refletir sobre uma espécie de posicionamento dessas parcerias no que metaforicamente se constrói como embate social: o coordenador considera mais próximo de ser avaliado como ligado em aliança (por um elo, ou seja, mais forte) o que chama de ‘entidade’ e de ‘organismo’, não uma pessoa (referida como ‘cara’) – ou um grupo de pouca força social –, que pode oferecer um evento “na praça” e a quem ele atrela a característica de ser ‘do momento’, marcando, em sua argumentação, a mínima possibilidade de retorno (afinal, por metáfora, a praça é um lugar sem nenhuma segurança concreta, além de simbolicamente ser um referente problemático para pessoas em situação de rua) e um limite, uma validade para o trabalho conjunto. Percebemos, por extensão, que a ligação com entidades e organismos acaba por ser mais bem avaliado pelo coordenador, aparentemente por oferecer algo mais próximo do concreto, ao ser estratégico e de maior possibilidade política – aliás o foco da emissão. O Movimento é aqui discursivamente projetado, pois a parceria é sempre posicionada, na emissão, como quem auxilia, não quem assume a voz. Sobre o posicionamento, vejamos a seguir:

Quadro analítico 32 – MNPR-SP – Emissão 22 (Se22)

OP	PARCERIAS / Ator 3	NxV4	F-P / MNPR	NxV1
			e22 [o Movimento ele	precisa criar
			um "bum"	
e muitas vezes			a gente	rompe
	com alguns apoiadores e parceiros por causa disso			
e			eu	
mesmo, aqui			eu	vou falar
bem claro (pra você)				(não) tenho
			papa na língua: o Movimento de SP	rompeu
	com a Pastoral de SP; hoje		nós	temos
		(não) é		
	mais		nossa	
	parceira			
porque	ela	quis tutelar	o Movimento	
		usar	o nome do Movimento	
		marcar		
	reuniões		com o Movimento	
		falar	pelo Movimento	
e		(não) é		
	isso			
			se	(não) tiver
			Darcy, Anderson Leandro, Tiago e a equipe do Movimento	
	numa reunião com a com a gestão	é		
	tutelação	é		
	{cooptação}			
tá certo?				

Na emissão, a informação é concluída com uma crítica pelo MNPR-SP sobre a atuação das parcerias. Aqui, temos o Movimento em uma representação incisiva; os nexos de valor relativos ao Falante-Protagonista identificam-no de maneira expressiva: ‘falar’ e ‘romper’ representam de maneira mais significativa a questão, pois preparam o cerne de cada argumento, no caso, a ilustração de que o movimento social tem a última palavra em suas ações, ou seja, a realização discursiva do discurso protagonista.

MNPR-SP		
DISCURSO PROTAGONISTA		
AÇÃO PRINCIPAL: ROMPER		
IRREALIS		REALIS
Em situações, com apoiadores/parceiros que se mostram paternalistas/opportunistas	X	Com a Pastoral de São Paulo, que não respeitou a autonomia do Movimento em ações de luta

Quadro 32.1. Crítica a Parceiros do MNPR-SP

Analisando a emissão sincronicamente, percebemos que, nas duas ocorrências do nexo de valor ‘romper’, há a concretização do argumento de protagonismo. Podemos seccionar a emissão em dois momentos: a) a defesa da ideia de que a parceria não pode ser ‘mais do que o Movimento’ em sua luta por direitos; b) a ação concreta de encerramento do trabalho com uma parceria por ela, na percepção da coordenação, querer destacar-se como voz principal nos espaços de embate social. Cabe aqui marcar que ‘romper’ (em “muitas vezes a gente **rompe** com alguns apoiadores e parceiros”) aparece com o tempo relativo a uma ação recorrente, fixado argumentativamente no tempo presente, que não mostra término, ou seja, que, semanticamente, denota ser parte de uma prática; o argumento é consolidado na medida que a ‘prática’ do Movimento é reforçada por um exemplo completo, no qual se explicita substancialmente o poder da voz do MNPR ao se entender sendo usado de alguma maneira. Analisando as ocorrências diacrônicas, localizadas sob a categoria de NxV4 (correspondente à categoria PARCERIAS), podemos perceber que existem nexos de valor que remetem a uma conduta paternalista (em “**quis tutelar**”) e de oportunismo também (em “**falar** pelo Movimento”). A partir da análise da categoria de operador pragmático, podemos perceber que o coordenador se envolve fortemente com uso da expressão ‘bem claro’ (em “eu vou falar **bem claro** pra você”), ao indicar que as próximas informações a serem apresentadas tratam de algo mais forte em questão de argumentos. Além disso, se saltarmos para a própria categoria de Falante-Protagonista, poderemos observar que as referências lexicais escolhidas seguem um contínuo semântico que recorre a categorias cuja natureza linguística alcançam maior expressividade: como no uso da onomatopeia “bum” e da expressão metafórica “papa na língua”; tais realizações linguísticas imprimem um efeito mais persuasivo, característico da argumentatividade (TOULMIN, 2006; REBOUL, 1998) que se consolida inclusive pela estratégia de individualizar a intervenção, nomeando parte da equipe do Movimento – e conectando sua representação discursiva à da análise de Se10 (no Quadro 15). A emissão também se destaca por nomear uma das rupturas do movimento social, relacionada à Igreja Católica. A parceria em relevo é lembrada por outras coordenações como uma das parceiras iniciais da história do MNPR. A coordenação de São Paulo, assim, expressa uma conduta de enfrentamento, que acaba por dar uma característica de embate discursivo, de acordo com a análise da emissão, na defesa de uma postura autônoma, alinhada com um discurso protagonista.

5.1.2. Algumas considerações

Na seção 5.1.1 tentamos fazer uma aproximação entre os principais aspectos encontrados durante a análise das emissões segundo o MSDALT e as questões de pesquisa que norteiam este trabalho. Assim sendo, nesta primeira seção analítica foram expostos os modos como cada um dos temas principais da tese foram abordados, tendo em vista sua recorrência durante o processo de escrutínio discursivo. Assim, procedemos, nas subseções 5.1.1.1, 5.1.1.2 e 5.1.1.3, nas quais, respectivamente, expusemos as análises das considerações das lideranças do MNPR referentes à própria ação, à relação com o Estado e à relação com as parcerias. O recorte temático nos proporcionou observar como se comportam discursivamente as diferentes coordenações do MNPR quando tematizam esses aspectos.

O que nos chamou a atenção teve que ver com a presença tão direta do Estado nas ações do MNPR – em todas as coordenações. Pudemos perceber, por meio das análises, que isso se dá pela própria questão, digamos, genética do Movimento: o movimento social, como vimos em várias emissões, assume uma postura de diálogo como norte (como explicou a coordenação do MNPR-MG, em Me34) e nasce atrelado ao governo, o qual – muitas vezes, por meio de profissionais atentos/as às demandas sociais – acaba por assumir relações de liderança na composição do Movimento, como pudemos observar nas emissões (Ee2 e Ee5) da coordenação do MNPR-ES, por exemplo. Nesse sentido, pudemos observar que, mesmo tendo essa ligação tão próxima, a maioria das lideranças nos mostrou uma intenção de mudança de postura em relação à influência, como foi possível observar em emissões diversas – como, por exemplo, em Be9 e Se1, das coordenações MNPR-BA e MNPR-SP, respectivamente, as quais apresentam um cenário discursivo que ia desde a desconfiança até ruptura mais veemente.

A questão das parcerias, então, pôde ser também observada, pois – além do Estado estar expresso nos discursos como apoiador das coordenações, como viabilizador de ações voltadas para a mobilização política – pudemos ter acesso a uma realidade igualmente complexa voltada a apoiadores não diretamente ligados ao governo: a ameaça à construção de uma identidade protagonista do MNPR, como vimos com a forte representação de evento do MNPR-SP, na emissão Se22. Além de ameaça à autonomia do Movimento, vimos que, em determinados cenários, a relação pouco planejada com parceiros pode acarretar situações problemáticas e de imobilidade (por

falta de efetiva adesão) ao projeto político defendido pelo Movimento – conforme o discutido, por exemplo, na emissão De31, do MNPR-DF. Ainda assim, a relação de parceria foi, por diversas vezes, exaltada como uma estratégia consciente para avanço do MNPR como movimento social representativo da população em situação de rua, como pudemos ver com o MNPR-ES (emissão Ee76) e, principalmente, com o MNPR-MG (nas emissões Me65 e Me66).

Outro ponto relevante diz respeito à ação do MNPR na mudança de perspectiva identitária da população em situação de rua, bem como à própria visibilidade do Movimento. O termo ‘visibilidade’ flutuou bastante durante a primeira análise, podendo ser entendido como uma categoria analítica, dada a sua característica elástica. Quando se tratava do MNPR, a visibilidade esteve ligada fortemente ao Estado (como vimos em Se10) e quando se referia à população em situação de rua, a visibilidade tinha que ver na maioria das vezes como um dos resultados da ação do Movimento (como vimos em Be1, por exemplo). Essa relação de ‘visibilidade’ destrinchou-se no contínuo “Estado – MNPR – Situação de rua”. O Movimento, empoderado pelas ações suportadas por seus parceiros – majoritariamente relacionado à intervenção do governo –, lograva, segundo as representações, modificar a percepção social da pessoa em situação de rua. A relação de ‘empoderamento’ defendida na maioria das narrativas do MNPR mostrou-se passível de reflexão. Em diversos momentos, foram construídas identificações que flertavam com o ideário ideológico de que a população em situação de rua tem uma natureza indolente (como o exposto em De3), mas que, na verdade, tinham mais a ver com questões mais profundas e não problematizadas por algumas lideranças.

Todas as questões aqui resumidas dão uma amostra de como o método nos auxiliou para observarmos como são tecidas representações e identificações discursivas do Movimento. Por ora, percebemos que a presença recorrente do Estado nas falas das lideranças do MNPR mostra-se como um importante peso nas definições e realizações do movimento social. Tal realidade discursiva funciona para bem em situações aparentemente pontuais (como participação em seminários, discussões em âmbito oficial), entretanto parece conduzir coordenações para uma espécie de dependência que as leva à frustração quando da necessidade de exercer um discurso efetivamente protagonista – inclusive na relação com outras forças políticas que se unem a sua luta. As considerações aqui realizadas serão retomadas no fechamento do capítulo, contudo, imaginamos que elas já podem ser formuladas a fim de que possamos refletir sobre a peculiaridade desse movimento social, que já atravessa uma década de atuação política.

Na seção seguinte, procedemos à segunda parte da análise das entrevistas com coordenações do MNPR.

5.2. MNPR: coordenando ecos, vozes e movimentos

Quando nos dispomos a investigar a mobilização social, parece comum depararmo-nos com várias questões as quais se apresentaram para mais além das registradas para orientar o trabalho; em nosso caso, ao finalizarmos as análises das entrevistas, identificamos alguns aspectos que mereceram uma seção específica de discussão. O Movimento – muito provavelmente por sua característica nacional – apresentou alguns posicionamentos que nos incentivam a refletir sobre o lugar discursivo de seus/suas coordenadores/as diante das ações voltadas para a superação da situação de rua.

Eis, então, que chegamos ao momento de ampliarmos e colocarmos em novas linhas mais momentos do *corpus* do campo apresentado na Seção 5.1. Anteriormente, como esclarecemos, a intenção foi mostrar como algumas considerações do amplo estudo desenvolvido pelo MSDALT nos serviu para estruturar as reflexões baseadas nas questões de investigação. Neste momento analítico, com base nas considerações sobre focalização (PARDO, 2011; MARCHESE, 2011), apresentaremos uma reflexão crítica complementar acerca das representações e identificações discursivas desenvolvidas pelo MNPR inseridas na agenda de mudança social referente à situação de rua. Nesta seção, portanto, daremos continuidade às reflexões até aqui estruturadas: como mencionado, a análise, nesta seção, será baseada em cada uma das coordenações a partir do estudo dos focos gerados nas entrevistas. Aplicaremos, aqui, as considerações acerca do estudo dos focos de forma mais detida.

Esquemáticamente, a presente seção é composta por três subseções (5.2.1, 5.2.2 e 5.2.3), sendo que, nas duas primeiras, discutiremos (com mais exemplos do *corpus* advindo das entrevistas com os/as coordenadores/as) como elementos linguístico-discursivos, colocados em posição de foco, auxiliam na construção político-discursiva do MNPR; na terceira subseção, encerramos com algumas considerações referentes ao resultados do estudo da focalização nas emissões do MNPR analisadas, no que concerne ao protagonismo e à mobilização de atores sociais relacionados à coordenação do movimento social, população em situação de rua, bem como representantes do Estado e parceiros.

5.2.1. MNPR: ecos em Movimento

As lideranças representaram um comportamento discursivo bastante balanceado no que diz respeito à representação do MNPR, bem como a sua identificação. Ao separarmos os focos das emissões, observamos que, como esperado, o Movimento foi colocado como o tema de maior recorrência na maioria das representações. O MNPR-SP, no entanto, foi a coordenação a destoar na proeminência do movimento em posição focal: assim sendo, nesta subseção, discutiremos como, por aspectos focais, o núcleo paulista desenvolveu sua representação e sua identificação acerca de ação política relacionada à mobilização social na situação de rua. Para tanto, vejamos o quadro de ocorrências de foco das categorias que emergiram quando cruzadas com as questões de pesquisa (conforme discutido e exposto na seção 5.1):

MNPR-SP	
CATEGORIAS	OCORRÊNCIAS
Falante-Protagonista (F-P) - MNPR	9
Nexo de Valor 1 (NxV1)	3
SITUAÇÃO DE RUA/ Ator	10
Nexo de Valor 2 (NxV2)	2
ESTADO/ Ator 2	1
Nexo de Valor 3 (NxV3)	0
PARCERIAS/ Ator 3	5
Nexo de Valor 4 - NxV4	0

Quadro 33. Quadro geral de focos MNPR-SP

Das trinta emissões que tratavam especificamente do que se buscava com o tópico-guia, podemos perceber que a maioria das zonas focais concentravam como foco a categoria de Ator que tratava da situação de rua – ainda que tendo uma forte proximidade com a quantidade referente ao Falante-Protagonista (MNPR). Assim sendo, à medida que procedíamos à análise, observamos que o coordenador se impunha discursivamente de modo a aproximar a voz da coordenação por ele representada com a das pessoas em situação de rua:

Quadro analítico 34 – MNPR-SP – Emissão 2 (Se2)

F-P / MNPR	OP	NxV1	SITUAÇÃO DE RUA / Ator	NxV2
				Se2 [É
			que a população de rua	se organize, paute
			o que ela	quer
	e			
o Movimento		corre atrás	{junto com ela}}	

Se2 se concretiza como uma emissão por apresentar um argumento que se sustenta por si só: a população em situação de rua tem capacidade de atuar, de agir no mundo. Podemos observar isso atentando para as escolhas dos nexos de valor, os quais carregam cargas semânticas de avaliação positiva, pois denotam ação diretamente ligada à ideia que está alinhada a todo movimento social, a de luta com os fins de mudança; portanto, ‘organizar’ e ‘pautar’ são ações fundamentais. O MNPR-SP entra como um agente coordenado, mas que, na emissão, não chega a assumir o papel de liderança no processo mencionado. Ainda, no que se refere à ação do MNPR-SP:

Quadro analítico 35 – MNPR-SP – Emissão 5 (Se5)

F-P / MNPR	OP	NxV1	SITUAÇÃO DE RUA / Ator	NxV2
	Se5 [Agora			
o Movimento		tem		
um papel de pressão				
	né			
	e			
a hora que a pressão				
		(não) funcionar		
o Movimento		vai		
pra cima				
	então			
nosso papel				
aqui enquanto				
		é cobrar		
do município				
			o que que	tá havendo
			{na política: “serviço de assistência social”}	

Na emissão, há a mudança no papel central, pois o Falante-Protagonista possui um número mais produtivo de ocorrências entre as categorias. Nela, podemos ver como, no que diz respeito à ação, o Movimento se autoidentifica como um veículo de luta caracterizado por atuar de forma contundente. Em sua categoria, a identificação acontece com a defesa de uma postura (de pressionar) e de enfrentamento de fato; para tal ação, o coordenador linguisticamente recorre à metáfora direcional (LAKOFF & JOHNSON, 2003) ‘ir para cima’. Apesar de não definir exatamente o que significa concretamente a expressão (‘ir pra cima’), podemos depreender que se trata de um nível mais avançado de pressão, uma intervenção que considerará atitudes mais drásticas. Na emissão, a situação de rua é representada como beneficiária da conduta de pressionar, pois não existe menção direta à população que experiencia a condição, mas sim à política pública de serviço social. Ainda assim, o coordenador parece nos mostrar e

esclarecer como o trabalho se daria na forma conjunta mencionada na emissão Se2, pois a identidade da pessoa em situação de rua ganha novo reforço positivo:

Quadro analítico 36 – MNPR-SP – Emissão 8 (Se8)

F-P / MNPR	OP	NxV1	SITUAÇÃO DE RUA / Ator	NxV2
Se8 [o papel do Movimento		é	“ele	não quer
			só comida”	
			ele	quer
			outras coisas	
			ele	quer
			reinserção de volta ao mercado de trabalho	
			ele	quer
			cultura	
			ele	quer
			atividades	
	e		muitas vezes o equipamento	não dá
			isso	
			as organizações	dá sopa, dá isso, dá comida e não dá
o protagonismo pra				
			ele	{poder caminhar}}

Aqui, percebemos o movimento discursivo já mencionado na seção anterior: a liderança se transmuta discursivamente para o contexto do público representado, assumindo sua voz e reforçando aspectos contrários à percepção ideológica da população em situação de rua. Assim sendo, ele sincronicamente elenca ações de natureza de mudança identitária, afastando a ideia assistencialista costumeiramente atrelada à situação de rua. Isso é perceptível pelas categorias relacionadas ao ator social em situação de rua, a de Ator (SITUAÇÃO DE RUA) e a de nexo de valor 2; ambas caracterizam essa tomada de voz em uma identificação que mostra uma postura mais acional ligada a reinserção social, conectada a trabalho, assim como a bens simbólicos como acesso a conhecimentos socialmente valorizados. As ações referidas à população em situação de rua estão no campo do abstrato, sinalizando que elas ainda não estão realizadas – o que, ao que parece, justificaria a necessidade de um trabalho concreto, ou seja, do MNPR. A crítica ao Estado segue aqui – pois o que na emissão anteriormente analisada fora mencionado como pressão para alcançar políticas públicas, nesta emissão é resgatada e direcionada para o item lexical ‘equipamento’, referente ao governo –, assim como a outros espaços de ação social – que tratariam a situação de rua com assistencialismo norteando suas atividades. O foco (“poder caminhar”) atualiza, assim, a proposta de

autonomia da pessoa em situação de rua, ainda que ativando a pressuposição de que ainda não o fazem. A presença do foco, aliás, abre espaço para um questionamento sobre o trabalho planejado se dar em uma estrutura baseada em situações abstratas, que traçam um perfil aparentemente positivo, mas que reconhece as dificuldades por que passam os atores sociais em situação de rua. Desse modo, sem o expressar diretamente, o coordenador traça uma identidade de que a situação de rua ‘quer’, ‘pode’, ‘consegue’, mas, na verdade, quem executaria efetivamente as ações seria o MNPR. Isso pode ser visto como de acordo com a avaliação da atuação do Estado: como visto na seção anterior, foi exposta a falta de confiança no trabalho de parceria com a esfera governamental, bem como com outros setores – seja por ineficiência de um, seja por oportunismo do outro. Por isso, podemos entender a razão de o Movimento aparecer como a segunda categoria mais recorrente em questão focal, pois sua existência é apresentada como preenchendo um vácuo entre o querer (da situação de rua) e o ter (da atuação do MNPR). Vejamos:

Quadro analítico 37 – MNPR-SP – Emissões 3 (Se3)

F-P / MNPR	OP	NxV1	SITUAÇÃO DE RUA / Ator	NxV2
Se3 [a política				(não) pode ser feita
			para ela	é
			com ela	
	né			
	e			
a proposta do Movimento		é		
essa				
que				dialogue,
que				discute,
que				vai lá
que				marquem
			(reunião) com o prefeito	
que		marquem		
			(reunião) com o governador	
que		marquem		
			(reunião) com os secretários	
	né			
			aonde a população	(possa) falar
aonde o Movimento		(possa) ser representativo		
{o protagonismo}			(o protagonismo)d	
	né]			

Temos em Se3, a definição da natureza da ação do MNPR de acordo com a liderança paulista; o caráter de trabalho coordenado, concretizado pelo nexos de valor de carga semântica imperativa (“não pode ser feita”) endereçada ao Estado. O Movimento é

identificado de modo a executar ações que possibilitem o protagonismo dos atores sociais em situação de rua – fundamentado em nexos de valor que remetem ao caráter dialógico das ações –, o que possibilita a mudança de categoria dos potenciais resultados dessa intervenção, ou seja, as reuniões que poderão ser realizadas. Observemos também que – remontando a todo o percurso analítico desenvolvido até aqui e a despeito das ações serem aparentemente realizadas pela população em situação de rua – é o Movimento que, por sua proposta, acaba recebendo a questão do protagonismo, pois os nexos de valor arrolados em NxV1 são todos advindos da influência do Movimento em ações virtuais da população em situação de rua. No entanto – dado o trabalho ser defendido como conjunto – ocorre mais uma duplicação (em “o protagonismo”). Para alcançar os objetivos, portanto, o MNPR atua na intermediação dessas demandas (vide os nexos de valor referentes à categoria NxV1).

Quadro analítico 38 – MNPR-SP – Emissões 6 e 7 (Se6 e Se7)

F-P / MNPR	OP	NxV1	SITUAÇÃO DE RUA / Ator	NxV2
			Se6 [a rua	não quer
			mais albergue	
			a rua	quer
{outra política]}				
	Se7 [Porque		os albergues hoje	
			ele	é feito
			por organizações	
na cidade de São Paulo e que				(não) está bem
para o Movimento				não tá bem
para o Movimento				tem
			uma demanda muito grande	
	aí		que	
			as entidades	não representam
			essa rua que as entidades	
			as entidades	tutelam
			essa população em situação	
	e			
Movimento		{não tutelam]}		

Nas emissões Se6 e Se7, podemos ver como são identificados os trabalhos do governo e dos apoiadores em suas representações linguísticas – localizadas na categoria SITUAÇÃO DE RUA como “albergues” e “entidades”, respectivamente. O Movimento assume discursivamente a voz da situação de rua, produzindo declarações de caráter epistêmico que assumem um forte envolvimento com a verdade (acerca de uma realização concreta do Estado voltada para a situação de rua, o albergue). Para tecer seu texto, em Se6, o coordenador apresenta dois cenários argumentativos que apontam para uma saída tida como desejável, uma nova política de atenção para a situação de rua (em “a rua quer outra política”). Em Se7, temos uma ampliação do cenário negativo relacionado à situação de rua: na emissão, podemos observar que a liderança denuncia a fuga do Estado e faz uma crítica a organizações que se colocam à frente da situação. As categorias ligadas à situação de rua são mais produtivas e reúnem desenhos discursivos problemáticos (com ação defeituosa do estado relacionada ao albergue, as “organizações”/ “entidades” que se ligam a um alto número de pessoas sem, de acordo com os nexos de valor 2, assegurar-lhes um bom serviço, além de não representá-las. A emissão ainda ressalta que as pessoas em situação de rua, na relação com os serviços do governo, ainda têm sua agência apagada). A listagem de nexos de valor de carga semântica bastante negativa, ligados a recusa (Se6), a inoperância e a paternalismo (Se7) constroem, assim, a identidade do principal meio de acesso a serviços básicos do público representado pelo Movimento. Podemos, assim, observar uma percepção bastante crítica em relação a esses setores da sociedade. Avançando no terreno relativo ao trabalho com o Estado, o MNPR, autoidentificado como instrumento de ação para a mudança da realidade da situação de rua, assume, na representação, uma postura de equivalência política nos momentos em que o embate por transformação social se apresenta.

Quadro analítico 39 – MNPR-SP – Emissão 11 [Se11]

OP	SITUAÇÃO DE RUA / Ator	NxV2	ESTADO / Ator 2	NxV3	F-P / MNPR	NxV1
Se11 [então					pra nós	
			o governo	tem (que) reconhecer	como protagonista o Movimento da População de Rua	
e			isso		nesses dez anos, eu	falo (que)
				foi		
			um avanço esse reconhecimento			
né					hoje a gente	tem
					parcerias com o	
			Ministério do Trabalho			
	a questão da economia solidária					
	sete cidades hoje					
		têm	recurso do Ministério do Trabalho			
		fazendo				
	economia solidária					
	a mais atrasada é São Paulo, que					
	ainda	(não) começou				
né, mas					a gente	vai cobrar
	isso agora					
mas	BH, DF, RJ					
	Rio de Janeiro não					
eh...						deu
um branco agora desculpa						
né	Salvador, Espírito Santo				eu	tou
te	essas cidades que					falando
	já	têm				
	hoje		o recurso da economia solidária do Ministério da Cidade			
		fazendo				
	lá					
	{grupos de economia solidária da rua}}					

Na emissão Se11, há presença da categoria semântico-discursiva ESTADO, a qual compartilha com as de SITUAÇÃO DE RUA e de Falante-Protagonista as construções

de identificação. Observemos que as três categorias são identificadas de maneira positiva, sendo que o Estado aparece bem caracterizado, mas relacionado à questão material, servindo como intermédio da tríade da mudança de condição da situação de rua. A população em situação de rua aparece novamente como beneficiária, mas, dessa vez, de um programa de governo. A menção à política pública projeta a categoria, tendo em vista que o MNPR entra como uma força que manterá o que já na argumentação está avaliado como positivo. Assim sendo, como a questão do Estado, na emissão, sua categoria é repleta de referências nominais, que se espraiam durante toda a categoria SITUAÇÃO DE RUA, que recebe diversos benefícios advindo dessa relação. Ainda assim, o MNPR aparece como categoria-suporte ao selecionar nexos de valor que se contrapõem aos do Estado – que, como mencionado, perpassa as categorias de Ator e Ator 2, referentes à população em situação de rua e ao Estado, respectivamente. A relação financeira é mais uma vez marcada.

5.2.2. MNPR: reflexos e(m) Movimento

Agora, passaremos para as coordenações nas quais a categoria de Falante-Protagonista (relativa ao MNPR) alcançou o maior número de posições de foco. Começaremos pelas coordenações de Minas Gerais e do Espírito Santo para, em seguida, passarmos a analisar as coordenações da Bahia e do Distrito Federal.

A divisão aqui apresentada se deu respeitando o critério de blocos temáticos: os Movimentos de Minas Gerais e do Espírito Santo se destacaram por, para além da esperada proeminência do MNPR em sua representação, colocar em recorrência focal a categoria SITUAÇÃO DE RUA, como podemos ver a seguir:

MNPR-MG		MNPR-ES	
CATEGORIAS	OCORRÊNCIAS	CATEGORIAS	OCORRÊNCIAS
Falante-Protagonista (F-P) - MNPR	28	Falante-Protagonista (F-P) - MNPR	28
Nexo de Valor 1 (NxV1)	8	Nexo de Valor 1 (NxV1)	5
SITUAÇÃO DE RUA/ Ator	27	SITUAÇÃO DE RUA/ Ator	22
Nexo de Valor 2 (NxV2)	2	Nexo de Valor 2 (NxV2)	2
ESTADO/ Ator 2	12	ESTADO/ Ator 2	17
Nexo de Valor 3 (NxV3)	2	Nexo de Valor 3 (NxV3)	1
PARCERIAS/ Ator 3	4	PARCERIAS/ Ator 3	7
Nexo de Valor 4 - NxV4	1	Nexo de Valor 4 - NxV4	3

Quadros 40 e 41. Quadros gerais de focos MNPR-MG e MNPR-ES

Como podemos ver no Quadro 40, os focos referentes à categoria de Falante-Protagonista têm o mesmo número de ocorrências; mas o que serve como destaque se

refere à categoria que vem em segundo lugar como mais recorrente em questões de foco: a SITUAÇÃO DE RUA. Passemos, então, a analisar como o MNPR-MG e o MNPR-ES caracterizam suas coordenações. Iniciamos pela coordenação mineira:

Quadro analítico 42 – MNPR-MG – Emissão 7 (Me7)

OP	F-P / MNPR	NxV1
Me7 [enfim, mas	o Movimento de MG	protagoniza
	essa história	da formação
	dessas células-base em cada cidade, em cada em cada capital brasileira, nas onze capitais brasileiras em que nós nos	fazemos
	{presentes}	
né]		

Caracterizando o MNPR-MG como um movimento social atuante ao representar sua ação social, o coordenador estabelece uma identificação positiva com nexos de valor de intervenção de primeira pessoa: ele ‘protagoniza’, ‘forma’ e ‘faz’, e, em relação a sua categoria particular – a mais produtiva – deixa em posição de foco uma característica: o MNPR-MG é “presente”. Avançando, em Me8, podemos analisar como se manifestam discursivamente os elementos linguísticos referentes à situação de rua:

Quadro analítico 43 – MNPR-MG – Emissão 8 (Me8)

OP	F-P / MNPR	NxV1	SITUAÇÃO DE RUA / Ator	NxV2
Me8 [então	nós	carregamos		
	uma responsabilidade imensa	na condução		
	desse trabalho, hoje mais aliviados			
	hoje a gente	pode dividir	com a companheirada toda	
né... eh				tem
			uma galera bastante interessante bastante formada politicamente	
		acho		
	que eu	posso		
	assim	dizer		
né	no contexto de	discutir		
			{a população em situação de rua}]	

Na emissão Me8, podemos observar ainda o coordenador dando destaque explícito ao Movimento, que é positivamente avaliado com nexos de valor de liderança: ‘carregar’ e ‘conduzir’, por exemplo. Quando passamos para a categoria SITUAÇÃO DE RUA, observamos, logo de início, uma divisão discursiva, na qual o coordenador parte de uma generalização (“com a **companheirada toda**”) para uma subdivisão (“uma **galera**

bastante interessante, bastante formada politicamente”), que, pelos nexos de valor ‘ter’ e ‘discutir’, ativam a pressuposição de que a divisão das ações do Movimento está voltada para um público politicamente instruído para “discutir” a população em situação de rua como um tema político – pois a “galera formada politicamente” pode não, necessariamente, ser “a companheirada toda”, há uma restrição também ativada pelo qualificador ‘toda’ em contraposição com a expressão complementar ‘formada politicamente’. Vale também observar como se comportam as ocorrências dos nexos de valor referentes ao Falante-Protagonista (NxV1): o coordenador modaliza sua declaração sobre a ação que concretiza o trabalho conjunto – tão defendido pela coordenação anterior –, isto é, a de ‘discutir’, por meio do nexo de valor ‘achar’. De acordo com as análises da seção anterior, a divisão apontada pelo coordenador parece se basear na necessidade de contar com um contingente que se coloque forte (politicamente falando) diante de discussões que buscam a melhoria da condição de vida das pessoas em situação de rua. Vejamos mais algumas emissões do coordenador mineiro:

Quadro analítico 44 – MNPR-MG – Emissões 35 e 36 (Me35 e Me36)

OP	NxV1	F-P / MNPR	SITUAÇÃO DE RUA / Ator	NxV2
			Me35 [população de rua	(não) faz
			Ocupação	
por exemplo				
né			população de rua	(não) fecha
			avenida	
né				[não] tem
			isso como ação	
não é		o Movimento		
	(não) tem			
			{isso como ação}	
		Me36 [Eu		
	acho (que)			
porque			a população de rua	é
			dispersa	
e porque		o Movimento		(não) tem
			{material humano pra isso}	
né]				

Nas emissões Me35 e Me36, observamos uma questão que deve ser abordada de maneira cuidadosa. Nas emissões está clara a proeminência da categoria relacionada à

situação de rua; aqui, temos uma identificação direta das pessoas em situação de rua; o Movimento é pouco referido linguisticamente no texto (vide as categorias de Falante-Protagonista e de NxV1). A população em situação de rua, de acordo com o coordenador, não apresenta uma conduta de enfrentamento, de embate; observemos como é construída a categoria de NxV2, a qual apresenta as ações ‘fazer’, ‘fechar’ e ‘ter’ – todas com carga semântica de intervenção no mundo –, mas neutralizadas pelo operador de negação ‘não’; o foco é, assim, a ação – que não é realizada. Em seguida, em Me36, a liderança desenvolve uma explicação para a declaração anteriormente defendida, continuando a identificar negativamente a população em situação de rua como “dispersa”, estendendo a questão para o próprio Movimento que não conta, segundo ele, como um contingente suficiente para uma ação mais contundente. O texto do coordenador de Minas Gerais se alinha ao do coordenador de São Paulo no sentido de apontar que a população em situação de rua teria uma dificuldade aparentemente arraigada, dificultando o esforço de reuni-la em um projeto de mobilização. Essa percepção ganha força na emissão a seguir:

Quadro analítico 45 – MNPR-ES – Emissão 4 (Ee4)

OP	F-P / MNPR	NxV1	SITUAÇÃO DE RUA / Ator	NxV2
Ee4 [e	a gente	sabe		
assim	que pela questão da vulnerabilidade mesmo		da população de rua	(não) dá
			continuidade todo esse processo organização que	
muitas das vezes			pela questão de	estar
			na rua	
né			{da própria fragilidade}]	
né				

A emissão acima foi desenvolvida pela coordenação do MNPR-ES. Nela, observamos uma identificação que atribui também características não positivas à identificação da população em situação de rua (definida por ‘vulnerável’ e ‘frágil’), mas o faz como uma justificativa para as percepções apresentadas nas emissões anteriores (Me35 e Me36). Em Ee4, a identificação da população em situação de rua avança no aspecto da incapacidade de se organizar. A explicação é modalizada pelo operador pragmático ‘muitas vezes’, o qual denota um afastamento em relação às causas na seleção de uma delas. O foco, aqui, está em ‘fragilidade’.

Observar como as coordenações identificam a população em situação de rua nos diz muito sobre como a prática do Movimento pode ser afetada por essa lógica. É como se percebêssemos que o Movimento precisa assumir as ações como instituição forte, dada a fraqueza de seu público, mas, devido à falta de gente que possa agir de modo mais contundente, recorrer ao diálogo mostra ser uma possibilidade mais próxima, dependendo de algum apoio para realizar a luta por mudança da realidade descrita. O Estado, então, parece estar mais adequado para cumprir o requisito de auxílio – de uma situação que advém também dele.

Quadro analítico 46 – MNPR-MG – Emissão 38 (Me38)

NxV3	ESTADO / Ator 2	OP	NxV1	F-P / MNPR
		Me38 [mas		nessa estratégia que a gente
			adotou (de) ser	um movimento que
			ia	pra dentro, que
			ia participar	dos espaços de decisões, de conferências, conselhos
		enfim		comitês
		né, eh		a relação com
	o estado de MG se			
deu		eh		
	{de uma forma muito boa}}			

A conduta mais diplomática, como nos mostra a emissão, parece, assim, facilitar o acesso a espaços de poder que repercutem diretamente na vida desses ‘indivíduos fragilizados’. A escolha por essa estratégia é caracterizada como uma intervenção que gera os frutos arrolados na categoria de Falante-Protagonista. Em Me38, temos o Movimento colocando-se em uma perspectiva escolhida de fazer parte (característica ativada por ‘ir pra dentro’, ‘participar’), com uma avaliação positiva e posicionada em local de foco. Notemos que os nexos de valor referentes ao Movimento tratam de ações nas quais o MNPR é quem decide, pois ‘adotar’ e ‘participar’ implicam uma consideração prévia, uma reflexão. A ‘estratégia’ parece, então, assumir contornos positivos para ações mais efetivas:

Quadro analítico 47 – MNPR-ES – Emissão 49 (Ee49)

F-P / MNPR	NxV1	OP	ESTADO / Ator 2	NxV3
Ee49 [a gente	tem			
um GT		né, eh		
um GT Pop Rua		eh		
			dentro do MP	
esse GT		eh		
o Movimento			o MP e secretários secretários e prefeitos	
		né		
	acho			
que	é			
um grande avanço, onde a gente	discute			
			a questão da política da população de rua	
		né	nos municípios	
		né	da Grande Vitória	
		e...	não só	a implementação
			mas como	a efetivação
		e		aprimoramento
			da política - aonde	tem
		né		
		e também	dentro da SETADES	
			que	É
			a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social	
		né	Assistência e Mulher e Trabalho... um grupo de trabalho também	
			que	
a gente	tá	eh		
	construindo			
a Política Estadual da População de Rua		né		
a gente	tem			
encontros		eh		
mensais, a gente	tá discutindo			
essa política junto				
com			a Secretaria	
		e		
{o Movimento}}		né		

Na emissão, o foco se refere ao MNPR, no entanto observamos que o Estado assume uma participação bastante forte. Nela, o Movimento é definido em função de sua ação, portanto a coordenadora nos apresenta uma lista de realizações advindas da relação do diálogo defendida. Tal relação é linguisticamente concretizada por meio do número de

ocorrências dos nexos de valor ligados às categorias de Falante-Protagonista e de Ator 2 (ESTADO).

MNPR-ES		
IDENTIFICAÇÃO		
MNPR		ESTADO
Ter	X	Implementar
Achar		Efetivar
Ser		Aprimorar
Discutir		Ter
(Estar) construindo		Ser
Ter		
(Estar) discutindo		

Quadro 47.1. Quadro de identificação MNPR-ES e ESTADO

Na representação de atuação do Movimento, com a bem avaliada relação de diálogo, temos acesso a realizações concretas (como os Grupo de Trabalho (GTs)), no entanto, na comparação entre nexos de valor das categorias mais relevantes da emissão, percebemos que o NV 3 ‘ter’, indicativo de posse, refere-se a uma conquista que se caracteriza por ser essencialmente baseada na troca de questões em caráter de discussão, com a possibilidade de se tornar ação, mas sem a certeza absoluta – pois, como se está falando de Estado, aspectos burocráticos se aplicam aí, dependendo, portanto, de determinantes que fogem da atuação direta do MNPR. Em seguida, temos umnexo de valor que se refere a caracterizar algo (no caso, de que a criação de GTs são “um grande avanço”), para, logo, chegarmos aos nexos de valor que – com exceção de ‘ter’, relacionado aos encontros de GT – carregam nível de abstração interessante; não obstante, o Estado é identificado discursivamente com nexos de valor de bastante peso, com carga semântica mais orientada a uma aspecto de realização concreta, pois a coordenação se refere ao advento de uma política pública cuja concretização está limitada à ação do Governo. Discursivamente, assim, o MNPR acaba tendo um lugar discursivo bem mais fraco se comparado com a identificação que é feita pelo Estado, denotando também uma certa barreira ou limite para avançar. Vejamos mais:

Quadro analítico 48 – MNPR-ES – Emissão 50 (Ee50)

F-P / MNPR	NxV1	OP	ESTADO / Ator 2	NxV3
		Ee50 [então		
		eh... Mas	antes	vem
			o diálogo	
a gente	sabe		que as coisas	
		à medida	que ela	avança
			também	
				há
			um grande retrocesso	
		né	na questão da política de assistência	
		infelizmente porque	ainda	é
eh				é
			a política ainda	
			que	atende
			a população de rua	
a gente	sabe			tem
			a Saúde	
		mas	muito timidamente ainda com a questão dos Consultórios na Rua	
		mas, eh	ainda a política	
			que	atende
		né	a população de rua em todo o contexto	
				é
			a política de assistência social	
		então		é
			aonde	
a gente	Tem (mais) atuação			
mesmo		né	{ na política de Assistência Social }	

Iniciada com um conector que sinaliza a continuidade do argumento, na diacronia podemos perceber como o Estado se destaca em termos de ocorrências lexicais. Na emissão, o Estado permanece focalizado e tecido com nexos de valor (NxV3) de carga semântica positiva; entretanto suas referências nominais, localizadas na categoria de Ator 2, identificam-no como problemático no que diz respeito à atuação e concretização de ações; o nexos de valor 3 ‘avançar’ se refere à mudança de condição frente ao atendimento básico daqueles/as que se beneficiam da existência do diálogo (promovido pelo MNPR), porém as políticas públicas, ou melhor, as ações do governos ‘retrocedem’ e (como a Saúde, por exemplo) são definidas, quando existentes, como seguindo “timidamente”. A questão de o Estado estar em posição de foco nos aponta como se trata de uma questão delicada para o Movimento, uma vez que denota a falta de

confiabilidade na relação do Falante-Protagonista com o Ator 2. Já sobre conquistas que envolvem o MNPR, a população em situação de rua e o Estado, analisemos:

Quadro analítico 49 – MNPR-MG – Emissão 10 (Me10)

OP	F-P / MNPR	NxV1	SITUAÇÃO DE RUA / Ator	NxV2
	Me10 (Tamos			
ái	às portas de			
		realizar		
	o III Encontro Nacional	lembrar que		
	o Encontro	é		
	uma agenda do governo			
né	é uma agenda do Movimento			
mas				é
			uma agenda que o governo	custeia
			que o governo	financia
né, eh			depois, na implantação	
			do comitê	
eh			várias cidades brasileiras já	criaram
			seus comitês	
né,			em que	pese que
			alguns	[não) estão funcionando
			direito ou que	tem
			um funcionamento precário	
mas				criaram
			esses espaços	
né		acho		
			que	
eh				deu
			uma visibilidade maior pra questão da população de rua	
também			em face de	ter
			representante	
			do Movimento no Conselho de Saúde, no Conselho de Direitos Humanos, no Conselho de Assistência	
eh			esse público	ganha
			uma visibilidade maior nas discussões políticas em nível nacional e a relação do...	

Uma das maiores oportunidades de troca política do Movimento com o Estado, o Encontro Nacional é mencionado na emissão do coordenador do MNPR-MG. Atentemos que a zona focal se refere a um ganho político para a situação de rua, no entanto o foco não se concretiza, além disso, o Estado – como podemos ver diacronicamente – suplanta o MNPR e a situação de rua nas ações representadas. Sincronicamente analisando, na categoria de Falante-Protagonista, o coordenador do MNPR-MG inicia seu argumento com um nexos de valor de traço semântico protagonista, no entanto o próprio pondera sobre a natureza política do evento: é nesse momento que a voz do Estado é trazida, mostrando que o trabalho em conjunto com o governo traz resultados; o Estado, então, é identificado como o responsável pela questão financeira – que o Movimento recebe.

MNPR-MG		
ESTADO - IDENTIFICAÇÃO		
Comitês que não funcionam	X	Financiador (“custeia”, “financia”)
Comitês com funcionamento precário		Criador (de comitês)
		Aberto à participação
		Promotor da População em Situação de Rua

Quadro 49.1. Quadro MNPR-MG de identificação ESTADO

Utilizando os elementos lexicais que se concentram na informação da inoperância dos serviços do Estado (em posição temática), são destacadas as questões que, como destaca a liderança, dizem respeito à visibilidade daqueles que participam das discussões em âmbito do governo. O que podemos ver é uma organização discursiva que alinha e seleciona o que é considerado conquista, mas que oferece pouca problematização das questões que interceptam a efetividade de ações que são de obrigação do próprio Estado: os problemas são mencionados, mas os resultados de inclusão por meio do diálogo seguem sendo destacados. Daremos continuidade às análises direcionadas às coordenações que destacaram o MNPR como posição de foco. A dupla de lideranças a seguir, além da relação acima discutida, durante esse tempo de atuação na agenda de mudança social referente à situação de rua, desenvolveu outras estratégias que foram além do trabalho com governos a fim de garantir políticas públicas. O peso da concepção de parcerias foi um dos elementos mais ressaltados pelas coordenações do MNPR-BA e do MNPR-DF. Passemos, então, ao quadro de recorrência focal das duas representações do Movimento:

MNPR-BA		MNPR-DF	
CATEGORIAS	OCORRÊNCIAS	CATEGORIAS	OCORRÊNCIAS
Falante-Protagonista (F-P) - MNPR	28	Falante-Protagonista (F-P) - MNPR	19
Nexo de Valor 1 (NxV1)	8	Nexo de Valor 1 (NxV1)	7
SITUAÇÃO DE RUA/ Ator	5	SITUAÇÃO DE RUA/ Ator	4
Nexo de Valor 2 (NxV2)	1	Nexo de Valor 2 (NxV2)	1
ESTADO/ Ator 2	5	ESTADO/ Ator 2	2
Nexo de Valor 3 (NxV3)	2	Nexo de Valor 3 (NxV3)	1
PARCERIAS/ Ator 3	7	PARCERIAS/ Ator 3	6
Nexo de Valor 4 - NxV4	3	Nexo de Valor 4 - NxV4	2

Quadros 50 e 51. Quadros gerais de focos MNPR-BA e MNPR-DF

Enquanto nas coordenações de Minas Gerais e do Espírito Santo as representações discursivas atrelaram a identificações do MNPR ao Estado, as emissões das lideranças da Bahia e do Distrito Federal trouxeram à tona um fator de relevância discursiva na relação do Movimento com as parcerias estabelecidas em sua trajetória de existência. No levantamento dos focos de cada emissão nos quadros 50 e 51, podemos observar que, para o MNPR-BA, a questão da presença das parcerias encontra um lugar especial quando da representação de sua luta. O entendimento de parceria também perpassa a questão do Estado, no entanto a coordenação sugere uma articulação que não se restringe à esfera executiva do governo, mas também a outras possibilidades:

Quadro analítico 52 – MNPR-BA – Emissão 12 (Be12)

F-P / MNPR	NxV1	SITUAÇÃO DE RUA / Ator	NxV2	OP
				Be12 [e
isso	fez (com que)			
a gente	pudesse ter			
altos avanços				eh
uma das coisas interessantes daqui do Movimento da População de Rua aqui no estado da Bahia				
	é			porque
a gente	(tanto) pressiona			
o governo pra que	tenha			
políticas públicas				mas também
a gente	termina metendo			
{ a mão na massa }				

Na emissão selecionada, podemos ver que o foco está em um contexto de relato acerca de conquistas do MNPR; e (a saber, “mão na massa”) serve de apoio argumentativo para o destaque de uma identidade de luta, bastante alinhada com a do MNPR-SP – no sentido de enfrentamento (concretizado pela presença do nexos de valor 1 ‘pressionar’) –, mas também coadunado com o MNPR-MG ao incluir a ação metafórica de ‘meter a mão na massa’ – o que tem (também) a ver com a realização de parcerias. A escolha por também caracterizar os avanços de forma positiva apresenta certo entusiasmo discursivo referente à relação de trabalho em parceria. Mesmo assim, a emissão se constrói praticamente inteira na identificação positiva do MNPR-BA, como não dependente das ações de outrem, ainda que conte com o Estado para alcançar determinadas realizações. Destarte, o Movimento da Bahia tece uma representação discursiva que minimiza a influência do governo, projetando sua coordenação como um coletivo atuante, registrado pela metáfora acional ‘mão na massa’.

Quadro analítico 53 – MNPR-BA – Emissão 13 (Be13)

F-P / MNPR	NxV1	SITUAÇÃO DE RUA / Ator	OP
			Be13 [então]
a gente	faz		
parcerias com a Secretaria de Trabalho pra capacitações profissionais			
nós	conseguimos incluir	pessoas	
dentro do Programa Minha Casa, Minha Vida			né
nós	conseguimos fazer		eh
{parcerias com... convênios com a universidade}			

O tema, então, passa a ser desenvolvido na emissão seguinte (Be13), na qual a Falante-Protagonista assume por meio de seu nexos de valor equivalente a ação de realizar (no caso, ‘fazer’) as parcerias necessárias para alcançar objetivos. Atenemos que ainda é com o Estado que a parceria concretiza uma conquista efetiva: a inclusão de pessoas em situação de rua no cadastro do programa social “Minha Casa, Minha Vida”, ainda assim encontramos a presença da universidade, que está em posição focal. Assim, fazer parcerias acaba se colocando como uma estratégia que apresenta resultados altamente desejáveis para a proposta de luta do movimento social e, dada a localização na emissão, está expresso que a universidade possui um papel de importância. Vale observar que os nexos de valor não fazem referência ao Estado, mas ao próprio Movimento: a escolha pelo uso da primeira pessoa denota que a conquista foi resultado da pressão defendida na emissão anterior. Essa realização atribui reforço a seu discurso proativo ao destacar como a parceria com a universidade pode ter sido positiva para o alcance dos objetivos concretizados. Observemos também como a coordenação é identificada como atuante e promissora, uma vez que ela ‘faz’ e ‘consegue’, projetando ações positivas para um movimento semântico de continuidade. Além disso, ainda no foco (“universidade”), está apresentado um ponto que se desenvolve na emissão que segue:

Quadro analítico 54 – MNPR-BA – Emissão 14 (Be14)

F-P / MNPR	NxV1	OP
Be14 [a universidade hoje		
	paga	
duas assistentes sociais	pra trabalhar	
conosco...		
nós	temos	
a parceria com uma universidade da Alemanha que	manda	justamente
estudantes de serviço social	fazer	
estágio		
(com) a gente		
nós já	tivemos	
cinco estagiários alemães aqui		
	estudando	
(com) a gente: um homem e quatro mulheres		
quem	abriu	
o caminho		
	foi	
o homem, depois		
as mulheres	começaram a ficar	
se		
	[apossando]	

Em Be14, já podemos apontar outros movimentos discursivos acontecendo. Diferentemente do que ocorre em Be13, a parceira “universidade” assume o lugar de destaque: o MNPR só é referido como beneficiário da parceria. A escolha do foco encerra assim a primazia da apoiadora universidade como destaque na relação de luta do MNPR. A participação da universidade nas atividades que buscam a transformação tem se mostrado recorrente e de muito valor para muitos coletivos e movimentos sociais, sendo também uma das instituições que compõem o Estado Brasileiro. Sua atuação também é mencionada pelo Movimento do Distrito Federal:

Quadro analítico 55 – MNPR-DF – Emissão 33 (De33)

PARCERIAS / Ator 3	NxV4	F-P / MNPR-DF	NxV1	OP
				De33 [mas
		a gente	conseguiu conquistar	
sim grandes apoio como tipo a UnB que		nós	(não) tinha	
		na época aqui		e
	foi	uma conquista grande para o Movimento do DF		
	é ter			
{a UnB como apoiadora}}				

Defendendo que a busca por parcerias é uma de suas metas, a coordenação do MNPR-DF toma para a categoria de Falante-Protagonista o tom do argumento ao arrogar para o Movimento o alcance de concretizar a parceria, defini-la como ‘grande apoio’ e identificá-la (‘universidade’) como uma ‘grande conquista’. Tal parece ser a importância dessa parceria que a liderança a situa em zona focal, tendo o lexema ‘apoiadora’ o caráter de foco para o que se refere a um avanço do Movimento.

Quadro analítico 56 - MNPR-DF – Emissões 38 e 39 (De38 e 39)

PARCERIAS / Ator 3	NxV4	F-P / MNPR-DF	NxV1	OP
De38 [Dos tempos... do tempo pra cá a única que	entrou			e
ainda	continua			
ainda	é			
{a UnB}}				né
				De39 [mas, aí
		a gente	teve	
outra...				
algumas instituições como parceira e tudo				mas
se	afastaram			
	terminaram			
se	{afastando}}			

A coordenadora do Distrito Federal segue fazendo menção à universidade, caracterizando-a como a parceira remanescente e, em De39, faz menção à participação de outras parcerias, as quais ela não define. Vale a pena observar como a categoria de

Falante-Protagonista é referenciada com um nexos de valor no passado (em “a gente *teve* outra...”) e os nexos de valor relacionados ao Ator 3 seguem expressando uma ideia de fluxo – a qual comentamos na seção anterior, em De31 – que denota, uma vez mais, o sentido de instabilidade:

MNPR-DF		
PARCERIAS		
Entrar	X	Afastar
Continuar		Terminar

Quadro 56.1. Quadro MNPR-DF Identificação de Parcerias

Assim sendo, podemos perceber que a universidade alcança uma identificação positiva, pois acaba por se estabelecer como contraponto da pouca adesão percebida e representada pela coordenadora do MNPR-DF.

Quadro analítico 57 – MNPR-BA – Emissão 55 (Be55)

OP	F-P / MNPR	N _x V1	PARCERIAS / Ator 3	N _x V4
Be55 [então		é	uma coisa que	
	a gente	tem (que) trabalhar		
	internamente			
e, aí	todos nós coordenadores nacionais			
	a gente	tem	essa dificuldade	
			pessoas que	são
			parceiros	
			pessoas que	são
			amigas	
mas			pessoas	
também			que	querem
			se	aproveitar
e, aí	a gente	precisa ter		
né			{uma atenção em relação a isso}	

Sobre a questão da permanência dos apoiadores, a liderança do MNPR-BA defende em sua representação a atitude de um olhar mais seletivo em relação aos que se apresentam como apoiadores: as ações denotam uma condição de responsabilidade, uma vez que o MNPR, segundo a coordenadora, fortemente se envolve com a defesa de uma asserção de modalidade deontica – “tem que trabalhar” e “precisa ter uma atenção” – no que diz respeito aos apoiadores que se aproximam. O foco está relacionado ao cuidado, que, por sinal, é um tema recorrente na identificação das parcerias: observemos como a categoria de Falante-Protagonista está construída de forma a trazer a responsabilidade de analisar

o envolvimento das parcerias; assim, a coordenadora utiliza “a gente”, “internamente” e “todos nós coordenadores nacionais” como contraponto ao que é identificado como confiável ou não no que diz respeito aos apoiadores do Movimento.

5.2.3. Algumas considerações

Bem, após a apresentação analítica centrada no MSDALT das duas seções anteriores, cabe-nos, neste momento, tecer uma observação crítica acerca dos resultados. Para tanto, faremos a discussão fundamentada na teoria dos focos (vide Capítulos 2 e 3).

As posições focalizadas dizem bastante acerca do que discursivamente serve de norte para cada coordenação. De acordo com Pardo (2011, p. 35), “em muitos casos as posições finais são os conceitos que o/[a] falante deseja destacar como mais importantes”. Intentamos trazer para o capítulo um panorama das categorias mais recorrentes, oferecendo as realizações observadas como mais representativas do discurso de cada coordenação dentro da categorização por seção temática já apresentada (ou seja, a ação do MNPR, relação do MNPR com o Estado e a relação do MNPR com (outros) parceiros (além do Estado)).

Sobre as considerações referentes ao trabalho desenvolvido, o intuito, antes de mais nada, é perceber a realização focal (ainda que de modo não exaustivo) se dá atrelando os resultados aqui analisados com os discutidos na seção anterior – o qual considerou temas gerados a partir das questões de pesquisa. Para tanto, teceremos os comentários analíticos agrupando-os com base nas similaridades da posição de foco da representação de cada coordenador/a. Iniciaremos, nessa lógica, com o MNPR-SP, cujos destaques em posição de foco (de forma mais recorrente) foram referentes às categorias da situação de rua e do Movimento; prosseguiremos, então, com as coordenações do MNPR-MG e do MNPR-ES, nas quais destacaram-se as categorias voltadas ao movimento social e à situação de rua; por fim, apresentaremos as reflexões sobre o MNPR-BA e MNPR-DF, que focalizaram recorrentemente, na representação, as categorias ligadas ao MNPR e às parcerias.

Começando pelo MNPR-SP, a análise de dados da coordenação paulista nos mostrou que, em relação à ação referente à agenda de mudança social, o número de focos ligados à situação de rua deu lugar à presença de um discurso combativo mais voltado à figura da população que passa por essa condição. Tal identificação, assim, alcançou fortalecer a justificativa da existência do movimento social como apoio em um

processo, uma estratégia que aponta para um discurso protagonista dos atores sociais em situação de rua. A questão de destaque reside no fato de as emissões selecionadas e analisadas nos mostrarem que a população em situação de rua teve suas questões focalizadas; ainda assim, acabaram projetadas as ações que não funcionam em sua realidade (relacionadas a Estado e parcerias). Isso é relevante, tendo em vista que a representação discursiva terminou centrada no reforço de uma perspectiva discursiva de autonomia do representado. Trata-se de um aparente esforço de descolamento da imagem do MNPR(-SP) da relação de dependência do Estado e das parcerias (como em Se12, por exemplo) – e/ou até mesmo da identidade de um movimento social ingênuo ou inexperiente (vide Capítulo 4) – em detrimento de uma ligada a preparação de atores sociais atuantes. Assim, pudemos perceber inclusive que a recorrência focal referente à situação de rua possuiu uma particularidade no que tange à relação entre o MNPR e o Estado: o destaque vai para como o Ator (no caso, a situação de rua) se constrói como central na representação discursiva do coordenador, mas de modo a identificá-la como veículo primeiro para a mudança de sua realidade em um embate direto com um poder público insatisfatoriamente partícipe das ações de mudança de realidade social. Quanto à relação com o Estado, o MNPR-SP foi identificado como intermediador crítico dessa relação de embate. Outro aspecto interessante refere-se a como se comportou na representação a situação de rua quando o assunto foi parcerias. Como pudemos ver durante a análise, as menções aos parceiros concentraram-se na crítica ferrenha à ideia do que o coordenador (veementemente) definiu como tutela. Sem deixar de registrar as influências das parcerias na construção do Movimento, a coordenação de São Paulo apresentou um forte descontentamento na relação com parceiros; muitas vezes, foi perceptível uma amalgamação da voz do MNPR à representação da população em situação de rua – em um movimento discursivo de desconfiança no envolvimento das parcerias, principalmente nas ocasiões de troca com o Estado. Podemos, assim, considerar que a coordenação se apoiou na denúncia voltada para a realidade da rua, mas que insistiu em construir um discurso no qual a população em situação de rua fosse posta como um ‘objetivo a ser atingido’. Em outras palavras, a coordenação do MNPR-SP ativou diversos pressupostos, sendo o mais forte o da existência de uma população que pode colocar-se politicamente, mas que ainda não atingiu um nível de reflexividade acerca de sua força. Assim sendo, ele, em sua representação, projetou contundentemente o MNPR ao grau de mediador (fundamental) de uma ruptura ideológica caracterizadora

da pessoa em situação de rua como ser derrotado fatalmente necessitado de intervenções assistencialistas.

No que diz respeito à coordenação do MNPR-MG, em referência à representação da mobilização no enfrentamento à situação de rua, identifica-se como de destacada intervenção – juntamente com a coordenação de São Paulo – por assumir um discurso que remonta à formação inicial do Movimento. O coordenador do MNPR-MG deteve-se bastante no reforço de ‘figura histórica’, retomando o papel de influenciador no projeto político das coordenações que se consolidaram posteriormente à criação do MNPR. Ainda assim, os focos, em sua maioria, foram voltados para a população em situação de rua, a qual foi identificada como a recebedora de toda a experiência que o MNPR(-MG) a ela transfere, sendo pressuposta como um ‘desafio a ser conquistado’ (tendo em vista haver parte do grupo que apresenta problemas e dificuldades, mas, por outro lado, contar com outra parte com capacidade política para juntar-se e demandar). A população em situação de rua também recebeu o destaque na perspectiva de beneficiária das ações do Estado, no que o discurso de visibilização foi ativado por meio da união de forças entre movimento social e governo (em Me10, por exemplo). Assim, em relação à representação de sua ação, o MNPR-MG apontou para uma busca por não perpetuar dada percepção social hegemônica em relação à pessoa em situação de rua, porém sua identificação fez dela um grupo pouco ativo (até mesmo ‘disperso’) diante de suas questões, relegando-lhe papel secundarizado. No que diz respeito à relação com o Estado, percebemos que o coordenador definiu sua ligação com o governo por meio de um discurso que enfatizou o “diálogo” (como em Me34, por exemplo), muitas vezes, baseando-se no que mencionamos da ‘natureza pouco atuante’ da pessoa em situação de rua (confrontar Me35, por exemplo). Tal fato forçaria o Movimento a ser estratégico no sentido de evitar a luta mais contundente: o Estado, ainda que superficialmente criticado na representação, acabou por ser elevado a principal parceiro para efetivar mudanças para a população em situação de rua – acabando por discursivamente amenizar os problemas representados pelo próprio coordenador. No que tange ao trabalho com outros parceiros que não o Estado, o coordenador do MNPR-MG destacou em zona de foco o próprio movimento social e, uma vez mais, a situação de rua. Os parceiros foram trazidos para a representação de modo acessório, mas sem deixar de lado uma identificação ambivalente, que orbitou entre a desconfiança e a aliança, como mais uma estratégia para o trabalho do Movimento. O que vimos, portanto, foi uma supervalorização do MNPR(-MG) como um símbolo para a mudança de perspectiva

discursiva relativa à situação de rua, na qual depreende-se uma relação algo cordial com o Estado e acessória com as parcerias.

Já a coordenação do MNPR-ES também expôs pontos de extrema relevância no que diz respeito à preponderante presença de elementos linguísticos nas categorias “MNPR” e “SITUAÇÃO DE RUA”. Partindo da perspectiva da ação, as posições de foco mais recorrentes disseram respeito – ao contrário da coordenação do MNPR-MG – ao histórico de sua formação mais recente. A coordenadora apresentou uma tentativa de compartilhar o esforço por consolidar sua coordenação (provavelmente, por ter sido designada como parte da coordenação nacional apenas no II Congresso Nacional do MNPR). Foi comum a identificação da pessoa em situação de rua (categoria que abarca o segundo lugar em recorrência focal) de maneira pouco desejável, recorrendo a discursos ideológicos que acabaram por colocar no Movimento uma carga (negativa) dupla: a de se mostrar como pouco efetivo em sua ação e, ao mesmo tempo, não dar conta de agir dentro de uma lógica desgastante advinda da situação de rua e suas peculiaridades. A relação interna das coordenações, entretanto, foi representada positivamente no auxílio do MNPR-ES diante de seu aparente dilema. A coordenadora fez de maneira constante referências a como o trabalho em conjunto com as demais coordenações tem sido essencial, valorizando experiências como a dos encontros nacionais nos quais é possível aprender com as ações dos/as companheiros/as. A pouca segurança na representação da coordenadora, no entanto, apontou-nos uma questão polêmica: a presença forte do Estado e dos parceiros nas ações formadoras da coordenação capixaba. O Movimento – como nos explica a própria coordenadora em Ee2 – teve sua origem a partir da intervenção direta de uma representante do governo, a qual foi identificada como de importância central para sua existência no Espírito Santo. As parcerias foram identificadas como complementares ao trabalho baseado no Estado, porém assumiram uma forte posição representacional, ao ser identificadas como colaborando politicamente com a situação de rua, como, por exemplo, com a cessão de espaços para o trabalho de formação do MNPR-ES (como pudemos ver em Ee76) – a despeito de algumas delas terem sido identificadas explicitamente como assistencialistas. O que depreendemos da representação da coordenação do Espírito Santo foi, desse modo, uma inconformidade discursiva em relação ao envolvimento alheio ao dos companheiros do próprio Movimento (e de outras coordenações). Em outras palavras, a coordenadora teve mais ocorrências focais na categoria referente ao MNPR, denotando, assim, uma busca discursiva por autonomia, encontrada, segundo

sua representação, nos momentos em que pode aprender com os/as demais coordenadores/as em contextos de ação política coletiva.

Seguindo com nossas considerações, as coordenações da Bahia e do Distrito Federal tiveram em suas emissões elementos de representação focalizados nas categorias do MNPR e das parcerias além do Estado. Tratando primeiramente do Movimento baseado na Bahia, pudemos observar que a representação pôs em evidência o MNPR(-BA) identificando-o positivamente – assim como os/as demais coordenadores/as – no que disse respeito a um trabalho com vistas à luta pela visibilidade e pela mudança da perspectiva ideológica relacionadas à população em situação de rua. Para tanto, a coordenadora construiu a identidade do movimento social recorrendo ao uso de metáforas (como a “divisor de águas”, em Be8) e pela descrição da relação com parcerias e com o Estado. As parcerias – que não tinham a ver com o Estado, propriamente – são identificadas como agregadas à ação do MNPR(-BA) mediante prévia seleção e percepção acerca da intenção em colaborar. A coordenadora assumiu um discurso de autonomia ao identificar como pouco confiáveis algumas dessas parcerias (como em Be55, por exemplo), mas caracterizando-as também como bem-vindas – desde que não se mostrassem como oportunistas (em Be53, por exemplo). De quaisquer formas, de acordo com sua representação, o crivo da coordenação foi posto antes que elementos externos dessem início a um envolvimento com o MNPR-BA. Tal representação ativou a pressuposição de experiências anteriores – que podem ter conexão com a análise desenvolvida no Capítulo 4 (sobre a Carta de Princípios) –, mas que não chegaram a ser explicitadas nas emissões. Além disso, no que diz respeito ao governo, a coordenadora não dispensou críticas à relação construída com ele, no entanto sua representação destacou a importância concreta do trabalho conjunto, refletida nos resultados para as ações do MNPR-BA; ela até elaborou, em Be31, uma lógica explanatória que deu conta de ilustrar como a presença do Estado funciona quando localizada em uma estratégia de intervenção. Pudemos observar, assim, que a ação do MNPR-BA, embora expressamente envolvida com setores do governo e com outros parceiros, propôs uma estratégia discursiva de ocupar conscientemente espaços institucionais e agilizar resultados (como em Be13, por exemplo); no entanto uma questão a se refletir volta-se ao fato da compreensível preocupação da coordenadora em mudar as percepções ideológicas da sociedade em relação a identidade dos atores sociais em situação de rua: em sua representação, a pessoa em situação de rua acabou, mais uma vez, assumindo o papel de mera beneficiária da luta promovida pela

coordenação nacional do Movimento. Não se percebeu uma postura discursiva mobilizadora que envolvesse o coletivo em situação de rua no tocante à reflexividade na intervenção relativa aos problemas causados inclusive pelo mesmo Estado que, aparentemente, é identificado como parcialmente aberto à agenda de mudança social. A questão encontra eco na representação da coordenação do MNPR-DF. Analisando como se portaram as categorias que possuem mais ocorrências focalizadas, pudemos observar como se misturaram ainda mais o Movimento e o papel das parcerias. De acordo com a coordenadora do Distrito Federal, o Movimento acabou bastante impactado por questões que uniam a insatisfatória participação do Estado e a pouca aderência da população em situação de rua de Brasília. Como pudemos observar em De1, a coordenadora utilizou realizações linguísticas que denotaram o esforço por promover tentativas que envolvessem outras forças de intervenção na promoção do Movimento. O modo como foi tecida a representação chamou a atenção para como o MNPR-DF aparenta uma incompletude no que tange a sua estrutura e que implica problemas na ação cotidiana. O Estado apareceu como uma espécie de força paralela, que, como em De22, promove espaços, mas que, ao mesmo tempo, não os sustenta; por sua vez, o Movimento não esboçou uma postura mais combativa nem contundente e resumiu sua ação à transferências acionais para um tempo de melhora futuro. Uma dessas esperanças pareceu encontrar lugar no trabalho com parceiros – em especial a universidade (vide De33) –, entretanto eles foram identificados como voláteis no que diz respeito ao envolvimento com a agenda da coordenação: é o que vemos em De39. Assim, o que pudemos perceber foi (mais) uma questão problemática: as construções discursivas referentes à luta do MNPR-DF estariam voltadas a um projeto extremamente apoiado no Estado (que, lembrando a identificação da coordenadora, não responde a contento às demandas da situação) ou na composição formada por apoiadores; ainda, a população em situação de rua, parte intrínseca das ações por mudança, foi identificada de maneira negativa como pouco interessada em envolver-se com sua própria luta, sem uma problematização consistente acerca dessa declaração.

5.3. Aproximando movimentos: considerações parciais

As emissões presentes neste segundo capítulo de análise apontaram-nos percepções críticas de extremo valor para entendermos como se estabelece em nível de discurso a atuação do MNPR na agenda de mudança social no Brasil. Destarte, a luta social

envolvida na problemática da situação de rua – no que concerne ao protagonismo e à mobilização de atores sociais relacionados à coordenação do movimento social, à população em situação de rua, bem como a representantes do Estado e parceiros – apresentou particularidades discursivas centradas no papel do Movimento e expostas nas emissões a serem refletidas nesta seção.

Com este capítulo, intentamos poder acessar, por meio da aplicação de alguns entendimentos do MSDALT, como as representações e identificações discursivas relacionadas à mobilização e a luta contra a situação de rua foram realizadas pelas cinco coordenações do MNPR entrevistadas. Em linhas mais gerais, as análises (e os resultados apresentados com base na focalização) nos apresentaram a relação de proximidade entre o movimento social e o Estado, a qual mostrou-se variável, mas bastante imiscuída no discurso de ação social. De forma mais contundente que as demais, a coordenação de São Paulo destoou das outras quatro devido a um patente esforço discursivo de busca por rupturas com as interferências do governo e das parcerias nas decisões estratégicas do Movimento – elementos que, segundo ele, não estariam auxiliando a evolução política do MNPR. Sendo, então, o Estado, muitas vezes, projetado como ambiente facilitador para eventuais mudanças de realidade social, as coordenações do MNPR-MG e do MNPR-BA indicaram, na representação, ter alcançado certa maturidade no trato com essa força: aliás, suas representações promoveram uma visão aparentemente ‘estratégica’ de troca política, a qual não envolveria enfrentamentos mais radicais com vistas a assegurar-lhes espaço nos âmbitos de tomada de decisão e de efetivação das ações – mesmo que de maneira localizada (voltadas a problemas com assistência social e habitação, por exemplo); ainda, o destaque na representação discursiva dessas coordenações voltou-se para a relação com as parcerias: em ambas as coordenações os parceiros foram, apesar de afinal acolhidos, de acordo com o que nos apresenta as representações, vistos com desconfiança ou com critério de oferecer ou não retorno político. O MNPR-DF e o MNPR-ES foram as coordenações que apresentaram maior controvérsia em suas representações discursivas: elas conformam um discurso fragmentado e baseado em projeções de futuro, em busca de uma, digamos, identidade de intervenção. Em sua representação, a coordenadora do Espírito Santo expressou uma forte insatisfação com o envolvimento e a presença do Estado nas ações do MNPR-ES, porém deixou expressa a ligação genética característica da identidade do movimento capixaba; ademais, ela representou uma troca algo confusa com as parcerias (ver, por exemplo, a Ee76) – principalmente com a Igreja, que flutuou,

na identificação da coordenadora, como apoio ‘político’, mas, ao mesmo tempo, ‘assistencialista’ –; ainda assim, ela sinalizou uma atitude discursiva de iminente ruptura ao valorizar e voltar-se para o trabalho com a experiência das demais unidades do movimento social, dado o pouco tempo da coordenação capixaba como componente do quadro nacional do Movimento. Já no que disse respeito ao Distrito Federal, a questão do tempo de atuação, ou seja, de sua experiência como movimento social não influenciou em mostrar-nos uma relação de preocupante dependência entre a coordenação e o Estado, assim como com as parcerias. Mais especificamente, em relação às parcerias, pudemos observar que, na representação, a coordenadora projetou nelas uma mudança de realidade – atravancada pelo Estado –, mas demonstrando uma insegurança que, pelas posições focais, afetavam a identidade política e de intervenção do MNPR-DF. As identificações da situação de rua, tanto no MNPR do Distrito Federal quanto no do Espírito Santo recorreram a discursos ideológicos que reduziram a aparente falta de mobilização dessas pessoas a questões que responsabilizam esses atores sociais – e que acabaram por refletir na qualidade da luta por mudança das coordenações. Por fim, o que vimos com o MNPR de Minas Gerais e da Bahia foi um discurso que resvalou, entre outras coisas, no ufanismo: o Movimento, em si, foi tão destacado (ora por sua natureza de gênese, ora por seu exemplo da conquista de ações concretas e registradas) na representação que minimiza a atuação das pessoas em situação de rua, relegando a elas um papel de receptoras do esforço político de suas coordenações. A coordenação do MNPR-SP acabou por apresentar um quadro mais equilibrado do papel do MNPR e da pessoa em situação de rua: segundo a representação do coordenador, ao romper com a “tutela” do Estado e de parceiros, o Movimento refletiria sobre as ambiguidades dessas forças e reconheceria na força de seus integrantes a fonte para se reinventar e assumir – até de maneira radical, se preciso fosse – um discurso protagonista, trazendo, assim, a pessoa em situação de rua em perspectiva primeira para compor o Movimento e lutar por seus direitos. A liderança do MNPR-DF posicionou em lugar de destaque o movimento social e a relação de parcerias; sobre o trabalho com a situação de rua, os destaques foram para as dificuldades enfrentadas devido à falta de continuidade das políticas públicas obtidas após cada mobilização; o Estado veio inclusive discursivamente realizado em forma de parcerias, mas tendo as críticas endereçadas à falta de retorno das conquistas pactuadas. Assim, o MNPR-DF também destacou a falta de estabilidade relativa às pessoas em situação de rua envolvidas com o Movimento, elogiou a universidade como parceira compromissada, ilustrando as dificuldades de uma

coordenação, quando tão atrelada às relações de parcerias sem um projeto mais efetivo de intervenção.

A fins de fechamento do Capítulo 5, gostaríamos de ratificar que recuperaremos este e o capítulo analítico anterior na Considerações Finais, em que tentaremos estender nossas reflexões com vistas a sintetizar os resultados observados e propor possíveis negociações para auxiliar na luta do MNPR.

Em todo caso, já temos sua ficha: só falta o recibo comprovando residência...

(“Metrópole”, Legião Urbana)

CRÍTICA EXPLANATÓRIA

*É aí que eu lhe pergunto o que seria de mim
Se não fosse a ajuda da rapaziada
Aí eu lhe pergunto o que seria de nós
Se não fosse a ajuda da rapaziada*

(“Se não fosse a ajuda da rapaziada”, Bezerra da Silva)

Novos rumos, um movimento diferente

Tomando os dois capítulos analíticos anteriores como referência, tratarei de oferecer uma reflexão acerca dos dados apresentados. Neste momento do trabalho, discutirei o que o cruzamento das análises nos oferece como possibilidade de intervenção no campo, desde meu papel como pesquisador e ator social que acompanha a luta do MNPR. Esta parte, assim, corresponde à crítica explanatória da pesquisa. Este momento do trabalho é inspirado especialmente no que explica Resende (2008), baseada no Realismo Crítico, ao refletir sobre seus próprios dados e resultados:

O Modelo Transformacional da Atividade Social (Bhaskar, 1989) propõe que se identifiquem necessidades não-satisfeitas de atores sociais envolvidos nas práticas sociais estudadas; mecanismos que possivelmente bloqueiam a satisfação dessas necessidades e modos potenciais para sua superação (RESENDE, 2008, p. 285).

Assim sendo, utilizarei este espaço privilegiado (de produção de um trabalho acadêmico de doutorado) para refletir de modo articulador (e propositivo) o que vimos discutindo até então – em especial nos últimos dois capítulos de nossa tese. Desse modo, nas próximas linhas, será feita uma reflexão sobre as questões que não foram adiante, sobre os aparentes impeditivos e, principalmente, sobre possíveis caminhos. Tentarei revisar o que foi feito e reunir fôlego para pensar estratégias que apoiem a questão social com a qual nos envolvemos, a fim de produzir um cenário alternativo para aqueles/as que são e serão afetados por este trabalho. Para realizar esse esforço, cabe, então, trazer à luz o que fazer; o modo como, nos constrangimentos existentes, contribuir com os atores sociais do MNPR – meio em que fui respeitosamente recebido. Vamos, pois, então, à crítica explanatória de nossa pesquisa.

Um passo à frente e não se está mais no mesmo lugar¹⁹

Recorrendo a Chico Science e sua defesa de romper com o estático, podemos afirmar que esta investigação é o resultado de idas e vindas quanto ao que pensamos por ação, representação e identificação do Movimento Nacional da População de Rua, desde uma perspectiva da Análise de Discurso Crítica. Isso porque, apesar de ser um movimento social atuante em seu âmbito de luta, na época do início de nosso trabalho (fins de 2012), as representações do Movimento não eram muitos fáceis de acessar. Foi durante o I Congresso Nacional do MNPR, com a construção em grupo do primeiro texto (a Carta de Princípios, analisada no Capítulo 4), que visualizamos o nascimento de um trabalho necessário de existir. Quisemos, de início, observar como eram representados e identificados o MNPR em vários âmbitos, desde sua própria mobilização política até o caldeirão (muitas vezes, indigesto) da ‘mídia de massa’. Com o passar do tempo, com as voltas que uma pesquisa dá, fomos percebendo que a investigação do aspecto discursivo interno do MNPR, em si, resultava em algo, à época, inédito e extremamente relevante. Para o atual desenho da pesquisa, contou também o fato da inexistência, à época, de um *corpus* documental robusto referente ao MNPR; isso se deveu à pouca visibilidade dedicada ao movimento social em representações e identificações ligadas à situação de rua em meios de veículos de comunicação da mídia e do Estado. O MNPR existia, mas não era divulgado como relevante. Sobre a situação de rua, sim, tínhamos – felizmente – uma porção de bons trabalhos (SILVA, 2006; PEREIRA, 2009; MELO, 2011; SANTOS, 2013) que inclusive nos ajudaram a ampliar o olhar acerca da problemática. Em relação ao Movimento, o estudo detido em sua luta e sobre como, em seu discurso, ele agia, representava e identificava a si e à busca por mudança social neste país, não tínhamos conhecimento da existência.

‘Superada’, digamos, essa primeira percepção material, conseguimos ajustar a lente de nossa investigação para os modos de acessar o caráter discursivo do MNPR, como um movimento social jovem, ainda pouco conhecido, mas bastante presente em espaços de discussão de políticas públicas. Em seu contexto de atuação, observamos textos próprios que concretizavam uma possibilidade de mudança social por meio do discurso, o que Fairclough (2001; 2003) defende em sua concepção de ADC. Assim,

¹⁹ Título inspirado na frase que abre a canção “Um passeio no mundo livre”, do grupo Chico Science & Nação Zumbi (álbum “Afrociberdelia”, de 1996).

tínhamos a nosso alcance dois vitoriosos congressos (discutidos nos capítulos 1 e 4) realizados textualmente: dois momentos que diziam muito sobre mobilização e conquistas do MNPR. Sabendo que tais textos construíam parte importante do que o MNPR fazia, ao desenhar e articular múltiplos discursos, gêneros e estilos (FAIRCLOUGH, 2010) conformadores de sua ação política, partimos para a etapa complementar de nosso projeto: falar com as coordenações que compunham a coordenação nacional, a mesma que presidiu a mesa de decisões dos dois congressos nacionais, apresentando resultados expressivos do trabalho político do Movimento. Tínhamos, afinal, uma etapa de campo! Seria possível a chance de registrar em que compasso andavam as percepções dos/as coordenadores/as e os textos gerados na instância maior de mobilização (o Congresso). O desenho da pesquisa estava feito. A investigação pôde acontecer.

Mas, após meses de trabalho com os textos coletados e gerados, posteriores edição e análise de dados, o que fazer com o obtido do material, para que, por exemplo, não se limitasse a um espaço, para muitos, ainda inacessível como o de uma biblioteca? Como contribuir não apenas epistemologicamente, em uma perspectiva que ultrapasse a produção de conhecimentos esperados? De que jeito refletir sobre um movimento diferenciado para tentar chegar a um possível novo rumo? Enfim, questões que merecem um momento exclusivo para tratarmos.

Ligando pontos

Além dos textos – para acessá-los inclusive –, foi necessário estar perto do MNPR. Isso ocorreu em diferentes contextos nos quais foi perceptível o fato de estarmos lidando com uma formatação diferente do entendimento de movimento social. A questão do desenho não ortodoxo do Movimento, no entanto, ao que nos parecia, ainda não estava harmonizada com

Os movimentos sociais na atualidade tematizam e redefinem a esfera pública, realizam parcerias com outras entidades da sociedade civil e política, têm grande poder de controle social e constroem modelos de inovações sociais, podendo portanto virem a ser matriz geradora de saberes (GOHN, 2013, posição 179).

As análises apresentadas nos capítulos analíticos evidenciaram que o MNPR possui uma relação especial com o Estado. Isso se realçou quando, após a realização da análise discursiva crítica dos documentos do Congresso, percebemos que, primeiro, havia uma preocupação patente relativa a identificações de valor positivo do Movimento pela própria coordenação; a identificação avançou os limites do que muitos movimentos sociais combatem por pensamento hegemônico; utilizando a categoria da interdiscursividade, vimos que o MNPR, por exemplo, configurou sua identidade concretizando no texto pontos que destacam uma filiação com discursos de ruptura – com destaque para o de não filiação político-partidária –, mas, ao mesmo tempo, ativa a pressuposição de que algumas práticas pareciam estar perigosamente próximas de seus componentes .

Exemplificando, no Capítulo 4, com o excerto (5) (da Carta de Princípios), intitulado “ser apartidário”: na superfície textual, está destacado um aparente discurso de ‘independência’, mas que, como vimos, no Capítulo 5, não logra mantê-lo ‘livre’ das vicissitudes operadas pelo Estado; ainda sobre o excerto, ocorrem pressuposições que demonstram uma necessidade de concretizar linguisticamente o que, nas entrevistas, é representado como um engodo para o MNPR. A questão de estar alinhado a discursos correntes ainda merece mais destaque. A atenção ligada à discussão sobre gênero tem tomado um bom espaço nos debates sociais e acadêmicos (CARNEIRO & SANTOS, 1985; BAIROS, 1995; CARNEIRO, 2003; PINHO, 2004; COLLINS, 2004; SANTOS & RESENDE, 2012). O Movimento, a sua maneira, não se furta de levar isso em consideração: o Plano de Ação, em seu excerto (19) (referente à assistência social) resgata os princípios (11) e (12) (intitulado “Igualdade” e “justiça”, respectivamente), articulando-se com o princípio do excerto (7) (intitulado “solidariedade com as causas sociais); assim, pudemos perceber uma ruptura do MNPR com algumas posturas de outros movimentos sociais (em seus tempos de início, mas, atualmente, problematizadas de forma constante), em que – como aponta Ratts, em seu estudo sobre as articulações políticas ligadas a gênero no Movimento Negro Unificado (MNU) –, “se falava pouco ou nada em relações de gênero” (RATTS, 2009, p. 11). O MNPR, com isso, desde sua consolidação identitária (isto é, a construção de um documento que traça um perfil e outro que pontua ações) responde às demandas sociais urgentes e que, como parte da sociedade, afetam-no.

Ainda assim, o Movimento parece reproduzir, em determinados momentos, identificações e discursos ideológicos; o excerto que exemplifica isso é o que expressa ser um de seus princípios a manutenção do “patrimônio público” (em (8)): o que poderia ser entendido como romper expressamente com o estereótipo de movimento social como baderneiro e violento para, enfim, projetar o discurso de ‘correto e civilizado’. O excerto (8) trata de uma preocupação que extravasa os limites da mobilização social, que dissolve a promoção de reflexão para, aparentemente, atender a uma demanda ideológica, uma espécie de acordo tácito com uma sociedade de visão deturpada sobre movimentos sociais e busca por direitos.

Sobre os acordos estabelecidos pelo MNPR, e remontando ao Capítulo 5, podemos observar que ser positivamente visto pela ‘sociedade’ é uma questão recorrente para algumas coordenações do Movimento. Vimos isso nas emissões Be1 e Be2 do MNPR-BA. O tema da visibilidade do MNPR – e não especificamente da população em situação de rua – também apareceu de forma bem destacada no Capítulo 5. O MSDALT foi fundamental ao oferecer-nos uma oportunidade original de acessar como os pontos de busca por uma identidade autônoma se mostraram de forte peso para o Movimento. Desse modo, cruzando o excerto (4) (intitulado “ação direta”) com emissões como Se7, Me66 – ou ainda a Me10 –, Be53, De4 e Ee65, é possível observar que essa relação com atores sociais externos não é realmente algo tranquilo (desde o começo do Movimento). Falando de relações características, não podemos deixar de mencionar como parcerias se mostraram um assunto reticente para os/as coordenadores/as, caracterizadas como uma verdadeira indefinição para consolidar a voz política do MNPR, a indefinição quanto à confiabilidade delas fez parte de todas as coordenações.

O incômodo foi recorrente e, de acordo com os resultados analíticos, diz respeito diretamente à busca por autonomia, já sinalizada desde o início do texto da Carta de Princípios; aliás, na parte da análise sincrônico-diacrônica, pudemos notar mais objetivamente que as emissões referentes à relação específica com parceiros apresentaram, em linhas gerais, dois momentos ambivalentes relativos à Igreja e à universidade. Em emissões como as do MNPR-SP e MNPR-ES foi possível observar que a Igreja assume identificações que a aproximam de um comportamento paternalista, enquanto a universidade é valorada positivamente ao – em emissões como as do

MNPR-BA e do MNPR-DF – ter uma identificação que a aproxima da relação de efetiva parceria, ou seja, de apoio e aparente continuidade, cara ao MNPR.

Tratemos especificamente, daqui em diante, de dois pontos referentes ao trabalho de apoio no que diz respeito às parcerias e ao Estado. De forma mais perceptível, os parceiros do MNPR acabam assumindo, na análise, perspectivas polarizadas entre Igreja e universidade. Para isso, lembremos que as considerações referentes à relação entre Igreja e pobreza constantemente estão relacionadas entre discursos assistencialistas ou de chamado ‘empoderamento’ (GOHN, 2010; SANTOS, 2013). Sobre o tema, podemos ponderar que, nos últimos tempos, uma visão mais flexível pode ser levada em conta: a Igreja – como uma instituição ampla e com particularidades em suas divisões – parece oferecer uma ‘possibilidade’ de novos acessos às pessoas em situação de rua (vide a pesquisa de SANTOS, 2013); no entanto, permanece passível de atentas críticas e de reflexão o discurso no qual se apoia majoritariamente a prática da Igreja: um discurso essencialmente assistencialista, com vistas a uma recompensa a ser alcançada em nome de outro aspecto existencial. Aparentemente, o discurso de ‘ajudar o próximo’ acabou assumindo contornos outros, ‘vazando’ e incomodando o Movimento. Como nos contou a coordenadora do MNPR-ES, a história do MNPR, em algumas coordenações, mostra a relação direta com a Igreja justamente por ter sido ela uma das forças envolvidas em sua construção. Ainda, retomando nossa referência sobre interdiscursividade, percebemos, por meio da representação dos/as coordenadores/as, que essa participação passou a tomar contornos de usurpação de voz. Destarte, em uma atitude ora de ruptura (vide Se22, do MNPR-SP), ora de incômodo (vide Be54, do MNPR-BA), podemos perceber o esforço, dada uma nova configuração, de o Movimento colocar-se atento às vozes e a lugares de poder quando da intervenção social: passamos a entender, então, a reflexividade em um discurso de (busca e de necessidade por) protagonismo. Provavelmente, a experiência com a Igreja – bem como com outros tipos de parceria não tão marcados, obviamente – ‘contaminou’ as demais aproximações que se mostravam, de algum modo, mantenedoras do entendimento ideológico de ‘morador de rua’.

Assim, dado também o fato de parte da constituição (da gênese) do Movimento ter ocorrido atrelada ao Estado – se pensarmos que a consolidação desse vínculo acontece com a legislação de 2009 e as consequentes atividades ligadas a sua aplicação –, as parcerias com maior articulação com o governo acabam por ter mais destaque do

que aquelas que representam um retorno ao discurso assistencialista e de identificação oportunista. Ademais, a questão da dependência financeira do MNPR tem peso nas representações desenvolvidas: tal impeditivo demonstra contribuir fortemente para a relação de destacada ambivalência entre Movimento e Estado. Daí a emergência discursiva de uma conduta ‘estratégica’ defendida, como vimos nas análises, pelo coordenador de Minas Gerais e pelas coordenadoras da Bahia e do Distrito Federal; atentemos para a noção de estratégia: a análise nos mostra que ela está relacionada, de acordo com as representações dos/as entrevistados/as, com o grau de possibilidade de auxílio para se fortalecer o Movimento quando da busca, demanda e consolidação de políticas públicas. Desse modo, a identificação elogiosa relacionada à universidade encontra tal perspectiva: mormente, os/as coordenadores/as aproximam a universidade – e os atores sociais a ela ligados – com a possibilidade de acesso a conhecimentos úteis a seu projeto de demanda e de visibilidade pelo governo; a universidade é identificada como instrumento capaz de dar ao Movimento letramentos políticos mais voltados a aspectos imediatos (como a construção mais ligada também a um caráter político de uso dos gêneros discursivos relacionados à política, como, por exemplo, a construção de projetos para a participação de editais) e acaba sendo identificada positivamente pelo fato de se mostrar mais acessível – ou por promover um discurso político de abertura atraente à proposta de (re)formatação protagonista do MNPR. Apesar de isso estar mais forte nos discursos das coordenações da Bahia, de Minas Gerais e do Distrito Federal, as demais (São Paulo e Espírito Santo) não escapam de uma questão central: a dinâmica de sujeição que o Movimento acaba tendo com o Estado.

Complementar ao que tratamos anteriormente acerca das emissões analisadas segundo o MSDALT, a conduta de atrelamento com o Estado pode ser observada inclusive pela ação discursiva de, em seu segundo congresso, gerar um documento especificamente direcionado a ele – a Carta de Princípios. Cabe lembrar que esteve presente nas duas edições do congresso e que, na época, foi marcante a participação de figuras que representavam setores oficiais do governo. O segundo congresso caracterizou-se como muito mais envolvido com essa questão: o documento principal tinha a participação desses/as representantes em todos os grupos de trabalho tematizados – como discutimos no Capítulo 1 e no Capítulo 3 – e, especificamente, no que participei, muitas vezes, essas pessoas tinham o controle da palavra, direcionavam os turnos, ou seja, assumiam a posição de liderança em espaços nos quais a situação de

rua deveria ter primazia. Voltando para o MSDALT, observamos que o Estado sempre pairou (e concretizou-se) pelas representações, tanto que, no recorte temático realizado (e explicado no Capítulo 5), a categoria perpassava as duas outras (a saber, “Ação” e “Parcerias”). Vimos, apesar da presença, durante todo o trajeto analítico, que a relação e os resultados ligados ao Estado eram insatisfatórios ou inexistentes, o que trazia um forte incômodo para o MNPR em assumir um laço tão forte com uma instituição pouco confiável.

Redes pragmáticas

Como vimos, a ADC serve a esta investigação como uma abordagem essencial que trata aspectos discursivos de problemas sociais como necessários de serem abordados, para refletirmos sobre os vários porquês desses mesmos problemas. Assim sendo, a primeira parte do trabalho abriu uma porta para o acesso a um mundo: o da (auto)percepção da luta política do MNPR segundo os atores sociais que encabeçam os embates. Nesse mundo, o MSDALT nos ofereceu uma possibilidade ampla de ordenar os elementos que se desenvolvem na superfície e os elementos que se deslindam nos meandros do texto, este gerado na interação. A possibilidade da interação foi a metade essencial para que pudéssemos chegar até aqui. O que, no entanto, necessariamente, significa “chegar aqui”?

Podemos levantar uma eventual resposta: “chegar aqui” é perceber que os elementos discursivos, os linguísticos, os argumentativos e os semânticos nos apontam um caminho, mas que, ao mesmo tempo, não é tudo deitar uma lupa para observar por mera curiosidade cada elemento constitutivo dessa rota; além de catalogá-lo e vê-lo de uma forma mais completa, cabe abrir a beca legitimada do cientista e vislumbrar a que e aonde esses caminhos podem levar, com o foco no intercâmbio de informações – mas não como elementos isolados em uma estrutura, mas como constitutivo de indivíduos e de práticas sociais que fazem dessa rota algo concreto e possível de ser e de evoluir.

As palavras anteriores justificam a necessidade da análise, existindo também a necessidade da crítica; no entanto, além da análise e da crítica, é preciso negociar os resultados. Negociar em sentido dialógico, que orienta e expande o sentido bakhtiniano,

um que defenda, antes de mais nada, o não querer vaidosamente projetar-se ensurdecido ao abordar e convidar o outro a refletir. Assim, este trabalho e, mais especificamente, este momento da investigação convida os/as participantes dela a dialogar.

Nesta seção, falarei sobre o que entendo por redes pragmáticas. Baseado na crítica, intento, com o conceito, propor uma direção reflexiva das percepções aqui compartilhadas, que impliquem a certeza de que todos/as os/as envolvidos/as estamos em campo amigo – construído nesses quatro anos de envolvimento direto deste trabalho com o MNPR.

Feita a introdução, passemos ao que nos incomodou a partir dos resultados observados nesta pesquisa: o MNPR é um movimento social peculiar. Percebemo-lo como comunicado com as reflexões críticas do universo social pós-moderno (HALL, 2005; MBEMBE, 2017). Em termos da pesquisa, a essência do Movimento mostrou-se atrelada à heterogeneidade que também caracteriza a pessoa em situação de rua (BRASIL, 2009). Como vimos, o Movimento emerge na ascensão do Governo Lula (2003 a 2011), recebendo desse período histórico de atenção ao social uma parte, explicitemos, adequada, contudo não prioritária. Como é recorrente nos discursos de alguns representantes da mobilização social ligada à rua, foi com o presidente Lula que a situação de rua teve enfim voz, ainda que as coisas não fossem tão simples, como explica Oliver (2009, p. 68):

No Brasil o governo reformador do presidente Lula da Silva não alterou suficientemente o regime político, o qual manteve uma continuidade do Estado autoritário herdado. Não obstante o projeto nacional do presidente Lula da Silva seja distinto ao de [*Fernando Henrique*] Cardoso não é tampouco uma alternativa ao neoliberalismo desde o ponto de vista do desenvolvimento político popular.

No entanto, o que foi extremamente positivo também mascarou os brotos do problema maior existente quanto ao MNPR e sua agenda de mudança social: as consequências da contaminação pelos vícios do Estado. Isso se dá exatamente pela proximidade com ele, por, durante esse tempo, estar tão junto dele, ainda que assumindo um discurso de desconfiança exposto por meio das análises sincrônico-diacrônicas. Desse modo, antecipando, a relação problemática com o Estado pode ser pensada desde

a perspectiva de sua estrutura, também neste país, estar atrelada aos ditames de um capitalismo clássico. Cabe lembrar que, como define Cox (1959), que

o Capitalismo é um sistema social baseado na livre iniciativa e na produção, através da grande quantidade de bens de capital, para o lucro privado. O Estado é formatado para administrar e defender esse sistema. O Estado capitalista não é um produto espiritual; sua função, desde seu começo nas cidades medievais, sempre foi assegurar primeiramente os interesses de determinada classe. A relação íntima desses interesses e o Estado não é facilmente aparente, pelas leis, os costumes, o modo de vida da sociedade serão geralmente pensados em sua totalidade como um produto de todos os membros da sociedade. De fato, o indivíduo é tão parte de sua sociedade que ele raramente consegue conceber qualquer outro sistema diferente das possíveis variações daquele ao qual pertence²⁰ (COX, 1959, p. 180).

Assim, um dos sintomas da contaminação de uma instituição baseada na desigualdade é a apontada busca por uma identidade própria, por meio de um discurso protagonista, o qual destaca um forte problema com a autonomia do movimento social. A dificuldade com a mobilização (atração e permanência de pessoas em situação de rua para compor quadros dentro do Movimento) foi trazida nas análises do Capítulo 5, o qual nos apresentou um cenário em que o Movimento, interdiscursivamente, une-se na perspectiva de mudança de realidade. E outros termos, todos os/as coordenadores/as, de uma forma ou de outra, mostraram um olhar, no mínimo, de incômodo sobre os aspectos políticos que orbitavam em suas intervenções no embate por políticas públicas; entretanto, com exceção do MNPR-SP, as coordenações não se colocaram de maneira contundente contra os problemas, que, em sua grande maioria, estavam vinculados ao Estado (políticas públicas defeituosas e serviços públicos insatisfatórios, mormente). A questão é que esses problemas – historicamente recorrentes – alimentam a roda viva da situação de rua, uma vez que impactam diretamente o modo como o movimento articula sua energia política para pensar a problemática de sua luta.

O Estado apresenta contornos controversos, que, por si só, o definem com instável em uma democracia ainda em desenvolvimento como a nossa, ainda passível de golpes e pressões ideológicas. Trata-se, repito, de um aspecto histórico, seguido do que se espargiu na cultura e que se reflete nas práticas sociais: os vestígios e ranços da escravidão, cristalizados na desigualdade social sustentaram este modelo de Estado e o

²⁰ Tradução livre.

configuram no que percebemos até os dias de hoje, ainda que remodelado de acordo com a lógica hegemônica. Isso se estende a como os direitos sociais ainda batalham (e, infelizmente, parece, ainda batalharão) em uma sociedade cultural e historicamente dirigida por elites que viam a escravidão e seus tentáculos como “um degrau indispensável e universal da evolução socioeconômica – a saber, a evolução de sistemas ‘inferiores’ de organização social para um modelo ‘superior’” (MOORE, 2010, p. 92).

Parece, então, serem compreensíveis as dificuldades de sair desse verdadeiro labirinto social, repleto de partes pouco confiáveis de seguir. Acima de tudo, é preciso todos/as parar e pensar sobre como, ainda, somos parte de uma colonização mais sofisticada. Ela ainda não se encerrou. De forma ambivalente, maniqueísta, a colonização hegemônica reforça o que devia na realidade combater, mas logrando projetar-se como necessária acima de qualquer ação, pois, nas palavras de Fanon (1968, p. 38),

o colono faz a história e sabe que a faz. E porque se refere constantemente à história de sua metrópole, indica de modo claro que ele é aqui o prolongamento dessa metrópole. A história que escreve não é portanto a história da região por ele saqueada, mas a história de sua nação no território explorado, violado, esfaimado. A imobilidade a que está condenado o colonizado só pode ter fim se o colonizado se dispuser a pôr termo à história da colonização, à história da pilhagem, para criar a história da nação, a história da descolonização.

É urgente, então, que nos percebamos como parte de um processo, no qual, muitas vezes, um povo oprimido, como o caso da situação de rua, acaba por se alinhar a soluções que demonstram uma atenção inicial ao que antes não era visto, mas que precisam de intervenções veementes e estratégicas para seguir; em momentos de miséria e exclusão, atenção por atenção não é o suficiente e a retórica passa a ser um incômodo, além de uma arma para manutenção do *statu quo*. Tendo por base a construção do estado brasileiro, é necessário pôr em prática uma concepção de ação com vistas a desconstruir determinados cacoetes de forma efetiva.

Assim, vejo como forçoso pensar criticamente, em um pragmatismo crítico; ir além, apostar no trabalho conjunto para um embate o qual alcance reunir um corpo de atores sociais que entendam os processos de opressão por que passam e que, por meio disso, consigam enxergar-se, mesmo com suas especificidades, como pertencentes a um

grupo marcado – deliberadamente – durante muito tempo por setores hegemônicos (como Igreja, mercado, mídia hegemônica de mãos dadas com o Estado) para não acessar o que lhe é de direito, sua cidadania. É o mesmo que pensar sobre

como uma sociedade que protege certas pessoas por meio de uma rede segura de escolas, financiamentos imobiliários federais e uma riqueza ancestral, e que, no entanto, só é capaz de nos proteger com a clava da justiça criminal ou fracassou na concretização de suas boas intenções ou teve êxito em algo muito mais sombrio (COATES, 2015, posição 266).

Sendo assim, poderíamos chamar essa mudança de conduta para um entendimento do conceito de redes pragmáticas, que se estruturariam para a mudança social crítica ampla, e não para situações isoladas e de caráter paliativo. As redes pragmáticas contariam, em determinados níveis, com a participação de outros atores sociais engajados intimamente com a mobilização social para a execução das ações abrangentes, unidas por um fio condutor, o da libertação social por meio da reflexividade. Para colocar as redes pragmáticas em perspectiva, poderíamos levar em conta alguns eixos, ou melhor, vértices acionais que uniriam mormente a percepção discursiva (FAIRCLOUGH, 1989; 2001; 2006; PARDO, 2011; 2015; PARDO GIL, 2014) e intervenção social mais direta e reflexiva (FANON, 1968; 2008; FREIRE, 1970; RESENDE, 2008; CARNEIRO, 2005). São eles:

1. **Exercício da reflexividade** – reunindo as percepções de Chouliaraki e Fairclough (1999) sobre reflexividade mais o conceito de identidade trabalhado por Fanon (1968; 2008), Pinho (2004) e Collins (2004) (entre outros/as), a sugestão é de um trabalho que conecte os grupos oprimidos a fim de observarem como sutilmente se desenvolve a opressão (pela linguagem, pelos símbolos hegemônicos, pelo sistema econômico etc.). Além disso, despertar neles a percepção de ludíbrio e assalto de direitos no qual o Estado e os setores hegemônicos sempre estiveram envolvidos, mas ressaltando as experiências nas quais a mudança de paradigma resultou em mudança de realidades, reconhecendo que o mundo não estagnou. Desse modo, esse passo seria dirigido a um trabalho entre lideranças e envolvidos na luta (a saber, com trabalhos consolidados referentes à situação de rua), bem como a participação e

intercâmbio com outros movimentos de mobilização social percebidos como ‘excluídos’. As lideranças não permitiriam a influência externa à realidade vivida, ou seja, representantes de instituições que não tenham a experiência concreta de viver em situação de rua; os coordenadores do MNPR se disponibilizariam para um primeiro momento de (in)formação e um segundo momento de troca com as pessoas em situação de rua, na formação político-crítica, tendo em vista a compreensão de que todos/as precisam observar a razão para a ocorrência do momento. Não se trata de focar em teorias vazias, mas a percepção aplicada de que “quanto mais as massas populares desvelam a realidade objetiva e desafiadora sobre a qual elas devem incidir sua ação transformadora, tanto mais se ‘inserem’ nela criticamente” (FREIRE, 1970, p. 22). Uma verdadeira teoria da luta, de grupo político.

2. **Intervenções antirretóricas** - Quando da formação política anterior, a prática da intervenção retórica está pensada como aliada à concreta. Os agentes externos (como o Estado) entrariam propositadamente como parte da negociação para um fim mais amplo (por exemplo, a pressão para a assinatura de lei específica para as particularidades da situação de rua), sendo pressionados, simultaneamente, em seus espaços e em outros espaços que reflitam a complexidade da opressão existente. No que diz respeito à intervenção concreta, ela deveria ser discutida entre lideranças, aliados e envolvidos a fim de não haver danos (ou de reduzi-los) aos/às participantes. Neste vértice, parceiros poderiam fazer parte das ações de intervenção concreta, se desejassem, e desde que fossem deliberados pelo MNPR.

3. **Visibilidade estratégica** – tendo em vista nossa cultura bombardear-nos com uma infinidade de modos comunicativos (verbais e/ou visuais), como argumentam Kress e van Leeuwen (2006, p. 115), é relevante observar que

textos, literários e artísticos, assim como os textos da mídia de massa, são produzidos no contexto de instituições sociais concretas, as quais desempenham papéis igualmente concretos na vida social – no sentido de fazer certas coisas para ou por seus leitores (...), independentemente se autores e leitores estão conscientes disso ou não.

Em outros termos, irremediavelmente, em diferentes graus, todos/as somos atingidos/as pelos meios de comunicação de massa. Sendo eles um dos principais formadores de opiniões e responsáveis por identificações várias, é também estratégico fazer uso dos meios que possam contribuir para a luta política, tornando-a visível, e fazer o mesmo com o problema social e os principais indivíduos afetados; a visibilidade estratégica pode auxiliar também no sentido de ser uma ferramenta de pressão, pois, focando no uso de recursos da Internet (por exemplo), as demandas se consolidariam como registros contínuos, durante o tempo, do que setores, como a mídia hegemônica, vêm fazendo em relação às questões que embasam a luta do MNPR – assim como outros movimentos sociais. A visibilidade estratégica se daria de maneira mais aberta, na qual lideranças e militantes estariam em relação com parcerias letradas em tecnologia, mas escolhidas após o filtro promovido pela estratégia 1, no exercício da reflexividade.

4. **Produção reflexiva-social** – a estratégia se baseia em planejamentos e execução de ações de formação política que se articulassem com espaços de reflexão, como escolas e universidades públicas, por exemplo. Essa etapa das redes pragmáticas seria focada em estabelecer um trabalho em cooperação com professores, estudantes e pesquisadores e a população em situação de rua, com a presença do MNPR na mediação dos produtos. Lembrando que, em teoria, os/as participantes adviriam de um processo reflexivo (estratégia 1), formados pelo MNPR. Tais resultados poderiam ser, entre outras coisas, uma ligação entre pesquisas socialmente engajadas com o trabalho de letramento voltado para o desenvolvimento de habilidades úteis para a intervenção contundente (como, por exemplo, contribuição para a reflexão sobre os direitos da pessoa em situação de rua, que poderia ser divulgado e compartilhado em canais de YouTube como parte de uma construção de visibilidade estratégica).

Esquemáticamente:

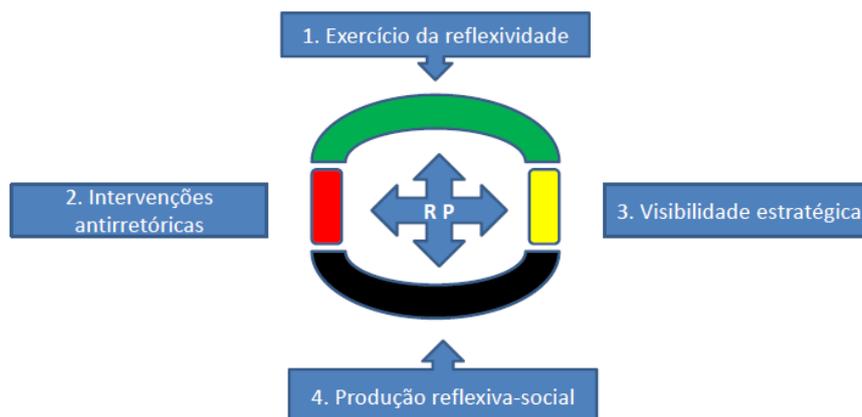


Figura 3. Eixos Redes pragmáticas

De acordo com a proposta, os quatro passos explicados iniciariam a atuação política, concretizando, assim, as redes pragmáticas; eles poderiam ser incluídos na agenda de mudança social do MNPR (e de outros projetos de protagonismo político) por meio da discussão coletiva nos (já consolidados) congressos oficiais. Unindo o evento do MNPR ao conceito, as construções do grupo resultantes dos dias de congresso poderiam se articular à ideia de alcance de resultados palpáveis – de forma contrária ao que vimos no Plano de Ação, que centralizou as demandas no Estado, mas de maneira pouco objetiva. Complementarmente, o trabalho das parcerias, que, segundo a análise, não pode ser entendido como de todo ruim, ocorreria dentro da proposta crítica de autonomia dos objetivos do Movimento. Nada de algo ineditamente arriscado, como podemos ver pelo exemplo paulista de fórum trazido por Silva (2008, p. 93), que guarda pontos em comum com o conceito de redes pragmáticas:

Um fórum de estudos não era uma proposta nova (...). A originalidade desse novo Fórum residiu não nos estudos, mas no fato de ser um espaço aberto: estudiosos, professores, profissionais e população em situação de rua se encontram quinzenalmente para discutirem e debaterem questões ligadas às ruas. Temas como estratégias de lutas, metodologia no MST, conjuntura político-institucional da cidade, direitos dos cidadãos e o papel dos conselhos são debatidos por técnicos e usuários dos serviços. As reuniões ocorrem em espaço cedido e o Fórum, apesar de uma iniciativa da sociedade civil, não tem nenhum vínculo institucional, a não ser, alguns apoiadores que cedem o espaço para a realização das reuniões como é o caso do Centro de Formação do MST e a rede de comunicação Rede Rua, que cede um espaço num jornal voltado a essa população para a divulgação das atividades do Fórum.

Ainda que a pesquisadora fale de nosso lugar social, existe uma visão que aproxima a prática descrita por ela com a reflexão aqui proposta:

Diferencial que reside justamente no fato de aproximar o lado de lá (a população de rua) do lado de cá (estudiosos, estudantes, profissionais etc.), tem demonstrado que a formação e acesso ao conhecimento se configuram ainda como uma dos maiores potenciais revolucionários. As reuniões, de acordo com a avaliação dos participantes têm fomentado discussões cada vez mais conscientes e menos ideologizadas, favorecendo a percepção da população de um estar e fazer no mundo. Detentora de um papel político, passível de mobilização autônoma e participação social (SILVA, 2008, p. 93).

Assim, as questões levantadas sobre a mobilização deficitária poderiam ser abarcadas nas estratégias 1, 2 e 4: as pessoas em situação de rua entenderiam a necessidade de estar em um movimento social, executariam ações conscientes de seu papel político e poderiam atrair, por visibilidade estratégica (estratégia 3), a atenção de quem vive o mesmo problema – assim como o MNPR, ao colocar-se como movimento social organizado em outras esferas de intervenção, como a Internet, por exemplo.

Vozes, movimento e mudança: uma agenda nossa

A proposta das redes pragmáticas – com base no analisado e na experiência vivida com o MNPR – pode ser uma possibilidade de (re)estruturação para a mudança de diversas representações apresentadas nos dois capítulos analíticos deste trabalho; pode ser entendido como uma mudança no sentido de firmar (em um futuro não tão longínquo) a desejada identidade de protagonismo e um exercício pleno da autonomia, sem desconsiderar quem de fato tem interesse e possa contribuir na superação da pobreza extrema. Afinal,

a expansão da cidadania e a remissão da exclusão social (além da superação da pobreza) é um requisito imprescindível – *sine qua non* – para o fortalecimento democrático, certamente amarrado – no fracasso ou no sucesso – ao alçar de capacidades substantivas de participação cidadã, ao pleno exercício dos direitos políticos, econômicos e sociais, à *incorporação de sujeitos* ativos e não objetos de direito. Nesse sentido, os movimentos sociais adquirem relevância ainda maior, constituindo-se também como

verdadeiras escolas de democracia, de construção e expansão da cidadania (MIRZA, 2006, p. 233).

Ao pensar e aplicar os vértices que formatam as redes pragmáticas, o foco passa a ser a população em situação de rua como constituição fundamental do Movimento, uma possibilidade de formação de um grupo social como político e atuante, em um esclarecimento diferente. As coordenações, conhecedoras da realidade da situação de rua, seriam as únicas hábeis para desenvolver pedagogias e didáticas para a população envolvida, no que a participação externa teria um papel assumido de complemento. Trata-se também de um mergulho ao centro do próprio Movimento, ao assumir um discurso e agir na manutenção de uma unidade social, aplicando a essência de uma ação que é familiar aos oprimidos, afastando as práticas oportunistas – uma vez que tirar proveito da realidade da rua é o exemplo maior do desligamento de um discurso por mudança efetiva, além da falta de reconhecimento da pessoa em situação de rua como ator social, cidadão e cidadã de direitos.

Assim sendo, um dos possíveis retornos ao campo deste trabalho – em especial para o MNPR, que se disponibilizou a compartilhar conosco sua experiência de luta – será, após a publicação deste texto, pensarmos juntos o conceito, desenvolvê-lo dentro das minúcias peculiares do movimento social e da população em situação de rua (inicialmente, em cada uma das coordenações que receberam nossa pesquisa).

A ideia é, portanto, promover reuniões iniciais com as coordenações, de forma presencial, mediante a disponibilidade delas, e explicar como o conceito defendido neste momento do trabalho poderia servir como alternativa a ser desenvolvida (uma possível saída para os problemas de autonomia e dificuldade de avanços detectados). Em seguida, após negociadas as interpretações e análises, haveria um segundo retorno do contato com os coordenadores e as coordenadoras para o agendamento de uma roda de conversa. O intuito é que nós e o Movimento consideremos o conceito de redes pragmáticas nas discussões já realizadas pelo MNPR e, principalmente, a aplicabilidade das ações possíveis de serem construídas. Em seguida, com a anuência do Movimento, sugerir que na próxima edição do Congresso haja um momento em que nosso trabalho esteja disponível para debate, com minha presença, para a troca das percepções aqui reunidas. É pensado também, dentro dos resultados analíticos e do conceito, intentarmos aplicar os quatro vértices dentro de um tempo a ser combinado com uma das

coordenações, a fim de o trabalho político de mobilização e de parceria poderem ser colocados em prática e serem (re)pensados e aplicados na prática.

Enfim, obviamente, não se trata de dar respostas para as questões que foram surgindo durante toda pesquisa. Trata-se, entre outras coisas, de pensar acerca de como

as identidades estão relacionadas à consciência de sua existência (...). Por meio do pensamento e da linguagem, expressões de consciência, pessoas podem identificar e avaliar (...) o seu lugar no mundo, estabelecer identidades próprias e sentimento de pertença a grupos sociais (SILVA, 2009a, pp. 220 - 221).

Como em uma combinação de viagem, o desejo é poder oferecer um bilhete de acesso a um possível destino, pactuado, o qual apenas será configurado como realidade se houver aquele/a que deseja viajar junto, e o panorama, enfim, só se concretizará quando e enquanto houver a presença. Finalmente, é inclusive oferecer nosso limitado apoio para pensarmos soluções que fortaleçam o necessário trabalho do MNPR nesse mundo em que muitos de nós ainda (sobre)vivemos, mas seguimos lutando, pois

a Sociedade, ao contrário dos processos bioquímicos, não escapa à influência humana. É pelo homem que a Sociedade chega ao ser. O prognóstico está nas mãos daqueles que quiserem sacudir as raízes contaminadas do edifício (FANON, 2008, p. 28).

Seguimos!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Se é amor, deu e recebeu
Se é suor, só o meu e o teu
Verbo 'eu' pra mim já morreu
Quem mandava em mim nem nasceu*

*É viver e aprender
Vá viver e entender, malandro
Vai compreender*

(“Recado”, de Gonzaguinha)

Chegado o momento final de nosso trabalho, muitas coisas ainda flutuam, paradoxalmente, como poeira advinda do que ainda nem chegou ao mundo. Escrever um trabalho que trate de movimentos sociais nunca é tarefa fácil porque, na tarefa, estão imbricadas muitas outras questões, que transpassam a percepção de se tratar de um ‘grupo de pessoas que querem mudar sua realidade’. Mudar realidades, nós, afetados ou preocupados com os fossos sociais do Brasil, também desejamos uma mudança, no entanto, como cantou Mercedes Sosa, “mudar por mudar, não mais”.²¹ Trata-se, portanto, mais do que o desejo por si, há que se dar conta de que as mudanças precisam da constante busca e os projetos para sua realização de constante reflexão.

Assim, quando nos propusemos a construir esta pesquisa, eu, definitivamente, era um, com um modo de ver o mundo, as coisas: tinha outra mentalidade para as coisas da vida. Minha pesquisa anterior, a de mestrado, intitulada “O jornal *Aurora da Rua* e o protagonismo na situação de rua: um estudo discursivo crítico”, certamente, já havia deixado uma marca visível em mim, um incômodo inédito; já ali, havia muito havia se instalado, passado a fazer-me companhia. A situação de rua já não era a narrativa-estigma para a pessoa que fracassou, afinal que fracasso é esse dirigido a quem não foram dadas oportunidades iguais de atuar no mundo? Então, mais uma ilustração da “história única”, criando estereótipos, roubando das pessoas sua dignidade (ADICHIE, 2009). Os processos por que passei, então, fizeram-me ver que o mundo não era como a televisão e os jornais vendiam (e vendem); trabalhar com a população em situação de rua me fez ver que eu sou eles/as, que somos irmãos, separados, mas juntos em dores que nos atravessam. Foi no doutorado, então, que me dei conta da necessidade de seguir e perceber que o incômodo era, na verdade, uma cicatriz, a deixada em todos/as

²¹ “Todo cambia”, letra de Julio Numhauser cantada por Mercedes Sosa. Apareceu pela primeira vez no álbum “¿Será posible el sur?”, de 1984.

brasileiros e brasileiras que, sem precisar teorizar sobre, sabem exatamente o que significa o conceito de falácia. Não somos iguais: esta nação começou, desde cedo, com as marcações das diferenças; nós, povo preto, povo pardo, povo pobre desde sempre tivemos um lugar reservado para não avançar.

O entendimento de nossas identidades, no entanto, “não é um processo sem crises (...). É processo dinâmico, em que sujeitos constroem-se, são construídos e reconstruídos continuamente” (SILVA, 2009a, p. 183); com base nisso, a resistência analiticamente observada no discurso de cada um/a dos/as coordenadores/as – levadas em consideração as diferenças também apontadas – oferece uma abertura para (possíveis) outros contornos de intervenção. Como nos mostrou a discussão neste trabalho, algumas posturas externas à situação de rua trouxeram abalos nos discursos das coordenações. Cada ação não efetiva para a população em situação de rua implica mais irmãos e irmãs que desaparecem, são mortos (até chacinados): a mobilização social, portanto, mostra-se como literalmente vital para quem padece da condição. Assim, ter a possibilidade de conhecer o MNPR e ser permitido a contribuir com sua luta foi um presente raro, em que o processo foi bastante doído, afinal foi um cotidiano remexer na cicatriz. Muitas vezes, o trabalho solitário, reflexivo atou-me, mas, ao mesmo tempo, fez-me entender a mim mesmo como ator social diretamente envolvido e parte de uma luta que não pode ser minimizada nem desconhecida.

Assim sendo, este trabalho, como ponto de partida, foi construído para não ser distante do povo que desejar acessá-lo: para isso, sua estrutura foi organizada para ser um texto dinâmico, mais objetivo e que apresentaria uma parte mais extensa relativa ao trabalho analítico – mas que se focaria no diálogo proposto na crítica explanatória. Desse modo, os autores e autoras selecionados/as para serem parte dele foram trazidos para um desfile de vozes em que a proposta fosse uma reflexão menos teórica e mais aplicável à realidade. Desse modo, gostaria como definição para esta tese do termo ‘intervenção prática’.

Discutindo o caminho percorrido, começamos com um capítulo que, de forma objetiva, estabelecesse um diálogo iniciado por uma questão básica, algo capciosa (“quem quer ser um miserável?”); a resposta é óbvia, ‘ninguém’, e, nela, a intenção: demonstrar que os discursos hegemônicos que nos dizem das responsabilidades individuais de ser bem sucedido na vida mascaram narrativas, promovem histórias únicas. Nunca nos foi feita a pergunta do Capítulo 1, mas a resposta pareceu estar dada, afinal.

Um dos fatores que chama a atenção para a construção da desigualdade no Brasil diz respeito ao lugar social do negro: margem, favela, pobreza, subemprego são algumas das heranças históricas. Tudo consequência de um longo período de escravidão seguido de uma libertação burocratizada que atendeu aos anseios da elite e apagou o grupo negro do processo (SILVA, 2009a, p. 139).

Silva (2006, p. 88), destacando a situação de rua, adverte

são recorrentes as análises que tendem a naturalizar a questão social, desconectando suas diversas expressões, de sua origem comum: a organização social capitalista, a relação capital/trabalho. As análises desconectadas, fragmentadas, conduzem à responsabilização dos indivíduos pelos seus próprios problemas, isentando a sociedade de classes na produção das desigualdades sociais e, geralmente, conduzem a estratégias de enfrentamento também fragmentadas, focalizadas e muitas vezes repressivas.

Vimos, assim, no Capítulo 1, que a culpabilização da pobreza – sua responsabilização – corresponde a uma lógica discursiva ideológica, ou seja, de mais um discurso que mascara realidades. O capítulo serviu para ilustrar o quanto a percepção discursiva e seu estudo são fundamentais para desmascarmos verdades como únicas, que mostram grupos sociais como uma coisa, como somente uma coisa, repetidamente. Ainda dentro do capítulo, nós propusemos um exemplo do que o início dessas considerações trouxe, a perspectiva de luta baseada na ação social conjunta, que consolidou os movimentos sociais; estes, mediante articulação, chegaram a alcançar avanços, dentre os quais, contribuições para a postura política do próprio MNPR.

Pudemos, então, pensar o contexto no qual se desenvolveu a luta do Movimento e também questionar a gênese de sua criação, tão relacionada ao Estado. Avançando com a discussão, adentramos um espaço menos contextual e mais linguístico, ou melhor, discursivo: tendo percebido como o mundo social no qual está inscrito o MNPR se formou, onde, nesses embates e busca por autonomia política, a linguagem se encontraria? Vimos que em todos os seus aspectos, pois todos são mediados pela instância do texto. Discutimos sobre como a ADC nos oferece um campo de investigação amplo ao estudar a linguagem de modo reflexivo; como as instâncias textuais, produtos concretos das relações discursivas, atualizadas em práticas sociais, necessitam cada vez menos receber um olhar ingênuo, uma vez que possuem a capacidade de articular realidades, por reunir a ação, a representação e a identificação das práticas sociais e das estruturas sociais. Os textos inclusive dão-nos possibilidades de entendimento de como processos discursivos funcionam localizados nas ações da

sociedade, pois no mundo social, visões particulares (como a estereotipagem da situação de rua e a criminalização dos movimentos sociais) conseguem projetar-se por meio de sua capacidade de articular-se na vida cotidiana pelos mais diversos gêneros, em sofisticados discursos e estilos (FAIRCLOUGH, 2003).

A razão de tratar de textos em uma pesquisa sobre o MNPR teve que ver com o lugar que os discursos das coordenações do movimento social assumiam nas representações de sua luta; assim sendo, como vimos, foi problemático articular o discurso protagonista buscado pelo MNPR com o discurso ideológico de que as pessoas em situação de rua dão problemas para a construção da mobilização política do Movimento – de fato, como vimos no primeiro capítulo, a população em situação de rua é reflexo de um problema que não é de sua responsabilidade, mas de uma parte poderosa do Estado que, por tempos, a expulsou do espaço cidadão (assim como por outras instituições, como a Igreja, por exemplo, que construíram uma lógica de ser outrificado; como explica Collins (2016, p. 106) acerca da postura discursiva hegemônico-ideológica:

Compartilham a característica comum de tratar grupos dominados – os “outros” – como objetos aos quais faltam plena subjetividade humana. Por exemplo, ao enxergarem as mulheres negras como mulas teimosas e as brancas como cachorros obedientes, ambos os grupos são objetificados, mas de maneiras diferentes. Nenhuma das duas é vista como plenamente humana e, portanto, ambas se tornam elegíveis para modelos específicos de dominação de raça/gênero. No entanto, se as mulheres negras recusaram a aceitar o seu *status* prescrito de “outro” por excelência, então toda a justificativa para esse tipo de dominação torna-se contestada. Em resumo, maltratar uma mula ou um cachorro pode ser mais fácil do que maltratar uma pessoa que é reflexo da própria humanidade daquele que maltrata.

Lembremos que todo esse processo de construção simbólica se estabeleceu no mundo por meio dos diversos textos, e é ainda com vista neles, que tratamos do MSDALT, uma ferramenta de verdadeira utilidade para acessarmos níveis da superfície e da interioridade das representações discursivas do MNPR cristalizadas nas entrevistas. Alcançamos, então, antes de partir para as análises, expor como se delineou propriamente nosso trabalho em termos prévios ao escrutínio das manifestações discursivas do Movimento: foi importante articular o que tínhamos de conhecimento acerca do MNPR às questões metodológicas que uniam teoria e prática. Assim, no Capítulo 3, com esse esforço, mostramos uma pesquisa que se pautou pelo diálogo com o MNPR, entendido como parte fundamental do trabalho. O capítulo serviu também para mostrarmos a disponibilidade do Movimento ao nos receber em espaços tão seus,

sem, em momento algum, colocar dificuldades para a realização da pesquisa. É importante trazer isso à tona para reforçar nossa responsabilidade com o processo tanto de construção quanto de resultados, a fim de que a pesquisa não deixe de devolver ao MNPR o que foi gerado nesse período de trocas.

Os capítulos 4 e 5 serviram de base empírica para toda a discussão envolvida no momento analítico e no posterior, de crítica explanatória; ou seja, mostraram analiticamente o que a crítica explanatória complementou: a necessidade de o MNPR rever – de modo mais contundente – o nível (e o tipo) de envolvimento com o Estado e parcerias em comparação com a relação desenvolvida com os atores sociais em situação de rua. Com a crítica explanatória, pudemos provocar algumas questões, em um momento de discorrer sobre como os três primeiros capítulos desembocaram nas observações da reflexão analítica, além de introduzir e explicitar o conceito de ‘redes pragmáticas’, lançando, por fim, uma proposta de intervenção.

A título de fechamento, gostaria de destacar que as Forças que escrevem comigo e norteiam este trabalho não me deixam concebê-lo como mais um texto acadêmico realizado, uma parte da cadeia de gêneros localizados e definidos, como nos iluminam as teorias. Este trabalho pretende também ser uma plataforma para uma maior intervenção no mundo, para minha aplicação prática das redes pragmáticas e um convite a participarmos, de maneira conjunta, com o MNPR e os movimentos sociais na luta por uma agenda de mudança social estratégica e efetiva.

Não podemos deixar de registrar que este trabalho é encerrado em um momento extremamente difícil para o Brasil: um momento de sequestro de direitos conquistados, de fortes e sucessivos golpes antidemocráticos, de escalada da perspectiva ideológica de muitos discursos. Assim sendo, nossa pesquisa, apesar de centrar-se nele, não se restringe a falar do MNPR; mais, vai além, quer unir quem conseguir atingir para, juntos, irmos contra uma lógica que nos infecta os olhos, a mente e nossas bocas, engessando reações. Gostaria de destacar, no entanto, que essa influência de constrangimento estrutural não é mais forte do que o poder de ação daqueles/as que conseguem entender a gênese covarde, baseada e mantida na falta de tantos para a manutenção de tão poucos. A Força é como música, ninguém controla, e, aqui no Brasil, em uníssono com o que espalhou Miriam Makeba:

a Luta continua!

Mantém-te firme.
(“Mantém-te Firme”, Boss AC)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADICHIE, Chimamanda. O perigo de uma única história. *Youtube*. 7 de out de 2009, 2017. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=D9Ihs241zeg>>. Acesso: 15 de maio de 2017.

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. In: *Lua Nova*, vol. 76, São Paulo, 2009.

ANGROSINO, Michael. *Etnografia e observação participante* [recurso eletrônico]. Trad. José Fonseca. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BAIROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 458, jan. 1995. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16462/15034>>. Acesso: 1 maio 2017.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem: Problemas fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1981.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BARROS, Solange Maria; VIEIRA, Viviane; RESENDE, Viviane de Melo. Realismo crítico e análise de discurso crítica: hibridismos de fronteiras epistemológicas. *Polifonia* (UFMT), v. 23, p. 11-28, 2016.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. *Sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil: teorias de descolonização e saberes subalternos*. Tese (Doutorado em Sociologia)-Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. *Soc. estado*. [online]. 2015,

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. In: *Revista Sociedade e Estado* – vol. 31, núm. 1. Brasília: Instituto de Ciências Sociais, 2016.

BRASIL. Presidência da República. Decreto 7.053 de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm> Acesso: 10 de maio de 2017.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 7.492 de 2 de junho de 2011. Institui o Plano Brasil Sem Miséria. Brasília: Presidência da República, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7492.htm. Acesso: 5 de maio de 2017.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. Acesso: 12 de maio de 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Rua: aprendendo a contar* - pesquisa nacional sobre a população em situação de rua. Brasília: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2009a. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf . Acesso: 10 de maio de 2017.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2009b Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111977.htm. Acesso: 15 de maio de 2017.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. *Diálogos sobre a população em situação de rua no Brasil e na Europa: experiências do Distrito Federal, Paris e Londres*. Brasília: SDH, 2013.

CARNEIRO, Sueli; SANTOS, Thereza. *Mulher negra*. São Paulo: Nobel/Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 49, p. 117-132, 2003.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Tese (Doutorado em Educação). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse in late modernity: rethinking Critical Discourse Analysis*. Edinburgh: Edinbourg University, 1999.

CLACSO. *América Latina. Los derechos y las prácticas ciudadanas a la luz de los movimientos populares*. Buenos Aires: CLACSO, 2009.

COATES, Ta-Nehisi Coates. *Entre o mundo e eu* [Kindle Edition]. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

COLLINS, Patricia Hill. *Black sexual politics – african americans, gender and the new racismo*. Routledge. New York & London, 2004.

COLLINS, Patricia Hill. *On Intellectual Activism*. Philadelphia, PA: Temple University Press, 2013.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.

COSTA, Daniel de Lucca Reis. *A rua em movimento* - experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade de São Paulo, 2007.

COSTILLA, Lucio Oliver. Caráter das mudanças na América Latina: Algumas questões metodológicas. In: *Revista de estudos e pesquisas sobre as Américas* – vol. 8, núm. 2, Brasília, 2014.

COUTO, Berenice Rojas. *O direito social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?*. São Paulo: Cortez, 2008.

COX, Oliver Cromwell. *Caste, class, & race: a study in social dynamics*. Nova Iorque: Monthly Review Press, 1959.

CRESPO, Antônio Pedro Albernaz; GUROVITZ, Elaine. A pobreza como um fenômeno multidimensional. In: RAE-eletrônica. São Paulo, v. 1, nr. 2, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/raeel/v1n2/v1n2a03>. Acesso: 18 de maio de 2015.

DALBERIO, Osvaldo. *Os desafios éticos da pesquisa social*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Estadual Paulista, Franca, 2008.

FAIRCLOUGH, Norman. *Language and power*. Pearson Education, 1989.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Trad. (Org.) Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, Norman. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, Norman. *Critical Discourse Analysis. The Critical Study of Language*. London: Routledge, 2010.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Trad. José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Trad. Renato da Silveira. Salvador, 2008.

FERRO, Maria Carolina Tiraboschi. *Desafíos de la participación social: alcances y límites de la construcción de la política nacional para la población en situación de calle en Brasil*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política e Sociologia). FLACSO, Argentina, 2011.

FLICK, Uwe. *Qualidade na pesquisa qualitativa*. Trad. Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

FUZER, Cristiane; CABRAL, Sara Regina Scotta. *Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa*. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Artes e Letras, Departamento de Letras Vernáculas, Núcleo de Estudos em Língua Portuguesa, 2010.

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro. Modernidade e dupla consciência*, São Paulo, Rio de Janeiro, 34/Universidade Cândido Mendes – Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.

GOHN, Maria da Glória. *O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 2013.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo* [Edição digital]. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10 ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2005.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. *An Introduction to Functional Grammar*. 3rd ed. London: Arnold, 2014.

HAMMOUD, Ricardo H. Nahra. Crescimento, desenvolvimento e desigualdade de renda: análise dos clássicos – Furtado, Cardoso e o “milagre” econômico. In: Anais do XI Encontro Regional de Economia – ANPEC-Sul 2008. Curitiba, Universidade Federal do Paraná. Disponível em: http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/XI_ANPEC-Sul/artigos_aceitos.html. Acesso: 12 de maio de 2015.

INSTITUTO PÓLIS. *Cartilha para formação política do Movimento Nacional da População de Rua: Conhecer para lutar*. São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.polis.org.br/uploads/887/887.pdf>. Acesso: 15 de maio de 2017.

KRESS, Gunther R.; VAN LEEUWEN, Theo. *Reading images: The grammar of visual design*. Psychology Press, 1996.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metaphors we live by*. University of Chicago Press, 2003. (Kindle edition)

LÓPEZ, Alexis. Ser ou não ser Triqui: entre o narrativo e o político. In: LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos (orgs.). *Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

MALDONADO-TORRES, Nelson. 'On the coloniality of being'. In: *Cultural Studies*. Londres: Routledge, 2007.

MARCHESE, Mariana Carolina. *El texto como unidad de análisis socio-discursiva: Una propuesta a partir del Método sincrónico-diacrónico de análisis lingüístico de textos*, Buenos Aires: Editorial Tersites, 2011.

MARCHESE, Mariana Carolina. *Análisis crítico de la representación discursiva de la vivienda en historias de vida de sujetos en situaciones de pobreza urbana y en discursos del Estado: el déficit habitacional en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires en la posmodernidad..Tese (Doutorado em Linguística)*. Universidade de Buenos Aires, 2012.

MARCHESE, Mariana Carolina. Estado de excepción y políticas de emergencia: su impacto sobre la construcción simbólica del espacio habitacional. In: *Cadernos de Linguagem e Sociedade*. Brasília; v1, nr. 15, 2014.

MASON, Jennifer. Mixing methods in a qualitative driven way. *Qualitative Research*, 6 (1), 2006.

MBEMBE, Achille. “A era do humanismo está terminando”. 24 de janeiro de 2017. Disponível em < <http://www.ihu.unisinos.br/564255-achille-mbembe-a-era-do-humanismo-esta-terminando>>. Acesso: 5 de maio de 2017.

MELO, Tomás Henrique de Azevedo. *A Rua e a Sociedade: articulações políticas, socialidade e a luta por reconhecimento da população em situação de rua*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Paraná, 2011.

MELO, Tomás Henrique de Azevedo Gomes. Mundos que refugam, ruas como refúgio: reconfigurações no perfil social da população em situação de rua. *Revista Florestan*. Universidade Federal de São Carlos. Ano 3, n. 1, 2016

MIRZA, Christian Adel. *Movimientos sociales y partidos políticos en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2006

MOLINA, María Lucia. *La argumentación en las noticias: una aproximación al análisis de la estructura argumentativa a partir del modelo de Toulmin en el marco del Análisis Crítico del Discurso*. Buenos Aires: Tersites, 2012.

MONTECINO, Lesmer. *Discurso, pobreza y exclusión en América Latina*, Santiago: Cuarto Próprio, 2010.

MOORE, Carlos. *O marxismo e a questão racial: Karl Marx e Friedrich Engels frente ao racismo e à escravidão*. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

MORAES, Nathália Potiguara de. População em situação de rua e formação política: os aspectos formativos do movimento social. IX SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS DA UFPB, Brasil, 2016. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/ixsidh/ixsidh/paper/view/4563>>. Acesso: 20 maio 2017.

MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA et al. *Carta ao Presidente da República Federativa do Brasil*. Brasília: O Lutador, 2009.

MUNIZ, Kassandra da Silva. *Linguagem e identificação: uma contribuição para o debate sobre ações afirmativas para negros no Brasil*. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

NASCIMENTO, Wanderson Flor do. *Por uma vida descolonizada: diálogos entre a bioética de intervenção e os estudos sobre a colonialidade*. 2010. 128 f. Tese (Doutorado em Bioética)-Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

NEVES, Risalva Bernardino. *Discursos sobre mobilização grevista de professores/as em Brasília: "prejuízo para todos?"* Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

O que é a Teologia da Libertação? | Prof. Felipe Aquino. Disponível em: <http://blog.cancaonova.com/felipeaquino/2012/02/15/o-que-e-a-teologia-da-libertacao>. Acesso: 14 de maio de 2017.

OLIVER, Lucio. Conflictos y tensiones en torno del estado ampliado en América Latina Brasil y México entre la crisis orgánica del Estado y el problema de la hegemonía. In: GAVIA, Margarita Favela; GUILLÉN, Diana. *Los derechos y las prácticas ciudadanas a la luz de los movimientos populares*, Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2009.

PARDO ABRIL, Neyla Graciela. *Discurso En La Web: Pobreza en Youtube*. Bogotá: Editorial Universidad Nacional de Colombia, 2012.

PARDO ABRIL, Neyla. *Cómo hacer análisis crítico del discurso: una perspectiva latino-americana*. Santiago de Chile: Frasis, 2013.

PARDO, Laura. Latin-American discourse studies: state of the art and new perspectives. *Journal of Multicultural Discourses*, v. 5, n. 3, 2010,

PARDO, María Laura. *Teoría y metodología de la investigación lingüística: método sincrónico-diacrónico de análisis lingüístico de textos*. Buenos Aires: Tersites, 2011.

PARDO, María Laura. Metodología de la investigación en lingüística: reflexiones y propuesta. *Revista da ABRALIN*, v. 14, n. 2, 2015.

PARDO GIL, María Laura. Las representaciones socio-discursivas que sobre los jóvenes pobres ligados al delito crean los medios televisivos en Argentina. *Romanica Olomucensia*, v. 26, n. 2, 2014.

PEREIRA, Camila Potyara. *Rua sem saída: um estudo sobre a relação entre o Estado e a população de rua de Brasília*. Brasília: Ícone, 2009.

PINHO, Osmundo. Qual é a identidade do homem negro. *Democracia Viva*, Rio de Janeiro, p. 1 - 76, 01 jun. 2004.

Portal Sedes | Bahia Acolhe. Disponível em:
http://www.sedes.ba.gov.br/pagina/bahia_acolhe. Acesso: 17 de maio de 2017.

RAMALHO, Viviane; RESENDE, Viviane de Melo. *Análise de discurso (para) a crítica: O Texto como Material de Pesquisa*. Brasília: Pontes, 2011.

RAMALHO, Viviane; RESENDE, Viviane de Melo. *Análise de discurso (para) a crítica: O texto como material de pesquisa*. Campinas: Pontes Editores, 2011.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *O Problema Nacional do Brasil*. Uberaba: Editora Saga, 1960.

RATTS, Alex. Encruzilhadas por todo percurso: individualidade e coletividade no movimento negro de base acadêmica. In: PEREIRA, Amauri Mendes; SILVA, Joselinda. (Org.). *Movimento Negro Brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil*. Belo Horizonte-MG: Nandyala Livros e Serviços Ltda, 2009.

RESENDE, Viviane de Melo. A crise do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua: uma pesquisa em Realismo Crítico, Análise de Discurso Crítica e Etnografia. In: *XII Conferência Anual da Associação Internacional para o Realismo Crítico*, Niterói, 2009.

REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

RESENDE, Viviane de Melo. *Análise de Discurso Crítica e Etnografia: o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, sua crise e o protagonismo juvenil*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Linguística. Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

RESENDE, Viviane de Melo. *Análise de discurso crítica e realismo crítico: Implicações interdisciplinares*. Brasília: Pontes Editores, 2009.

RESENDE, Viviane de Melo. *Literatura de cordel no contexto do novo capitalismo: o discurso sobre a infância nas ruas*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília, Brasília. Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

RESENDE, Viviane de Melo; MARCHESE, Mariana Carolina. São as pessoas pobrezitas de espírito que agudizam a pobreza dos pobres: análise discursiva crítica de testemunho publicado na revista Cais o método sincrônico-diacrônico. In: *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 12, 2011.

RESENDE, Viviane de Melo; SILVA, Rosimeire Barbosa. Políticas públicas voltadas à situação de rua, discurso e (im)possibilidades de participação da sociedade civil: um caso no CIAMP RUA/DF. In: *II Simpósio Nacional sobre Democracia e Desigualdades*. Brasília, 2014.

ROMÃO, Frederico Lisboa.. Brasil década de 90: a recorrência das desigualdades em meio a muitas transformações. In: *XI Congresso Brasileiro de sociologia, 2003, Campinas*. Sociologia e conhecimento além das fronteiras. Campinas, 2003.

ROSA, Cleisa Moreno Maffei. *Vidas de rua*. São Paulo: Hucitec: Associação Rede Rua, 2005.

SANTOS, Gersiney Pablo. *O jornal Aurora da Rua e o protagonismo na situação de rua: um estudo discursivo crítico*. Dissertação de mestrado (Linguística). Universidade de Brasília, 2013.

SANTOS, Gersiney Pablo; RESENDE, Viviane de Melo. Veja o fim do arco-íris—uma análise do artigo “A geração tolerância” e a construção de identidades homossexuais. *Calidoscópio*, v. 10, n. 2, 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/cld.2012.102.03>>. Acesso: 10 de maio de 2017.

SEN, Amartya Kumar. *Desigualdade reexaminada*. Trad. Ricardo Doninelli Mendes. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, Denize Elena Garcia da. Margens de sentido(s) nas águas textuais e discursivas. *Universitas Humanas*. Brasília, 2012.

SILVA, Denize Elena Garcia da. Representações discursivas da pobreza e gramática. *D.E.L.T.A. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*. PUCSP, 2009c.

SILVA, Denize Elena Garcia. Representações discursivas da pobreza e gramática. In: *Revista Delta*, vol. 25, núm. 3, São Paulo, 2009b.

SILVA, Francisca Cordelia Oliveira da. *A construção social de identidades étnico-raciais: uma análise discursiva do racismo no Brasil*. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade de Brasília, Brasília, 2009a.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. *Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação no Brasil 1995-2005*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Política Social. Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. *Trabalho e população em situações de rua no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. *População em situação de rua no Brasil e lutas para públicas públicas ao seu alcance*. Texto para discussão. Brasília, 2010. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/339539697/Lucia-Lopes-Texto-Para-Discussao-Politica-Publicas-Para-Populacao-Em-Situacao-de-Rua>>. Acesso: 01 de julho de 2017.

SILVA, Rosemeire Barbosa. O processo de organização política da população em situação de rua na cidade de São Paulo: limites e possibilidades da participação social. São Carlos, 2008, São Carlos. *Seminário Nacional População em Situação de Rua*. São Carlos, 2008.

SILVERMAN, David. *Interpretação de dados qualitativos: métodos para análise de entrevistas, textos e interações*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed: Bookman, 2009.

SOUZA, Ana Lucia Silva. *Letramentos de reexistência: culturas e identidades no movimento hip hop*. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

SPOSATI, Aldaíza. *A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise*. 9º. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

THOMPSON, John B. *Ideología y cultura moderna – teoría social crítica em la era de la comunicación de masas*. México, DF: Universidad Autónoma Metropolitana, 2011.

TOULMIN, Stephen E. *Os usos do argumento*. Trad. Reinaldo Guarany. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

VAN LEEUWEN, Theo. *Discourse and practice: New tools for critical discourse analysis*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

I'm sending my condolence to fear....
(“Condolence”, Benjamin Clementine)

ANEXOS

EMISSÕES SELECIONADAS POR EIXO TEMÁTICO

QUESTÃO

“Como você observa o MNPR-SP na agenda de luta contra a situação de rua no Brasil?”

MSDALT - ENTREVISTA MNPR-SP EMISSÕES

- ATUAÇÃO -

Se1 - A proposta do Movimento, né, coordenação São Paulo, é dar protagonismo à população em situação de rua, é criar... nós temos uma plenária – FalaRua –, na cidade de São Paulo, onde a gente conversa, escuta, fala, ouve e não quer falar, mas a demanda do Movimento não é fazer política pública, né, é cobrar política pública, e nós, da coordenação São Paulo, não temos parceria, não temos convênio com o município, com o governo, com ninguém...

Se2 - é que a população de rua se organize, paute o que ela quer e o Movimento corre atrás junto com ela;

Se3 - a política não pode ser feita para ela, é com ela, né, e a proposta do Movimento é essa: que dialogue, que discute, que vai lá, que marquem reunião com o prefeito, que marquem reunião com o governador, que marquem reunião com os secretários, né, aonde a população possa falar, aonde o Movimento possa ser representativo, né, o protagonismo...

Se4 - se quiser qualquer um outro criar outro Movimento no estado de São Paulo, ele é livre, ele é independente, mas o papel nosso, enquanto coordenação aqui no estado de São Paulo é o diálogo com a gestão, com o governo pra ver que política...

Se5- agora, o Movimento tem um papel de pressão... né, e a hora que a pressão não funcionar o Movimento vai pra cima, então, nosso papel aqui enquanto é cobrar do município o que que tá havendo na política: “serviço de assistência social”,

Se6 - a rua não quer mais albergue, a rua quer outra política...

Se7 - porque os albergues hoje ele é feito, na cidade de São Paulo, por organizações... e que não está bem... para o Movimento não tá bem, para o Movimento tem uma demanda muito grande aí, que as entidades não representam essa rua, que as entidades tutelam essa população em situação de rua, e Movimento não;

Se8 - o papel do Movimento é “ele não quer só comida”, não, ele quer outras coisas, ele quer reinserção de volta ao mercado de trabalho, ele quer cultura, ele quer atividades, e muitas vezes o equipamento não dá isso: as organizações dá sopa, dá isso, dá comida e não dá o protagonismo pra ele poder caminhar...

- RELAÇÃO COM O ESTADO -

Se9 - Pablo, a gente era invisível, antes do Governo, antes do Governo olhar de fato pra nós – o Governo Federal –, a gente era invisível; a gente tinha muita morte; não existia Política; existia política da caridade: “abre um alberguezinho ali, dá uma sopinha...”, hoje já não; hoje a gente é visível, né;

Se10 - então, a importância do diálogo com o Governo é fundamental, deu uma visibilidade ao Movimento hoje princi... eu vou dizer uma coisa pra você: o governo de São Paulo, da Prefeitura de São Paulo não dialoga se o Movimento não tiver na reunião, não dialoga se não tiver a presença do Movimento; nós já tivemos três reuniões com o

prefeito aqui de São Paulo, e tamos tendo várias reuniões com secretários, se alguém marcar reunião em nome do Movimento e não tiver a coordenação ou alguém do Movimento não tem reunião, é isso que é importante para o Movimento: “o Anderson tá viajando...”, a equipe tá lá, a equipe do Movimento;

Se11 - então, pra nós o Governo tem que reconhecer como protagonista o Movimento da População de Rua e isso, nesses dez anos, eu falo que foi um avanço, foi um avanço esse reconhecimento; né, hoje a gente tem parcerias com o Ministério do Trabalho: a questão da economia solidária, sete cidades hoje têm recurso do Ministério do Trabalho, fazendo economia solidária, a mais atrasada é São Paulo, que ainda não começou, né – mas a gente vai cobrar isso agora –, mas Belo Horizonte, DF, Rio de Janeiro... Rio de Janeiro não... eh... – deu um branco agora –... desculpa... Salvador, Espírito Santo, né, essas cidades que eu tou te falando já têm hoje o recurso da economia solidária do Ministério da Cidade, fazendo lá grupos de economia solidária da rua;

Se12 - nós temos recurso direto apontado do MDS, que nós não tínhamos, e é tudo apontado pelas organizações... hoje não: nós fizemos uma capacitação de lideranças com parceria com o MDS, recursos do MDS, setecentos mil reais pra capacitar lideranças pra criação do Movimento; conseguimos criar o Movimento; nós temos recurso do Ministério da Saúde hoje... né pouquinho dinheiro, né; o Ministério da Saúde também vai apoiar o nosso terceiro Encontro, em Brasília, com ônibus, com tudo; tivemos agora – eu vou até te passar, que isso vai acontecer na Região Oeste –, nós tivemos uma formação de liderança da Região Sudeste, sobre a saúde no Espírito Santo, né... fizemos um material (ANDERSON PEDE UMA CARTILHA A UM COMPANHEIRO)...

Se13 - fizemos uma cartilha, da rua pra rua, não é da gestão; nós não queremos que a rua vá no serviço... é que a gestão conheça o direito da rua, né; então, esse é um pouco nosso trabalho aqui no estado e na cidade de São Paulo, né; saúde da população...

Se14 - então, aí, veio também um recurso do Ministério da Saúde, onde a gente conseguiu com fotos... isso é muito legal, né, em parceria, aqui, com a RedeRua, né, e aonde a gente junto fez essa cartilha, né, a gente junto fez isso, teve recurso... cada um... ninguém ficou – São Paulo principalmente –, cada um recebeu seu dinheirinho, cada um foi lá, participou, certo? o Movimento falou “não, esse dinheiro vai pra fundo do Movimento...”, não: é dele! ele recebeu dinheiro pra almoçar... se ele quiser beber cachaça é problema dele... se ele quiser usar droga é problema dele; o papel do Movimento é garantir o direito dele de pegar na mão o dinheiro, de fazer uma cartilha...

Se15 - porque muitas vezes a pessoa “não, não dá dinheiro não! Tira o Bolsa-Família!”, eu escutei isso lá no Belém do Pará: “Não, morador de rua tinha é que dar uma cesta básica, só pra ele fazer comida na rua, e tira o Bolsa-Família dele...”, eu quase voei na gargantilha de uma pessoa que falou isso; imbecil, que quer voltar ao assistencialismo e o Movimento não quer isso;

Se16 - ele tem o Bolsa-Família dele? que ele possa pegar transporte, que ele possa arrumar emprego, que ele possa comer o que ele quiser, dormir aonde ele quiser, né verdade? e não a tutela do Estado;

Se17 - então, o nosso papel é que o Estado não tutele ele, que o Estado não “ai, coitadinho, pobrezinho, eu vou botar ele num alberguezinho”, ele não vai pro albergue enquanto o albergue tiver ruim, o albergue tiver sujo, o albergue não der condições: o equipamento hoje não dá condições a população de rua a nível nacional não; você pega no DF o albergão de Taguatinga, né, lá no Areal: aquilo é horrível... o Movimento brigou muitas vezes lá,

Se18 - então, a mesma luta do DF é a mesma luta de São Paulo, é a mesma de Minas, é a mesma luta da Bahia, né, só que tem momentos que a gente faz uma separação porque

é uma briga... mas é a luta igual: o albergue que tá no DF é o albergue que tá em São Paulo... mas tem um albergue aqui horrível! Muita gente acha bom, mas não é; chama Arsenal da Esperança; aquilo lá acolhe mil e duzentos homens, sabe, muita gente bate palma... nós do Movimento não; aquilo ali é um presídio, certo?! as pessoas não têm dignidade, aí, você capacita dez só pessoas e o restante fica lá, então, pra nós...

Se19 - nós não queremos esse tipo de equipamento, nós queremos repúblicas melhores, com dez pessoas: que elas tenham a chave da porta, que elas possam sair, que elas possam entrar, que elas possam trabalhar, que elas possam estudar; o cara que tá no albergue ele não pode estudar; isso é gestão; isso é do governo, e não poderia acontecer, porque, se você vai pra estudar, você não janta: porque tem regra pra comer, regra pra dormir; se você quer voltar à universidade, você não tem os acessos de volta; então, essa é uma proposta do Movimento de modificar, né...

- RELAÇÃO COM PARCERIAS -

Se20 - Primeiro que é uma relação complicada, muito complicada, porque é assim: os apoiadores, a partir do momento que começam a apoiar o Movimento, acha que é dona do Movimento, quer mandar no Movimento, e não é isso, apoiar é fortalecer, e, pra mim, que venho do protagonismo da rua, o apoiador não pode ser dono,

Se21 - que nem aqui: por que hoje eu tenho o Sindicato dos Comerciários como apoiador? porque, desde o presidente a sua diretoria, não falam um “a” pra mim, eles apoiam, e a hora que não é pra apoiar também eles falam “ó, não tenho dinheiro... não vou te dar... e não acredito nisso!”, e não acreditam mesmo; agora, parceiro ou apoiador não pode ser tutelador do Movimento;

Se22 - o Movimento ele precisa criar um “bum” e muitas vezes a gente rompe com alguns apoiadores e parceiros por causa disso, e eu mesmo, aqui, eu vou falar bem claro pra você, não tenho papa na língua: o Movimento de São Paulo rompeu com a Pastoral de São Paulo; hoje nós temos... não é mais nossa parceira porque ela quis tutelar o Movimento, usar o nome do Movimento, marcar reuniões com o Movimento, falar pelo Movimento, e não é isso; se não tiver Darcy, Anderson, Leandro, Tiago e a equipe do Movimento numa reunião com a gestão é tutelação, é cooptação, tá certo?

Se23 - então, o papel do Movimento é que a gente leve os parceiros pra reunião, não parceiros marquem reunião em nosso nome, entendeu? quem tem... quem é o protagonista, quem é o cara da história é a rua, ele é quem tem que falar; então, não adianta chegar um prefeito falar “e aí, entidade?”, ela tá recebendo recurso da gestão pra melhorar e ela não tá melhorando; então, muitas vezes, a gente leva parceiro pra ele nos fortalecer e não nos diminuir, e não querer passar por cima do Movimento, cortar o Movimento, tomar decisões, depois pega um convênio lá e vai embora e a gente fica chupando dedo....

Se24 - hoje o Movimento foi despejado de uma casa de um parceiro, mas nem por isso o Movimento parou, a gente continua nossa ação, conseguimos agora uma nova sede pela prefeitura de São Paulo, um espaço que era um albergue, que tava abandonado... essa semana o Movimento pega a chave... tá lá, a gente vai pegar a chave do novo espaço e vamos fazer um monte de coisas lá dentro pra população de rua, até pro povo dormir...

Se25 - nós vamos acatar... porque o cara não pode dormir na rua porque o albergue... porque ele tomou uma cachaça... “porque ele não é isso”... porque ele não quer tomar banho... ou começa a modificar isso ou então ‘parceiro’ não é isso, né;

Se26 - então, o papel do Movimento é reeducar a sociedade, reeducar a rua pra uma nova dinâmica e trazer pra academia o que que é vivência da rua, né;

Se27 - muitas vezes, o cara não trabalha de carteira registrada não é porque ele não quer, porque ele perdeu... ele tá há vinte anos, há dez anos, há quinze anos... na hora que chega alguém mandando nele ele vai falar “vai se ferrar!”, “vai praquela lugar!” porque ele não acredita mais nisso; agora, como você pode fomentar esse cara da rua na cultura dele, na atividade dele... ele pode ser uma outra coisa, não precisa ele tar de carteira registrada, né verdade?

Se28 - eu falo muito isso bem pras pessoas; eu tou no sindicato há sete anos porque o sindicato me liberou pra continuar a luta do Movimento, porque o dia em que o sindicato falar “você vai ficar dentro dessa sala trancado”, eu não estou mais aqui, não é mais o Anderson, né;

Se29 - então, são essa discussão... parceiro é pra dar parceria, apoiador é pra apoiar e não pra tutelar e nós temos isso muito hoje: apoiadores que falam que apoiam, mas na hora H ele tutela, ele toma tudo pra ele e não deixa a rua caminhar; isso não só acontece nas cidades, isso acontece no estado e nacionalmente, quando você vai ver já teve reunião com a prefeitura, já teve reunião com o governo do estado e já teve até reunião em Brasília com algum ministério de apoiadores ou parceiros do Movimento que tá lá discutindo em nome do Movimento, né...

Se30 - e pra nós não é... se não tiver a participação do Movimento, da coordenação nacional não é parceiro nem apoiador nosso.

MSDALT - ENTREVISTA MNPR-MG
EMISSÕES
- ATUAÇÃO -

Me1 - Então, eh, o Movimento Nacional de Minas Gerais, essa base de Minas Gerais... até porque o Movimento começa com São Paulo e Minas Gerais, né, nasce do fruto dessas duas cidades, resultado de um trabalho também de... do pessoal da Igreja Católica, da CNBB, da CRB, que já tinha algum trabalho com população em situação de rua e que tinha um trabalho voltado na lógica da construção de política pública, né;

Me2 - porque trabalho com população de rua muitas pessoas têm, agora, trabalho voltado pra construir política pública esses grupos já tinha;

Me3 - então, o Movimento de Minas Gerais ele vem desse processo até que antecede o próprio Movimento Nacional: já existiam grupos organizados, já existiam conquistas políticas na cidade de Belo Horizonte, né, por conta da organização da população de rua com alguns parceiros, né, mas ele segue ocupando um papel de liderança;

Me4 - o Movimento de Minas tem um papel... eh... e não é por vaidade dizer isso, mas ele tem um papel de relevância desse processo na construção da Política, né, eh... as conquistas nacionais, se posso assim dizer, elas começaram, pelo menos, passaram por uma discussão feita em Minas Gerais, em Belo Horizonte, enfim feita num contexto geral com os demais coordenadores, mas feita em Belo Horizonte, né, eh... já tem um fórum de população de rua já há muitos anos, tem um comitê consolidado hoje, né, tem uma participação massiva dos companheiros nesse processo de conferência de saúde, de conferência de assistência, de conferência de simpósio de direitos humanos, né, enfim;

Me5 - então, o Movimento de Minas tem esse – vamos chamar de – diferencial, né, eh, na condução da Política Nacional, na condução das discussões nacionais que se passam, né... eh... junto com São Paulo, evidentemente;

Me6 - os dois grupos surgem juntos após, eh... após alguns... uns dois, três anos a gente realiza, numa parceria com o Governo Federal, né... eh... uma grande mobilização nacional, na tentativa de encontrar novas lideranças e, aí, tem a chegada da Bahia, do Distrito Federal, do Paraná, do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro, hoje, nós temos aí o Espírito Santo, o Rio Grande do Norte...

Me7 - enfim, mas o Movimento de Minas protagoniza essa história da formação dessas células-base em cada cidade, em cada capital brasileira, nas onze capitais brasileiras em que nós nos fazemos presentes, né;

Me8 - então, nós carregamos uma responsabilidade imensa na condução desse trabalho, hoje mais aliviados: hoje a gente pode dividir com a companheirada toda, né... eh... tem uma galera bastante interessante, bastante formada politicamente – acho que eu posso assim dizer, né – no contexto de discutir a população em situação de rua.

Me9 - Pois é, tem algumas... essas conquistas que eu tou falando... tem o Centro Nacional foi uma conquista do Movimento Nacional, o serviço do Disque 100, que precisa melhorar muito, mas é um serviço que recebe denúncia de violação de direito contra a população de rua também nível nacional, hoje a gente tem um projeto... cinco capitais com secretaria nacional de economia solidária, um projeto de empreendedorismo... eh...

Me10 - tamos aí às portas de realizar o III Encontro Nacional – lembrar que o Encontro é uma agenda do Governo, né, é uma agenda do Movimento, mas é uma agenda que o Governo custeia, que o Governo financia, né, eh... depois na implantação do comitê... eh, várias cidades brasileiras já criaram seus comitês, né, em que pese que alguns não está funcionando direito ou que tem um funcionamento precário, mas criaram esses espaços, né, acho que, eh, deu uma visibilidade maior pra questão da população de rua,

também em face de ter representante do Movimento no Conselho de Saúde, no Conselho de Direitos Humanos, no Conselho de Assistência, eh, esse público ganha uma visibilidade maior nas discussões políticas, em nível nacional e a relação do...

Me11 - porque quem dialoga conosco do governo federal é o CIAMP-Rua – Comitê Interministerial de Acompanhamento e Monitoramento da Política para a População de Rua –, sediado na Secretaria de Direitos Humanos, coordenado pelo Carlos, Carlos Ricardo Júnior, eh, e a gente tem avançado, né, nas discussões, né, algumas coisas têm...

Me12 - nós temos dado conta de acompanhar, pelo menos, monitorar algumas coisas, eh, registrar as denúncias, né, mas temos muito pra fazer ainda, né, temos a necessidade de incluir a população de rua no censo do IBGE, no censo demográfico do IBGE ou, então, pensar uma modalidade de contabilizar essa população de uma forma geral, né;

Me13 - tamos fazendo uma discussão muito interessante quando discutimos moradia, eh, no foco do direito de morar e não do direito à propriedade é uma busca nossa de romper com o serviço de abrigo: a gente acha que essa modalidade tá obsoleta, não dá mais pra viver assim, eh,

Me14 - tem uma discussão bastante interessante com o Ministério da Justiça, né, no sentido de capacitar ou sensibilizar as forças de segurança pública do País de que esse sujeito que tá na rua não é um criminoso, ele é uma vítima e, aí, a polícia precisava proteger ele, muitas vezes ela é a grande violadora de direitos desse sujeito, né,

Me15 - temos uma discussão ferrenha, né, eh, com essa coisa do crack, porque o crack também é rotulado com o cara que tá em situação de rua, então, parece que o dependente de crack é esse sujeito que tá na rua só porque ele se apresenta sujo, muitas vezes, e, na verdade, é porque a cidade não tem uma estrutura pra que ele vá fazer a sua higiene e esse sujeito se apresenta sujo, muitas vezes, parece que ele é o grande responsável pelo crack;

Me16 - a redução da maioria penal é um tema que nos interessa, até porque nós trabalhamos com um público que é acima de dezoito anos e reduzindo a maioria penal... reduzindo a maioria, eh, a gente vai ter um público dois anos a menos também que a gente vai ter que tomar uma discussão e entrar pra dentro dessa sistemática...

Me17 - mas tem se dado uma relação bastante franca, pelo menos, né, senão boa, mas bastante franca, né, onde as coisas são ditas e... são encaminhadas, né; quando a coisa apela, não tem jeito de resolver via comitê, a gente tem outra estratégia: vai procurar o ministro, vai procurar a presidente ou, enfim, a Secretaria Geral, a Casa Civil pra dar esses encaminhamentos, mas tem sido, desde o início do Governo Lula, eh, um bom diálogo, não é... pelo menos um diálogo porque, na verdade, o governo que antecedeu o Governo Lula se negou a receber a população de rua, disse que não falava com esse segmento, né, e do Governo Lula pra cá a gente pelo menos teve a oportunidade de... nos expressarmos, de dizer, eh, o que que queremos.

Me18 - Eu acho que, pra além das conquistas políticas, né, se você pensar, se eu disser pra você Centro Nacional de Defesa, o serviço do Disque 100, eh, a vinda pra dentro do Conselho Nacional de Assistência, do Conselho Nacional de Saúde, a conquista no ano passado – ou no início desse ano, se não me engano – da vaga no Conselho Nacional de Direitos Humanos... eh... a gratuidade nos restaurantes populares de algumas cidades de Minas... eh... a implantação de comitês de equidade de saúde em algumas cidades brasileiras, entre elas Curitiba, Salvador, né;

Me19 - acho que, pra além disso, eh, acho que o conhecimento político é a grande conquista, né, de uma forma geral na companheirada, né, você pegar essa galera que ontem tava degradada na rua, tomando pinga, né, eh, desacreditada e desacreditando, né,

e pegar essa galera hoje e perceber ela como agente político, não é, eh, não tenho dúvida que esse é o grande ganho, que esse é... a grande vitória do Movimento, né;

Me20 - o Movimento como um redutor de danos, eu costumo chamar, né; o Movimento como algo que acende uma luz no sujeito e ele diz “olha, eu vou tomar isso aqui como caminho de vida” e isso tem dado certo pra muitas pessoas, né; então, eu acho que essa é a grande vitória,

Me21 - fora as amizades que você faz, essa relação de parceria com os parceiros históricos e com os parceiros recentes, que também te dá uma certeza de que você tá no caminho certo quando você pega a academia tentando... quando você pega pessoas que tão fazendo doutorado e que querem entrevistar o Movimento, saber o percurso do Movimento, cê diz “olha, isso tá dando certo porque tá despertando o interesse de alguém”, né, então, acho que essa é a grande, a grande conquista, né... abstrata, né, pra além das concretas, mas a grande conquista.

Me22 - Nossa! Muito, muito, muito, muito, muito, muito... por fazer, muito, né, eh, levar a conscientização hoje de... pra dentro e pra fora, né, é muito complicado, né, pra dentro, cê levar pra rua... essa coisa do direito do sujeito... do... explicar pra ele que o albergue é um equipamento público, não é, estatal, público, eh, é muito complicado;

Me23 - levar isso pra fora também não é fácil, levar isso prum CDL – Câmara dos Dirigentes Logistas –, por exemplo, de que o cara que dorme de frente à Ricardo Eletro, né, que prejudica as vendas do Ricardo, né, porque ele tá ali na... eh... na frente da loja dele, deixa toda uma sujeirada... então, levar essa consciência pra sociedade também não é uma tarefa fácil;

Me24 - então, acho que a gente tem muito o que fazer, muito o que desenvolver e nos coletivos que participamos também, né...

Me25 - eu penso que boa parte da política para a população de rua ainda não tá pronta, não é, eh, a espécie, a modalidade de habitação que vai contemplar essa população de rua não tá desenhada ainda, não é,

Me26 - o que você tem desenhado de habitação hoje é a lógica do compre e vende, então... e não é essa pra população de rua,

Me27 - a modalidade de escola, de retomada do ensino, do estudo da população de rua, ainda não tá desenhada, né, o EJA não atendeu – atende um aqui, outro acolá –, a escola formal que tá aí não atendeu e a gente não conseguiu ou não chegou a hora de a gente pensar essa modalidade, né;

Me28 - o atendimento de saúde da população de rua começa a ser desenhado com essa lógica do Consultório na Rua, mas também não sabemos se é isso: é uma coisa que tá aí, nova, que tem dado certo em um lugar e em outro não, mas que tá em teste, né,

Me29 - então, talvez o atendimento de saúde da população de rua ainda não tenha se concretizado no papel, não tenha sido desenhado da forma que vai atender a população de rua, né;

Me30 - é pensar a aposentadoria dessa população de rua, pensar um... – como é que eu vou chamar – pensar uma... – não é indenização, não – mas pensar uma reparação:

Me31 - é quando o Estado deixa esse sujeito de situação de rua, esse sujeito vai envelhecer mais rápido e vai morrer mais rápido, não é, e, aí, talvez, esse cara não alcance nem a idade de aposentar;

Me32 - então, pensar num benefício que venha a cobrir, eh, esse dano causado pelo Estado brasileiro, muitas vezes, na vida do sujeito ainda não foi pensado, né, mas já conversamos sobre isso, mas ainda não desenhamos como isso vai se dar, não sentamos com a gestão... e... dizer “olha, teria que ser dessa forma pra gente poder ir adequando”.

[... -

Me33 - Acho que eles foram bons; acho que, assim, acho que eles vão melhorar muito, né, eh, eu começo a achar que de dois em dois anos é muito pouco tempo, acho que ele pode ter uma esparsialidade maior aí, três, quatro anos, não sei, né, mas acho que eles foram muito bons, tanto o de Salvador quanto o de Curitiba, né,

Me34 - demonstraram força da rua, acho que isso ficou marcado, assim, é possível organizar, né, e a galera deu conta de ir, deu conta de participar, não houve uma evasão, de chegar: "ah! chegar lá, vai ficar cinquenta... vai levar quinhentos, chegar lá, vai ficar cinquenta pessoas", não foi nada disso, não é, eh,

Me35 - houve um respeito da gestão que teve presente, do poder público que teve presente, municipal, estadual, nacional... os parceiros compraram a ideia, não é, compraram a nossa ideia desde o primeiro congresso e entraram junto... "vocês querem?", "queremos", "pois, vamos fazer, ué", né, apostaram as fichas e, assim, não se arrependeram de ter apostado, eh,

Me36 - e acho que, novamente, o ganho político do Movimento da População de Rua com a realização dos Congressos é, assim, algo gigantesco, né, todo mundo se refere...

Me37 - hoje, você chega em Fortaleza e o sujeito que não foi ao Congresso já tá inserido no Movimento, ele diz: "óí, no próximo Congresso quero tar lá, hein!", "eu preciso tar lá, garante o meu lugar lá, não-sei-o-quê", como se fosse uma coisa de garantir lugar também, mas eu acho que, eh, o Congresso tem chamado as pessoas pra discussão política, assim, pra... esse processo.

- RELAÇÃO COM O ESTADO -

Me38 - Não é ruim; assim, eh, na criação do Movimento a gente tinha o dilema de "olha, esse Movimento vai ser um movimento de resistência ou vai ser um movimento de diálogo?", não é, "vai ser um movimento que vai pleitear espaço em conselho, vai pra dentro das conferências", e a gente optou por ser um movimento de diálogo, eh, porque percebia a incapacidade nossa, que ainda existe, eh, de fazer o enfrentamento:

Me39 - população de rua não faz ocupação, por exemplo, né, população de rua não fecha avenida, né, não tem isso como ação, não é, o Movimento não tem isso como ação...

[...]

Me40 - Eu acho que porque é dispersa, porque a população de rua é dispersa e porque o Movimento não tem material humano pra isso, né;

Me41 - então, uma coisa é falar da população de rua, outra coisa é do Movimento da População de Rua: "todo mundo que tá na rua é do Movimento?", diria a você "não", todo mundo que tá na rua nem conhece o Movimento, não é, se você fizer uma pergunta hoje, eh: "você conhece o Movimento da População de Rua?"... a última vez que essa pergunta foi feita foi no estado de Minas Gerais em de duzentos e vinte e dois municípios e 5,75% das pessoas disseram já ter conhecido ou ter ouvido falar do Movimento; então, nós temos um grande número de pessoas que nem sabem da existência do Movimento ainda, né,

Me42 - mas nessa estratégia que a gente adotou de ser um movimento que ia pra dentro, que ia participar dos espaços de decisão, de conferências, conselhos, enfim, comitês, né, eh, a relação com o Estado de Minas se deu, eh, de uma forma muito boa:

Me43 - nós temos em Minas Gerais hoje uma lei estadual pra população de rua sancionada pelo governo do estado, eh, tamos implantando um comitê estadual, temos um comitê municipal da cidade de Belo Horizonte, eh, temos assegurado em Belo Horizonte, e mais algumas cidades mineiras, a gratuidade da alimentação nos

restaurantes populares da cidade... eh, temos duas repúblicas, né, eh, de abrigo em Belo Horizonte e...

Me44 - ou eu tou muito enganado ou aconteceu do mês passado pra cá, mas é a única cidade do Brasil que tem essa modalidade de abrigamen... de acolhimento, né, temos o primeiro Centro POP do Brasil, já há quinze anos, no orçamento participativo, ainda não existia Movimento, a população de rua conquistou um espaço no Centro de Referência voltado pra população de rua que depois o MDS, que o CNAS acabou por adaptar ele como Centro POP, né, tivemos o primeiro posto de saúde do Brasil a atender a população de rua, eh, independente de comprovar o endereço, essa coisa de território, que é o posto de saúde Carlos Chagas, né;

Me45 - então, nós temos, eh, tem sido uma relação boa com o poder público, tanto municipal quanto estadual, lá em Minas, não porque os governos são bonzinhos, mas porque existe uma boa costura, uma boa articulação política entre Movimento e essa relação de parceria, os grupos que defendem a população em situação de rua, que fez com que essa coisa avançasse dessa forma em Minas, né;

Me46 - hoje temos uma... encontramos uma certa resistência no gestor municipal de Belo Horizonte, tá muito aquém daquilo que já foi um dia o serviço de abordagem, o serviço de acolhimento, né,

Me47 - mas a gente tem levado isso como denúncia, envolvido o Ministério Público, né, e a coisa tem acontecido, a gente tem feito a coisa acontecer, em que pese que... são mil oitocentos e vinte e sete pessoas, segundo o último censo realizado em Belo Horizonte em situação de rua... né, nós vamos ter lá um acolhimento que não consegue abrigar mil pessoas;

Me48 - então, nós temos também uma deficiência grande do Estado no que tange ao acolhimento, no que tange à necessidade de política, mas tem sido uma relação bacana, né, assim, de muita briga, de muito embate, mas de muita conquista.

[...]

Me49 - com a gestão de uma forma geral: com a gestão federal, com a gestão estadual, com a ge... porque você precisa discutir política aonde você tá, principalmente, na ponta, principalmente do município;

Me50 - acho que o fundamental de discutir a política é no município porque é lá que o cara sofre: o PM que bate no sujeito, eh, é ligado à secretaria de justiça sim, recebe do governador sim, mas atua na cidade, atua no território, ali na cidade, então, pensar a política pública é fundamental que se pense ela no município, né;

Me51 - não é que a gente não vá pensar no estado, na União, não, a gente até começou pelo contrário, pensou um decreto nacional, pensou uma política nacional pra depois disseminar no restante dos municípios, mas pensar a implantação disso é fundamental pensar no município e é fundamental pensar essas estratégias, né, de funcionamento:

Me52 - por exemplo, tem local que você, eh, vai conseguir atender mais as pessoas no Centro POP se você atender elas à noite, né, se você pensar em uma cidade como o Rio de Janeiro, onde a população tá pulverizada, tá vendendo um picolé, tá na praia, tá não-sei-o-quê, se você pensar um Centro POP fazendo um atendimento noturno, talvez você tenha um público muito – não tou dizendo que vai ter – mas, talvez, você tenha um público muito maior pra você atender e você consiga levar até mais serviço do que você atender de dia, quando o sujeito não tá lá, né, eh...

Me53 - pensar um atendimento jurídico, com defensoria, com... Ministério Público, não é, tirar o Ministério Público de dentro do paletó do Ministério Público e colocar ele, eh, no chão da calçada onde o sujeito tá também é um desafio,

Me54 - esse acesso à justiça também é um desafio pra população de rua que tá na rua, não tem nem mesmo onde guardar a intimação que recebe ou o papel que tá marcada a data da sua audiência,

Me55 - então, pensar essas estratégias, eh, e... de forma intersetorial, onde as políticas se conversem: é preciso que as políticas se conversem, é preciso que a saúde saiba o que a assistência tá fazendo, que a assistência que atende o sujeito saiba qual as pendências do sujeito que tá sendo cuidado pela justiça, pela defensoria, pelo Ministério Público, é preciso que esse grupo, eh... assessor o caboclo, ou crie estratégia pra esse caboclo poder retomar os estudos na escola do bairro,

Me56 - enfim, eh, então, pensar essa intersetorialidade, que é uma cabeça de bacalhau, né, mas que é fundamental que se pense,

Me57 - então, pensar essa intersetorialidade é um grande desafio, eh, que nós temos ainda pela frente na demanda de uma população de rua que só aumenta, né, que cada ano você tem mais gente na rua, né;

Me58 - pensar uma forma de trabalhar uma sociedade brasileira, eh,

Me59 - uma prevenção do estado brasileiro antes do sujeito ir pra rua, né, também é fundamental porque senão você ter cada vez mais pessoas em situação de rua, e você fica enxugando gelo, né,

Me60 - eh, fazendo mais bandeira de movimento, fazendo mais participação, fazendo mais não-sei-o-quê, mas, na verdade, o seu problema vai só aumentando e você não dá cabo disso: nem você nem o Estado nem o parceiro nem ninguém,

Me61 - então, eu acho que esse coletivo todo precisa pensar a estratégia de... eh... pensar um País... eh... onde você só more na rua se for por opção mesmo, você, “não, eu vou morar lá”, não é,

Me62 - eh, porque hoje ninguém mora na rua porque quer... muitas pessoas até dizem “tem gente que disse que mora na rua porque quer”, é um restinho de orgulho que sobrou dentro do sujeito e ele vai te responder: “você mora na rua?”, “moro na rua porque eu quero”, não é,

Me63 - mas certamente não é porque ele quer: ele mora na rua porque ele não tem nenhuma outra opção de morar, de... não conhece nenhum caminho pra sair dali, então, acho que nós temos grandes desafios aí.

- RELAÇÃO COM PARCERIAS -

Me64 - Então, eu conheci o Movimento, né... no tempo que eu cheguei os meninos já tavam prontos, não é;

Me65 - eu conheci o Movimento trabalhando em parceria com alguns organismos que eu considero bastante interessantes: eh, o NEPPoS, o GEST – se não me falha a memória –, são dois grupos de pesquisa da UnB, né, através da Profa. Maria Lucia Lopes... eh... foi naquele período um grande parceiro;

Me66 - eu me lembro quando do segundo Encontro, ajudou a gente a elaborar uma carta com treze pontos de reivindicação, ajudou a gente a construir a Política Nacional, junto com esses grupos, a Pastoral Nacional do Povo na Rua, né, eh, o Centro Gaspar Garcia, de São Paulo, né, a Organização do Auxílio Fraternal, de São Paulo, né, as pastorais de rua espalhadas por algumas cidades brasileiras, eh, foram e, algumas vezes, ainda são... foram parceiras históricas, mas alguns já são parceiros de suma importância para nós;

Me67 - com o crescimento do Movimento e com o crescimento da participação dos membros do Movimento em espaços colegiados, em espaços democráticos, não é, novos parceiros começam a aparecer, né,

Me68 - eu poderia citar, em Minas Gerais, o Instituto Polos, da UFMG, né, o Fórum Mineiro de Direitos Humanos, eh, a Pastoral Carcerária, eh, a ASMARE, né, um organismo dos catadores, o próprio Movimento Nacional dos Catadores, eh, no Paraná, o Cefuria – o Centro de Formação Urbano Irmã Araújo, Cefuria, né –, que foi o nosso parceiro na realização do II Congresso do Movimento Nacional, né, alguns grupos também da Bahia – não vou me lembrar o nome agora – enfim,

Me69 - mas tem uma rede de parceiros que trabalha com o Movimento, que, eh, às vezes, não são parceiros financeiros, mas são parceiros estratégicos e políticos do Movimento, né...

[...]

Me70 - eh... essa relação, porque você vai... até porque discutir parceria é complicado, né, você vai tratar de movimento social, então, você tem, eh, parceiro, eh, você tem aquele parceiro do momento, que vai te ajudar a fazer um evento na praça, mas você tem um cara que você chama de “aliado”, que é aquele cara que tá do seu lado o tempo todo, né, eh, que é esse cara que... é essa entidade, esse organismo que vai te ajudar a discutir politicamente...

Me71 - por exemplo, pensa você em um grupo da população de rua pra elaborar um decreto, não é, eh, ainda que pese que você vai encontrar pessoas em situação de rua com... ensino superior, tarará, mas é um número muito baixo e essas pessoas não estão no Movimento, não é,

Me72 - então, você tá falando de uma galera de ensino fundamental completo ou incompleto e que não ia dar conta de elaborar um decreto de pensar uma lei, de pensar uma normativa, né...

Me73 - a importância dessa relação de parceria se dá quando o sujeito dispõe do seu tempo e do seu conhecimento em prol da luta que é do Movimento;

Me74 - acho que esse é o grande parceiro que nós temos, né, até mais do que o parceiro que coloca dinheiro, enfim, e que nos ajuda com outras coisas, eh...

Me75 - não que seja mais importante, mas eu acho que é estratégico ter esse parceiro com conhecimento de leis, com conhecimento jurídico, esse parceiro que assessora quase que vinte e quatro horas a luta do Movimento da População de Rua e as pessoas em situação de rua.

[...]

Me76 - Aham... é... não... é muito mais avançado, né, não tenha dúvida disso, a gente começa a luta, eh, gritando, é dizendo que chega de apanhar, que não pode matar mais ninguém, não-sei-o-quê e – até um companheiro brincava um dia desses – e, depois, passam uns anos, aí, você chega na reunião e o companheiro tá lá discutindo a vírgula do decreto 7053, né... tem esse avanço e essa diferença, eh, e como resultado da luta, a gente... a nossa...

Me77 - talvez a nossa grande conquista tenha sido o Centro Nacional de Defesa de Direitos Humanos, né, que é o resultado de uma parceria com o Ministério Público de Minas Gerais, com a CNBB, né, com outros organismos do Ministério... eh... conselho nacional do Ministério Público, a Pastoral... as pastorais de rua onde elas existem, né, que foi a criação de um espaço...

Me78 - porque tudo o que se dava com a população de rua se via na linha do atendimento ou da assistência social e a gente precisava reverter esse quadro, né,

Me79 - eu não posso tratar assassinato com a assistência social, eu não posso tratar ausência de moradia com assistência social, não posso tratar, eh... ausência de escolaridade com assistência social: preciso, eh, dosar isso e ver, eh, quem é o pai da criança, muitas vezes, né,

Me80 - e o Centro Nacional, eh... que funcionou em Belo Horizonte, com sete núcleos espalhados pelo País, né, e que, se Deus quiser, vai voltar a funcionar em breve; eh, nós tamos num processo de transição, de um convênio pra outro, né,

Me81 - mas o Centro tem um corpo jurídico com duas advogadas, com psicólogos, né, com agentes vindos da rua, com a coordenação, com o conselho gestor, que traz todo um arcabouço pra essa lacuna, pra essa deficiência de... pensar leis e de... elaboração de leis, de... calendários, muitas vezes, de PPAG, de Lei Orgânica de Assistência, eh, de orçamento participativo, onde tem, né, que...

Me82 - volta muita atenção pra isso, pra assegurar o direito do sujeito nesse espaço de participação;

Me83 - aí, não dá pra comparar com o início, né, aí, eh... dá pra comparar, mas pra ter um... pra realmente apontar um resultado positivo: “olha, eu saí daqui e nós tamos nesse nível agora, né... eu saí daqui, eu tou discutindo hoje lei de criação de conselho pra que os conselhos flexibilizem a participação da população de rua em todos os conselhos municipais do País, onde a população de rua tiver... eh, eu saí daqui porque eu tou discutindo, eh... que os crimes cometidos contra a população de rua no estado de Goiás não podem ser investigado pela justiça de Goiás porque eu considero ela incompetente, por isso eu vou buscar a federalização junto ao Supremo Tribunal Federal desses crimes”;

Me84 - então, há uma evolução na discussão... evolução no conhecimento da companheirada, na capacidade de articulação da companheirada incomparável e esse crescimento se dá, evidentemente, fruto do interesse de cada companheiro, de cada coletivo, da sua capacidade de organizar a formação política, de fazer leitura de conjuntura, eh...

Me85 - mas também da capacidade de alguns parceiros em trazer esse conhecimento pra nossa roda de conversão, né: tirar nossa conversa daquele negócio da coberta do albergue, da alimentação do albergue e começar a discutir em outra esfera, começar a discutir de uma forma mais dinâmica, eh, e dando responsabilidade a quem é responsável, é preciso responsabilizar, eh, a segurança, a justiça, enfim, eh, pelos assassinatos, a ausência de políticas nessa área pelos assassinatos, né,

Me86 - e eu preciso responsabilizar a ausência de médico, ou a exigência de um comprovante de endereço pra que eu seja atendido no território, né, a saúde, que não fez essa leitura que população de rua não tem território porque não tem endereço fixo e ela, eh, permeia todo o território da cidade;

Me87 - então, eu vou aprendendo nesse caminho, nessa relação com os parceiros a como dialogar com cada esfera de governo, né,

Me88 - e isso tem mostrado resultado quando você consegue trazer a política, mas trazer a política orçada, né, trazer a política e discutindo recursos humanos de quem vai trabalhar neste espaço, eh, trazer a política e discutir ela pactuada pra além de um decreto que vem como decreto, mas que se transforma numa lei, depois, que passe por uma assembleia legislativa, por uma câmara municipal, eh, pra que ela ganhe força e grana, né;

Me89 - não dá pra pensar em política sem dinheiro, então, não dá pra pensar em construir política e não assegurar financiamento pra ela, e isso é resultado, como eu disse, de todo esse processo de articulação com os parceiros e das formações políticas que o Movimento vem fazendo.

MSDALT - ENTREVISTA MNPR-BA
EMISSÕES

- ATUAÇÃO -

Be1 - Eu acredito que fundamental porque o Movimento trouxe a visibilidade à população em situação de rua, nós conseguimos abrir bastante portas;

Be2 - hoje, tem muitas pessoas que justamente veem a população em situação de rua de uma outra forma;

Be3 - hoje, nós temos, eh, abertura em diversas secretarias, tanto a nível municipal, como estadual e como federal;

Be4 - o Movimento Nacional ele termina alcançando justamente pontos estratégicos, locais estratégicos, ou seja, nós estamos hoje no Conselho Nacional de Direitos Humanos, nós estamos no Conselho Nacional da Assistência Social e no Conselho Nacional de Saúde, e isso pra gente foi bastante estratégico porque a gente pode levar pra lá a pauta e também, por outro lado, a gente pode aprender mais as questões;

Be5 - aqui, a nível da Bahia, nosso Movimento começa no dia 21 de março de 2010;

Be6 - ele começa com cerca de cento e vinte moradores em situação de rua, algumas entidades, onde passamos o dia todo, justamente, eh, fazendo uma discussão com a população em situação de rua sobre as demandas, sobre as dificuldades, sobre tema de saúde, sobre o tema de trabalho, segurança pública e habitação: foram os quatro eixos que a gente trabalhou nesse dia; no final do dia, a gente, aí, funda o Movimento;

Be7 - antes do Movimento... digamos que o Movimento aqui na Bahia ele foi o divisor de águas, do mesmo jeito como o Movimento Nacional da População de Rua porque antigamente as pessoas não tinham conhecimento da população em situação de rua como um ser humano, né, um sujeito com direitos e com deveres, só via ou como “o coitadinho” ou, então, como aquela parte... “a escória da sociedade”;

Be8 - então, o Movimento na Bahia vem fazer um divisor de águas: começam a nos ver de uma outra forma, de um outro jeito;

Be9 - antes do Movimento nascer aqui na Bahia, a gente pode dizer que a gente não tinha absolutamente na-da em relação a políticas públicas, mas quando eu digo nada, a gente não tinha nada, a gente só tinha simplesmente um albergue da prefeitura, eh, de uma forma muito, eh, insipiente, uma forma bastante... eh... opressora, né, manipuladora...

Be10 - e, aí, o Movimento vem, justamente, pouco a pouco, mostrando seu olhar, andando de secretaria em secretaria e hoje, cinco anos depois, o Movimento aqui existe;

Be11 - nós temos uma lei da Política estadual, nós temos a Política municipal, nós temos um comitê tanto municipal como estadual da população de rua, nós temos o Comitê Técnico de Saúde da População de Rua, nós temos um GT da saúde da população de rua a nível municipal, nós temos, eh, o próprio Movimento, termina avançando, nós conseguimos fundar uma associação, né, que é o braço jurídico do Movimento da População em Situação de Rua, que é o Rua Atua, pra justamente responder juridicamente pelo Movimento, mas também dar sustentabilidade ao Movimento,

Be12 - e isso fez com que a gente pudesse ter altos avanços; eh, uma das coisas interessantes daqui do Movimento da População de Rua aqui no estado da Bahia é

porque a gente tanto pressiona o governo pra que tenha políticas públicas, mas também a gente termina metendo a mão na massa;

Be13 - então, a gente faz parcerias com a Secretaria de Trabalho pra capacitações profissionais, nós conseguimos incluir pessoas dentro do programa Minha Casa, Minha Vida, né, nós conseguimos fazer, eh, parcerias com... convênios com a universidade;

Be14 - a universidade hoje paga duas assistentes sociais pra trabalhar conosco, nós temos a parceria com uma universidade da Alemanha, que manda justamente estudantes de serviço social fazer estágio com a gente, nós já tivemos cinco estagiários alemães, aqui, estudando com a gente: um homem e quatro mulheres – quem abriu o caminho foi o homem, depois as mulheres começaram a ficar se apossando –;

Be15 - nós temos um núcleo, eh, do Movimento em Feira de Santana, que é muito atuante, né, que hoje tá em diversos conselhos, onde justamente tem uma abertura na secretaria municipal, que conseguiu implantar o Consultório na Rua lá, que monitora todos os serviços e equipamentos de lá, né;

Be16 - então, isso foram avanços que a gente teve significativos aqui no estado da Bahia a partir de 2010, então, pra gente é um divisor de águas;

Be17 - antigamente, quando as pessoas falavam em população em situação de rua, eh, iam direcionar com o olhar direcionado à Igreja; hoje quando fala em população em situação de rua, o olhar do pessoal se dirige ao Movimento,

Be18 - então, ligam pra gente, sabem que nós somos a referência, nós somos a voz da população em situação de rua;

Be19 - paralelo a isso, a gente conseguiu também, né, as reuniões quinzenais, que pra gente é muito importante; então, a gente tem um fluxo bastante bom de pessoas que fazem parte da reunião, né;

Be20 - a gente consegue justamente avançar; a gente faz capacitações políticas; a gente faz, eh, palestras, eles definem quais são as palestras; então, a gente vai avançando gradativamente naquilo que a população em situação de rua justamente deseja; [!! -

Be21 - nós tivemos uma conquista também muito interessante na parte da Defensoria Pública: nós temos hoje um núcleo dentro da Defensoria Pública só pra atendimento da pessoa em situação de rua, um núcleo esse que é um núcleo multidisciplinar, com assistente social, com advogado, com uma defensora pública que é bastante boa, mesmo, com psicólogo, com estagiários lá ;

Be22 - então, isso pra gente mostra os avanços, né; pra gente, o Movimento ser criado aqui na Bahia foi esse divisor de águas, do antes e o depois da população de rua.

- RELAÇÃO COM O ESTADO –

Be23 - Olhe... eh... eu não posso dizer a você que nós não tivemos avanços, nós tivemos avanços;

Be24 - nós somos um movimento relativamente novo;

Be25 - nós somos um movimento que estamos completando dez anos, mas nós somos um movimento que a gente não aceita o “não” como resposta;

Be26 - a gente tem dificuldade, temos;

Be27 - às vezes o governo, a máquina institucional trava muito, eh, a máquina institucional é muito burocrática, então, a gente tem alguns retrocessos, mas eu não

posso dizer que a gente não teve avanços nesses anos: nós tivemos avanços, que precisam ser melhorados, lógico;

Be28 - eles precisam ser revistos, lógico, mas também tem uma coisa que eu aprendi muito, Pablo, durante esse tempo: nós estamos mudando uma cultura brasileira, nós somos de um país extremamente conservador, nós somos um país preconceituoso demais, que não aceita outras pessoas pra poder dividir a fatia do bolo e isso demanda tempo, isso demanda muito tempo;

Be29 - nós temos com o governo federal muitas brigas, muitas brigas, né, porque a gente sabe o que... nós desejamos;

Be30 - então, não posso dizer que é tudo bonitinho, é tudo flores, não é, não é, mas uma coisa, pelo menos, tem: a gente tem uma cadeira cativa lá dentro, nós conseguimos ser respeitados lá dentro, né; eh, nós temos um comitê interministerial, que, mesmo com suas dificuldades, procura justamente nos escutar;

Be31 - eu acho que a escuta é mais significativa e que isso a gente termina trazendo pros nossos estados, porque quando uma coisa trava, infelizmente... eh, até é a questão da hierarquia; então, se alguma coisa trava lá no Rio Grande do Norte, se a gente consegue elaborar uma carta dentro do comitê interministerial, repercute lá no Rio Grande do Norte, eles não se sentem tão sozinhos no Rio Grande do Norte; hoje, quando existe alguma dificuldade no Rio Grande do Norte, como em outros estados acontece, imediatamente, a gente consegue já, eh, enviar alguém pra poder ir lá; então, o Ministério da Saúde vai até lá, aí, começa a fazer uma discussão, eh, a Secretaria de Direitos Humanos vem aqui na Bahia, vai no Rio de Janeiro, o Ministério do Desenvolvimento Social escuta as nossas demandas; então, às vezes as nossas vozes não são vazias, né; então, isso, pra gente é muito importante;

Be31 - as dificuldades acontecem, a gente queria que caminhasse com muito mais rapidez do que caminha, né, mas, infelizmente, a gente sabe também que precisa passar pelo... eh, funcionários que não estão ali simplesmente pra poder marcar território pra receber seu salário no final do mês, que não fazem seu serviço;

Be32 - a gente tem que sensibilizar essas pessoas: enquanto a gente encontra duas pessoas sensíveis dentro de uma secretaria ou no ministério, a gente encontra dez que não é, e, aí, esses dois pra poder justamente sensibilizar os outros;

Be33 - então, é uma briga de foice, mas, pelo menos, a gente pode sentar lá e pode justamente gritar, falar, eh, reivindicar e, algumas vezes, a gente, eh, termina sendo escutado.

(...)

Be34 - Aqui na Bahia, tudo que a gente conquistou a gente conquistou com muita dificuldade; nós tivemos um governo que não era um governo bonitinho, que gostava da população em situação de rua, é porque o Movimento... nós, que viemos da situação de rua, a gente já ouvia tanto não;

Be35 - sabe, a gente não tem medo do não, então, o 'não' pra gente não existe, então a gente parte pra cima, então, nós somos insistentes, nós somos perseverantes,

Be36 - porque uma coisa que as pessoas ainda não conseguem descobrir, que o que move o Movimento Nacional da População de Rua é porque pra gente a diferença entre as políticas pública é literalmente a vida e a morte, porque, sem política pública, a gente morre;

Be37 - a gente consegue justamente elaborar um plano de ação lá nos ministérios, mas que a gente às vezes não consegue implantar dentro do município, por conta dessa questão, né, de.. da legislação, de como isso tudo deve ser feito,

Be38 - e aqui a gente tinha no ano passado um governo que – de tanto a gente encher o saco – terminou, eh, sendo propício: a gente foi procurando justamente fazer as

máximas de conquistas possíveis que a gente poderia ter, garantindo essas conquistas pra poder a gente lutar agora;

Be39 - se nós não tivéssemos sido tão espertos a gente não teria conseguido avançar em nada;

Be40 - nós tivemos um retrocesso esse ano aqui na Bahia, né, infelizmente, por conta da prefeitura, né, do governo do município, que é um governo que termina, eh, não sendo muito acessível pra movimentos sociais e nem pra o povão, mas, por outro lado, também, o governo do estado...

Be41 - se a gente não tivesse garantido uma lei da política estadual no ano passado, se nós não tivéssemos garantido o comitê técnico da saúde ano passado, se nós não tivéssemos garantido o Programa Bahia Acolhe dentro desse ano, dessa lei, a gente... eu não sei se a gente conseguiria avançar em nada esse ano,

Be42 - então, esse ano a nossa luta maior vai ser pra poder não tar... acontecer esse retrocesso e botar a lei, né, a lei da política estadual como nossa bandeira de frente pra poder termos as conquistas;

Be43 -então, não está sendo fácil, né, mas é uma coisa que a gente já aguardava, a gente não esperava com tanta rapidez, mas é mais um obstáculo que a gente vai ter que se alcançar.

- RELAÇÃO COM PARCERIAS -

Be44 - Olhe, nós temos vários apoiadores; nós temos... Defensoria Pública - eu acho que é o nosso maior apoiador -;

Be45 - agora, nós vamos ter um apoiador de peso, que é o Ministério Público... inclusive no dias 7 e 8 vai acontecer um seminário lá em Brasília com vários promotores, de vários estados só pra discutir população de rua; eles vão ser capacitados para poder voltar à ativa; eh, nós temos parcerias com a Unijorge, nós temos parcerias com a Assembleia Legislativa, na pessoa de Maria del Carmen, nós temos parceria... eh, por que não dizer... com a Secretaria da Assistência, né, Social do Estado, nós temos uma parceria com eles e nós temos mais parcerias ainda com pessoas, sabe, nós temos parcerias muito mais com pessoas;

Be46 - assim, pessoas que se encantaram com o Movimento, pessoas que acreditaram no trabalho da gente;

Be47 - então, nós temos... puxa, são tantos nomes! Mas eu tenho pessoas que, por exemplo, Cristiane... é uma psicóloga que trabalha hoje com população em situação de rua na abordagem do Estado, eh, mas Cristiane, a mãe dela me conheceu quando eu tava na rua ainda e ela foi estagiária do Movimento, então, já é uma herança que ela tá trazendo da mãe e hoje ela trabalha, né, em prol da população em situação de rua; então, pra mim, isso é muito forte; nós temos o Josenilson, que é outra pessoa muito forte pra mim porque me acompanha desde o tempo em que eu tava na situação de rua e que hoje continua;

Be48 - então, nós temos parceiros significativos, né, nós temos pessoas, nós temos pessoas que começaram a estagiar com a gente e que se encantaram tanto que, terminou o estágio, continua, como é o caso de Rindy e Carol - que eu troco as bolas com ela -;

Be49 - mas nós temos, assim, várias pessoas, e pessoas, né, que vão mais além do que instituições, são mais ainda do que secretarias, pessoas que a gente tem confiança, né, uma confiança muito grande... temos o Adauto Leite, nós temos a Marilene; então, são pessoas, assim, que anima;

Be50 - agora, eu acho que uma das coisas que a gente precisa se preocupar com o Movimento é porque o Movimento hoje em dia cresceu muito, graças a Deus, né... eh, e, aí, falando a nível do estado da Bahia;

Be51 - então, eu sei que muitas pessoas que querem se aproveitar podem estar se aparecendo, então, ficar atenta a isso, de sobreaviso o tempo inteiro, isso nos cansa muito, isso me cansa muito, né,

Be52 - eh, mas a gente tem que ficar atento porque infelizmente a gente sabe que nesse caminho que a gente anda, apesar do Movimento ser um movimento político, porém completamente apartidário, por eu ser uma pessoa que sou uma pessoa pública, mas eu sou uma pessoa que não tenho partido, mas que as pessoas sabem - pelo poder que o Movimento está conquistando no seu dia a dia... terminam se aproximando,

Be53 - então, separar o joio do trigo é complicado; então, isso termina minando um pouco as forças, a gente vai, vai ficando, digamos assim, incrédulos em alguns momentos, né;

Be54 - então, é uma coisa que a gente tem que trabalhar internamente, e, aí, todos nós coordenadores nacionais a gente tem essa dificuldade, pessoas que são parceiros, pessoas que são amigas, mas pessoas também que querem se aproveitar, e, aí, a gente precisa ter, né, uma atenção com relação a isso.

(...)

Be55 - Ah! Todos os que nós temos hoje em dia são pessoas de confiança, né, os outros a gente vai um pouco deixando pra que o tempo vai dizendo quais são essas pessoas;

Be56 -então, por exemplo, se uma pessoa... é muito comum uma pessoa ligar pra aqui "poxa! que bom! eu queria tanto fazer um serviço voluntário aí...", não é todo mundo que a gente diz sim... a gente não fala assim,

Be57 - então, o primeiro cuidado que a gente tem é "venha; venha na reunião do Movimento; conheça primeiro o Movimento, caminhe conosco e, depois, a gente conversa sobre isso";

Be58 - então, é um cuidado, é um zelo que a gente tem pra, assim, guardar justamente a integridade do Movimento.

MSDALT - ENTREVISTA MNPR-DF
EMISSÕES

- ATUAÇÃO -

De1 - Eh... como eu estou nessa coordenação deste movimento, nesta localidade, Brasília, né, assim, a gente observa bastante mesmo é a posição do Movimento... não se relacionar, mas tentar dialogar com a localidade, com o Estado, com o governo, com os ministros, que estamos aqui, né, e, assim, eh, pra olhar mesmo, eh, de fato, este movimento como ele atua, né, com essas pessoas, eh, digamos assim, com os parceiros, com o governo...

De2 - alguns momentos, a gente já teve alguns desenvolvimentos, mas a gente sente que é necessário desenvolver mais ainda, não só com o governo local, mas também com o governo federal, também com outras entidades que seja parceiro, como a UnB, e tem outros mais e a gente precisa verdadeiramente achar... juntar mais um pouco pra que venha a se desenvolver mais um pouco essa luta pela mesma... sendo todo mundo se juntando e lutando pelo mesmo objetivo e o objetivo é fazer algo por essas pessoas que infelizmente ainda são muito excluídas.

[... -

De3 - Hoje no DF, eh, fiquei numa batalha enorme, num bom período, aí, porque é difícil a gente encontrar pessoas que queiram militar por uma causa dessas, que, às vezes, todo mundo tem as suas funções, as suas obrigações, todo mundo tem os seus deveres a cumprir, então, fica muito complicado;

De4 - às vezes, quando a gente vai conversar: “ah, eu tou sempre ocupado”, mas hoje, graças a Deus, aqui, no DF, tamos conseguindo desenvolver uma coordenação, tamos na quantidade de oito... sete pessoas, tá chegando mais duas pessoas novas, aí, pra vim somar junto conosco;

De5 - então, tamos conseguindo desenvolver, se reunindo uma vez por quinzena porque, de fato, para fazer a reunião da coordenação local, nós tamos se reunindo uma vez por quinzena, mas tem outras reuniões que acontecem no período da semana e a gente tá... sempre se encontrando e se comunicando;

De6 - então, a coordenação aqui, agora, tamos levantando, tem uns que tão envolvidos no projeto, aí, trabalhando, e trabalhando indicado pelo Movimento e que estão também, além de trabalhar, tão militando ao mesmo tempo, então... tão começando a se desenvolver e caminhar e entender

De7 - e... os meninos que estão ainda na rua, quando a gente tamos sentando com eles... fazendo a roda de conversa, né, eles tão ficando bem mesmo, eh, interessado pela luta, né, e tão sempre dizendo que a gente tá junto, que a gente vamos continuar lutando junto pelos direitos que são del... nosso!

[...]

De8 - Eh, o Movimento Nacional tá aí fechando seus dez anos, né,

De9 - inclusive, vamos fazer o III Encontro Nacional, a gente pretende fazer e estamos aí num impasse danado, tamos na discussão, mas a gente acredita que ele vai acontecer...

De10 - e, assim, houve conquista sim no Nacional, até mesmo que, se hoje tem o CRAS, se hoje tem os decretos, se hoje tem os comitês constituídos – apesar de não tar

funcionando, mas ele existe, tá lá no papel, é só a gente fazer um pouquinho mais de pressões pra que eles possam vim acionar de fato os comitês locais.

De11 - Eu acho, assim, que o Movimento Nacional tem conquistado muita coisa, né, apesar de ter que conquistar mais ainda,

De12 - mas o Movimento Nacional hoje tem cadeira nos conselhos conquistada, né, temos cadeira no CNAS, temos cadeira no Conselho Nacional de Direitos, né;

De13 - então, eu acho que isso é conquistas e que precisamos conquistar mais ainda,

De14 - inclusive uma das grandes conquistas do Movimento vai ser quando transformar, né, o decreto 7.053 em lei, né, que esse é uma batalha do Movimento e a gente acredita que com um pouquinho de esforço a gente chegará lá, né,

De15 - e a gente espera que nesse terceiro Encontro seja mais uma conquista para o Movimento Nacional.

[...]

De16 - Olha, uma coisa que nós não faz é se cansar de lutar, né,

De17 - então, apesar dos diálogos estar distante, mas a gente continua lutando, continua se articulando, continua se fortalecendo, né

[...]

De18 - Sim. Não, eu acho que o Movimento ele está... ele está sendo... hum... divulgado, ele está saindo, eh, deixando um pouco de ser invisível, né,

De19 - e eu acredito que um passo aqui, um passo ali, a gente vai conseguir ser visível. Pronto.

- RELAÇÃO COM O ESTADO -

De20 - Olha, a minha opinião é o seguinte: dizer pra vocês... dizer, né, que a gente não conseguiu desenvolver é ser muito ingrato por tudo,

De21 - mas, eh, a gente sempre olha e sempre pensa e sempre acha e sempre tem certeza que, se quiser, dá pra desenvolver um pouco mais; então...

[...]

De22 - Desse tempo pra cá, a gente tem conquistado algumas coisas, como, tipo assim, o Comitê, que, apesar de tar parado aí, sem funcionar por um bom período já – já tem uns oito meses a nove meses que ele não funciona –,

De23 - mas a gente acredita que ele voltará a funcionar e isso foi uma conquista e a gente não pode deixar de falar também das conquistas, que a gente conseguiu conquistar, né, e conseguimos conquistar também o decreto, ele tem um decreto esse CIAMP-Rua local,

De24 - e também tem algumas, eh, algumas conquistas, como tipo o Centro POP, né, a gente conseguiu conquistar pra esse local porque não tinha até no ano de 2010 quando nós entramos pra coordenação deste movimento aqui no Distrito Federal;

De25 - os CRAS não era referência de endereço pra população em situação de rua; não tinha... aqui no Distrito Federal era... Consultório de Rua: hoje temos três Consultório, mas só um atua nas rua porque é o de Taguatinga... porque os outros, eh, são consultório que é, um atende dentro do Centro POP, o outro atende no posto de saúde, mas tem a equipe lá, que tá, eh, sempre pronta pra nos ajudar a contribuir com o atendimento desta população;

De26 - então, isso para nós é um avanço, uma conquista, a gente espera avançar mais, mas com nada a gente... dando continuidade nessas conquista é assim que os avanço vão chegando .

[...]

De27 - É que nem eu já falei atrás, que eu acharia que deveria ter desenvolvido muito mais por ser um movimento social, que milita por uma causa, que nem... que todo mundo sabe que está aí na frente de todo mundo,

De28 - muitas vezes o povo fecha os olhos pra não querer enxergar, mas, eh, eu acho que deveria desenvolver mais ainda, de serem mais ligados, do próprio Estado envolver, eh, dar um pouco mais de prioridade pra esta... para o Movimento, para esta população;

De29 - eh, teve? teve alguns reconhecimentos, sim, mas a gente, de fato, não é só reconhecimento que nós queremos, queremos de fato ver a política acontecer.

[...]

De30 - Olha, uma coisa que nós não faz é se cansar de lutar, né,

De31 - e a gente não estamos ainda bem dialogando, mas já estamos começando a se encontrar novamente com essa nova gestão, já estamos começando a marcar agendas, marcar reuniões pra poder de fato dar continuidade nos debates políticos.

- RELAÇÃO COM PARCERIAS -

De32 - Em questão de apoiador, uns vêm, outros vai; vêm uns, quando a gente pensa que estão conosco, não estão mais; aí, a gente batalha novamente, aí, termina vindo outros apoiador, e assim se vai;

De33 - e essa é a luta do Movimento;

De34 - mas a gente conseguiu conquistar sim grandes apoios, como, tipo, a UnB, que nós não tinha apoio na época, aqui, e foi uma conquista grande para o Movimento do DF é ter a UnB como apoiadora.

[...]

De35 - Na verdade, é um projeto pela SENAES, né, e Ministério do Trabalho, né... Secretaria de Trabalho, tudo junto, é um projeto a qual o Movimento Nacional foi a busca ativa de fazer uma parceria e esse projeto, hoje, ele tá funcionando em sete estados, né, aonde tem a coordenação do Movimento, aonde tem Movimento já... um pouco fortalecido, né, e, aí, surgiu, eh, essa... discussões... esse diálogo dentro do CIAMP-Rua Nacional, e, aí, a gente foi... fomos à busca para trabalhar um projeto de caráter verdadeiramente que viesse a atender esta população; e é por isso que hoje, em sete estados, tá acontecendo esse trabalho, né, esse projeto a qual, eh, os maiores participantes são as pessoas de rua.

[...]

De36 - Sim, a gente acredita que todo parceiro que venha pra somar junto ao Movimento é muito importante sim;

De37 - a vinda de cada instituição, de cada órgão, de cada... seja da onde é que for, sendo pra somar, é importante, né, se juntar aos parceiros pra lutar pelo mesmo objetivo;

De38 - só que no Distrito Federal as nossas parcerias ainda estão em quantidade pouca e o pouco que nós temos ainda tá, assim, muito... a gente tá sentindo que tá fragilizado ainda, mas a gente tem alguns diálogos, né, e nada que não possa vim se arrumar com o andar da carruagem.

[...]

De39 - Dos tempos... do tempo pra cá, a única que entrou e ainda continua ainda é a UnB, né,

De40 - mas, aí, a gente teve outra... algumas instituições como parceira e tudo, mas se afastaram, terminaram se afastando,

De41 - mas a gente tá aí na batalha e a gente não perde não e tá na busca de outros parceiros;

De42 - agora temos também, que tá vindo como... tá vindo não, já chegou como parceiro a instituição Arthur Andrade e estamos ainda num procedimento de se conhecer, mas a gente tá dialogando; um outro também que está sendo parceiro é o DF em Movimento, né, que tem no Distrito Federal, que a gente também tá tendo uma participação no DF em Movimento de Brasília, o Movimento da População de Rua.

MSDALT - ENTREVISTA MNPR-ES
EMISSÕES

- ATUAÇÃO -

Ee1 - Eh, assim, o Movimento, aqui no Espírito Santo, ele teve um avanço, assim, acho que muito importante, né; o Movimento ele inicia aqui em 2010, né, eh, através de uma assistente social, ela trabalhava na gerência da proteção social especial e já tava essa discussão do Movimento, né, toda essa organização a nível nacional em outros estados, como São Paulo, Belo Horizonte, Salvador e Paraná, né; então, eles já tinham essa organização e tava, assim, havendo muitos encontros, fóruns, se criando a discussão a nível nacional,

Ee2 - e essa assistente social começou, eh, ir pra esses eventos de fora do estado, né, e ela começou, assim, se interessar, então, ela veio, trouxe essa bagagem a nível nacional, né, do Movimento e começou no espaço de abrigamento, no albergue noturno, eh, chamar os assistidos, né, prum diálogo, né, falar a questão, eh, de como o Movimento tava se organizando, toda essa questão de buscar o protagonismo, a autonomia e até mesmo a questão dos direitos, né, e de a inclusão de políticas públicas através de uma organização, né, isso em 2010;

Ee3 - eh, eu ainda não era da coordenação, né, era o outro grupo; eh, eu chego... em 2012, né, na terceira formação do Movimento,

Ee4 - e a gente sabe, assim, que pela questão da vulnerabilidade mesmo da população de rua, de não dar continuidade, todo esse processo de organização, que, muitas das vezes, pela questão de tar na rua, né, da... própria fragilidade, né...

Ee5 - mas, aí, eu venho em 2012, né, eh, assumir essa coordenação estadual, né, eh, mas, ainda assim, muito timidamente, né, porque a gente, ainda assim, eh, discutia coisas bem básicas mesmo, como a questão de alimentação, de abrigamento, a gente ainda era muito, assim, tutelado pela própria assistência social, eh, toda a organização a gente fazia, mas, eh, sempre com assistente social, com psicólogo,

Ee6 - assim, a gente não tinha aquela autonomia, né; e durante esse tempo, assim, participando, aí, a gente começa a participar, né, eu e uns companheiros começa a participar desses encontros nacionais, né, e ver de como os outros estados se organiza, né, e como, assim, eles buscam autonomia, eles, eh... cada Movimento mesmo, as coordenações mesmo que dita a questão da formalidade, de como, eh, se organizar;

Ee7 - então, esses encontros nacionais, pra gente, foi muito importante que a gente pôde observar e buscar o conhecimento, né, a nível nacional;

Ee8 - eh, nesse período de 2012... até 2014, né, eu na coordenação estadual, aí, eh, finalzinho de 2014, eu começo a entrar na coordenação nacional.

[...]

Ee9 - Assim, eh, o Movimento hoje, acho que uma, eh... um dos grandes avanços, eh, foi a questão da visibilidade, né;

Ee10 - eh, a gente veio ocupando, né, os espaços, eh, junto com outros movimentos sociais, mesmo, como o movimento LGBT, o Movimento Negro, de tar pontuando, assim, eh, essa população, que também está na rua: tanto o Movimento Negro, LGBT, ocupando esses espaços, eh, através de seminários, de fóruns, eh, e agendando mesmo com... secretarias... uma pauta específica que a gente tem, né,

Ee11 - apesar da demanda ser grande, e a gente foi se colocando nesses espaços, né, e, assim, a gente foi tendo uma visibilidade; hoje, eh, a gente ainda não consegue, né...

Ee12 - o estado do Espírito Santo, ela tem setenta e oito municípios, dentro desse setenta e oito municípios, uns cinquenta deve ter pessoas em situação de rua, mas a

gente não consegue... alcançar, eh, todos esses municípios, né, pela própria, eh, questão de... da... fragilidade mesmo que o Movimento tem, com a questão de número de pessoas:

Ee13 - hoje a gente tá com doze pessoas atuando; pela questão de falta de recurso, né, de ir prum município ou num outro, às vezes a gente não consegue se manter nem dentro de Vitória mesmo – ou da grande Vitória -,

Ee14 - mas a gente, eh, foi alcançando através desses seminários, audiência públicas e conferência, a gente conseguiu, eh, acionar algum...

[...]

Ee15 - Eu sei assim, como a gente já tá com esse GT desde o ano passado, já tem uns grandes avanços;

Ee16 - igual municípios que tavam com projetos fechados, igual Centro POP fechado, não tinha hospedagem noturna; então, hoje, em Município da Serra já foi inaugurada a hospedagem noturna, o Centro POP já reabriu, a gente já tem diálogo com outros municípios que tá começando a implementar, eh, os serviços, né... em Vitória, que já iniciou, que a gente conseguiu o aluguel social pra... específico pra população de rua, né, já tá nesse debate também do aluguel social em outros municípios;

Ee17 - então, a questão do diálogo foi muito importante, mas a gente sabe também que, eh, com a presença do Ministério Público a gente tem um fator bem positivo, né, porque os gestores não querem ser... notificados, então, pra eles é bem mais fácil dialogar, né, e começar a implementar do que ser notificado pra fazer depois, né; então, tá sendo bem interessante, né.

[...]

Ee18 - Então, a gente tem reuniões mensais - às vezes de quinze dias, se houver alguma demanda, eh, necessária, mas a gente se reúne mensalmente – e as reuniões são abertas, né, são abertas, participa quem tiver interesse, né...

Ee19 - muitas das vezes, ainda, algumas pessoas procuram nas reuniões pela atrativa, às vezes, de um lanche, né, eh, mas a gente entende que, ela indo pelo lanche, um momento ela vai ir pela questão... do direito mesmo, né, muitas pessoas já passaram por esse processo;

Ee20 - eh, mas as reuniões são abertas, né, e as pessoas, eh, participam, algumas... se colocam algumas questões individuais, né, porque... o Movimento a gente trata as questões coletivas, mas muitos vão pela questão individual, mas a gente filtra, assim, eh, lógico que têm questões a ser tratadas que vai um número maior, dois, três, que já tão mais atuante, né; a gente tá com um grupo que já tá acompanhando aí há mais de um ano, né, tem alguns que vêm, fica três, quatro meses fora, depois, retorna, né; então, é a questão da fragilidade.

[...]

Ee21 - Então, até falei, nós somos em doze, assim, doze pessoas... eh, dessas doze, a gente pode dizer, assim, que seis, sete tá mais contínuo, assim, tá em todos os eventos, tá em todas as reuniões, tá bem participativo; eh, esses seis são pessoas que, eh, a gente pode delegar pra ir: "vá participar, representar", que vai cumprir o papel, né, e a gente se organiza, também, através da reunião e através de grupo de WhatsApp, né, que são as pessoas que têm esse contato através de e-mail e através de encontros também na própria rua e no próprio serviço - que, eh, muitos desses ainda tão no serviços de acolhimento, né, e tão no Centro POP;

Ee22 - às vezes, a gente precisa de ter uma reunião, alguma coisa, a gente não conse... o que não tem telefone... a gente vai lá no Centro POP, avisa: "ó... tal, dia tal... tem como você ir representar? O que é que você acha? tal... o que que a gente tem que levar... qual

a proposta", então, a gente se organiza bem pra que quando a gente vai pra esses locais tá todo mundo afinado, falar a mesma linguagem.

[...]

Ee23 - Eh... acho que, a princípio de tudo, assim, hoje... o grande desafio é tirar a população em situação de rua da invisibilidade, né;

Ee24 - eh, não só da invisibilidade, tirar a população de rua, eh, desses termos pejorativos, essa questão da criminalização; acho... a gente sabe que a questão da criminalização da pobreza, que a gente sabe que quem tá na rua é pobre e preto, né; então, eh, são pessoas que o Estado ele foi omissivo desde lá da atenção básica mesmo, né;

Ee25 - eu acho que antes de cair na média e na alta complexidade, né, as pessoas que vêm de periferia, né, a grande maioria, sabe que o número de pessoas que não são essas são mínimas, né, mas a grande maioria da população de rua são essas e essa questão da criminalidade, essa questão de que a população de rua é tudo usuário de droga, tudo bandido, né;

Ee26 - acho que, ah, nosso desafio é sensibilizar a toda uma sociedade, de saber que a população de rua também faz parte dessa sociedade, né, só pela condição diferenciada que tá... de estar na... rua, né, não torna ela pior do que outra pessoa que esteja domiciliada;

Ee27 - eh, eu acho que a visibilidade da população de rua é que, de fato, que... de dignidade, né, porque eu acho que, por mais que a gente sabe que a pessoa pra superar a rua... eles têm que ter através de uma política pública, mas eu acho que, por mais efetiva que essa política seja ela não vai dar conta, sempre vai ter pessoas na rua porque cada um tem a sua trajetória de ir pra rua, mas que essas pessoas mesmo que... estejam lá, que não seja violada e que ela tenha sua dignidade, eh, eu acho que é possível, sim, ter dignidade estando na rua, né...

[...]

Ee28 - Então, tem um diálogo bacana também, mas, muita das vezes, ainda, eh...

Ee29 - é porque também é um processo muito lento também porque a própria população de rua ela tem um entendimento ainda de brigar pela alimentação do abrigo, brigar pelo lençol, brigar pela toalha, brigar pelo kit de higiene, entendeu? E de saber que isso ainda é muito pouco, né,

Ee30 - mas isso é com o tempo, né, eh, através das nossas capacitações, das nossas formações, que a gente vai buscando a galera pra ter um entendimento que isso aí é muito pouco, que isso aí é o básico,

Ee31 - que a gente precisa mesmo de uma política inclusiva, né, uma política que atende as necessidades da população de rua e que o Governo tem que saber que não é a população de rua que tem que se adequar à questão do Governo, é o Governo tem que se adequar à questão da característica da população de rua porque a exposição da rua ela traz uma característica diferenciada por um certo tempo, né,

Ee32 - então, eh, o Estado ele tem que se adequar a isso, né, então, às vezes, ele coloca os projetos padrão, achando que vai dar conta pra todo mundo e não dá conta pra todo mundo, aí, é por isso que muito desses espaços têm muitos conflitos... porque eles fazem as coisas de cima pra baixo, padronizado e, muitas das vezes, eles fala que a população de rua... tá lá, o serviço, ela que não quer acessar, né, mas não tem um diálogo antes, né, do que realmente, eh, vai suprir a necessidade de cada um daqueles, entendeu?

[...]

Ee33 - Então, a gente vai pros espaços, né, a gente vai pra Centros POP's, por exemplo, a gente vai pra rua, a gente vai pro abrigo, a gente marca, né, encontros lá e a gente fala

mais ou menos a atuação do Movimento, o que a gente quer, o que a gente deseja, né, e falando que a gente necessita de mais pessoas, mais militantes, que, eh, a gente... por mais pessoas que tenha, não dá conta, né, e que a gente precisa de todos, né, unidos... em prol de uma defesa só, de uma luta só, né.

[...]

Ee34 - Uma dificuldade muito grande porque, eh, muita... a necessidade da população de rua é imediatista, tipo "eu preciso hoje de um banho, eu preciso hoje de uma alimentação, eu preciso hoje de uma roupa, eu preciso hoje de um lugar pra dormir", então, é muito difícil você chamar aquela pessoa que tá, muitas vezes, sem uma alimentação: "ah! Vamos pra uma reunião pra discutir habitação... discutir alimentação adequada", né, sendo que ela ainda tá no latão pegando resto de comida, entendeu?

Ee35 - Então, é muito difícil... é muito difícil você discutir habitação com a pessoa que tá dormindo ainda debaixo de uma marquise, em cima de um papelão;

Ee36 - então, acho que ela tem, entendeu... muitas das vezes, "ah! O que é que eu vou ganhar com isso? Eu quero sair da rua", entendeu? "Eu quero um médico, quero isso...", então, é muito imediatista;

Ee37 - então, é muito difícil ainda você convocar essas pessoas pra que... como eu falei, que, muitas das vezes, na nossa reunião, a pessoa fala "ah! Vai ter lanche?", eu falo: "não, vai ter um lanche", aí, ela acaba indo pra reunião pelo lanche, mas permanece pela questão da proposta que o Movimento tem, né;

Ee38 - então, é um passo de cada vez, assim, mas é muito frequente também o entra e sai;

Ee39 - a gente tem um grupo, né, específico, mas o que a gente pode dizer... contar com seis, mas ainda, eh, a fragilidade é ainda muito grande: vem, fica um tempo sem vir, depois, retorna, muitas das vezes, muitos ainda querem ir pra reunião pra tratar questão individual: vamos supor, foi punido, né, ou tá suspenso de um serviço, aí, vai pra lá pra reclamar sobre a suspensão dele, entendeu?

Ee40 - Mas a fragilidade é muito grande; eu acho que, assim, o Movimento ele tem uma fragilidade maior do que outros movimentos sociais; eu acho pela questão das questões emergenciais que ela tem, a questão de um banho, alimentação, né, e moradia.

[...]

Ee41 - Então, primeiro, a gente se apresenta, apresenta as propostas, o que a gente, de fato, quer e, muitas das vezes, eh, a gente se coloca, eh... porque é assim... eh, de se colocar, eh, sempre a gente se coloca, apesar de ter saído da rua, a gente sempre se coloca como situação de rua porque a gente que tá na vulnerabilidade, né, a gente sempre tá com um pé na rua, né,

Ee42 - eu mesmo, eh, saí da rua em 2007, mas sempre eu tou com o pé na rua; às vezes, você fica desempregado, você fica naquela... sofrimento de arrumar um... pra pagar aluguel, pra comer, então... aquele desespero;

Ee43 - então, assim, da gente sempre se colocar que a gente junto é mais forte, que a gente junto a gente pode conseguir, que a gente junto, eh, a gente pode fazer a diferença, né, e sempre colocar que o que tá posto hoje, nesses serviços é muito pouco, que o que a gente tem a conquistar só depende da gente, né;

Ee44 - então, eh... o que os serviços hoje... é o que tem, mas que ainda é minimamente o que um ser humano precisa;

Ee45 - então, a gente sempre se colocar nessa questão dessa linguagem mesmo, assim, de superação e de se colocar: "ó, da mesma forma que eu consegui, tar hoje na luta pra não voltar pra rua, você pode sair, superar ela e depende de você e a gente tá junto aqui; cola com nós, que a gente junto a gente pode fazer diferença, tal", sempre nesse diálogo, né, e dizer: "ó, vamos é tensionar que através de a gente tensionar a gente consegue"...

[...]

Ee46 - E, assim, vai. E quando... e muitas das vezes quando ele começa e a gente sempre chama pra ir sentar com o gestor...

Ee47 - muitas se acha, assim, alguém: "pô, conversei com o secretário e tal", então começa, eh... ele começa a ter... ver uma importância da diferença que ele tá fazendo, dialogar com... quando ele dialoga com um coordenador do espaço, quando ele dialoga com um assistido do espaço, de quando ele dialoga com um secretário ou com o prefeito ou com... entendeu? Então, ele começa a ver a importância que ele tá trazendo e os outros começam a ver ele como liderança; então, às vezes, acontece alguma coisa: vamos dizer, tá faltando sabão dentro dos... aí, ele chega, aquele assistido que não faz parte, chega pra ele e: "ó, você é nosso líder, então, o que é que cê vai fazer pela gente?", então, ele começa a ter... ver essa importância e ele começa a adentrar cada vez mais, não é, e a somar cada vez mais; então, é isso.

- RELAÇÃO COM O ESTADO -

Ee48 - A gente conseguiu participar, né, e... contactar alguns secretários de outros municípios pra falar sobre a questão da população de rua,

Ee49 - mas, assim, hoje o Movimento ele tem uma visibilidade, hoje a gente tem, através desse diálogo e dessa pauta que a gente tem, uma pauta específica, né; eh,

Ee50 - a gente tem um GT, né, eh, um GT Pop Rua, eh, dentro do Ministério Público; esse GT, eh, o Movimento, o Ministério Público e secretários, secretárias e prefeitos, né, acho que é um grande avanço, onde a gente discute a questão da política da população de rua, né, nos municípios, né, da grande Vitória e... não só a implementação, mas como a efetivação e aprimoramento da política - aonde tem, né - e também, dentro da SETADES, que é a Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social, né, Assistência e Mulher e Trabalho, um grupo de trabalho também, que a gente tá, eh, construindo a Política Estadual de População de Rua, né, a gente tem encontros, eh, mensais, a gente tá discutindo essa política, junto com a Secretaria e o Movimento, né;

Ee51 - então, eh... mas antes vem o diálogo: a gente sabe que as coisas, à medida que ela avança, também há um grande retrocesso, né, na questão da política de assistência, infelizmente, porque ainda é... eh... é a política ainda que atende a população de rua; a gente sabe... tem a Saúde, mas muito timidamente ainda com a questão dos Consultórios na Rua, mas, eh... ainda a política que atende a população de rua, né, em todo o contexto, é a política de assistência social; então, é aonde a gente tem mais atuação mesmo, né, na política de assistência social.

[...]

Ee52 - ... pelo Estado, né. A gente conseguiu participar, né, e... contactar alguns secretários de outros municípios pra falar sobre a questão da população de rua,

Ee53 - mas, assim, hoje o Movimento ele tem uma visibilidade, hoje a gente tem, através desse diálogo e dessa pauta que a gente tem, uma pauta específica, né;

Ee54 - eh, a gente tem um GT, né, eh, um GT Pop Rua, eh, dentro do Ministério Público; esse GT, eh, o Movimento, o Ministério Público e secretários, secretárias e prefeitos, né, acho que é um grande avanço, onde a gente discute a questão da política da população de rua, né, nos municípios, né, da grande Vitória e... não só a implementação, mas como a efetivação e aprimoramento da política - aonde tem, né - e também, dentro da SETADES, que é a Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social, né, Assistência e Mulher e Trabalho, um grupo de trabalho também, que a gente tá, eh, construindo a Política Estadual de População de Rua, né, a gente tem encontros,

eh, mensais, a gente tá discutindo essa política, junto com a Secretaria e o Movimento, né;

Ee55 - então, eh... mas antes vem o diálogo: a gente sabe que as coisas, à medida que ela avança, também há um grande retrocesso, né, na questão da política de assistência, infelizmente, porque ainda é... eh... é a política ainda que atende a população de rua;

Ee56 - a gente sabe... tem a Saúde, mas muito timidamente ainda com a questão dos Consultórios na Rua, mas, eh... ainda a política que atende a população de rua, né, em todo o contexto, é a política de assistência social; então, é aonde a gente tem mais atuação mesmo, né, na política de assistência social.

[...]

Ee57 - Então, eh... a nível de outros estados, a política de assistência noutros estados... logicamente também que o Movimento ele tem mais tempo nos outros estados, né, coisa de sete ou oito, dez anos,

Ee58 - mas a gente acompanha assim, tipo, como tá avançado nos outros estados em relação ao Espírito Santo, assim;

Ee59 - eu acho que aqui no Espírito Santo ainda... as coisas estão acontecendo, muito, eh, vagarosamente, mas tu sabe que o processo ele é lento mesmo, mas, assim, é questão de... ainda é timidamente, assim, entendeu?

Ee60 - Eh, a gente teve um retrocesso no início da gestão, né, do...

Ee61 - Um retrocesso de que as portas foram fechadas, eh, conselhos, eh... praticamente, os conselhos não... que é um setor de controle social, eh, não tava atuante, né... é tanto que na Conferência Estadual de Assistência Social foram trinta e oito moções, eh, contra a secretária de assistência social pelo péssimo serviço que tava fazendo, né, que era um desserviço mesmo que tava fazendo...

[...]

Ee62 - Do ano passado, né, e... mas, assim, a luta... do Movimento ela não, assim, tá bem claro e posto que o atendimento da política de assistência social e que tem que aprimorar;

Ee63 - mas o que o Movimento preza é pela inclusão de uma política intersetorial, que a população de rua ela não seja vista somente pela assistência social, eh, mas, infelizmente, ela ainda é só vista pela assistente social porque a gente vai num órgão, eh, às vezes questão de uma política habitacional e tá lá: "vocês são causa da assistente social",

Ee64 - e não é por aí, a gente tenta de uma forma, eh, com conhecimento, de sensibilização também de saber que a gente quer discutir habitação com a secretaria de habitação e não com a assistente social... assistente social a gente vai discutir abrigo, né, que não é moradia, entendeu? É serviço de acolhimento institucional.

[...]

Ee65 - Isso; a gente agenda, marca e a gente leva lá essa pauta, né, nossa demanda e... já fizemos manifestação... de ocupação de Secretarias, né, de abaixo-assinado, eh, de... também de... através do Ministério Público, né, de... levar a demanda, né, pro Ministério Público e aonde, agora, tem esse GT, que ele tá discutindo a Política intersetorialmente, né, não só a questão da assistência social;

Ee66 - eh, cada reunião, a gente leva uma secretaria, como já levamos do trabalho, como já levamos a da habitação;

Ee67 - então... é porque o Ministério Público ele vem fazendo um papel de não, eh... intensificar, assim... através do diálogo, não de... - como é que fala - de... punir os municípios, mas de trazer os municípios pra dialogar e saber de que forma eles vão implementar essa política dentro dos municípios, né.

[...]

Ee68 - Então, a questão com o Estado... do diálogo, há um diálogo, sempre houve; muitas das vezes, um diálogo meio difícil, né, meio que espírito de guerra mesmo:

Ee69 - hoje, há um diálogo mais harmonioso, mas só diálogo não adianta: tem que ter o diálogo e tem que ter a ação, e a gente tá aí pra pontuar, né, pra pontuar pro Governo que nós queremos e pra dizer pro Governo que não é, não vai ser imposto o que eles querem, né, que se não for construído junto com a gente, a gente não aceita;

Ee70 - então, eh, hoje o Estado ele tem esse entendimento, que as coisas têm que ser construídas 'com' e não 'para'; então, a gente vem, né, nesse diálogo e a gente vê algumas ações, eh, iniciando; uma das questões é a questão da efetivação da política específica, né.

- RELAÇÃO COM PARCERIAS -

Ee71 - Então, eh... é o espaço das pastorais sociais: você tem pastoral do menor, pastoral da sobriedade, pastoral... eh... do negro, são várias pastorais, que, agora, o ano passado, eh, iniciou a pastoral de rua, pastoral do povo de rua, aqui, que não tinha... a partir do ano passado, eh, iniciou,

Ee72 - mas a gente já se reunia lá, né, através de um padre, né, que o padre cedia o espaço; mas a gente também tá com um espaço, eh... externo lá, que ele tá em fase de adaptação: colocar ponto de Internet, de telefone, que também foi cedido pela Igreja, mas é uma sala específica só pro Movimento...

[...]

Ee73 - Então, a gente tem, assim, vários, né... em 2013, 2014, a gente tinha um número bem significativo de apoiadores... porque muitos tavam ligados à questão, eh, não da gestão específica, mas a gente tinha, eh, professores, assistentes sociais, psicólogos, mas que tava tudo ligado à questão da prefeitura, né;

Ee74 - eh, eles faziam um trabalho à parte, né, de apoio, mas ainda da prefeitura... e iniciou com um prefeito de Vitória, que é um prefeito super conservador, que ele iniciou, assim, eh, querendo acabar com a população de rua;

Ee75 - então, o número de mortes, de violência, de internação compulsória, de, eh... de retirada forçada mesmo foi, assim, assustador;

Ee76 - então, a gente teve que fazer várias mobilizações, eh, pra se manter mesmo... com a integridade da população de rua... e uma das questões...

[...]

Ee77 - é o atual... o atual prefeito ainda... e muitas dessas pessoas que eram apoiadores do Movimento teve que se afastar porque começaram ser perseguidos, entendeu? Alguns, efetivos, né, mas ainda se manteve um tempo, mas se afastou... mas a maioria, que comissionado, teve que se afastar por causa dessa perseguição - que virou uma perseguição -, tanto que o prefeito ele andava no carro dele próprio na cidade, acionando a abordagem pra que saísse, pra que tirasse aquelas pessoas porque uma da campanha dele foi essa, que... no final do ano não ia ter mais população de rua; então, assim, virou um caos;

Ee78 - então, a gente perdeu um número significativo de apoiadores, né, mas alguns ainda permaneceram, né,

Ee79 - igual a gente tem um CDDH, que é o Centro de Defesa de Direitos Humanos, né, que nos apoia com a questão de assessoria, a questão de capacitação, formação, sempre que a gente necessita se locomover pra algum outro município ou estado, a gente, eh... com recurso também pra passagem, a gente tem o coletivo "Fazendo Direito", que é um grupo de quinze advogados, né... eh... que criou... essa instituição,

né; são advogados da OAB, mas eles fizeram esse coletivo pra dar assessoria aos movimentos sociais e dão assessoria também; muitas das vezes, foram intencionados mesmo pra questão de população de rua que foi preso pela questão de... de... pelo simples fato de tar na rua mesmo, né, então, eh... ajudaram muito, né; então, foi muito interessante, eh... acho que... até a própria Igreja Católica, eh, né, que é... com a Pastoral do Povo de rua também... eh... tem essa...

Ee80 - parceria, muitas das vezes também nos auxilia com a questão de recurso pra gente tar viajando pra outros estados,

Ee81 - tem as outras igrejas, né, que são... mais a igreja evangélicas, mas que fazem aquele papel, eh, de assistencialismo, né; não tem uma parceria com o Movimento em si, mas a gente iniciou, eh, muito, assim, debate, palestra, nas igrejas, então, pra gente também foi muito importante porque... eh... de não ter a Igreja só pelo papel da evangelização, mas pelo... papel político também;

Ee82 - então, algumas igrejas que a gente foi... falar da população de rua, falar no direito, falar de uma política pública; então, mais ou menos, isso assim...

Ee83 - e a questão de Defensoria Pública, Ministério Público, né... com a questão de que é o órgão competente, que tem servir mesmo, por mais que a gente tenha uma aproximação dentro do Núcleo de Direitos Humanos, né, eh, do Centro de Direitos Humanos da Defensoria Pública, que faz o atendimento, eh, tanto na rua... e também nos Centros POP, no abrigo e no Ministério Público, que é o Centro de Apoio Comunitário, né, que tem, eh, esse papel atuante como o Movimento através da efetivação da Política.

[...]

Ee84 - Não, a gente teve... igual a gente teve na Batista, na Quadrangular, na Anglicana, como, eh... porque não é a igreja específica toda, né, mas tem o grupo, muitas vezes, o grupo de jovens, eh...

Ee85 - tem um grupo que faz, eh, grupo de missão, que faz um trabalho na rua, ele já faz um trabalho na rua com a distribuição de sopa, de cobertor, de roupas, então, eles já fazem esse trabalho; às vezes, eles ouvem falar no Movimento da População de Rua pela própria galera da rua e procura se interessar e saber como é o nosso trabalho; muitas das vezes, eles acham que é um trabalho de evangelização ou que é um trabalho de assistencialismo, e, depois, quando a gente vai lá, falar sobre a questão, aí, eles vê que é uma questão meio que política e de questão de direito mesmo, né; então, eles... aí, começam a ter um outro olhar, né, pra população de rua... não só esse olhar de assistencialismo... mas são grupos, né.

[...]

Ee86 - Então, a gente tem uma parceria também, que eu esqueci até de falar, eh, com a universidade, a UFES, que é um projeto de extensão de Psicologia chamado "Andarilhos", né, e, já desde 2013, mais ou menos, que acompanham

Ee87 - e a gente tem um boletim informativo, eh, o "Tá na Rua", né, aonde a gente divulga todas as notícias da rua... dos eventos, eh, de tudo, assim, que a gente participa, através de uma forma de...

Ee88 - porque a gente vai na rua, conversar com a própria galera da rua, né, porque a gente tem que ser... ouvir a demanda, né, mesmo a gente ter a vivência da rua, mas as coisas que vêm acontecendo cotidianamente, às vezes, a gente se perde, né, a gente vai dialogar, a gente tem o dia de dialogar na rua, a gente tem o dia da gente dormir na rua, né, dormir na maloca com a galera e a gente tem o dia também, o tempo de conversar com a gestão;

Ee89 - então, a gente faz todo esse acúmulo e traz essas informações, né, através desse boletim informativo, que a gente distribui tanto na comunidade, no comércio e na

própria galera da rua, né, e através das reuniões também, que a gente tem, eh, todo esse *feedback*, aí, com a galera da rua, né, pra tar dialogando.

[... -

Ee90 - Isso... A gente tinha um blogue, né, mas, eh, quem administrava era... um grupo de... extensão também;

Ee91 - era um grupo que era "Pesquisando a rua", né, junto com a população de rua; que a gente fazia tudo conjunto, né;

Ee92 - eh, mas a gente não conseguiu dar conta de tar alimentando, né, por causa da demanda, é muito grande; então, a gente parou de alimentar esse blogue aí: a gente tinha até seguidores já e tudo, mas a gente parou e a gente ficou só com o boletim, que é mais fácil, né; às vezes, a gente imprime... aí, imprime um pouco na UFES, um pouco na Pastoral, imprime um pouco em algum gabinete aí de deputado, de vereador: a gente vai imprimindo e vai distribuindo, né, e o Facebook mesmo e e-mails mesmo.

Um homem roubado nunca se engana.

(“Da Lama ao Caos”, Chico Science)

DESENHO DE PESQUISA							
A VOZ DA SITUAÇÃO DE RUA NA AGENDA DE MUDANÇA SOCIAL NO BRASIL: UM ESTUDO DISCURSIVO CRÍTICO SOBRE O MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA (MNPR)							
EIXOS DE PESQUISA		QUESTÕES DE PESQUISA	COMPONENTES ONTOLÓGICOS	POSSIBILIDADES EPISTEMOLÓGICAS	MÉTODOS E FONTES	IMPLICAÇÕES ÉTICAS	
ETAPA DOCUMENTAL	I	Representações do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) em textos construídos no âmbito da mobilização por inclusão social da população em situação de rua no Brasil.	1. Como em textos voltados à busca pela cidadania da população em situação de rua o MNPR representa sua luta?	Representações discursivas de relações sociais.	<p>Acesso às construções simbólicas de mudança social promovidas por atores sociais negligenciados socialmente e organizados em movimentos políticos em textos politicamente situados.</p> <p>Análise das estratégias discursivas desses movimentos sociais que possibilitam tomadas de ação com vistas à superação de violações de direitos sociais.</p>	<p>Análise discursiva crítica do “Plano de Ação do MNPR” e da “Carta de Princípios do MNPR”, textos construídos pelo movimento social no contexto de mobilização social do I e do II Encontro Nacional do MNPR</p>	Transferências e compartilhamento com os atores sociais envolvidos e demais interessados/as acerca das análises dos modos pelos quais os discursos de resistência veiculados no mundo social podem consolidar-se (ou não) como estratégias viáveis para ações de inclusão social da população em situação de rua no Brasil.
	ETAPA ETNOGRÁFICA	II	Representações discursivas do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) em textos gerados concernentes à luta por inclusão social da população em situação de rua no Brasil.	2. Como o MNPR atua e representa sua ação de luta contra a situação de rua?	Ação, representações e identificações discursivas sobre atores sociais e relações sociais.	Reflexões da ação e análise crítica dos discursos de atores sociais que atuam na liderança do MNPR (referentes à trajetória de luta de cada coordenação entrevistada).	
(Auto)Identificação do MNPR – coordenações de São Paulo, de Minas Gerais, da Bahia, do Distrito Federal e do Espírito Santos – no contexto dos embates discursivos pela superação da situação de rua.			3. Como se (auto)identificam as lideranças do MNPR – bem como sua relação com o Estado e com parceiros /as – na luta contra a situação de rua?	Representações e identificações discursivas sobre atores sociais, relações e eventos sociais.	Análise e explanação crítica acerca da potencialidade dos discursos realizados na luta social concernentes à superação da exclusão social e ao exercício da cidadania plena pela população em situação de rua.	Reflexão compartilhada sobre as possibilidades do discurso atrelado à ação na mudança social e superação da exclusão na situação de rua por meio da ação protagonista MNPR, como veículo efetivo de mobilização social.	

Gratidão.

Gratidão.